



Governança e Cultura Cívica: desenvolvimento de valores autoexpressivos em contextos de decisão participada

(Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Administração Pública)

Anexo F Transcrição Integral das Entrevistas

Aluno: Rita Freitas (nº 218859)

Orientadora: Professora Doutora Sandra Maria Rasteiro Firmino

Setembro de 2016

Transcrição de Entrevistas Câmara Municipal de Loures

- L-E1-VM – Vereador
- L-E2-Vf – Vereadora
- L-E3-GPr – Técnico Superior do Gabinete da Presidência
- L-E4-Com – Chefe da Divisão de Atendimento, Informação e Comunicação
- L-E5-IgCid – Coordenadora da Unidade de Igualdade e Cidadania
- L-E6-Fin – Departamento de Planeamento, Finanças e Aprovisionamento
- L-E7-AssM- Presidente da Assembleia Municipal de Loures

Loures: Entrevista 1

Código: L-E1-Vm

Local: Câmara Municipal de Loures

Entrevistado: Vereador do Ambiente, Urbanismo e Transportes

Data da realização da Entrevista: 2016 – 07 – 07

Tiago Matias, 40 anos, Engenheiro Civil e Vereador do Ambiente, Urbanismo e Transportes.

Está nesta Câmara há quanto tempo?

Há 3 anos.

Antes não estava?

Não. Era funcionário público também, mas não estava nesta Câmara.

Nem na Assembleia Municipal?

Sim. Exatamente. Fui vereador sem pasta, em regime de substituição, em algumas alturas e também fui eleito pela Assembleia Municipal em outro mandato anterior, mas também em regime de substituição. Estava só em alturas em que não havia suficientes eleitos, que não poderiam estar.

O seu pelouro tem uma relação com as questões da participação ou não?

Tem, tem. Quer mais na área do urbanismo e na área do ambiente, mas principalmente na área do urbanismo. Todos os instrumentos são territoriais, por via da obrigatoriedade legal, tem a par da discussão pública dos procedimentos urbanísticos, nós fazemos questão que sejam participados, sejam efetivos. Essa participação seja realmente efetiva, portanto, é uma fase de trabalho dos instrumentos de gestão, que nós fazemos questão de potenciar.

**Quando diz, “Nós fazemos”, isso é uma questão que tem a ver com este executivo?
Ou é uma questão que tem a ver com a tradição da Câmara?**

Com este executivo. Eu posso-lhe dizer, por exemplo, no caso do PDM. Da revisão do PDM. A nosso ver e mal, foi posto o processo de revisão nas vésperas das eleições. Portanto, o processo de revisão teve 14 anos para ser revisto, um instrumento com este peso e nas vésperas das eleições, ir para discussão pública, acho que é, no mínimo, foi no mínimo má fé. Mas pronto, isso também é um aparte político e foi dito em várias alturas.

O que é que nós fizemos depois disto? Fizemos mais de 32 sessões públicas com uma participação... Posso-lhe depois dar em concreto o número de participação... Mas em todas as antigas freguesias, mas por temáticas também, portanto, foi uma participação muito profícua, que ainda conseguimos, durante esse período de discussão pública, melhorar e capacitar o PDM com propostas vindas dessa mesma discussão pública.

Portanto, fizemos 18 com as antigas freguesias, áreas temáticas ligadas aos transportes, às AUGI, que é uma matéria também muito sensível e, portanto, mais duas e ainda... AUGI, transportes e foi outra ainda que eu não me recordo. Ah! Com técnicos. Ligada diretamente aos técnicos: arquitetos, engenheiros, enfim. Houve estas participações públicas, diversificadas nas temáticas e nos objetivos que se queriam atingir, que foi muito positivo.

Pedia-lhe que me explicasse como é que são organizadas as sessões públicas e como é que funciona a dinâmica?

Muito bem. Nós temos uma base de dados... Na nossa equipa técnica temos um sociólogo... uma socióloga, neste caso, que faz a ponte e faz o trabalho de contato com todas as entidades, todos os atores do nosso território: coletividades, associações, autarquias locais, porque tem essa base de dados, tem esse relacionamento. E consoante cada tema, faz sair todos os convites, não só para a população geral, mas focadas diretamente para todos estes conjuntos variados de instituições que participam no nosso território e que convidamos para participar.

A participação é feita em sessões presenciais e há também depois outros mecanismos em que as instituições e os cidadãos possam participar sem ser só nestas sessões? Porque às vezes na sessão as pessoas não têm nada para dizer e depois posteriormente...

Fazemos sempre um período aberto nas sessões para a participação, na qual registamos. Logo aí, logo aí diretamente, há uma participação direta. Há depois...

Vou-lhe dar um caso concreto que estamos a acabar de fazer. Estamos a fazer uma coligação das novas áreas de reabilitação urbana, em que fizemos duas sessões públicas, uma aqui na zona oriental, uma na zona norte e outra na zona oriental, da qual vamos sair agora para todas as uniões de freguesia, na sequência da discussão pública. Fizemos questão de formalmente os indagarmos sobre algumas... que nos queiram fazer participação escrita. Acho que também é importante, além de terem estado nessas... alguns estiveram, outros não estiveram, mas também fazemos a pergunta de forma formal.

Depois são recolhidas as participações. E o que é que acontece com essa folha?

São tratadas e são vertidas num documento síntese das participações, das quais resultam algumas para o documento em análise, ou não são inseridas por outras razões. Muitas delas são trabalhadas. No fundo, o que aqui interessa é que são trabalhadas. Umas têm resultado concreto na melhoria do documento, outras não.

É feita uma análise técnica, então, que se aplica...

Quer que lhe dê um exemplo muito concreto?

Sim.

Durante uma temática sensível, era o licenciamento do próprio PDM, que agora me lembrei: atividades ruidosas. Estou a falar de canis e clubes de caça. O tiro ao prato, todas aquelas atividades ruidosas. E durante a discussão do PDM, percebemos que não havia abertura para o licenciamento destas atividades fora dos aglomerados urbanos, nas zonas rurais.

Com a participação das entidades que sentiam dificuldade no licenciamento desta atividade, conseguimos abrir uma excecionalidade para zonas rurais, afastadas da população. Conseguimos vir a licenciar canis e clubes de caçadores, por exemplo. Posso-lhe dizer, neste caso concreto, que já temos um canil ou uma associação de abrigo de animais, que vai conseguir licenciar-se, porque já estamos no período de vigência do PDM, graças a este elemento que foi absorvido durante a discussão pública.

Só para ver se eu percebi: ou seja, o facto de juntar os vários atores, fez com que...

... Nós nos apercebêsemos desta dificuldade concreta. Que foi falada, que foi alertada, durante a discussão pública. Foi numa dessas sessões que nós percebemos que havia esta problemática e a tratámos.

Então o objetivo destas sessões é receber *feedback*?

Exatamente. É receber contributos concretos sobre as melhorias do documento, sobre as questões concretas do poder.

Eu percebi que este mecanismo não é só utilizado para as questões urbanísticas, mas também, por exemplo, para as questões orçamentais.

Sim. Isso é outra matéria. Estamos aqui a entrar já no...

O orçamento participativo... Fazemos também muitas sessões, portanto, agora vamos entrar na parte do orçamento participativo.

Chegamos a setembro / outubro e também utilizamos as sessões públicas para partilhar com a população os principais objetivos do próximo orçamento. Os principais objetivos, mas principalmente mostrar à população o que é que está disponível e quais são as ideias do executivo, não estando, nessas sessões, completamente fechadas as vontades do executivo.

Ou seja, nós quando fazemos estas sessões de orçamento participativo são um bocado diferentes do que vemos noutros municípios. Nós não disponibilizamos uma verba concreta para se absorver ideias. Nós achamos que este orçamento participativo é para partilhar exatamente. Para discutir e ouvir as propostas que os munícipes têm. Por exemplo, vamos à freguesia da Bobadela. Há uma rua que precisa de ser asfaltada. Nós, ainda dentro desse período da discussão pública, vamos avaliar se realmente, dentro das necessidades que temos de asfaltamentos do município, aquela rua fará sentido ser ou não asfaltada.

Naturalmente há um critério de asfaltamento, atendendo prioridades e verificamos onde é que ela se encontra, se está ou não dentro dessas necessidades. Mas nós não fazemos o orçamento, normalmente (não sei se é esse que conhece), em que damos aos munícipes: “Têm aqui um milhão de euros e mandem-nos lá mensagens, ou quanto mais pessoas clicarem para dizer que querem aquilo, nós vamos fazer”. Não, nós não temos esse...

E o que é que pensa sobre essa...

Essa tipologia? Não concordo com ela.

Porque...

Porque, ora vamos lá ver, porque não retrata... ou seja, eu não concordo. Do ponto de vista do instrumento, acho legítimo, como qualquer outro. Esse instrumento, acho que, para quem possa utilizar de forma financeira, com essa abertura, eu acho que é um instrumento como outro qualquer.

O que acontece é que quando nós temos... Quando os recursos são muito escassos, e é o caso de Loures, nós não podemos... temos que ter uma visão global, ou seja, quem faz esse tipo de iniciativas, tem quase um grupo fechado...

Vamos ver se eu consigo concretizar. Sei que no caso concreto da necessidade de construir um equipamento... Vou-lhe dar o exemplo de uma Associação de Moradores, que quer construir um equipamento de recreio para a sua freguesia, para o seu local, para o seu bairro. Por acaso... e conseguiram-se organizar exatamente para formar, para participar e vir dizer ao município que queriam ali aquele jardim infantil, vamos pôr o caso. Com que legitimidade... E tiveram essa iniciativa e há que valorizar isso. Mas, porque é que o... E agora vamos pôr por contraposição. Temos também outro... e vamos dar o caso deste bairro que tem 5 000 habitantes e teve a capacidade de reivindicar o jardim infantil para aquele bairro, e se nós tivermos um outro bairro que tem 10 000 habitantes e não teve a capacidade de se organizar para reivindicar a mesma necessidade e o mesmo jardim infantil para aquele exato bairro.

Por comparação e se nós só podemos fazer construir um jardim infantil, por exclusão de partes, se nós quisermos acorrer a um maior número de pessoas, este, que eventualmente, até não participou, tem mais necessidade do que aquele. Não sei se está a compreender.

Claro.

Portanto, esta análise do orçamento como ideia de participação, como modelo, a participação é positiva mas, parece-nos que o município, que tem a visão global de todo o território, deverá ter a última palavra e, nestes casos, que existem em alguns municípios, estamos a falar de afetação direta de recursos e para concelhos, como o de Loures, que tem muitas fragilidades, temos que ter... Não temos ainda capacidade para fazer isso e parece-nos que não é completamente justa. Não sei se fui claro.

Sim, foi claro. Essa decisão foi uma decisão explícita, ou seja, não foi porque nunca tivessem sentido a ideia de implementar, foi porque decidiram.

Foi porque, porque claramente, poderíamos não estar a ser completamente justos na divisão dos recursos. Porque sentimos que há... Porque, naturalmente, legitimamente há moradores que têm uma capacidade de participação maior que outros, isso não quer dizer que os que não tenham essa capacidade não tenham mais necessidades do que os outros. Estou a falar de todo o tipo de necessidades: sociais, materiais, físicas, de equipamento, enfim... É todo um conjunto de avaliação que tem que ser feita, que não é só concreta. Nós gostaríamos de fazer muito mais coisas e não conseguimos.

Neste modelo que estão a implementar de participação, qual é a adesão?

Pronto. Não temos tido... Depende. Do ponto de vista temático, nós temos tido muitas... Eu até lhe posso dizer o conjunto de sessões que já fizemos, tem sido uma coisa... Acho muito... Nem todas têm a mesma capacidade de sucesso. Não posso dizer que têm taxas de sucesso muito grandes. Nas últimas sessões do orçamento, não temos tido grandes taxas... não temos a participação que gostaríamos de ter.

Estamos a pensar noutras formas de orçamento participativo, por exemplo, fazer sessões temáticas do orçamento. Fazer uma sessão temática só para os transportes públicos. É uma área muito problemática do concelho. Ou pensar em áreas temáticas de forma também a chegar a públicos alvo, com carências mais sentidas. Por exemplo, o caso das AUGI, é uma problemática também muito sentida no concelho.

Portanto, direcionar sessões temáticas para casos concretos, normalmente há um auditório participativo.

Porque é que acha que é importante esse aproximar?

Porque queremos ouvir mais o maior número de pessoas possível. Queremos ter a perceção de maior abrangência possível de pessoas e do que toca... do que realmente faz falta às pessoas e das carências principais das pessoas.

Ou seja, porque querem chegar às pessoas.

Exatamente e ouvi-las.

Querem responder às necessidades das pessoas. É isso?

Exatamente. Foi por isso que fomos eleitos. Independentemente do programa que temos e que queremos cumprir, é isso que fazemos. Na auscultação das pessoas é que nós percebemos realmente a dificuldade. Apesar de termos as ideias genéricas, as estratégias genéricas que devemos seguir, mas há o caso concreto que precisamos de saber. Ao sabermos o caso concreto, particular mesmo, estamos a perceber a realidade. Isso para nós, neste executivo, é uma marca que nos faz... Eu acho que, de alguma forma, ser diferente.

Para além destes mecanismos, que outros mecanismos é que os cidadãos têm para poderem chegar aqui à Câmara?

Para além destas sessões públicas há todos os mecanismos de plataformas eletrónicas, sites, participação *online*. Enfim. Não sei da totalidade de todos, mas temos plataformas *online*, *sites*, por via formal. Que eu me lembre é isto. Não estou a ver outras... Não sei se falei de todas. Sessões públicas, participações por plataformas eletrónicas, participações por via escrita...

E essas participações, que chegam, o que é que depois acontece? Ou seja, as pessoas mandam um *email* a dizer: “Na minha rua...”

Por exemplo, vamos... Há a sectorização. Há desde a queixa comum de qualquer tema ambiental e, depois, há as participações temáticas por via dos instrumentos, como é o caso do tema concreto da reabilitação urbana. Para essa questão concreta, nós identificámos também problemas ao nível do atendimento e da triagem das problemáticas. Só para saber, por exemplo, nós sentimos que a mesma queixa às vezes entrava por vários serviços ou por várias pessoas a dizerem a mesma questão que não era tratada. Então neste momento temos uma fase de reestruturação dos serviços, onde vamos ter um atendimento municipal vocacionado para fazer o tratamento, controlo e monitorização dessas participações.

Para que a resposta seja mais dirigida.

Mais dirigida, mais eficaz, que não haja esta dispersão de pessoas. Chegámos à conclusão que havia vários serviços a tratar do mesmo assunto. A dar-lhe tratamentos diferentes, portanto, por isso é que reorganizámos os serviços. Temos uma nova macroestrutura desde janeiro, para poder ter um serviço de atendimento vocacionado para estas questões que nos chegam diariamente, para estas participações que nos

chegam diariamente. Desde a calçada, desde o lixo, desde a queixa de baratas, desde a minha rua... Todas essas coisas.

Ou seja, também aqui sentem uma necessidade de redirecionar o serviço para o cidadão?

Sim. Exatamente.

Eu quero-lhe perguntar, e isto aqui tem a ver com a sua perspetiva pessoal. Como é que é estas questões da participação, qual é que acha que é a importância que têm, em termos de sociedade, em termos de democracia e como é que acha que vai ser o futuro dessa área? Ou como é que também gostaria que fosse? Há o que a gente gostava e depois há aquilo que a gente acha que vai acontecer.

Olhe, eu acho que temos uma sociedade, neste momento... Como é que eu lhe hei de dizer isto?

Estou-me a lembrar. Tivemos sessões muito participadas e outras não participadas. Vou dar o exemplo deste caso concreto: uma urbanização aqui perto, que o urbanizador esteve vários anos sem conseguir acabar as obrigações que tinha perante essa urbanização. Estamos a falar de falta de jardim infantil, espaços verdes, asfaltamentos não terminados, e o município decidiu acionar coercivamente o valor para terminar essas obras, que era uma urbanização dentro da nossa área e decidiu... Decidimos fazer isso e as obras acabaram por acontecer, e eu fiz questão de ir falar com as pessoas. Marcámos mais uma vez uma sessão pública e a participação... tivemos quase 30 pessoas, à noite, numa sexta-feira à noite, às nove e meia da noite. Tudo gente jovem que teve a necessidade de vir partilhar o que estava a acontecer, mas também reivindicar outras necessidades da sua urbanização.

De maneira que, neste caso concreto, eu senti que a população mais jovem, entre 30, 40, 50 anos, 45, houve uma grande adesão. Dependendo das causas, sinto que há participação das pessoas. Há. Quando são confrontadas e são instigadas a participar. Nós fizemos nas caixas do correio uma mera participação a dizer que o vereador ia estar naquele sítio. As pessoas aderem.

Não sei se isto... Há 30 pessoas numa urbanização de 40, 50 ou 70 fogos, quase metade das pessoas aderiram, portanto, eu vejo que há, quando as pessoas são incentivadas e lhes dizem as temáticas, as pessoas participam. Naturalmente que gostaríamos que

participassem muito mais. Mas eu acho que quando os temas lhes dizem algo e as tocam, participam.

E perante isto, como é que as instituições se devem organizar? Como é que acha que isto deve funcionar?

Bom, essa pergunta não é... Perceber qual a melhor forma de chegar às pessoas e preparar a sua forma de trabalho e a sua estrutura orgânica para dar resposta às pessoas. Como já lhe disse, no atendimento municipal. Depois é perceber quais são as necessidades.

Nós temos que olhar para o território e perceber quais são realmente as necessidades das pessoas e perante as necessidades dos territórios, tentar corresponder ao maior número de pessoas. Acho que genericamente é isto. Agora, cada dificuldade, cada problemática, acho que tem uma forma de atuação específica. Não há aqui um modelo para fazer participar mais as pessoas. Cada temática, eu acho que deverá ter um tratamento específico. As questões do território, se calhar, têm um; as questões sociais têm outras, as questões económicas, com os empresários, terão outras. Enfim... Todas elas, acho que têm que ser pensadas, para chegar da melhor forma a essas pessoas.

Percebi, há bocadinho, na maneira como falou do orçamento participativo, que não vê com muito bons olhos a participação...

...Online.

Via click.

Pois, porque isso... Eu vejo, do ponto de vista da legitimidade, que é tão legítima quanto as outras e eu, dependendo de como é feita, e a que eu conheço é só de Lisboa, não conheço outras, também posso estar aqui sem ter uma leitura global. Mas se esses projetos não têm depois um tratamento à escala do município, podemos estar a ser injustos. É só por isso que eu não sou tão fã desse modelo. Porque sei que já houve casos em Lisboa...

Por exemplo, uma Comunidade Paroquial, em que se conseguiram todos congregar, a paróquia conseguiu unir todos e conseguiram aprovar um projeto, que a meu ver, era menos válido do que o da paróquia ao lado, que não teve tanta capacidade de se unir. E o outro projeto que perdeu, a meu ver, era mais válido do que este.

Mas pronto, eu acho que eu, acima de tudo, eu não estou contra a participação.

Vou dar outro exemplo concreto. Chelas tem uma organização empresarial. Nós conseguimos criar um elo de relação e de trabalho com os empresários de Chelas, por exemplo, para o licenciamento das suas atividades económicas, que o município conseguiu internamente gerir, ter um interlocutor com essa organização e assim conseguimos não só licenciar como organizar todas aquelas necessidades económicas daquela freguesia. Neste caso concreto, estando organizados, facilitou o trabalho.

Exato, exato, ou seja, a sociedade civil também tem que se mobilizar e organizar.

Isso é fundamental. Acho que... isso temos dito sempre e temos tido resultados já no nosso trabalho, que incentivámos essas comunidades na solução de... na apresentação de propostas. O município responde às solicitações desses bairros, conseguimos ser mais eficazes se tivermos um interlocutor organizado. Não temos qualquer dúvida sobre isso.

Passávamos, se calhar, agora para o outro tema que não tem tanto a ver com as questões da participação, mas tem a ver com as questões da cultura cívica, que são as temáticas da igualdade, cidadania, liberdade, etc. O que eu lhe queria perguntar é: Em termos da dinâmica desta Câmara, qual é a relevância que estas problemáticas têm? Como é que elas são tratadas? Quais são os mecanismos que existem em relação às várias questões, nomeadamente as questões de igualdade social, sendo que este concelho é um concelho muito heterogéneo e em relação às questões de igualdade do género, quer para fora, para a população, quer para dentro, para a própria Câmara e depois também as questões da multiculturalidade, a multireligiosidade, etc.

Meu Deus, podíamos ficar aqui o dia inteiro. Então eu vou-lhe dar dois exemplos. Acho que com dois exemplos talvez consigamos retratar, ficar com alguma imagem que se tenha do Concelho, que tem a ver com uma iniciativa que nós tivemos agora de utilidade pública, não sei se já existiu em algum lado, e que tem a ver também com inter-religiosidade.

Eu não sei o número, não posso dizer em concreto, mas somos o concelho com mais religiões a trabalhar no concelho. Que se nota logo na diversidade que colhemos, por via das diversas culturas que temos. Portanto, temos um conjunto imenso de culturas, de

religiões e de movimentos que se nota também no nosso apoio à diversidade. E a integração faz-se por isso, por essa diversidade.

Mas falando concretamente de utilidade pública, nós também temos uma característica que queremos inverter que tem a ver com zonas muito focalizadas em áreas dormitórios, os usos do território não estão equilibrados. Temos áreas com muita atividade económica e outras áreas muito de dormitório e pensamos que devemos equilibrar estas funções, ou seja, as funções... o Lourense, quem mora em Loures ou quem mora em Santo António dos Cavaleiros, não deve ser necessário ir para fora, para Lisboa, trabalhar. Se conseguimos arranjar aqui no concelho, um posto de trabalho, ou seja, estamos a equilibrar e estamos a...

E, ambientalmente, depois há as questões ambientais. Se o Lourense demora uma hora a ir para o trabalho e uma hora a vir, está a perder qualidade de vida, e pensamos que uma das estratégias é equilibrar as funções e que os territórios consigam ter oferta de funções no seu espaço. Portanto, isso é uma promoção de igualdade e de melhoria da qualidade de vida.

Quanto à inclusão, e falando concretamente deste processo, isto para dizer que o facto de não haver equilíbrio de funções faz com que haja espaços de vivência mortos, por exemplo. Temos um bairro na Quinta do Mocho, o Bairro da Quinta da Fonte, que é um bairro dormitório. Isso quer dizer que há períodos sem vida nos bairros e esses períodos sem vida, não são propícios, nem são garante de integração.

Sabemos que, se houver essa multiplicidade de usos e de funções, estamos a criar inclusão social, estamos a criar vida e por essa vida estamos a criar relações entre as pessoas, entre os usos. E as relações entre usos e as diversas pessoas que trabalham esses usos, criam inclusão.

Mas depois há mecanismos concretos que têm a ver com esta iniciativa. Trouxemos mais de cem artistas das diversas áreas a fazer pintura nos bairros, e ao estar a incrementar a auto estima em todos esses bairros, está-se a valorizar aquele território e as pessoas sentem que não é um bairro conhecido por... É o caso da Quinta do Mocho. Não é um bairro conhecido só por atentados, mas também por ser a maior galeria de arte pública do País e da Europa onde nós já temos pessoas a falar do Bairro da Quinta do Mocho, não pelos tiros, mas pela galeria de arte pública.

Temos pessoas a visitar o bairro e as próprias pessoas a fazer a visita e a explicar a visita e os murais que lá existem, a valorizar a sua terra, o seu sítio onde vivem. Como também temos o restaurante, que criou a atividade económica, que ficou dinamizado por esse incremento de turistas.

Há uma dinâmica que se cria por esta iniciativa concreta e a que devemos dar continuidade. Portanto, isto não é só por causa da arte, mas a arte foi o motorzinho e o embrião para criar outras sinergias, para criar mais atividades económicas, para criar uma melhor qualidade de vida naquele espaço e, por essa via, criar a inclusão social e para que as pessoas possam ir morar para lá, os seus filhos, os filhos daquela terra continuem a morar lá e a continuar lá naquele território.

Nestas questões da interculturalidade que, por exemplo, na Quinta da Fonte é uma questão com peso...

Nós, mais uma vez, pensamos que só com essas entidades é que conseguimos fazer essa integração, ou que nos ajudam a criar condições para melhorar a integração. Nesses termos é que temos trabalhado com todas essas instituições e fazemos delas nossos parceiros. É tão simples quanto isso. Tão simples e tão difícil. Mas é só por via de parcerias com estas instituições. Esta iniciativa de arte pública, não seria possível sem a participação das populações e sem a convivência e a parceria das associações dos bairros, fundamental para o sucesso da iniciativa. Eu estou-lhe a dizer isto, não sou eu que estou a tratar desta matéria concreta, é a Dra. Maria Eugénia e podia-lhe dar muitos mais casos particulares. Ela é a melhor pessoa para lhe dar nota desta experiência, do que queremos fazer.

Não se cinge só... Ou melhor, como é que eu hei-de dizer isto? Nós não queremos pôr lá uma pintura, só porque é bonito, queremos fazê-la se isso for lógico para as pessoas daquele bairro, e fizer sentido para as pessoas do bairro, e é nessa perspetiva... E sentimos que está a fazer efeito, na valorização da autoestima e na valorização do bairro e das pessoas.

Em relação às questões do género.

As questões do género, não tenho muita coisa a dizer.

Qual é a sua sensibilidade em relação a esta Câmara? Acha que é um problema? Não é um problema? É uma questão que tem que ser trabalhada ou é uma questão

que já foi trabalhada e está ultrapassada? Questões de igualdade dentro do município, por exemplo: noto que o vosso executivo é um executivo muito masculino.

É verdade. É verdade, sim senhora. Eu estava a pensar aqui... Um, dois... No ambiente, tenho umas três... Não, tenho uma chefe e um diretor. Três chefes, uma é feminina e são 2 chefes e um diretor. No ambiente, está equilibrado, aí tenho duas engenheiras... uma engenheira, uma arquiteta, um geógrafo e o diretor também é um homem. Eu próprio tenho pouca convivência com mulheres. Nunca tivemos essa...

A questão do executivo tem a ver com... Não tem uma matriz qualquer de diferenciação a esse nível. Nem positiva, nem negativa. Trabalhamos... Não vejo... Não tem sido motivo de uma atenção, de uma atenção de forma discriminada, discriminada do ponto de vista positivo, de uma atenção mais equilibradora, que tenha essa natureza. Temos sido... Trabalhamos com normalidade com as questões de género, não tem sido... Não tem tido uma atenção...

Nunca foi identificada como um problema.

Não, nunca foi identificada. Que eu tenha... Comigo nunca foi. Não sei se a Dra. Maria Eugénia tem dados sobre isso, ela terá mais dados do que eu, mas acho que não. Não me lembro de termos tido essa discussão concreta, em algum caso concreto. Não é abordado como uma problemática... É algo natural. Deixe-me cá ver, mas aqui no meu serviço, tenho uma duas, três, quatro, cinco, seis... Tenho aqui mais mulheres, por exemplo.

Funcionárias?

No apoio direto, sim. Estou a falar no meu apoio pessoal. Estou a falar do meu apoio pessoal. Eu estou a falar de assessores. Eu estou a falar de assessoria quase direta. Tenho duas, três, tenho a Carmo, tenho a Teresa, tenho a Mafalda. Três. No apoio administrativo, por acaso são só mulheres, são duas. Depois tenho o Nelson e tenho um adjunto que é homem, portanto, são dois. Não tenho... Não tenho... Nunca fizemos essa avaliação sequer. A Maria Eugénia tem o adjunto, é homem. O presidente, são duas mulheres e um homem. O outro vereador tem uma mulher e tem um homem. A coisa está equilibrada. Quase de certeza. Se nós fizermos bem as contas, são metade, metade. Mas nunca foi dado motivo de contas.

FIM

Loures: Entrevista 2

Código: L-2-Vf

Local: Câmara Municipal de Loures

Entrevistada: Vereadora dos Recursos Humanos, da Coesão Social e Habitação e da Educação

Data: 2016-07-07

Sou Maria Eugénia Coelho. Sou vereadora na Câmara e tenho três pelouros: os Recursos Humanos, a Coesão Social e Habitação e a Educação.

Estas áreas têm, algumas delas, senão as três, uma ligação direta com as questões da participação.

Claro.

Pedia que me explicasse como.

Há vários tipos de participação. No que diz respeito aos Recursos Humanos e, portanto, que gerem os trabalhadores da Câmara, nós tentamos envolver, sempre que possível, os trabalhadores nas decisões, quer auscultando as suas opiniões, quer também dando-lhe nota das nossas decisões, para que de alguma forma possam desenvolver o seu trabalho de uma forma mais consistente.

Depois, a área social e a área da educação, que são as áreas em que nós efetivamente nos relacionamos com as pessoas do município, têm, segundo a nossa opinião e a nossa orientação, uma participação efetiva das pessoas, em várias áreas, nas áreas que são das nossas competências.

Nestes grandes temas, o que tem pautado a nossa participação e a nossa atuação é, de facto, estar muito próximo das pessoas e das instituições e, junto das mesmas, perceber quais são as suas expectativas, os seus problemas, mas também quais são as suas propostas de solução e, depois da conjugação dessas variantes, as decisões serão tomadas e são comunicadas. Mas, de uma maneira geral, pedindo sempre a colaboração das pessoas na construção das soluções, na construção não só dos planos de solução, mas também na efetivação dos mesmos, quer na educação, quer na coesão social.

Começando pela educação, nós temos por hábito reunir com muita frequência com os diretores dos agrupamentos e promover o debate sobre temáticas variadas, e, no aprofundamento dessas temáticas e dos problemas que as escolas enfrentam também, em conjunto, encontrarmos soluções. Algumas, propostas diretamente pela Câmara, outras que nascem do produto dessas reflexões.

Portanto, não temos, no que diz respeito à educação (não temos nem queremos ter), nenhuma ideia de que: “Temos aqui uma ideia, tomem lá, desenvolvam-nas ou apliquem-nas”. Em caso algum fazemos isso, na educação ainda menos, porque as nossas competências são na área da educação ou na área da ação social, ou nos transportes e outros equipamentos. Mas a participação que temos nos projetos educativos de cada um dos agrupamentos, é muito nesta área: “Estamos disponíveis. A Câmara tem um conjunto de recursos que está disponível para ir ao encontro daquilo que são os vossos planos e as vossas ideias”.

No que diz respeito à coesão social, que é uma área muito abrangente e, portanto, que toca muitos grupos diferenciados no nosso território, tentámos também de alguma forma que isto aconteça assim. Temos algumas ideias e algumas linhas estratégicas daquilo que deve ser feito no desenvolvimento desta área. Muito na ideia de que as próprias instituições locais devem encontrar e criar redes de respostas às necessidades e, para isso, fazemos reuniões periódicas com... no âmbito, por exemplo, da rede social, em que as várias temáticas que são necessárias abordar, aprofundar, criar de respostas às necessidades da população, são construídas. Essas respostas são construídas com as instituições.

Ou seja, quer na área da educação, quer na área da intervenção social, essa participação é conseguida, através da dinamização, fomento das redes locais. É isso?

Exatamente. Exatamente.

Há algumas situações em que nós desafiamos. Por exemplo, na área da rede social, quando tomámos posse, percebemos, já sabíamos, mas percebemos, que Loures precisava de se organizar para encontrar respostas para os adultos com deficiência. Não havia resposta nenhuma. Não é uma competência da Câmara construir essas respostas, mas foi entendimento nosso que é uma competência da Câmara incentivar e sensibilizar as instituições locais, para construírem respostas para essa população. E foi isso que aconteceu e, neste momento, há candidaturas para a construção de centros de atividades ocupacionais e de residências assistidas para adultos com deficiência, jovens adultos com deficiência.

É um bocado isto que nós entendemos. Não ficamos apenas à espera que as instituições digam: “Há este problema, vamos lá em conjunto resolver”. Naturalmente que nós temos também a nossa ideia do que é que se passa e quais são as necessidades do nosso território e, no âmbito desta rede, incentivamos, articulamos, procuramos que em conjunto se encontrem soluções, naturalmente assumindo as responsabilidades que temos mas também fazendo pontes, por exemplo, com o governo central, no sentido que as instituições locais possam ter a resposta adequada aos seus projetos.

Na educação é o mesmo.

Mecanismos de participação direta da população, existem?

Existem. Ultrapassando esta área que eu tutelo. Nós, desde que estamos na Câmara, já promovemos reuniões públicas na ordem de umas dezenas largas, para temáticas variadas. Desde a apresentação do orçamento. Dos vários orçamentos. Desde a participação sobre, por exemplo, a revitalização dos centros urbanos. As ideias que temos, mas também ouvindo as populações, para aquele território, para aquela cidade.

Enfim, já fizemos várias reuniões participadas, no âmbito de uma iniciativa que tivemos que foi o “Loures em Congresso”, em que foram abordadas todas as temáticas que envolvem o nosso território, ou que o nosso território contém. Houve vários fóruns para a participação das pessoas, com modelos diferentes de organização, mas em que cada uma das temáticas, desde o urbanismo, às zonas de gente ilegal, à educação, à habitação social, à própria formação dos trabalhadores da Câmara, foram promovidos um conjunto muito alargado, mesmo muito alargado de fóruns, em que se apelava à participação das pessoas para ajudarem a traçar rumos.

E com quórum?

Com muito quórum. Umas mais que as outras, naturalmente, mas com muito quórum.

E porquê essas reuniões? Qual é a vossa ideia?

Porque nós entendemos que a democracia deve ser participada e que todos os cidadãos têm também a obrigação de dar as suas ideias e as suas opiniões e participarem na transformação que queremos fazer, que o território venha a ter, independentemente da democracia. Sabemos que a democracia representativa que o nosso país tem, e as autarquias também o têm, temos responsabilidades e não abdicamos delas, naturalmente, e as decisões últimas são nossas,

porque é assim o nosso sistema democrático. Mas entendemos que ouvirmos a população, estarmos próximos da população, é uma forma de uma democracia participada que, com certeza, consubstancia muito melhor as nossas decisões.

Conhece a ferramenta do orçamento participativo?

Sim.

Loures não implementou?

Não.

Porquê?

Nós entendemos que o orçamento participativo, nos modelos que conhecemos, também não é um instrumento universal e que, também já todos conhecemos, que às vezes algumas soluções encontradas pelas pessoas que participam nas votações representam apenas um pequeno nicho da população.

Para nós, a democracia participada é fazer com que, permanentemente, a população participe e dê opiniões sobre as várias temáticas do desenvolvimento do território. Para nós, o orçamento participativo é muito limitativo e geralmente foca apenas um determinado nicho da população, que se consegue organizar e juntar à sua volta pessoas para desenvolver um determinado projeto. Tem a sua validade e o seu... Não pomos isso em causa. Mas entendemos que a democracia participada é muito mais que isso.

Ou seja, é ouvir todas as partes, é isso?

É ouvir e depois, os órgãos democraticamente eleitos, decidirem.

Para além das reuniões com a população, que outros mecanismos de participação é que a Câmara tem fomentado? Como é que as pessoas podem chegar à Câmara?

As pessoas marcam reuniões, pedem para ser recebidos pelos eleitos. Nós recebemos toda a gente. Desde o Senhor Presidente, para determinadas matérias, ou qualquer outro vereador, tem na sua agenda períodos para receber as pessoas e reunir sobre as problemáticas que cada um sente.

Depois temos também, como digo, estas reuniões alargadas, mas também em assembleias comunitárias: num determinado bairro, reuniões sobre o estacionamento numa determinada zona. Sobre várias temáticas, temos essas reuniões.

Temos também, por hábito, um conjunto de comunicados que enviamos, para dar conta das decisões que tomamos depois dessas assembleias, ou de outras que não foram decorrentes duma assembleia. E temos também vários meios de comunicação, desde o site da Câmara, desde o *facebook*, e estamos muito na rua. Participamos em todos os órgãos e em todas as associações em que temos assento, sempre que nos convidam, e a nossa perspetiva é ouvir efetivamente as populações.

Eu dou-lhe um exemplo. Houve uma reunião sobre a requalificação dum espaço da cidade de Sacavém, de um espaço da zona mais velha e nós tínhamos um plano, um projeto já feito para ser desenvolvido e fomos apresentá-lo à população. Para nós, era um bom projeto. Era um projeto que, desde os arquitetos, às intervenções sociais, tinham construído um projeto de intervenção, quer cívica quer nas outras áreas. A população reunida, sobretudo os comerciantes, mas a população reunida para a apresentação desse projeto, discordou de muitas coisas e nós, de facto, repensámos o projeto. Recolhemo-lo e vamos então ouvir estas situações, estes problemas que as pessoas levantaram, que têm premência, e vamos pensar e reformular o projeto e reformulámos o projeto.

Trabalhar com...

... com a população. Não deixando de assumir as responsabilidades que temos enquanto eleitos democraticamente, no nosso sistema que foi criado no nosso país e que é defendido pela Constituição. Não... Nós temos responsabilidades. Temos um programa que foi apresentado à população, que foi sufragado e temos que o cumprir. Mas temos também a capacidade e a flexibilidade para ouvir outras opiniões e ir adaptando às realidades do momento.

É validar no terreno.

Exatamente.

Falou que os funcionários dos recursos humanos são envolvidos nas decisões. Como é que isso se processa?

Os trabalhadores do município têm, como obrigação, cumprir as orientações superiores para o desenvolvimento do conjunto de projetos e nós sabemos quais são os projetos que queremos desenvolver, muito fruto também daquilo que nós apresentámos às eleições, mas também das consultas que fazemos à população.

Habitualmente, são sempre explicados os objetivos que tem uma determinada tarefa e o que é que se espera de cada um dos trabalhadores. Mas, naturalmente, que as tarefas são para cumprir, porque nós estamos para servir a população.

O envolvimento dos trabalhadores nos processos que estão a desenvolver e a trabalhar é muito importante, porque o resultado é sempre melhor. Mas, naturalmente que não são os trabalhadores que decidem que este projeto se faz ou aquele não se faz. Essa decisão é da administração, ouvido e baseado naquilo que lhe disse, nos projetos que temos e que foram sufragados nas eleições e na abordagem que fazemos sistematicamente à população. Mas os serviços do município servem exatamente para cumprir este projeto, porque o objetivo é servir a população.

Na sua opinião como é que... Eu já percebi que, de alguma maneira, que este modelo que este município tem implementado, encaixa um bocadinho naquilo que é a sua ideia de como é que deve ser a participação.

É a nossa ideia. Não é minha. É a nossa ideia. Do executivo.

Exato. Mas encaixa consigo?

Com certeza.

Como é que vê a participação no futuro? Para onde é que acha que nós devemos evoluir? Para onde é que acha que nós devemos caminhar?

Nós, enquanto sociedade, enquanto comunidade?

Exato.

O que seria ideal era que, de facto, cada cidadão percebesse que tem que intervir e tem que participar. Mas isso não acontece e, cada vez mais, sabemos que o apelo à participação e a participação efetiva dos cidadãos é diminuta. Aquilo que eu penso é que nós temos que formar crianças e jovens para serem cidadãos plenos e que a sua participação não se deve limitar ao dia, ao ato da eleição e devem ser intervenientes, terem sentido crítico e exigir e propor.

Eu acho que é para isso que temos que trabalhar todos. Não cabe apenas à Câmara Municipal, aliás cabe pouquinho, mas enquanto comunidade, enquanto sociedade era para aí que nós devíamos formar os nossos cidadãos. Cada um é cada um mas, coletivamente, temos que fazer

a nossa intervenção naquilo que é a nossa vida, a vida coletiva mas também individual. Não sei se é por aqui que se caminhará. Eu gostava, mas eu não sei se é.

A Câmara, em termos de intervenção na área educativa, tem feito algum trabalho nesse sentido?

Sabe, como eu lhe disse há bocadinho, nós não impomos aos agrupamentos nada porque não temos competência para isso. Mas temos, para que os agrupamentos usem, um conjunto de ofertas educativas que a Câmara promove, que podem ser usadas pelos agrupamentos e algumas, muitas, são na área da cidadania e da participação. Todos os anos, lançamos um guia de ofertas educativas em que se disponibilizam às escolas. No ano passado, foram cinquenta e tal possibilidades de projetos e mais outras tantas visitas e atividades. E muitas delas são de incentivo à participação, e as escolas usam conforme os seus planos.

Como por exemplo?

Por exemplo, nós desenvolvemos... temos projetos na área da participação efetiva, de constituição de representantes de jovens das escolas, não sei se são das associações de estudantes ou não, que devem encontrar-se e reunir e debater certas temáticas. Tivemos um projeto que acabou o ano passado, que é o “Nós propomos”, em que houve um conjunto de escolas que aderiram, juntamente com o IGOT. Foram procurar problemas daquela comunidade, detetaram, fizeram o diagnóstico e depois propuseram soluções, e ainda há pouco tempo, um mês e tal, se reuniram para apresentar as propostas que tinham construído para os problemas que tinham sido detetados.

São incentivos à participação e são aprendizagens que se fazem para a participação. Tudo se aprende. Nós ensinamos as nossas crianças e os nossos jovens, que o que interessa, de facto, é a sua vida, o seu computador e pouco mais, e tudo o que está à volta não é um espaço da sua intervenção. É difícil depois criar cidadãos participativos. As escolas têm um papel importante, mas os pais também porque têm que dar o exemplo e têm que estar atentos àquilo que os rodeia e perceber que são parte integrante no desenvolvimento do território.

Como é que sente a população de Loures? Acha que é uma população que se interessa, que participa, que se envolve? O concelho é muito grande.

É muito grande e muito diferente, de área para área. Há sítios onde a participação é mais efetiva, outros onde o incentivo à participação tem que ser mais acutilante. Mas penso que há sempre, em cada uma destas localidades, ou antigas freguesias, um núcleo importante que

quer participar, que tem opinião, muitas vezes discordante da nossa. Mas sim, gostávamos que fosse uma população mais participativa, sem dúvida.

Mas até do ponto de vista histórico, a população do concelho de Loures, quer da cidade de Loures quer da zona oriental, por natureza é interventiva. Os últimos anos e a forma como a nossa sociedade se tem organizado, não é apelativa à participação, sabemos que não. As pessoas estão em casa, nos centros comerciais, participam pouco nas coletividades. Apesar de que aqui em Loures ainda participam muito e há muitas coletividades, que é outra forma de participação, é outra forma de participação.

É uma forma de organização.

É uma forma de organização, em que as pessoas participam e constroem soluções para as suas vidas também. Quer as coletividades, quer as IPSS que também há muitas. Há muitas associações de reformados, também há muitas. Mostra que a nossa população procura soluções de participação diferenciadas, literalmente. A participação não é só na reunião, naturalmente.

Loures é considerado um dos concelhos mais multiculturais do país.

E é.

Isso em termos da participação na Câmara, isso reflete-se ou não? Porque eu, por exemplo, estive na Assembleia Municipal que foi realizada em Camarate e a população que estava lá era uma população de Camarate, daquela população que vive lá há muitos anos, não é? Não vi este reflexo, sendo que aquela zona, em particular, até é uma zona mesmo muito multicultural.

Sabe que a participação nas Assembleias de Freguesia é sempre muito restritiva. São pessoas que, habitualmente, acompanham o desenvolvimento político da Câmara. Também lhe disse mesmo agora que, de facto, a participação está longe de ser aquilo que nós gostaríamos, mas há muitas participações residenciais. A população de Loures, de facto, tem um conjunto de pessoas oriundas das mais diversas partes do mundo. Nós há pouco tempo, contabilizámos quantas nacionalidades existiam em Loures e eram 122. Pronto. Muito fruto do CPR e pelo facto de ser aqui no nosso concelho o Centro Português de Refugiados que tem um conjunto muito alargado de nacionalidades.

Mas, de facto, o nosso concelho tem na história dos seus últimos anos a vinda de pessoas, quer das várias zonas do país, à procura de melhor vida, quer também de outros países do mundo e sobretudo dos países de língua portuguesa, das ex-colónias. Procuram aqui... procuravam dado o seu tecido industrial e empresarial, procuravam e procuram emprego.

Os níveis de participação são diferentes, porque as pessoas, os emigrantes, vamos dizer assim, que procuraram Loures, a sua primeira preocupação e a sua principal preocupação é sobreviver e fazer uma vida melhor. Portanto, até se passar ao sentido de pertença da comunidade e à sua participação há um percurso que é preciso ser feito. Como foi feito com os portugueses quando foram para França. Vamos para lá para ganhar o dinheiro, para fazer a nossa vida e melhorar, não é para fazermos ali a nossa casa, portanto hoje os emigrantes portugueses que vivem em França têm um nível de participação nas comunidades muito superior à que tinham nos anos 70. É assim mesmo que as coisas se processam. São um projeto de vida que depois as segundas gerações e terceiras, geralmente já têm um sentido de identidade que os próprios pais não tinham antes.

As participações dos vários grupos que temos no nosso país, no nosso concelho, fazem-se de forma variada. Quer através de associações de emigrantes, de associações locais. Quando vivem num bairro municipal, por exemplo, a participação já é diferente. Quando há um determinado problema, as pessoas de facto, participam nas assembleias comunitárias, mas há cada vez mais um grupo muito alargado de associações específicas de determinado grupo de população.

O ideal é que não haja tanto e que sejam inseridas em todas as associações que existem. A nível político, a participação é sempre mais pequena, já se sabe. É porque também em algumas eleições não votam. É porque, às vezes, só sentem que as pessoas vão a determinados sítios na altura das eleições porque quando votam, os votos dão jeito. A nossa prática não tem sido essa, estamos no terreno à medida das nossas disponibilidades e com total respeito pela identidade daquelas pessoas e daqueles grupos.

Eu acho que cada vez mais temos participações efetivas, sobretudo a nível das Associações e das IPSS. Sim.

A questão da multiculturalidade, é uma questão que preocupa a Câmara ou não? A integração multicultural?

Não. Não preocupa. A nós preocupa-nos qualquer franja da nossa população que esteja em situações de fragilidade e há muitas.

É mais a questão da igualdade social.

Exatamente. Preocupa-nos o facto de haver determinados grupos e determinadas zonas onde o desemprego é ainda mais gritante do que noutras. Preocupa-nos que determinadas zonas e determinados grupos da nossa população tenham um índice, uma taxa de absentismo na escola, superior às outras e, portanto, temos que atacar aquela população, atacar, entre aspas. Preocupa-nos que, de facto, haja determinados grupos para quem a habitação ainda não seja um direito garantido, mas não é uma preocupação multicultural, é uma preocupação com a população que vive no nosso concelho.

É uma questão mais social.

Tem a ver mais com o social, e depois, de facto preocupam-nos problemas específicos de grupos específicos, mas não tem a ver com origem étnica. Não tem nada a ver com isso.

Toda a gente é tratada como igual.

Com certeza, e tentando procurar soluções para os problemas específicos de determinados grupos que podem não ter nenhuma identidade étnica ou religiosa, mas podem ter, por exemplo, um problema relacionado com o desemprego ou com o apoio à infância ou com o apoio à terceira idade, ou com os deficientes, neste caso, como lhe disse há bocadinho. Para nós, o facto de termos pessoas oriundas das várias partes do mundo, com ideias e culturas que têm algumas semelhanças, mas que têm algumas diferenças, é encarado por nós como uma maior riqueza. Fará com certeza com que cada um de nós aprenda e seja melhor pessoa, em contato com as outras culturas e com as outras formas de encarar o mundo.

Sente que este concelho é um concelho em que as culturas são integradas, se misturam, ou ainda estão separadas?

Ainda há algumas franjas de separação. Mas sabe que eu às vezes penso que não tem nada a ver com as origens étnicas ou com o grupo ser africano, ou com a cor de pele, tem a ver com ricos e pobres. É o meu entendimento.

Tem mais a ver com a desigualdade social.

É. É. Tem a ver com isso. Porque se alguns desses grupos tivessem um nível económico e social diferente, são sempre bem aceites. O mundo sempre foi assim. Sempre foi, mas há-de

mudar. Tem mais a ver com isso. Mas ainda há alguns preconceitos, algumas teias de aranha na nossa cabeça, dizer que não havia era fugir à realidade. Há com certeza e temos que trabalhar para que sejam trabalhados.

Uma curiosidade. O que é que acha deste projeto que está agora a ser desenvolvido pelo Alto Comissariado para as minorias, para a questão da integração dos ciganos?

De facto é um projeto e é uma área que temos estado a trabalhar porque, ao contrário de todas as outras ideias que nós tínhamos em relação aos outros grupos, há ainda algumas situações no concelho de Loures, em que a etnia cigana está de facto um bocadinho à margem de toda a outra comunidade. É, de facto o grupo que, neste aspeto, carece da nossa parte duma atenção especial, no sentido de criar medidas para que a sua integração, a sua auto-integração, quer também das pessoas de fora, se concretize.

Estamos a trabalhar nessa área. Estamos em vias de assinar um protocolo com a associação de mediadores ciganos, porque há zonas no nosso território, pequenas, circunscritas, em que é preciso que a intervenção de todos permita uma maior abertura daquela comunidade ao resto do concelho. Sim.

Está relacionado com a integração.

Exatamente. Com respeito pela individualidade de cada um, mas que possamos... Para que não haja 2 lados. Para que não haja o lado de quem precisa de os entender, nem o lado de quem precisa de ser entendido. É a comunidade que mais nos preocupa.

Ou seja, de alguma maneira, afinal, a questão da multiculturalidade acaba por ser...

Seria um disparate dizer que não é... que não há problemas que temos que resolver. Não encaramos como sendo um problema, encaramos como sendo uma riqueza. Mas os casos específicos, que precisam de tratamento específico, como lhe disse há bocadinho, têm que ser tratados como tal. No que diz respeito ao desemprego, à educação, à saúde, mas também ao facto de não estarem integrados, de se auto excluírem da comunidade, merecem de nós atenções especiais.

Mas a base do problema não é serem ciganos, ou serem angolanos, ou serem... é um problema específico daquela comunidade, que deve ser tratado como tal. É isto. É só isto.

Não estou a dizer que não há problemas. Então não há. Se não houvesse, a gente não precisava de estar cá. Há, mas não é um problema de multiculturalidade, ou não é um

problema étnico, é um problema... são problemas específicos da sociedade ocidental, que continua a manter, em algumas áreas, exclusões que nós temos que abafar.

O mecanismo para tratar essas questões é o... como disse há bocado, é a questão da intervenção em rede.

É a intervenção em rede e também específicas para estas pessoas. Não há receitas... Não há uma receita para cada problema. Não há. Nós temos que ir, de acordo com a realidade, tentando fazer a intervenção, mas sempre com a participação das pessoas e em rede. Porque, se for uma solução apresentada apenas pela Câmara, não é assumida pela própria comunidade e acaba por não se transformar numa solução. Resolve ali, naquele momento, aquela situação, mas o problema fica.

As pessoas, e então nestas questões dos vários grupos que existem, com problemas específicos, em áreas diferentes, se não for toda a comunidade daquela zona a procurar e a construir soluções, as coisas depois não têm a profundidade necessária. É um processo muito mais demorado. Porque há soluções rápidas (se houvesse dinheiro), que se constroem, mas depois que morrem porque as pessoas não participaram na sua resolução, na sua construção.

Queria-lhe perguntar-lhe em relação à questão da igualdade do género.

Como é que esta questão... Existe a questão da violência doméstica, essa eu já percebi que é alvo de intervenção e a Câmara tem uma intervenção ativa, mas a questão da igualdade do género não se esgota aí. Certo?

Não, não.

A questão que eu lhe queria perguntar é: e sendo mulher e sendo a única mulher no executivo, como é que vê esta questão da igualdade do género no município de Loures? Acha que é uma questão que as pessoas estão despertas para ela? Têm sensibilidade?

Têm muito mais do que tinham há uns anos. Hoje a igualdade de género é assumida, pelo menos teoricamente, por toda a gente, mas as mulheres continuam a ter muita dificuldade a chegar, por exemplo, a situações... órgãos de poder... A participação das mulheres é ainda muito dificultada. Muito melhor que era no passado, mas ainda há muitas barreiras. Barreiras tanto maiores quanto for a sua situação económica pior, mas ainda é transversal a todos os grupos. A participação das mulheres, é sempre mais difícil.

Como é que a Câmara lida com isso? Tem alguma intervenção?

Nós... A nível dos trabalhadores da Câmara, quero dizer que a maioria são mulheres. Os trabalhadores. E a maioria dos dirigentes, também são mulheres. Pronto, isso acho que mostra a forma...

Mas no executivo não.

No executivo, não. No executivo sou só eu. Sabe que isto... Nós também sabemos que os estudos estão a ir todos...

Nas empresas, por exemplo, há muitas mulheres e há bons quadros, há quadros intermédios, mas para chegar a quadro superior da empresa ou à Administração, as barreiras são imensas e cada vez há menos mulheres. No caso concreto deste executivo municipal, tem a ver com a participação política. Tem a ver com a participação política e, portanto, é o que eu lhe tenho estado a dizer.

A capacidade de participação das mulheres é muito inferior à dos homens, porque têm outras tarefas que lhes foram associadas ao longo da sua vida. O facto de ser mãe, o facto de trabalharem, terem de tratar da casa porque ainda neste momento as tarefas não são divididas. Mas sobretudo, o facto de ser mãe, de crianças pequenas, impede a participação nos partidos políticos e nos órgãos que depois dão origem aos executivos municipais e, portanto, essa participação acaba também por depois se refletir numa diminuição das mulheres no executivo.

Exato. E como é que acha que isso se resolve?

Isto é difícil de resolver, sabe. Porque as mulheres e ainda bem, mas os homens também, cada vez mais entendem que a sua participação e a sua presença enquanto mães enquanto os filhos são pequenos, é muito importante. Os pais também são importantes, são tão importantes como as mães e cada vez mais estão a assumir este papel, e não é...

Não é possível. Não se coaduna. A participação política, nos moldes em que está instituída em Portugal e o facto de ser mãe. Quer dizer, não é possível, é muito difícil. É muito difícil e isso tem que se transformar. Até a forma como nós fazemos a política. Como as reuniões são feitas à noite nos partidos. Como a falta de apoio por parte das instituições para que os filhos possam ficar. Tudo se tem que mudar. Mas cada vez mais há mulheres a participar, cada vez há mais e eu acho que têm que participar, porque a qualidade da sua participação melhora o desempenho. Mas entendo que isto ainda é muito complicado.

Deixe-me dizer-lhe que eu, por exemplo, se eu não tivesse os meus filhos crescidos... Eu sempre participei na vida política à medida do que podia. Mas se eu tivesse filhos pequenos, aquilo que estou a fazer hoje, não podia fazer e se tivesse que optar, optava pelos meus filhos e isto, faz com que as mulheres participem menos.

Nem tanto o facto, que às vezes se diz, que os homens travam... Pelo menos na minha força política não é isso. Travam o acesso das mulheres porque querem o poder para si. Não é isso. É porque há menos mulheres a participar do que homens. E é fruto disto, das suas responsabilidades enquanto mães. Na minha geração, notava-se mais do que se nota hoje, e que faz que as mulheres até aos 40 e tal anos tenham muita dificuldade porque têm que acompanhar os filhos. Cada vez mais, os pais estão presentes e fazem a sua tarefa, o que permite uma maior participação das mulheres, mas ainda há um caminho muito grande a percorrer.

Mas esta não é uma área que seja considerada como uma área de intervenção para esta Câmara?

Sabe, nós proporcionamos às nossas trabalhadoras todas as possibilidades que estão ao alcance da lei e para além da lei, para que possam ter uma vida desafogada e que possam participar em vários planos. Por exemplo, todas as mães ou pais que tenham filhos até aos 12 anos, podem ter jornada contínua e têm. Aumentámos exponencialmente o número de trabalhadores com jornada contínua e todas essas medidas que são possíveis na nossa Câmara, fazemos com que aconteçam.

Temos uma creche, onde podem deixar os filhos pequenos, até aos 3 anos e também a nossa rede de escolas, tem ATL, tem as refeições e os AECS, mas também permite que possa haver sítios onde as crianças estejam em segurança e com qualidade.

Agora, há questões de fundo que não dependem da Câmara. A Câmara não manda em tudo e as questões de facto, da mentalidade, de condições de trabalho para os pais e para as mães, não dependem de nós. Dependem só e apenas dos nossos trabalhadores. Mas para nós é uma prioridade, com certeza.

Igualdade de género, com certeza. Com certeza. E que, para nós não se traduz apenas na alteração do discurso. “Boa tarde a todos e a todas”, isso é pouco importante. É pouco importante. É nas medidas concretas de apoio às famílias, de modo a libertá-las para outro tipo de participação e também de lazer. Nós temos uma maioria de trabalhadores mulheres,

mas também temos uma maioria de dirigentes mulheres, portanto, são encaradas por nós, com base na igualdade.

FIM

Loures: Entrevista 3

Código: L-3-GPr

Local: Câmara Municipal de Loures

Entrevistado: Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Loures

Data da realização da entrevista: 2016-05-04

Sobre a utilização de determinados instrumentos para a participação dos cidadãos e as motivações para a participação das pessoas: cada vez mais tem funcionado que as pessoas participam naquilo que lhes diz respeito, ou naquilo que querem relativamente a algumas respostas.

Nos dois modelos e nas duas experiências que nós temos, em que levamos às sessões nas Juntas de Freguesia, discutimos “nós vamos fazer o orçamento” sem nunca nos demitirmos das nossas responsabilidades. O poder eleito de uma forma democrática e representativa não se pode demitir das suas responsabilidades.

Houve o voto, e agora não vamos dizer “você deram-me este voto, mas como é que vocês querem que façamos”. O que é a democracia participativa e a democracia representativa. Sem uma demissão total das responsabilidades. Quem tem que decidir são aqueles que são eleitos, mas levamos à discussão as grandes áreas prioritárias para os quatro anos do mandato. E há, efetivamente, uma diminuição das pessoas que participaram no último ano.

Neste momento, os projetos que estão em participação são quatro projetos de revitalização de quatro centros urbanos: Loures, Moscavide, Sacavém e Camarate. É preciso revitalizar estas zonas centrais, estes núcleos urbanos, de modo a requalificar o espaço urbano naquilo que a Câmara pode intervir. Não pode intervir no edificado particular e, portanto, é a requalificação do espaço público.

Ponderou-se a melhoria do edificado privado, através de um conjunto de incentivos (como a isenção de taxas), para que o privado reabilite também o seu edificado. O que está neste momento em discussão é um projeto prévio para estas requalificações e o que se verifica é que as sessões em que se têm discutido estes projetos estão completamente cheias.

Ou seja, estes projetos vão a discussão, são organizados... Se pudesse explicar como é que isto é organizado...?

A Câmara (o Engenheiro que está com estes projetos) contactou e convidou vários arquitetos para apresentarem projetos, e selecionou o projeto que se mais adequava, tendo em conta os objetivos da Câmara e também a questão económica do seu financiamento.

São esses pré-projetos que estão a ser discutidos com a população. São apresentados e discutidos, ainda numa fase de poderem ser alterados. Não na sua filosofia global. Aí está aquilo que eu dizia: há uma decisão da Câmara, que escolheu, e agora leva-o à discussão para que, dentro daquela escolha, possam ser feitos aperfeiçoamentos, sugestões, não pondo em causa todo o projeto.

Há uma pessoa que no último encontro dizia “mas nós não fomos ouvidos neste projeto”. Mas há a responsabilidade dos eleitos. As pessoas até podiam não ser ouvidas para nada. A obra começava e viam o resultado final, não é?

O que se pretende, no fundo, é identificar a população que usufrui daquele espaço ou projeto. No fundo, é uma questão de ganhar (até pelos incómodos que vai ter durante a obra), de ganhar a identidade das pessoas que vão usufruir, que vivem, que trabalham, que passeiam naquele espaço, e procurar, dizer “se calhar, aqui, o projeto pode ter esta vertente, ou não ter aquela”.

Isto para dizer que foram utilizados os mesmos instrumentos de divulgação.

Quais são os instrumentos de divulgação?

De um modo geral, são: o *site* da nossa Câmara, a distribuição de folhetos nos locais de influência onde vai ser o debate, e alguns *outdoors* (que não tenho a certeza se foram utilizados no caso da revitalização dos centros urbanos).

Mas o que me estava a dizer é que, enquanto na discussão das linhas mais gerais...

Enquanto nos instrumentos da discussão do orçamento, as pessoas, se calhar, têm mais dificuldade em participar, ou consideram que não é uma coisa que lhes diga totalmente respeito, quando se vai dizer “vamos intervir aqui”, as pessoas apropriam-se, no fundo, do projeto, e querem ser ouvidas.

Ou seja...

Ou seja, se as entidades públicas forem ao encontro daquilo que são os interesses da população, a população, de um modo geral, adere. A questão é que é preciso selecionar quais

são efetivamente as áreas em que nós queremos que as pessoas realmente participem ou têm espaço para participar.

Repare, numa administração pública mais aberta, as pessoas têm a possibilidade de ir à Assembleia Municipal, têm a possibilidade de ir à Câmara, têm a possibilidade de mandar os *emails* que quiserem (até se pode mandar *emails* anónimos). Portanto, as pessoas têm mil e uma maneiras de participar, de reclamar, de sugerir e este município tem um princípio: que é responder a todos.

Ou seja, sempre que alguém se dirige à Câmara Municipal, a Câmara dá uma resposta.

A Câmara dá uma resposta. Pode não ser a resposta que a pessoa quer ouvir, mas há resposta, mesmo que seja a questão mais absurda.

Como é que é organizada essa resposta? Existe algum gabinete que se organiza para esse efeito? Existe uma pessoa, duas pessoas, dez pessoas...

Neste momento, nós fizemos uma alteração à estrutura orgânica. Há uma divisão de atendimento e informação que terá uma área que é a área normal das reclamações. Neste momento, todas as reclamações, questões ou pedidos de informação que são dirigidos ao Presidente da Câmara são respondidos pelo Gabinete de Apoio à Presidência. De um modo geral, sempre que é dirigido ao Presidente, é o Gabinete que deve responder. Mesmo que se recolha informação na estrutura da própria Câmara. Se alguém estiver a perguntar “digam-me lá quando é que tapam um buraco que está na rua não sei das quantas”, é evidente que...

Terá de perguntar a quem trata do assunto.

Exatamente.

Mas uma pergunta que eu lhe queria fazer: este movimento que é a pessoa deslocar-se à Câmara, quer uma informação, pergunta e é-lhe dada uma resposta e depois essa informação (que é recolhida das perguntas que as pessoas vão fazendo) tem algum tipo de tratamento que depois interfira com a própria ação da Câmara?

Não. Não propriamente. Agora repare: se nós verificamos que sistematicamente está a chegar à Câmara determinado tipo de reclamações, sobre a mesma área, sobre o mesmo tipo de reclamação, é evidente que temos de equacionar o que se está a passar.

Ou seja, essa análise é feita.

Essa análise é feita, mesmo que seja, muitas vezes, de uma forma empírica.

Quando foi a questão dos orçamentos, fizemos a estatística de quais eram as áreas em que efetivamente as pessoas mais reclamavam...

... mais se queixam...

Mais se queixam, mais reclamam, mais sugerem...

Ou seja, a priorização da questão da requalificação urbana foi feita com base nos contributos que as pessoas foram fazendo chegar?

Não. Foi feita a priorização por uma vontade própria, e porque isso fazia parte do programa que foi apresentado a votação. O objeto “revitalização de centros urbanos” não passa, não é priorizado pela atividade do Município porque havia movimento. Havia esse sentimento, mas não havia o movimento de dizer “é preciso fazer isto”. Mas essa era a vontade do executivo que foi eleito. Do diagnóstico que foi feito, era necessário fazer com que os núcleos urbanos tenham vida, também fora do horário das 9 às 5, que é o núcleo administrativo. Quando os serviços administrativos fecham...

Mas na prática, o que eu lhe queria perguntar era: quando o executivo faz o seu trabalho e define as suas prioridades, isso é feito com base na sua visão do território, ou...

Quando há apresentação de um programa eleitoral (muitas vezes não se apresentam programas eleitorais), é efetivamente uma proposta. Quando o executivo, em outubro de 2013, entra com o orçamento para 2014, o orçamento já está elaborado, não é? O que o executivo faz é: vai à população dizer “as nossas prioridades são estas” e, de um modo geral, as prioridades que foram apresentadas pelo executivo correspondiam às necessidades que as pessoas sentiam.

Mas quando eu digo “nós temos aqui uma grande prioridade”... Foram definidas várias prioridades para estes quatro anos: educação, intervenção no equipamento escolar que necessita, dinamização sociocultural, iluminação pública, requalificação do espaço urbano. De um modo geral, o que se verificou? Melhoramento na recolha de resíduos... Quando falo na requalificação do espaço público, incluo tudo: incluo a requalificação do espaço físico, a iluminação pública do espaço, toda esta...

...a funcionalidade do espaço.

A conceção do espaço. O uso do espaço: o espaço ter condições para ser usufruído.

Pode haver coisas específicas que digam respeito a... Estou-me a lembrar: numa determinada localidade é dito “aquilo que nós precisamos aqui é de...” (eu vou-lhe chamar “parque infantil para animais”). Se calhar, naquela zona específica, ou para aquelas pessoas específicas, conforme a participação (não sei como é que as participações... o que é que representam, e como é que os *lobbys* da representação se fazem sentir)... Dizem “aqui precisávamos disto”. Mas as grandes linhas gerais não eram estas.

Agora, voltando à questão da responsabilidade: quem tem o direito e o dever de apresentar propostas. Na minha perspetiva, a questão da representação não pode substituir a responsabilidade e o trabalho que se tem pelo facto de terem sido eleitos. Eu gostaria muito pouco de ser um representante político, seja ele qual for, que se apresenta com determinado programa e que, de repente, diz “eu não faço este programa porque, ao nível da representação, as pessoas não é isso que querem, é outra coisa qualquer”. Então, alguma coisa está mal nos representantes que elegeram, ou aqueles que estão a fazer a democracia representativa, se calhar, não representam a totalidade da população.

Ou seja, o que me está a dizer é que quem é eleito tem a responsabilidade...

De apresentar propostas...

Exato, e, para além disso, também de perceber se a participação, se aquilo que chega da parte da participação, se é uma questão que tem a ver com um determinado grupo e não representa o interesse geral da população, ou se ...

Não quero dizer que não se possa acolher a proposta de um grupo específico. Agora, temos de ter a capacidade de aferir se... O exemplo do parque infantil para animais era uma necessidade que a pessoa estava a sentir. Mas, se calhar, a pessoa estava a representar-se a ela própria. Não tinha feito qualquer... Mas ela pode, efetivamente, fazer uma coisa: convidar centenas de amigos para estarem presentes a representar aquela questão e aquilo que é apresentado por uma pessoa, numa determinada sessão, pode ser o máximo das participações: é a questão dos *lobbys* e da relevância desses *lobbys*.

Como é que é feita essa gestão? Ou seja, como é que a Câmara lida com isso? Porque a Câmara vai junto da população. Já apresentou várias situações em que a Câmara vai efetivamente ao encontro da população...

Temos várias situações. Tivemos a primeira, a discussão pública do PDM, com sessões em tudo o que era a... Com muita participação. Tivemos, depois, as participações ao nível do orçamento.

Nas linhas estratégicas...

Nas linhas gerais do orçamento.

O movimento associativo: aprovámos já este ano o regulamento de apoio ao movimento associativo, com uma participação maciça do movimento associativo e temos agora as participações ao nível da revitalização dos centros urbanos.

Enfim, temos aqui alguns exemplos em que o executivo, não se demitindo das suas propostas, apresenta as propostas à população e discute com a população e diz, “esta é a melhor solução”, aberta, obviamente, a incorporar a sua experiência e *know how*, e diretamente a dizer “não”, se for esse o caso.

Quem faz essa gestão? Quem trata disso? Ou seja, por exemplo, em relação às linhas gerais do orçamento: como é que esse processo é feito? Quem trata? Quem faz? Quantas pessoas estão envolvidas?

No orçamento, é a área financeira, obrigatoriamente, e o Gabinete de Apoio à Presidência. O Presidente e a área financeira. Depois, a nível de divulgação e da parte logística, é a divisão que tem essas áreas que era a divisão... Na altura era a Divisão de Informação e Relações Públicas, que agora é... É ela quem tem essas incumbências, essas atribuições e competências atribuídas.

E essa divisão de informação, que agora não se chama assim, não é?

Chama-se DAIC - Divisão de Atendimento Informação e Comunicação.

É composta por quantas pessoas?

Tem várias. Mas tem várias áreas também...

Mas eu consigo consultar, na estrutura orgânica da Câmara?

Não, não tem lá o número de pessoas. Só se estiver no mapa de pessoal. O mapa de pessoal, que tem pelo menos o número de lugares que tem.

Então e o Gabinete de Apoio à Presidência?

Quantas pessoas tem? Um Chefe de Gabinete, dois Adjuntos, duas pessoas que estão a assessorar e depois, dois motoristas.

Ainda relativamente aos mecanismos da participação: estes são os mecanismos que estão a ser implementados e há mais algum que esteja a ser pensado para o futuro, ou não? Este modelo tem funcionado, já se percebeu que tem funcionado, e é o que pretendem continuar a seguir?

Eu pessoalmente não vejo necessidade de... Temos que refinar, temos que encontrar (agora referindo-me ao orçamento camarário), temos que encontrar outras formas de as pessoas virem, agarrar no orçamento e virem discuti-lo. Desafiar.

Sou muito cético em relação ao modelo do orçamento participativo e à forma como está a ser feito. Não me parece que seja uma opção.

Era também sobre isso que eu queria ouvi-lo: porque é que a Câmara não adotou o modelo do orçamento participativo?

Isso é uma decisão política...

Exato, mas na sua visão...

Na minha visão, o modelo que está atualmente em vigor não representa nada.

Podia explicar melhor?

Repare: em primeiro lugar, as pessoas participam em quantos por cento do orçamento? A percentagem... E depois, porque é que as pessoas são chamadas a participar no projeto A, B, C ou D, com todos os *lobbys* que aí temos, e por alguns sítios até cartazes temos, é até quase campanha que temos à volta do orçamento participativo? Porque nos dizem “tem aqui 0,1 % ou 1% do orçamento, escolha o que é que quer” e o resto dos 99,9%, não têm direito, pelo menos, a conhecê-lo? É participar, isso?

Depois, os mecanismos de participação: é evidente que nós temos que utilizar as tecnologias que temos ao nosso dispor, mas acho que não tem sentido a participação, quando eu posso, no comodismo da minha casa, fazer um clique num projeto que até o meu filho me diz “este é o melhor”.

A participação também tem que ter algum esforço da parte do cidadão e, se calhar, uma das grandes vantagens do nosso modelo de participação era a identificação entre o eleito e o

eleitor, e uma identificação com a obra que é apresentada e com as atividades que eram apresentadas e o estar a ouvir, estar à frente de um debate e dizer “esta é a nossa proposta”, e eu poder dizer “eu concordo com ela” ou “eu não concordo, mas eu acho que a vossa proposta devia ser desviada para este rumo”, e ouvir o governante dizer “não” e pôr razões fundamentadas que levaram à sua opção.

Acho que enriquece muito mais a participação do que propriamente alguém dizer-me “tenho aqui um milhão de euros num orçamento de seiscentos milhões, e agora diga lá o que é que você quer fazer”. “Eu ali na minha rua quero uma estátua do Eusébio” e depois vamos votar. Eu até faço um *lobby* e desenvolvo campanha até que o meu projeto saia vencedor.

Depois, a outra questão é que não sei se os projetos que optaram pelo facilitismo e pela moda vão ter alguma execução desses projetos. Se calhar, era bom que alguém verificasse qual é que é o grau de execução das propostas vencedoras. Se calhar, poderíamos ter algumas surpresas.

Mas, essencialmente, acho que a participação tem que ter responsabilidade e esforço do cidadão e esses mecanismos facilitadores da participação... Tudo o que seja demasiado facilitismo, não sei se é bom, se não.

Ainda sobre esta questão da participação, tinha aqui outra questão que lhe queria colocar: em relação ao município em si, já se percebeu que em reuniões de temas mais gerais não aparecem muitas pessoas...

Quando o tema é geral...

Quando o tema é mais dirigido...

Eu acho que a pessoa tem mais tendência a participar quando a participação é sobre alguma coisa que o incomode e que lhe diga diretamente respeito.

... e que possa interferir diretamente na sua vida. Mas, em termos de município, como é que avalia os cidadãos? Acha que são cidadãos empenhados em participar, organizam-se para esse efeito, têm grupos organizados que defendam o interesse de determinado grupo ou do geral da população? Como é que funciona?

Repare, nós temos cerca de duzentos mil habitantes e, de facto, caracterizar uma população com esta dimensão é extremamente difícil. Se calhar, a população que vive na Portela não tem

nada a ver com a população que vive em Bucelas ou em Santo Antão do Tojal. São comunidades mais pequenas e mais rurais.

Portanto, as pessoas participam quando as coisas lhes dizem diretamente respeito. É evidente que, nas comunidades mais pequenas, se calhar há uma maior apetência para, se a Câmara for até eles para discutir determinado assunto, irem.

Disse-me uma coisa que me chamou à atenção: quando diz “a Câmara vai até eles para discutir a situação”, como é que a Câmara faz isso? Como é que isso é organizado? Como é que fazem para ir aos sítios? É um Concelho muito grande...

Vou-lhe dar o exemplo daquilo que foi feito. Orçamento: havia dezoito freguesias que, com a reforma administrativa, passaram a dez. A Câmara, até para marcar a sua posição política relativamente à fusão de freguesias (mas não só, até por uma questão prática e de estar mais próximo de), fez dezoito sessões, uma sessão em cada freguesia. Organizou, fez a sua calendarização, divulgou e no dia da reunião o executivo vai e faz-se uma reunião. De um modo geral, aquelas reuniões típicas. O executivo apresenta aquilo que tem para apresentar e abre-se o debate.

Ou seja, para questões importantes, o executivo vai à população para a população poder chegar até ao executivo...

Exatamente. Porque, nas outras situações, já a informação chega lá deturpada e não só, temos outros mecanismos de levar a Assembleia Municipal, que reúne, já reuniu várias vezes, de forma descentralizada. Sai do seu espaço. Já fez algumas sessões junto da população. A última foi em Camarate.

... Onde eu estive presente...

... sai das suas instalações e, de um modo geral, são assembleias mais participadas. Têm mais população. O que até incomoda. Alguém que esteja atento... efetivamente, há alguns incómodos.

Quer explicar melhor esses incómodos?

Repare, quando alguém, sistematicamente, diz que o executivo não pode falar tanto tempo... Se a Assembleia é aberta às populações, as populações questionam, mas depois não pode ser respondido?

Exato! Fica aqui o confronto do que é que é o espaço do executivo e o que é o espaço da Assembleia...

O executivo tem representação na Assembleia para ser questionado. Aliás, a população só pode questionar o executivo municipal. É o órgão fiscalizador. É óbvio que, se alguém é questionado, tem que responder.

Foi um outro instrumento que, neste caso, a Assembleia Municipal encontrou para estar mais próximo da população, além da transmissão da Assembleia pelo *Youtube*, que tem muito poucos clientes...

Por enquanto (não é?), porque o *Youtube* está cada vez a ficar mais na moda, por isso ainda poderá vir a ser um bom mecanismo...

Evidente, evidente... ainda pode ser um bom mecanismo...

Estes dois mecanismos, ou seja, o mecanismo da deslocação do executivo à população e da Assembleia Municipal, existem há quanto tempo?

É deste mandato. Mas já tinha uma forte tradição. Eu entrei em 1986 nesta Câmara e a questão dos orçamentos sempre foi discutida com a população. Com os representantes da população.

Porque, depois, nós temos que ver aqui também, a nível de representação, dois estratos. Isto é, eu posso discutir com aqueles que são os representantes da população, sejam os elementos das direções das coletividades, sejam os conselhos consultivos da juventude, os conselhos consultivos da Ação Social, os CLA: ou seja, um conjunto de estruturas que querem representar a população, ou parte da população. Podemos discutir o orçamento com isso, e foi muito utilizado, se calhar, nos anos 80, a partir de 76. Até aqui, ao nível da autarquia, havia um conselho consultivo que era para representar na administração central. Havia o conselho consultivo: no fundo, tinha representantes, que representava as forças vivas do concelho. Pode-se fazer isto ou pode-se abrir à população em geral.

A abertura à população em geral aconteceu desde quando?

Neste mandato.

Ou seja, estas Assembleias descentralizadas existem há poucos anos...

Sim. Eu não sei se nos últimos 12 anos (eu estive um bocadinho afastado)... Mas eu, enquanto cidadão, nunca me foi dito que havia assembleias descentralizadas. Podia haver, mas não era sistemático, aqui como princípio político. Esta foi definida com os objetivos.

Faltam só aqui dois temas. Relativamente às questões da promoção da igualdade (não apenas da igualdade social, que é um tema premente, que aparece muitas vezes na comunicação social), mas também sobre, por exemplo, as questões da igualdade do género, em relação à questão das minorias étnicas (que são aqui também uma questão que se coloca bastante, nomeadamente, por exemplo, ao nível da escola)... Ainda agora esta semana, apareceu um estudo que foi feito também com algumas escolas aqui do Concelho, que tinha a ver com o facto de uma grande parte dos alunos que vêm dos PALOP irem para formação profissional e não seguirem o ensino normal. Em termos de município, em que grau é que isto é uma preocupação da Câmara, e que mecanismos é que existem para lidar com estas matérias?

Quando falou em igualdade, pensei que ia falar na questão da igualdade de género. Ainda bem, porque a igualdade é uma coisa mais ampla, é igualdade de oportunidades.

Pois, exatamente. Por isso eu estava a falar das várias: a social, a de género, e também de... Aliás, esta questão da participação também é uma questão que tem a ver com igualdade...

No acesso à informação. Aliás, nós só temos pessoas que participam se tiverem informação. A informação e o acesso à informação: acho que é um dos primeiros mecanismos que fazem com que as pessoas participem.

A questão da igualdade é evidente que está subjacente à atividade que é desenvolvida. Por isso é que nós apostamos na educação. No acesso a uma escola pública que tivesse as condições para que todos pudessem, no fundo, ter acesso a essa educação. Educação numa perspetiva ampla: educação nos bancos da sala e nas condições para que haja possibilidades de prolongamentos de horários, nomeadamente, ter um acesso a que os pais possam, se tiverem emprego, ter acesso ao emprego. A questão dos serviços de apoio à família nas suas vertentes alimentar e de prolongamento de horários. Nos projetos educativos, que não são da responsabilidade da nossa instituição, como é óbvio: poderá haver aqui (e há) uma ligação à comunidade educativa.

A nível da integração social, nós temos um projeto, que acho que é, neste momento, uma situação completamente inovadora: é a arte urbana da Quinta do Mocho. É um projeto que foi desenvolvido de integração pela arte e com resultados muito positivos, porque... não sei se tem lido alguma coisa sobre o tema...

É preciso integrar, queremos uma sociedade inclusiva, com as suas diversidades, e Loures é um dos concelhos que tem mais habitantes residentes de várias nacionalidades. É um dos municípios que tem mais nacionalidades a residir (portanto, intercultural), e depois tem, efetivamente, de um ponto de vista social, de agir como sociedade inclusiva, que seja socialmente estável. Mas aqui, da parte da Câmara, é uma das grandes áreas que nós temos de âmbito social.

É evidente que, tendo em conta o estudo que saiu, que também foi feito noutras escolas, não apenas no Concelho de Loures, em que os alunos de raça negra são aqueles que são mais canalizados para o ensino profissional: temos que analisar porquê. Se calhar, temos aqui, novamente, uma questão de igualdade de oportunidades, que não é no momento em que eles entram na escola, é no momento antes da própria escola.

Este trabalho teve de se fazer. Este projeto de inclusão pela arte é um bom exemplo das preocupações com a igualdade social. Acho que não devemos dizer “igualdade social”, e sim “inclusão social” e ainda temos a discriminação positiva dos migrantes.

Dos “refugiados”. É isso?

Penso que não dos “refugiados”...

Os “migrantes”, mesmo.

Exato. O Centro Português dos Refugiados está sediado aqui em Loures, na Bobadela. Então, obviamente, a área dos refugiados está lá sempre...

Depois, a igualdade de género. Não sei... É uma questão de falar com os meus colegas e com as minhas colegas.

Mas na sua perspetiva, enquanto funcionário: sente que nesta Câmara, esse é um tema que é tido em conta na forma, por exemplo, de estruturar os quadros...

Quais quadros?

Os quadros da Câmara, da própria Câmara.

Não pode haver discriminação, se há igualdade de género. Como podemos ter quadros discriminatórios? Se não se fala, é porque não é sentido.

Exato. Mas pode ser: não é sentido, porque ainda não houve uma sensibilização para o problema. Esta é uma questão que tem vindo sucessivamente à discussão na Assembleia da República, como tem conhecimento. Nomeadamente, fala-se na questão das quotas. Obviamente, existem várias formas...

A nível de acordo, existem as quotas. É evidente que cumprir a lei é geral. Quando todos os partidos políticos apresentaram listas ao Executivo Municipal, apresentaram cumprindo a lei e cumprindo as quotas.

Penso que, muitas vezes, é preciso discriminar positivamente. Agora, é bom que não haja quotas. Não sei se as quotas resultam. Se nós olharmos, muitas vezes, para a situação, verificamos que a mulher é um pouco “o jarro de flores”, para compor a lista e para cumprir a lei e quantas vezes, se calhar, era importante vermos se era tão necessário ou não.

Muitas vezes, as mulheres fazerem parte das listas, davam o seu nome, mas depois a sua participação não é efetiva. Há muitas formas de contornar a lei. Mas pronto, é necessário haver discriminação positiva.

Do ponto de vista do género, não sinto essa necessidade aqui. Há situações que, do meu ponto de vista, não se justificam: esta situação do cartão de cidadão, não, desculpe lá...

Penso que, no geral, os cargos de género, são nomeados por concurso, é por competência.

Essa questão não é uma questão pertinente.

Para mim, não é. Se calhar, se for à divisão que trabalha com essas áreas, igualdade e cidadania, lá tem os discriminados, do género, a violência doméstica...

Mas para o exterior, não para o interior.

Para o exterior. Isto tem de ser um trabalho para o exterior, não pode ser para o interior. Há áreas que trabalham internamente, há áreas que trabalham para o exterior. A área financeira trabalha internamente, mas com resultados ao nível do exterior.

Exato, nomeadamente ao nível da transparência.

Sim, no pagamento aos fornecedores... Estas áreas, não é para o exterior, é com o exterior.

FIM

Loures: Entrevista 4

Código: L-E4-Com

Local: Câmara Municipal de Loures

Entrevistado: Chefe da Divisão de Atendimento, Informação e Comunicação

Data da realização da entrevista: 2016-07-07

O meu nome é Carlos Gomes e sou Chefe de Divisão do Gabinete de Atendimento, Informação e Comunicação da Câmara Municipal de Loures, e esta é a divisão que coordena toda a comunicação da Câmara e a questão dos atendimentos.

Percebi que este gabinete foi alvo de reestruturação...

Foi no âmbito da reformulação da estrutura da Câmara Municipal de Loures, em que houve algumas afinações estratégicas de algumas áreas. Não existia propriamente uma área destinada ao atendimento, embora no nosso departamento... chamava-se Divisão de Relações Públicas e Comunicação, e o atendimento ganhou um protagonismo um bocadinho diferente, mais na perspetiva da preocupação que a Câmara tem, neste momento, com a informação e no contacto que tem com os munícipes. Não só a interação de prestar licenças e dar... aquele trabalho que as câmaras fazem, naturalmente todas iguais, mas tem uma preocupação maior com o tipo de serviços que presta aos munícipes e não obrigar os munícipes a andar entre serviços. Para obter uma mesma informação às vezes tinham de correr três ou quatro serviços da Câmara.

O objetivo com a criação desta divisão foi sobretudo o atendimento. O resto, as funções da comunicação, nós já fazíamos e continuamos a fazer da mesma forma. Fazemos tudo o que é gestão da comunicação, digital, em papel, e a nível da produção dos elementos gráficos e informativos, o jornal, etc., etc.. Comunicação interna, comunicação externa e tudo o que é as novas plataformas, as novas tecnologias: as redes sociais, o *facebook*, o sítio da Câmara, etc.. Nós alimentamos tudo isso.

Como é que funciona a comunicação para o exterior e como é que funciona a chegada de informação para a Câmara - o atendimento?

Por enquanto, o contacto que os cidadãos têm com o município ainda é um bocadinho desgarrado. Hoje, é possível que um munícipe que queira contactar com a Câmara de Loures o faça por muitas portas de entrada. Esse é o grande problema.

Imagine, tem um problema relacionado com o ambiente, tem um problema relacionado com o urbanismo, tem um problema relacionado com a cultura, ou com o desporto, ainda é tudo muito segmentado. O nosso objetivo com este novo serviço de atendimento que nós identificamos com SIM: Serviço de Informação Municipal. Tem aqui uma associação do nome “sim” pela positividade da própria resposta que se pretende que venha a ser positiva, do “sim”. Quando o munícipe pergunta qualquer coisa à Câmara, nós dizemos “Sim”.

O objetivo é que o munícipe tenha um único canal de entrada na Câmara, ou seja, que futuramente, esperemos que daqui a um ano, talvez um bocadinho antes, consigamos ter isto organizado de forma a que tudo seja canalizado pela mesma via de forma a que nós tenhamos aquilo que hoje em dia se utiliza, que é a plataforma de gestão do contacto com o cidadão. O CCRM – o *citizen relation management*, que permite o relacionamento da organização com o cidadão de uma forma ... A todo o momento nós sabemos... Se a Rita vier ter connosco e trazer quatro problemas diferentes em épocas diferentes, quando nós falamos consigo já sabemos qual é a sua interação com a Câmara a todo o momento e é isso que nós pretendemos fazer, para termos a visão do conjunto.

Porque hoje em dia não. A Rita pode ter um processo a decorrer no DPGU relativo a uma casa que está a construir, mas também pode ter uma queixa relativamente a uma situação qualquer do ambiente, e se tiver uma outra situação relacionada com a habitação social ou relacionada com outro tema qualquer, e nós não sabemos. Nós enquanto Câmara não sabemos o que é que está a acontecer. Uma mesma pessoa poder ter muita coisa a acontecer com a Câmara e nós não sabermos, e o nosso objetivo é que, com a junção desta informação, possamos ter uma resposta muito mais coerente da organização para o munícipe, porque sabemos o que é que está a acontecer com ele.

Essa parte da entrada ainda está muito aberta. Isto foram muitos anos, a casa funciona assim há muitos anos. São grandes organizações. A Câmara de Loures é uma organização muito grande. Mas isto tem a ver com a organização da própria estrutura com que foi criada e, de facto, isto é tudo muito disperso. O objetivo é que consigamos filtrar um bocadinho mais e que a pessoa, quando vai ter connosco, e se calhar o atendedor, numa primeira fase, logo consegue (quando recebe a pessoa que vai colocar um problema qualquer) saber logo que ela

tem mais três situações a correr na Câmara. Se calhar, até pode avisar logo “olhe, a sua licença está a pagamento”. Também poderia ter essa possibilidade e, hoje em dia, nós não sabemos. Se a pessoa se dirigir a um atendimento da Câmara, não sabemos o que é que está a acontecer com as outras divisões, com as outras áreas.

É mais um atendimento de *front office*, um primeiro atendimento, mas sem grande capacidade de resposta a nível de *back office*. Porque depois tem de ir aos outros serviços recolher a informação. O que nós pretendemos claramente é que, no atendimento de *front office*, exista toda a capacidade de resposta a outro nível, ou seja, que a Câmara seja uma só para o cidadão. Este é um trabalho que nós estamos a fazer, mas que não é fácil.

Se eu for munícipe de Loures e tiver uma sugestão para fazer à Câmara, como é que eu posso fazer?

Tem o expediente normal, o *email* geral da Câmara. O *email* geral da Câmara é o que neste momento funciona como porta de entrada. O *mail*, estou a falar em termos de novas tecnologias, se fizer uma carta, vai através do expediente e é a mesma porta de entrada. É o expediente geral. Antigamente havia nas secretarias. A pessoa dirige-se, entrega a carta, dirigida ao Presidente ou a um vereador ou ao departamento “A” ou “B”. Entra na Câmara e depois é encaminhado para o respetivo serviço.

E onde é que este serviço é centralizado?

Será semelhante, terá é um tratamento ao nível do atendimento. Enquanto nesta altura é simplesmente um trabalho administrativo, de circulação de informação ou de documentação, terá logo uma primeira fase de análise da situação, de comprometimento.

Se a pessoa se dirigir a um departamento da Câmara e apresentar uma questão, hoje em dia essa questão, se calhar ou tenta ser resolvida por telefone ou “venha cá noutro dia” ou “vá ali ao outro departamento porque aqui não temos resposta para isso”. O que se pretende é que, com estes atendimentos, que serão uma espécie de balcões únicos, a pessoa consiga tratar de tudo o que a pessoa tenha para tratar, na medida do possível.

O tratar tem a ver com o prestar de um serviço. E em termos de participação, ou seja, de as pessoas poderem dar o seu contributo?

Contributo, fazer sugestões?

Exatamente.

Também pretendemos que este serviço sirva essa finalidade. Neste momento continua a ser da mesma forma.

Como é que funciona? A pessoa faz um *email* para a Câmara, e depois o que é que acontece a esse email?

É rececionado no expediente, é registado, e é enviado para a secção respetiva. Imagine que faz uma proposta de ambiente – “na minha rua devia haver mais ecopontos” é reencaminhado para a área respetiva que trata daquilo, que depois dá resposta. Analisa e responde diretamente à pessoa.

Dá sempre resposta?

Eu parto do princípio que sim, mas por isso é que nós queremos ter o controlo dessa situação, porque não sabemos.

Imagine que tem uma situação destas. Uma situação de um cão abandonado que anda a perturbar as pessoas lá na urbanização. A Rita pode fazer informação para o ambiente, para a polícia municipal e para três pessoas que conhece na Câmara, que não sabe bem quem são, mas que tem os contactos. Até pode ser o do presidente ou do gabinete da presidência e do vereador “A” ou “B”, e a Câmara recebeu quatro emails, que vão ter quatro registos diferentes e ser tratados de forma diferente. O assunto é o mesmo e acaba por haver uma dispersão na forma como isto é tratado.

O que pretendemos, de facto, é que isto seja centralizado e quando a Rita apresenta uma situação, ou até pode apresentar várias situações, mas é canalizada depois por nós para o respetivo serviço que lhe dará uma resposta e, nesta altura, ainda é assim um bocadinho... como é muita coisa, é uma casa muito grande, está tudo muito... a informação entra e é canalizada. O que pode acontecer é a pessoa receber várias respostas que não são coerentes, de alguma forma.

Aí, em termos de coerência da resposta, mas ao nível do município não há nenhum tipo de tratamento que seja feito à informação que chega dos munícipes? Sobre as queixas, as reclamações...

Uma espécie de uma estatística? Alguns serviços fazem-no por conta própria. Cada um faz as suas. O que nós pretendemos é haver uma filtragem logo toda através de uma plataforma, que nos identifica. Claramente sabemos a todo o momento quantas reclamações é que entraram

relativamente a este tema ou a outro, o que é que entrou de facto, se são pedidos de certidão, se são reclamações, queixas, sugestões. Aí, conseguimos fazer esse controlo, mas para isso são estas plataformas que existem que permitem gerir o relacionamento com os cidadãos, que nós não temos ainda implementado e que estamos a tratar de implementar.

Mas os balcões são balcões físicos?

Sim. São balcões centralizados. Nós, atualmente, já temos um balcão de atendimento no “Loures Shopping”, aqui em Loures, temos no DPGU, também aqui em Loures, temos em Sacavém, e para já são só estes que temos. A pessoa pode dirigir-se ali e fazer pedidos, apresentar documentação. Mas nós vamos alargar. Numa primeira fase, queremos ter, também noutros locais do Concelho, balcões centralizados, que são complementados com este atendimento, mais de segunda linha, que será o telefónico e que será o digital, que fará também todo este acompanhamento, mas o objetivo é que tudo isto seja junto e canalizado e, a qualquer momento, qualquer atendedor de qualquer local, seja telefónico, digital ou físico, tenha acesso à informação.

Nós já temos a funcionar o nosso balcão virtual, que pode consultar na página da Câmara, onde já faz muita coisa sem vir à Câmara.

Porquê agora? Porquê a reorganização deste serviço agora? Porquê janeiro de 2016?

Já andamos à volta disto há muito tempo. Isto são ciclos de atividade. As câmaras municipais, tal como todas as outras organizações que são de eleição, que são eleitas por sufrágio popular e universal, têm ciclos. Houve uma administração que tomou posse em 2013 e que teve o seu processo de adaptação, e depois teve o seu processo de tomada de decisões e de ver o que é que tinha nas mãos e o que é que ia alterar. Claro que isto demora o seu tempo, mas a necessidade é sentida com o trabalho que se vai encontrando e com a forma que depois tem para com as sensibilidades.

A Câmara de Loures cresceu, é uma câmara grande, é uma câmara muito grande e que ao nível do atendimento nunca se desenvolveu muito. Apesar de tudo, nestes muitos anos que tem e sobretudo agora nos últimos anos em que houve uma alteração muito grande na relação entre o cidadão e a administração pública e local, mais especificamente, não se adaptou muito.

Nós temos visto casos agora, temos visto Mafra, Sesimbra, estão a mexer. As Câmaras estão a mexer no atendimento. Não é por acaso. É que as pessoas agora têm um relacionamento

diferente com estas organizações. Querem ter outro tipo de resposta diferente. Já não lhes satisfaz a secretariazinha que emite certidões, que isso nós todos temos, muitas.

O atendimento tem de ser mais... não só ao nível do atendimento, mas ao nível das relações públicas. As pessoas têm de ir ali, de poder apresentar queixas, reclamações, elogios, fazerem elogios se quiserem, e tratar dos problemas que querem apresentar à Câmara e querem a resposta na hora. As pessoas querem tudo na hora hoje em dia. A gente não quer esperar por nada. Queremos tudo feito e os atendimentos são um bocadinho a resposta à urgência que as pessoas hoje em dia têm de tudo, e nós estamos a tentar cruzar isto tudo, não só pela questão do atendimento, mas da informação e da comunicação aos munícipes. Que seja uma coisa mais conjunta. Mais coerente.

Das entrevistas que tenho realizado, tenho percebido que há uma grande preocupação desta câmara em ir até à população para discutir temas. O vosso gabinete tem um papel bastante forte nessa área. Gostava que explicasse: como? Quando se faz, por exemplo uma sessão pública de discussão...

Se calhar, tenho de lhe explicar um bocadinho mais quem somos nós. Esta divisão tem todo o trabalho que se faz relativamente às iniciativas municipais, desde a sua conceção gráfica, de imagem, de comunicação ao nível de materiais gráficos de produção, divulgação, etc.. Temos a parte da impressão, que é uma parte limitada. Nós não somos nenhuma gráfica. Fazemos umas impressões de algumas coisas.

Temos uma área, que nós designamos por gabinete de planeamento e comunicação, que faz parte do planeamento da comunicação. Fazem cartazes, *flyers*, telas *moopies*, *outdoors*, etc., dependendo tudo de cada momento da informação que está em causa, que é preciso comunicar.

Temos a parte da impressão, que também acompanha, fazemos no exterior, fazemos cá dentro, enfim, vamos articulando.

Depois temos uma área de divulgação, que vai para o terreno fazer a divulgação junto da população, no sentido em que vai colocar a informação nos sítios em que é preciso: nas juntas de freguesia, nos centros de saúde, no comércio local.... Pontualmente, também fazemos distribuições nas caixas do correio, aliás o nosso jornal (não sei se viu lá em baixo) é distribuído nas caixas do correio todas.

Temos depois os gabinetes de análise, planeamento e controlo, mas isso é outro nível. Depois temos também parte jornalista e fotográfica, fotógrafos e redatores, que acompanham as iniciativas e escrevem para o sítio, para a intranet e para as nossas publicações de todo o tipo, que temos algumas.

Depois, tudo isto junto permite-nos, então, fazer esse trabalho de ir ao terreno e, a cada momento, nós temos de avaliar.

Nessa situação que falou, por exemplo, vai haver uma sessão pública em Santo António dos Cavaleiros por causa de um problema numa escola. Nós decidimos o que é que fazemos, qual é o público-alvo. Se é o bairro que tem três ruas ou quatro ruas naquela zona, nós vamos ao terreno, fazemos um comunicado, distribuímos, colamos nas portas, ou nas caixas do correio, vamos montar a sala (nós temos o gabinete de iniciativas municipais) vamos decorar a sala, levar aquilo que for preciso, a tela, o projetor, aquilo que for preciso e depois, o Sr. Presidente vai lá e faz a sessão com as pessoas, que já tiveram conhecimento, uns dias antes, daquela sessão. Isto é a parte da informação.

A parte da participação pública na iniciativa da Câmara acaba por ser um bocadinho ao contrário. Se o Presidente falar, ele tem depois de dedicar, ou ele ou os vereadores, ou quem seja, para então fazerem chegar a informação respetiva.

Relativamente ao PDM, por exemplo, nas sessões públicas, fizemos não sei quantas, muitas, dezoito, fomos a todas as antigas freguesias do Concelho de Loures e fizemos dezoito sessões. As pessoas apresentaram localmente as suas sugestões para o Plano Diretor Municipal e foi sempre em contacto com a população nesse sentido. Há, de facto, uma proximidade muito maior.

Acha que conseguem chegar às pessoas, ou seja, as pessoas recebem a informação e depois participam?

Acho que sim, e cada vez mais. Quando as pessoas começam a estar muito atentas a todos os pormenores, é bom sinal. É porque veem e isso nota-se. Começa-se a notar desde o *facebook*, ao jornal, à ... nota-se que as pessoas veem. Que estão atentas. Porque criticam, envolvem-se, fazem reparos: “aquilo não devia ter sido assim, devia ter sido de outra maneira”, “não façam assim, façam de outra forma qualquer” e sente-se, porque as pessoas vêm ter connosco por diversas formas.

Há dias, nós tivemos um anúncio na televisão, um *spot* local sobre a agência de investimento, e houve uma pessoa que nos mandou um *email* a dizer que a palavra “competitividade” estava mal pronunciada, por exemplo. As pessoas estão atentas. Estamos permanentemente a receber reparos assim, de pormenores, em que se nota que as pessoas estão atentas e que veem o que é que é feito.

Loures atualmente já está outra vez um bocadinho a... isto da comunicação tem este efeito. Quanto mais se começa a comunicar, a envolver, a falar com as pessoas e a estar junto delas, mais elas também interferem connosco. Porque nos dizem o que é que acham de tudo. Como é que devíamos fazer, se devíamos fazer “assim ou assado”, e é interessante esta interatividade.

Acha que essa interação é positiva?

Claro que sim. Nós trabalhamos para as pessoas.

Disse-me que voltou a ter... explique-me o que é que quer dizer.

Voltou a ter. Loures há muitos anos atrás – muitos, quer dizer, há 25 anos, 20 anos atrás – era uma referência nacional em algumas áreas. Tinha projetos interessantes, tinha projetos inovadores, fazia um trabalho que se destacava de alguma forma do universo nacional do trabalho que as autarquias faziam e também, de alguma forma, ao nível da comunicação. Estamos a falar há 20 anos. Era um trabalho diferente, era um trabalho que era, para a época, era vanguardista e era reconhecido no conjunto, sobretudo da comunicação a nível autárquico e depois, perdeu-se um bocadinho.

Eu trabalho nesta câmara há 28 anos e conheço bem o antes e o depois. Conheço bem essa realidade dessa situação que vivi próxima e depois acompanhei todo o afastamento, mas isto tem a ver com as pessoas. As organizações são feitas de pessoas, são feitas de dirigentes, e as pessoas optam, ou fazem assim, ou fazem “assado”, ou não fazem mesmo. Por exemplo, nós deixámos de ter boletim municipal. Teve 2 ou 3 anos que não teve boletim municipal. Deixou de ter o contacto direto com as populações. Deixou de ter informação para as pessoas e, de facto, aí perdeu-se muito daquele contacto regular que a Câmara tinha estabelecido nos anos anteriores, depois foi perdendo um bocadinho e, agora, estava a dizer que recuperou, é neste sentido. É no sentido em que se nota que voltou a haver jornal, jornal regular, as pessoas sabem que regularmente recebem informação municipal, que podem ir ao sítio da Câmara para informação diária, que não é atualizada de hora a hora, mas quase. Podem a todo o

momento saber o que está a acontecer. Têm o *facebook* atualizado em permanência. Só não sabem de Loures, se não quiserem mesmo. Não é possível dizer “ninguém nos diz nada sobre o que acontece em Loures”, ou quais são as atividades que estão a decorrer, ou quais são as preocupações que estão em cima da mesa. Está a todo o momento a ser comunicado e a ser pedido que nos digam, que haja retorno daquilo que nós estamos a fazer. Porque o nosso trabalho é para as pessoas.

Quando nós vamos asfaltar uma rua, é porque a rua faz falta às pessoas, se vamos reparar uma escola, é porque a escola é útil para quem lá está e porque faz falta aquela e porque não aquela e outra? Porque é que fazemos intervenção naquela escola e não fazemos noutra?

Porque também tem de haver prioridades. Nós não conseguimos fazer tudo, isto não é elástico. O trabalho de uma câmara tem uma dimensão gigantesca. Então de uma câmara gigantesca como a de Loures, tem trabalhos que não acabam. São contínuos. A questão da rede viária, as escolas, tudo o que é espaço público é um trabalho que não tem fim, portanto é uma questão de prioridade. São as opções. Aí é que determina muito o tipo de trabalho que se faz. São as opções que se tomam, tendo em conta os recursos disponíveis (que também não são ilimitados, muito pelo contrário, são cada vez mais escassos), quais são as áreas em que nós vamos intervir prioritariamente. Essa decisão, obviamente que é da administração, no seu conjunto, que decide onde é que vai intervir e em que momento, depois a comunicação só tem de acompanhar isso.

A parte da comunicação é muito fácil de trabalhar quando se tem matéria-prima. Os publicitários dizem que é fácil vender um bom produto. O bom produto vende-se por si só, não é preciso muita publicidade. Claro que a publicidade ajuda, mas o bom produto está vendido por si só. Uma boa política vende-se por si só, também não precisa de muita ... Para a comunicação, é claro que é mais fácil vender uma boa política. Uma política que se aproxime dos trabalhadores... agora estava-me a referir à questão interna... mas uma política que vá ao encontro das necessidades das populações consegue muito mais facilmente ser eficaz e ser reconhecida.

Falou nos trabalhadores porque também sente que há uma diferença a esse nível? Em relação ao chegar aos trabalhadores, ao comunicar com os trabalhadores?

Sim. Nós agora temos um boletim de comunicação interna. Acompanha, também, e tenta fazer a ponte entre aquilo que é a atividade da Câmara, as decisões que a administração vai tomando em relação aos trabalhadores e que comunica, que aproxima.

Nós reformulámos em pouco tempo. Nos últimos dois anos, reformulámos totalmente a *internet* e a *intranet*. A *intranet* era uma página simplesmente de trabalho, ia-se lá para utilizar as plataformas de que nós precisamos, de gestão documental... atualmente é a nossa *internet* interna. É *intranet*, mas tem agenda, tem comunicação dirigida aos trabalhadores, é uma interação completamente diferente com os próprios trabalhadores.

A questão dos trabalhadores: eu acho que tem de ser vista de duas formas. A atividade municipal aumentou muito neste último mandato. Desde 2013. Aumentou consideravelmente. A organização que estava, de alguma forma, rotinada a um trabalho diferente, mais tranquilo, foi um bocadinho apanhada... não foi um choque, mas quase. Ou seja, toda a organização foi obrigada a acompanhar um ritmo diferente.

É como se tivesse chegado um treinador novo. Se fizemos a comparação com uma equipa de futebol, era uma equipa que estava ali muito tranquila a jogar, e veio um treinador novo que exige outro tipo de resposta da equipa, e tem acontecido um bocadinho isso. O nível dos trabalhadores. Há quem goste muito deste ritmo mais acelerado, de muita atividade, mas também há quem se queixe, porque é muita atividade e obriga a um desgaste muito maior, e é muito mais trabalho.

O trabalho é de facto muito mais. Aumentou muito, muito, muito. Aumentaram as atividades. Aumentou toda a dinâmica da Câmara. Mesmo ao nível de obra também. Estou a falar, por exemplo, dos pintores, dos calceteiros, das brigadas do alcatrão... foram obrigados. Obrigados entre aspas, porque as pessoas estão cá é para trabalhar, obrigadas no sentido de ter de trabalhar mais, a produzir numa lógica diferente, rentabilizar recursos e estarem mais ativas permanentemente. Rentabilizar melhor os recursos humanos e materiais existentes, e aqui sente-se. Sente-se que as pessoas às vezes ficam um bocadinho... “ai que isto está a aumentar tanto que será que temos capacidade de resposta para dar?” Mas tem sido feito, dentro do possível.

Como é que se lida, depois com isso? Como é que se dá a outra parte do “colo”?

Tem havido uma grande preocupação com a valorização dos próprios trabalhadores. As condições de trabalho, o fardamento, as condições de trabalho diário, mesmo. Até algum tipo

de reforço monetário, com algumas reclassificações nas carreiras – dentro daquilo que é possível em termos legais, que é muito pouco. A Câmara promoveu uma série de mobilidades intercarreiras de pessoas que estavam, por exemplo, a exercer funções como técnicos superiores e eram assistentes administrativos. E, de facto, houve um conjunto de pessoas que viram reconhecido o seu trabalho para compensar o esforço que lhes é exigido.

Em relação aos mecanismos de participação que esta Câmara adotou, qual é a sua opinião sobre eles? Como é que acha que está a funcionar? Acha que se está a ir no caminho certo, ou...? Como é que perspetiva o futuro?

Eu acho que se se mantiver como está, já é uma situação muito boa. A Câmara tem feito, desde que tomou posse esta nova administração se calhar já se fizeram mais de cem sessões de esclarecimento. Entre sessões de esclarecimento, sessões públicas, sessões de vários tipos, aposto que são um número superior a cem. Devem até ser bastante superior a cem. Na perspetiva, exatamente, de ouvir aquilo que as pessoas têm a dizer sobre o que está em causa na atividade municipal.

Acho que há muitos anos que não havia esta interação com as pessoas. As pessoas são chamadas a participar. As pessoas são chamadas a dizer o que é que preferem, o que é que precisam, o que é que entendem como sendo melhor para o concelho, para a sua rua, para a sua localidade, a muitos níveis. E a Câmara vai tendo sempre isso em consideração na sua atividade. Eu acho que não há muito a fazer a esse nível. Muito a fazer no sentido de que já está tão próxima das pessoas, porque está, de facto, muitas vezes no terreno.

Tudo é comunicado às pessoas. Às vezes, até em excesso. Isto, agora, é a minha opinião pessoal. Acho que nós comunicamos às vezes até de mais, com comunicados. Comunicamos tudo. Comunicamos permanentemente tudo o que vamos fazer. Os asphaltamentos, às vezes pequenas coisas, mas comunicamos. Há a preocupação constante de estar próximo das pessoas a comunicar, nem que seja uma intervenção pequenina que vai ser feita naquela rua. Comunica-se, às vezes até por uma questão prática porque vai haver um corte de rua nesse caso, mas comunica-se tudo. Está-se em permanente comunicação com as pessoas. Vai-se lá à rua ou ao prédio e coloca-se a informação e diz-se o que é que se vai fazer e isso tem sido feito. Acho que a esse nível tem sido uma boa interação com as pessoas e uma boa participação, e as pessoas, eu acho que têm percebido isso e têm comunicado connosco. Vão dizendo aquilo que pensam e vão dizendo aquilo que precisam.

Outra questão que nada tem a ver com este tema, tem a ver com as questões da igualdade, igualdade de género, igualdade social, multiculturalidade, etc.. Até que ponto considera que estes temas são uma preocupação deste executivo?

A multiculturalidade é uma inevitabilidade do Concelho de Loures. Qualquer administração tem de ter isso em conta. Segundo consta, acho que é o concelho mais multicultural do país. Tem 126 naturalidades, tem todas as etnias representadas, é um universo... Por isso, é inevitável. A multiculturalidade está presente e faz parte do trabalho diário. A Câmara, quando faz qualquer trabalho, tem de pensar, de facto, nos seus públicos, que são diferentes, muito diferentes.

Temos contrastes muito grandes no concelho. Temos uma zona norte muito tradicional, com uma população mais envelhecida e mais rural, e temos uma zona oriental muito mais urbana, com uma proximidade diferente a Lisboa também e aos centros urbanos. Este contraponto é evidente e tem de ser feito em todo o momento na própria gestão.

As questões da igualdade, eu acho que felizmente estas questões se estão a diluir. Começam-se a diluir um bocadinho, porque não há já tanta necessidade de as ter tão presentes, porque já começa a ser prática, mesmo não só a questão da igualdade de género, mas também a questão da igualdade entre diferentes necessidades. A questão da mobilidade, da acessibilidade. A Câmara, neste momento, tem um plano de mobilidade que pretende transformar muito do que está errado neste concelho. Aliás, como reparou, se quisesse entrar aqui no edifício e viesse de cadeira de rodas, não podia entrar.

Temos muitos casos destes para resolver, e o objetivo é tentar resolver as situações e os grandes problemas que temos para resolver e depois tentar evitar criar mais. Podemos correr o risco de estar sempre a criar mais problemas, mais obstáculos. Igualdade neste sentido, de acesso, de oportunidade, de facto a igualdade toda, todo o conjunto que implica a igualdade.

É um trabalho grande, longo, mas de facto, para nós, o grande trabalho é esta questão da mobilidade, da acessibilidade. Temos um percurso ainda longo. O concelho não está preparado. Este tipo de obra, de trabalho que é feito, demora muitos anos. Demora muitos anos a fazer, é um trabalho constante e, de facto, quando se está sempre a criar obstáculos e situações novas que transformam tudo isto numa dificuldade, depois é sempre mais difícil de resolver.

Nós agora estamos numa fase em que já conseguimos identificar uma grande parte dos problemas. A Câmara já definiu mesmo a intervenção nalgumas áreas, agora a questão da revitalização dos centros urbanos tem muito em conta a questão da igualdade nessa perspetiva.

FIM

Loures: Entrevista 5

Código: L-E5-IgCid

Local: Câmara Municipal de Loures

Entrevista: Sandra Almeida, Coordenadora da Unidade de Igualdade e Cidadania

Data da realização da entrevista: 2016-06-16

O meu nome é Sandra Almeida, sou assistente social. Exerço, neste momento, um cargo de chefia da Unidade de Igualdade e Cidadania. Está integrada no Departamento de Coesão Social e Habitação e trata das questões da igualdade e cidadania, como o próprio nome indica.

Temos uma parte só dedicada às questões dos direitos humanos. Trabalhamos com as questões das minorias étnicas, também. Estamos agora a desenvolver um projeto sobre a comunidade cigana, em parceria com outra associação, para nos podermos aproximar mais desta comunidade, dado que temos tido algumas dificuldades em fazê-lo.

A Câmara também tem um outro departamento onde gere a habitação social: os bairros municipais. Então, existem alguns conflitos, nomeadamente entre a população cigana e a africana, e o que a Câmara pretende é minimizar os conflitos e arranjar estratégias e formas de chegar às pessoas, tendo em conta as suas culturas, naturalmente, e a sua forma de estar, dentro da ideia de que todos temos que corresponder a determinada legislação.

Temos em consideração que estamos em Portugal e há legislação específica em matérias de convivência bairro-sociedade, mas também temos muito em consideração, até porque temos 122 nacionalidades no município, uma diversidade cultural imensa, e religiosa, e sempre que possível tentamos fazer com que coabitem o melhor possível, porque isso é que é o viver em sociedade.

Há quanto tempo é que existem e há quanto tempo é que está a exercer estas funções?

Eu estou aqui há dois anos. O departamento em si já existe há mais tempo. Já vinha com esta designação do tempo da administração anterior. Presumo que em 2008 ou 2009 (não tenho bem a certeza das datas) houve uma alteração da macroestrutura e fizeram o departamento assim desta forma. Agora houve também uma alteração, mas entendeu-se que esta unidade ficaria com a mesma estrutura. É uma unidade, não é uma divisão, porque atendendo aos constrangimentos que o próprio governo impõe às autarquias para reduzir o número e a

configuração da própria estrutura orgânica, mantém-se como unidade, mas tem estrutura eventualmente para poder ser uma divisão, Mas existem estes constrangimentos legais, e no município optaram por continuar a ser uma unidade.

Estava a dizer que trabalhamos estes assuntos, mas trabalhamos também a violência doméstica, também dentro dos direitos humanos e da igualdade de género. Temos o banco local de voluntariado e temos também um gabinete, uma área de formação e promoção, onde existe também um gabinete, em que nós fizemos uma fusão entre um projeto que havia, apoiado pelo ACM, com financiamento de fundos europeus, que era o MISP - Mediação Intercultural em Serviços Públicos.

Agora estamos à espera de novo financiamento, que não se sabe quando é que abre, mas a autarquia entendeu que podíamos continuar a prestar este papel, à semelhança do que já acontecia, juntando os CLAI, cujo mentor também é o ACM, que são os gabinetes locais de atendimento aos imigrantes. E resolveram fundir isto tudo e criar este gabinete, no fundo para dar apoio não apenas ao imigrante, mas ao migrante, também às questões dos refugiados, que está, pelas piores razões, na voga, e nós pretendemos criar um gabinete que pudesse juntar estas duas vertentes, para ajuda quando chegam. Quem diz os imigrantes, diz os próprios refugiados. Quando chegam a determinada zona, precisam de apoio e nós, enquanto município, tentamos responder.

A questão dos refugiados fazemo-lo em paralelo com o CPR. O CPR tem a sede na Bobadela, que é no Concelho de Loures. E então temos, desde que se começou assim a falar, já havia uma ligação estreita, mas esta vaga de migrantes (porque é importante distinguir o que é que é um imigrante, que vem à procura de melhores condições no país e o migrante, que habitualmente foge à morte, de contextos complicados de guerra), desde que houve esta afluência de migrantes, a Câmara continua a manter uma parceria bastante estreita com o CPR, que é quem, aqui no Concelho, trata da questão dos refugiados. Nós damos-lhe os apoios mediante aquilo que eles consideram, de acordo com a experiência que eles têm de há muitos anos trabalharem nesta área, como sendo o melhor e mais correto para acolher os migrantes, os refugiados, mais propriamente.

Sendo esta comunidade tão multicultural, para além da questão do apoio aos migrantes e imigrantes, que outras coisas é que são feitas?

Nós aqui comemoramos o dia 10 de dezembro como o dia municipal do diálogo intercultural. Então resolvemos juntar um conjunto vasto de entidades religiosas e fizemos um dia dedicado, também sob o chapéu dos direitos humanos e do que é esta coisa de sermos tão diferentes e termos tantas religiões, mas termos um bem comum, que cada um chama o seu deus próprio à sua maneira, uns de uma forma e outros de outra, mas acaba por ir parar ao mesmo. A palavra chave, além da fé que cada um tem, é amar e cuidar o próximo da melhor maneira que consegue. E foi uma experiência muito interessante porque conseguimos juntar várias religiões. Conseguimos juntar os manás, a igreja evangélica, os islâmicos, a comunidade hindu, que também temos cá, em Santo António dos Cavaleiros, um templo de Shiva. E foi, de facto, muito interessante juntar uma paróquia bastante diversificada de religiões onde puderam todos coabitar, cada um a defender a sua ideia, mas conseguiram ali um elo de ligação e de entendimento em relação à forma como se posicionam em sociedade.

Este evento foi um seminário, um encontro...?

Foi feito no CPR, também puxando um pouco à questão dos refugiados. Dou-lhe o exemplo da comunidade islâmica que, com a questão dos refugiados e daquela coisa de verem lá os terroristas e a própria religião – os irmãos de fé, como dizia o responsável da comunidade islâmica – fizeram uma ação de campanha, por exemplo, em Lisboa e ofereceram panfletos porque havia muito aquela ideia de “tanta gente sem abrigo e agora vêm os refugiados! Tratem primeiro dos que cá estão...”. Eles, então, o que é que fizeram? Fizeram uma campanha que consistiu no seguinte: distribuíram 400 sacos cama pelos sem-abrigo que estavam em Lisboa, e depois diziam “Agora deixem-nos tratar dos nossos irmãos de fé! Porque eles estão a chegar, vêm sem recursos e nós queremos ter uma palavra aqui a dizer”. Têm dinheiro, de facto, e têm vontade.

Isto para dizer que, de facto, poder juntar a diversidade, quer cultural, quer religiosa, que nós temos aqui neste concelho, é uma mais valia para toda a gente. Ainda que com ideias diferentes, o nosso propósito é pôr as pessoas a coabitar umas com as outras sem radicalismos e sem questões, nomeadamente as ligadas mais à religião. E ir ajudando a desmistificar o que é que cada um entende sobre a religião e a cultura do outro, e o nosso papel é um papel que passa muito por aqui.

Para além desse dia das religiões e do dia da interculturalidade, que outras ações é que são feitas nesse âmbito?

Nós neste momento estamos a começar um projeto de raiz relativamente às comunidades ciganas, porque nos parece que é um tema que carece de um aprofundamento bastante grande.

Que é um tema que tem sido muito apadrinhado pelo Alto Comissariado ...

Exatamente. Também estão com uma campanha muito engraçada, agora, em relação à comunidade cigana, um bocado para combater aquela ideia de que os ciganos não chegam longe em termos de escolaridade, mas há quem vá... Há ciganos no ensino superior, e há ciganos que estudam. Não são muitos, de facto, mas também não há... não houve muita preocupação até agora da parte da sociedade para arranjar formas de educação sem ser aquela... Porque os ciganos são, de facto, portugueses e, portanto, nós temos de encontrar aqui outra forma de lhes fazer entender que... Porque isto é o nosso preconceito em relação à comunidade cigana e também da parte deles em relação à outra generalidade dos portugueses que os ostracizam, que acham que os ciganos só têm direitos e não têm deveres, etc...

Nós temos de fazer aqui alguma coisa neste sentido, de tentarmos integrar... como é que eu hei de dizer... não é inclusão... não no sentido de nós querermos que eles façam aquilo que nós queremos, mas sim tentar fazê-los perceber que, mesmo com a cultura deles, à semelhança do que se passa com a população, por exemplo, dos africanos que vieram de outras nacionalidades para Portugal, que é possível, cada qual com a sua cultura, estar em sociedade e podermos-nos respeitar todos uns aos outros.

Não é uma coisa utópica porque é possível. Basta nós termos aqui... E pô-los também a participar todos nas decisões. Este projeto há-de passar por uma coisa que é: é preciso pintar aqui uma parede, em vez de ser a câmara a chegar lá e pintar, a câmara dá os materiais e eles pintam, e, portanto, a sensação de pertença do “fui eu que pinteí”. Chega lá um miúdo e risca e diz “O que é que estás a fazer? Estás a estragar o meu trabalho, que fui eu que fiz isto!”. Essa é a sensação. Isto, explicado por essa tal entidade que irá trabalhar connosco. De facto, faz mais sentido assim, do que ser um dado adquirido a câmara ir lá pintar a parede e, no dia a seguir, eles vão pintar porque também acham que no dia a seguir a câmara há-de vir arranjar outra vez. Esta coisa de viver em comunidade e construir as coisas que eles próprios fazem, há aqui outro cuidado em relação à forma como cuidam das coisas.

Isto em relação aos ciganos. Em relação aos imigrantes, temos este Fizemos um trabalho... O nosso *ex libris* neste momento é, de facto, a Quinta do Mocho. Já tinha havido um festival de bairro na Quinta da Fonte, na Apelação. Era uma parceria com o Teatro Ibisco

e durante três dias houve música, teatro, cinema e pinturas de paredes, com *graffiters*. Depois a coisa correu bem e em outubro fizemos uma coisa semelhante. Na Apelação, custava €4,00 a inscrição, demorava-se alguns meses a preparar o festival e depois aquilo foi esmorecendo, e pronto, nós agora retomamos também as visitas, mas... De qualquer forma, também não é igual em todos os bairros e nós também não podemos olhar para a coisa como... Isto resultou aqui, não quer dizer que resulte ali.

No Mocho, foi resultar ainda melhor por isto: porque demoramos pouco tempo a preparar o festival, mas depois deixou de se chamar festival porque, de facto, a festa e a música e o teatro acabou ao fim de três dias, mas a receção dos próprios artistas e da comunidade à questão da arte urbana foi de tal ordem que hoje é a nossa maior galeria a céu aberto, eu diria da Europa. Não digo do mundo, porque acho que isso já é exagero, mas da Europa é seguramente a maior galeria a céu aberto.

Temos cinquenta e uma empenas pintadas. E a relação que existe entre os próprios moradores e quem vai pintar. Criou-se aqui uma dinâmica e um contexto social de tal maneira engraçado que os próprios moradores nem sequer... podiam lá fazer um *tag* ou estragar. Está tudo imaculado. Há uma ou outra que está a cair e está a ficar estragada por causa da própria condição do prédio, mas isto partiu também de um princípio – em vez de irmos lá impor, o que é que nós fizemos? Assembleias comunitárias e perguntar à população se de facto queriam que a gente lá fosse, e houve aceitação.

De há 12 anos, nas habitações municipais, não tiveram o cuidado de ir fazendo a manutenção necessária para que as casas agora não estivessem no estado em que estão, e o próprio bairro. O que é que acontece? As obras de recuperação não são tão rápidas, ao ritmo dos artistas que chegam lá, pintam uma empena, e já lá temos cinquenta e uma. Começámos em outubro de 2014 e temos 51 empenas pintadas. Agora este festival vai ser uma coisa assim... não com aquele cariz social que teve na Quinta do Mocho, mas vai ser assim uma coisa toda espalhada pelo concelho todo.

O que é que acontece? Ali, gradualmente, com o apoio da própria população e através das assembleias... Por exemplo, o autocarro não passava no bairro e as mães que acordavam de madrugada para ir trabalhar iam à periferia do bairro apanhar o autocarro. Agora já há um autocarro que passa no bairro e que obviamente hão de ter de ser ajustados os horários. Isto faz tudo parte da dinâmica criada entre os moradores das autarquias e as entidades parceiras,

neste caso a Rodoviária de Lisboa, que vai fazendo com que, com pequenos passos, se vá melhorando a qualidade de vida da população.

A Quinta do Mocho antes ia-se ao *Google* e nas primeiras cinco pesquisas era tiros, desacatos, assaltos, roubos, rusgas. Agora, há um morador, que é um dos guias, que faz as visitas guiadas ao bairro (eles sabem o nome dos artistas um a um – são uns três ou quatro que sabem a história do artista, porque é que pintou aquilo e o outro pintou outra coisa). Nós temos visitas guiadas fixas no último sábado de cada mês, lá no Mocho. Na Apelação é no primeiro. Depois vão fazendo escolas, associações de reformados, quem quiser marca e vai lá fazer a visita sempre que há disponibilidade destes miúdos, que são adolescentes e jovens adultos.

Então havia a brincadeira, eu... Antigamente, acontecia alguma coisa no bairro e antes de vir a polícia ou os bombeiros aparecia a televisão e a comunicação social, mas agora, felizmente a coisa mudou. E mudou de tal maneira que as pessoas já E o que é que nós fizemos em relação àquela população? Foi dar-lhes autoestima que eles não tinham.

O bairro da Quinta do Mocho era conhecido pelas piores razões, à semelhança daquilo que acontece com qualquer bairro social em que as pessoas estão muito estigmatizadas. Até se escondiam e diziam que não eram dali. Agora já dizem com muito orgulho que são da Quinta do Mocho porque as coisas melhoraram significativamente e ajudámos a desconstruir a má imagem que tinha o bairro, que passou a ser conhecido pelas melhores razões. Está muito colorido, as pessoas gostam, identificam-se. A TVI teve uma novela a ser filmada lá e vão fazendo filmagens. Vai dando, de facto, uma dinâmica nova ao bairro que até aqui não teve porque era um bairro estigmatizado.

A Apelação é mais heterogénea do que a Quinta do Mocho. Logo, a fórmula tem necessariamente que ser diferente, porque na intervenção na comunidade não há uma fórmula exata. Não é igual para todos. Também na educação dos nossos filhos não é igual para todos. Assim se passa também com a população. Temos que lhe sentir o pulso e perceber como é que podemos ajudar e fazer melhor. Esta coisa do “Loures Arte Pública” foi bem-recebida nuns sítios, noutros foi a pior coisa, devido à desconfiança: “então, mas agora vêm para aqui pintar!”. Tenho a certeza que também com este evento vai ser possível identificar mais um conjunto de situações de anomalias que existiam nos bairros sociais e que nos cabe a nós resolvê-las (estas sim, são inteiramente da nossa responsabilidade). Com toda a certeza também serviu para isto.

Falou da igualdade de género e da violência doméstica. Queria-lhe perguntar o que é que é feito nesse âmbito.

Nós temos um gabinete de apoio à vítima, que se chama “Espaço Vida”, onde tratamos das vítimas, que são maioritariamente mulheres, porque a estatística assim o diz, mas também de alguns homens, em que (como é que eu hei de explicar sem ser paternalista?) andamos com a vítima ao colo. Ao colo, no sentido de ajudá-las no seu processo de autonomização. Porque elas veem-se em situações frágeis e o que acontece é que, na maior parte dos casos, mantêm-se nessa situação e acabam por desistir porque não têm acompanhamento. Nós entendemos que, se ela precisa de ir prestar declarações ao tribunal, vai connosco, se precisa de ir ao centro de saúde, vai connosco, se precisa de ir à PSP apresentar uma queixa, vai connosco, ou seja, há um conjunto de situações decorrentes do processo de violência doméstica em que nós também fazemos esse papel com a vítima.

Não somos muitas técnicas no terreno, mas somos as suficientes para ir garantindo, assim elas queiram, obviamente, porque estamos a falar de pessoas que são maiores de idade, que muitas vezes querem inicialmente, mas depois, por várias situações, acabam por desistir. Mas o que nós fazemos é isso mesmo, é ir acompanhando todo o processo, até à leitura da sentença.

Também damos apoio psicológico, etc., e trabalhamos em rede, que é uma coisa muito engraçada porque trabalhar em rede com as forças policiais (PSP ou GNR, dependendo da zona), com o centro de saúde, com o ministério público e com as outras entidades permite-nos estarmos todos à distância de um telefonema. O que faz com que, normalmente, temos aquela ideia de que os processos demoram eternidades, mas os de violência doméstica demoram um bocadinho menos graças a esta rede que nós temos montada e que nos ajuda a desbloquear.

Para além da questão da violência doméstica, que outras questões são trabalhadas pelo gabinete?

Também temos o banco local de voluntariado, que faz ações pontuais, como sendo o banco alimentar, etc., ou age mediante uma ficha de projeto que alguma entidade do concelho nos envie um *email* a pedir ajuda para arranjar voluntários. Por exemplo, agora para as férias grandes, para os miúdos poderem ficar mais acompanhados, ou no ATL. Nós temos uma bolsa de voluntários e, mediante as necessidades de cada entidade que nos pede, vamos trabalhar esta questão.

Depois também temos a parte da responsabilidade social. Há empresas que... Por exemplo, temos um computador doado pela empresa X que vai para a Re-Food, que vai abrir uma filial em Sacavém. Ou seja, com estas ações vamos perante as necessidades do concelho, a nível do que possam ser ajudas de voluntariado. No fundo é arranjar aqui também uma rede de contactos em que seja possível ir respondendo às solicitações que nos vão sendo feitas neste âmbito.

Em relação, ainda, à igualdade do género, não há ações a correr que tenham a ver com as questões da igualdade nas condições de trabalho, igualdade salarial...?

Não. Não temos. Admito que possa haver noutro departamento da Câmara, mas nós não, porque nós estivemos a desenvolver, tivemos um POPH que acabou no ano passado e estivemos a fazer um conjunto de formações, relativamente a esta matéria, a várias entidades do concelho.

Fizemos várias ações de formação para sensibilizar as pessoas para esta temática, mas assim ações concretas de... Temos ações pontuais, como seja as da violência no namoro e ações mesmo explicando... Ainda há pouco tempo, tivemos uma. No nosso departamento, essa tal divisão que tem a parte da formação, e também promove os ciclos de debate que se chamam “refletindo sobre”, e foi lá uma colega da violência doméstica explicar o porquê isto da violência doméstica, como é que as pessoas se posicionam. Correu muito bem, a sala estava cheia. De facto, fazemos ações pontuais, sim, mas desta matéria. Da questão da violência doméstica, a nossa ação principal situa-se ao nível do próprio gabinete de apoio à vítima. É o que priorizamos.

Quantas pessoas trabalham no gabinete?

Temos uma técnica que dá apoio administrativo e depois temos três técnicas, neste momento, no terreno.

Da área da violência doméstica. Mas no conjunto todo?

No conjunto somos cerca de 25.

Relativamente à questão da igualdade do género, acha que essa é uma prioridade do executivo e da Câmara em geral?

Sim.

Uma preocupação para fora, ou também para dentro?

Muitas vezes são para fora. Nós temos duas conselheiras para a igualdade. Neste momento está em fase de reestruturação, de se pensar na coisa de outra forma, mas de facto, é uma preocupação deste município.

Eu acho que este executivo, a nível social, está bastante desperto para estas questões. Além de serem questões que, pelas piores razões, estão na moda. Não seriam se houvesse igualdade.

O que é como o dia da mulher (porque é que se comemora o dia da mulher?) Porque mesmo uma mulher que não seja de andar aí a queimar sutiãs e a pugnar pelos direitos da mulher, naturalmente tem consciência que o dia da mulher comemora-se porque, de facto, ainda há bastante desigualdade na questão do género e ainda há coisas sobre esta matéria. E nós aqui, estes assuntos de “moda”, habitualmente costuma...

A violência doméstica, todos os anos quando se vão ver as cifras negras. É uma coisa horrorosa. A violência de género, idem. Ou seja, de facto, estes assuntos que são assuntos mediáticos, têm um tratamento e uma visão... um papel preponderante por parte do município para que se combata de alguma forma o que está na origem da existência deles.

Sente que existem questões de género na estrutura camarária, ou não?

Tanto quanto sei, a questão do género propriamente dito não é condição... Não será como a exigência de, vamos supor, em cada “x” dirigentes, três têm de ser mulheres. Não passará tanto por aí, seguramente. Eu penso que este município até está... É outro assunto, mas acaba por estar interligado também... Já ganhou vários prémios, acho que ainda no ano passado e no ano anterior, o prémio do município familiarmente responsável, daí também muito esta vertente de consciência de que existem muitas mulheres a trabalhar neste município e com filhos, e faz questão de cumprir a legislação que diz que se tiver filhos, até aos 12 anos, pode trabalhar em jornada contínua. Maioritariamente, são as mulheres que o fazem nesta autarquia. Há essa preocupação, de facto, e há municípios em que isso não acontece. Isso é lei, mas as necessidades de serviço justificam muita coisa.

Comemoram o dia da mulher também, com “pompa e circunstância” e penso que também têm estas preocupações.

Percebi que, na vossa forma de trabalhar, aqui na sua Unidade, têm uma grande preocupação pelo trabalho com a população, ou seja, de tomada de decisão conjunta. Acha que essa é uma preocupação transversal à Câmara ou tem a ver com a especificidade do trabalho?

Aqui, na minha unidade, tem a ver com a especificidade da unidade, mas também tem a ver com a forma como a administração da Câmara encara as questões da participação cívica.

Como é que acha que encara?

Nesta questão, exatamente, de pôr a população também a participar, tem havido assembleias de discussão do orçamento, não só nos bairros sociais, mas transversalmente, tem havido essa preocupação legítima da parte do município, de cada vez mais envolver as populações. As assembleias municipais abertas ao público, as reuniões de câmara. Isto não decorre só da lei, também decorre da vontade do próprio executivo: perceber o que é que quer, se quer uma intervenção participada.

É evidente que há coisas que não dá. Coisas de imediato, coisas de ... há coisas em que não dá para pôr a população a participar, mas eu tenho para mim que esta administração, sempre que pode, fá-lo.

Até por uma questão de orientação política. Esta Câmara agora é comunista. E os comunistas, ao contrário do que as pessoas dizem, que são regimes totalitaristas e que não põem as pessoas a participar, a nossa experiência não é isso que comprova.

Antes eram socialistas. Era diferente?

Sim, era diferente.

FIM

Loures: Entrevista 6

Código: L-E6-Fin

Local: Câmara Municipal de Loures

Entrevistado: Diretor do Departamento de Planeamento, Finanças e Aprovisionamento

Data da realização da entrevista: 2016-06-16

O meu nome é Filipe Caçapo, estou a exercer funções de Diretor do departamento da área financeira da Câmara Municipal de Loures há sensivelmente 4 ou 5 anos.

Antes já trabalhava na Câmara?

Sim. Não com responsabilidade completa nesta área. Trabalhava com outras responsabilidades, mais na área da cultura e da educação.

Uma vez que foi esse o motivo porque foi indicado para ser entrevistado, pedia-lhe que explicasse como é que funciona a questão da preparação do orçamento e a preparação das sessões.

Relativamente à discussão do orçamento, não é um orçamento participativo. Está longe de ser um orçamento participativo, mas é muito mais perto do orçamento puro e duro da realidade das autarquias em Portugal. Ou seja, nós entendemos que o sentido de responsabilidade, quer política, quer ética, e quer mesmo no âmbito do conceito de *accountability* que existe na administração pública, devia começar-se com a apresentação do orçamento. Aquilo que as pessoas esperam do orçamento municipal e aquilo que a autarquia pretende na execução do orçamento municipal, os seus objetivos estratégicos, os seus objetivos mais de pormenor e, no final das sessões, poder o orçamento ser ajustado, tendo em conta, não só as expectativas das pessoas, mas também ter em conta os recursos que estão disponíveis.

Na construção do orçamento municipal da autarquia, neste caso na autarquia de Loures, há despesas que têm um grau de rigidez muito grande. Estamos a falar de despesas de recursos humanos e de despesas de funcionamento. Há opções do ponto de vista estratégico ou político-partidário que são para manter, mas depois há margens que podem ser ajustadas àquilo que nós recebemos no contacto direto com as populações.

Quando nós, nas apresentações públicas, dizemos que há uma fatia significativa para requalificação do espaço público e definimos o que é que é essa requalificação (e quando

dizemos requalificação do espaço público, podemos dizer que a rua “Rosa não sei o quê” vai ser requalificada naquele espaço de tempo de execução do orçamento, que quer dizer um ano), e, naquilo que vamos recolhendo nessa apresentação, se se verificar que essa rua não é prioridade e não vai ter um impacto que nós esperamos, podemos alterar essa rua para outra rua que vai ter um impacto diferente na vida das pessoas.

É este ajustamento, não das opções estratégicas, mas mais no sentido operacional que se pretende captar. Paralelamente, é o sentido de responsabilidade junto da população, ou seja, é dizer à população que os nossos recursos são estes e nós pretendemos aplicá-los neste sentido e é mesmo isso. É dizer, nós queremos aplicar neste sentido.

As pessoas não podem estar afastadas daquilo que são os recursos públicos, porque os recursos públicos só servem se for para serviços públicos. Se não for para serviços públicos, não vale a pena haver administração pública. É mesmo o sentido de responsabilidade, de ética e de transparência junto da população, quer a montante, na construção, quer na sua execução e depois na prestação de contas. E, nessa altura, nós também, durante a apresentação dos orçamentos, o que temos tido sempre como nota principal de enquadramento é aquilo que fizemos.

No último orçamento que apresentámos e que viemos aqui também falar, fizemos isto, as contas da Câmara ou a situação financeira da Câmara é esta. E agora permite-nos ter uma perspetiva diferente relativamente ao orçamento seguinte e esse orçamento seguinte nós começamos a apresentar junto da população. É nessa perspetiva.

Não é na perspetiva do orçamento participativo, em que condicionamos 3,4% do orçamento municipal para iniciativas vindas da sociedade civil. É uma perspetiva muito mais de transparência, de sentir essa responsabilidade junto da população dos recursos que nós estamos a gerir, que não são nossos, mas estamos a gerir para as populações que estão no nosso território.

Ou seja, em termos práticos, o que é feito é uma apresentação dos objetivos e das linhas estratégicas e depois discussão das iniciativas que estão previstas, é isso?

Sim, é exatamente isso. Em traços gerais, nós fazemos uma apresentação daquilo que foi a atividade financeira passada, posição financeira da autarquia à data que nos permite construir um orçamento num determinado valor. Esse orçamento num determinado valor, nós entendemos, por opção, que são determinados objetivos estratégicos a recolher junto da

população daquela freguesia (porque isto é freguesia a freguesia). Referimos que para aquela freguesia os grandes objetivos estratégicos são aqueles e que nós vamos disponibilizar recursos públicos para aquela freguesia para fazer determinadas atividades ou obras ou seja o que for, e depois vai haver discussão e a população diz, é também importante ou acrescentar que é também importante uma determinada intervenção, ou dizer que aquela intervenção já não se justifica, ou outras.

O orçamento é o justificativo para nós estarmos junto da população. Porque surgem muito mais outras coisas do ponto de vista da gestão diária. No orçamento não diz que vamos ligar e desligar a iluminação pública a determinadas horas, mas ao longo da discussão isso é colocado por uma questão de segurança. Isso é imaterial, é uma perceção da segurança. Não é do orçamento propriamente dito, mas é da gestão da Câmara. E isso também é colocado. Muitas situações dessas, de aperfeiçoamento da nossa atitude sobre a gestão da autarquia, que muitas vezes são coisas imateriais.

É verdade que vai ter um reflexo financeiro, porque se aumentarmos meia hora da iluminação pública, alguém vai ter que a pagar, mas a imaterialidade está na perceção da segurança que as pessoas têm no seu dia-a-dia. Se as luzes ligarem meia hora mais cedo e desligarem meia hora mais tarde, há uma perceção de segurança diferente das populações daquela freguesia ou daquele território. E é nessa perspetiva também que o orçamento participativo, que é o justificativo para estarmos junto das pessoas e podermos discutir problemas do concelho ou da freguesia de uma forma global, não só nos seus aspetos financeiros e orçamentais, mas noutros, que eu acho que é muito relevante.

Ou seja, o que me está a dizer é que vão junto da população com o intuito de discutir o orçamento...

De apresentar o orçamento.

De apresentar o orçamento, mas isso depois também faz com que surjam outras questões que não têm a ver diretamente com o orçamento, mas que consideram que também...

Que é muito relevante. Que é muito relevante. Porque a sensibilidade e o *feedback* que temos das populações, temos que os aproveitar em todos os momentos que estamos com elas e esse é um momento importante. É um momento relevante.

Há quanto tempo é que estas sessões são organizadas?

Acho que desde 2014. Desde o primeiro orçamento de 2014.

Que foi o primeiro orçamento inteiro deste executivo?

Que foi o primeiro orçamento inteiro deste executivo.

Vão às várias freguesias?

Sim, vamos às várias freguesias antes da aprovação do orçamento municipal. Aí está uma característica importante do respeito que existe perante a população, que é: não aprovamos o orçamento sem o apresentar à população. Isso parece-me um aspeto importante que dá mais responsabilidade e mais clareza daquilo que se pretende relativamente à apresentação do orçamento.

Como é que tem sido adesão das pessoas?

Tem sido dentro da... isto é um processo não muito... não tem um histórico muito grande, mas todos os anos as pessoas ...

Eu acho que já começa a haver a ideia de que todos os anos, no mês de outubro, existem sessões de apresentação do orçamento na Câmara Municipal de Loures, e as pessoas já têm na ideia que aquele tempo é um tempo de apresentação do orçamento municipal. E eu acho que de ano para ano tem vindo a crescer o nível de participação genuína.

Consegue ter uma ideia de mais ou menos quantas pessoas estão presentes por sessão?

Depende, porque as freguesias também são muito diferentes. A freguesia de Unhos, que é pequenina, é muito diferente da freguesia de Loures, que é uma das grandes.

Em proporção, acha que há uma boa fatia da população a participar?

Não há toda a população a participar. É impossível ter toda a população a participar, mas as pessoas que vão, são muito interessadas e são pessoas que têm outros canais para poderem comunicar aquilo que se passa lá.

Estamos a falar de líderes de opinião, presidentes de associações, coletividades, esses estão lá. E depois há as outras pessoas todas, que não são muitas, mas que são genuínas e estão lá por interesse, mesmo. Às vezes, por interesse próprio, algum problema que têm especificamente e é colocado lá, ou porque se interessam por isto e querem ter uma participação diferente, porque isto também é um momento de participação. É da Câmara, mas também é das pessoas, e nestes momentos de participação, as pessoas, daquilo que eu tenho acompanhado, são

genuínas e estão lá para participar. Estão lá para participar, não numa perspetiva de, como se via no passado, participar de forma algo envergonhada, algo ... com alguma ... não sei como é que hei-de utilizar o termo... Estão a participar porque acham que é um direito delas.

Eu faço uma leitura que acho que as pessoas agora participam porque acham que é um direito delas e é um dever das pessoas participarem. É verdade que isto não é transversal a toda a população. É verdade que ainda há muita gente que viveu antes da democracia, em que o conceito de participação ainda é um bocado difuso, mas acho que está a existir uma nova geração em que participar, para além de ser um direito, que a administração pública e o estado deve proporcionar (pelo menos deve criar plataformas para as pessoas participarem) é um dever também participar.

Eu acho que as gerações mais novas (e quando falo de gerações mais novas, não estou a falar dos de 20 anos ou de 15 anos, estou a falar de pessoas de 40 anos e 30 anos), têm essa perspetiva: “Eu estou lá porque é meu direito participar e eu estou lá também porque a autarquia proporcionou este momento de participação”. É isto que, do meu ponto de vista da participação, todos nós devemos refletir, porque as assembleias municipais, se calhar, não são o momento de participação. As reuniões de Câmara, se calhar, não são um momento importante de participação, mas tem que existir outros momentos de participação e outras plataformas de participação.

Para além desta, que outras plataformas de participação é que acha que deviam existir?

Eu não sei se acho que deviam existir, mas não vendo especificamente Loures, não olhando para a realidade da autarquia de Loures, vendo numa perspetiva mais global, as plataformas de participação têm de ser mais facilitadas. A participação não pode ser uma participação só física: “eu estou ali fisicamente e vou pegar no microfone e vou falar”. Tem que haver outras plataformas de participação, a qualquer momento, a qualquer hora, em qualquer lugar.

A utilização das tecnologias de informação parece-me importante enquanto plataforma de participação. A mim parece-me importante, porque nós todos navegamos na *internet*. É uma regra normal, há vários interesses na *internet*, mas também tem que haver o interesse da participação. Nós falamos... eu vejo os exemplos. Eu não frequento muito o *facebook*, porque é uma despersonalização da existência, mas isso é um problema meu, mas muitas vezes eu ouço notícias de pessoas que fazem ... Eu dou muito este exemplo: quando nós queremos fazer uma petição, fazemos a petição pela *internet*. Há 20 anos atrás não se fazia...

Algumas com muita adesão.

Com muita adesão. E fazemos porquê? Porque há uma plataforma que facilita essa adesão dessa petição, e é nessa perspetiva que eu acho que a administração pública ou as autarquias devem criar plataformas que facilitem essa participação.

A questão das petições e das assinaturas é um exemplo. Há 20 anos atrás, para fazer uma petição, tinha-se que andar atrás das pessoas, pedir o bilhete de identidade, e demorava muito tempo. Agora, de um dia para o outro, estão 30000 pessoas para uma causa e, se calhar, uma causa que muitas vezes desconhecem. Ouvem falar e acham engraçado e até também se associam a essa causa. Porque é que não há de haver também ao outro nível, nas autarquias haver plataformas que facilitem essa participação? Que as pessoas se sintam também participantes na construção da sua sociedade.

Acha que essa poderia também ser uma forma, por exemplo de discussão do orçamento?

Não sei.

Até que limite? Até onde é que essa participação deve chegar? O que é que deve ser participado?

Isto levava-nos para uma discussão que tem a ver com as democracias representativas e toda essa lógica. Eu acho que ... Eu vou tentar criar aqui uma frase que não me comprometa... Eu acho que o limite da participação não deve ser imposto pelos políticos. O limite da participação deve ser imposto pela própria população. Não sou eu, enquanto político, que devo limitar essa participação. A população é que se deve limitar a si mesma essa participação. Não sei se me fiz entender. Porque os políticos estão pela participação, pela participação eleitoral, e eu depois não me vou limitar a mim mesmo, ao limitar a participação daqueles que participaram em mim para me proteger ou para outra coisa qualquer. Eu acho que não há limites. Não há limites, pelo menos definidos na minha cabeça. Há limites daquilo que é aceitável do ponto de vista da sociedade.

Então imaginando que o executivo decidia que agora todo o orçamento era discutido e decidido...

Factualmente, isso não era possível, porque o orçamento está condicionado a responsabilidades.

Mas a parte mais “livre” iria a discussão.

Se me dissesse assim, 20% do orçamento iria para orçamento participativo. Há várias teorias relativamente a isso, relativamente aos orçamentos participativos. Há vantagens e desvantagens. E a grande desvantagem que eu vejo relativamente aos orçamentos participativos com fatias tão grandes de participação (quando eu digo fatias tão grandes é fatias de recurso tão grandes de participação), se estamos a falar de 20 milhões ou de 30 milhões, que são 20% do orçamento municipal, há uma desvantagem que pode ser provocada pelo modelo dessa participação. Teria de se discutir o modelo dessa participação.

Paralelamente, a teoria diz sempre que orçamentos participativos ou a participação em orçamentos desta natureza, criam sempre desigualdades porque não se tem a perspetiva global. “Eu, na minha freguesia, quero uma torre de 20 metros”, e o outro quer um campo de futebol, mas a freguesia que quer uma torre de 20 metros tem 50 pessoas a votar nesse projeto e essa torre vai-se destacar sobre o resto das freguesias, ou porque faz sombra à freguesia ao lado ou porque tapa uma parte da visão da outra freguesia, e essa visão global perde-se no orçamento participativo, de uma fatia tão grande.

Se fosse como outros municípios fazem, ser uma fatia...

2 ou 3 %, sim.

Qual é a sua opinião sobre o orçamento participativo nesta modalidade?

A mim não me choca. Não me choca ser 2 ou 3%. Eu tenho uma ideia ligeiramente diferente do que deve ser o orçamento participativo dentro das áreas metropolitanas, ou dentro das características do que são as áreas metropolitanas. Eu acho que o orçamento participativo deve-se preocupar com a participação ou o acesso à participação das minorias e não das maiorias, porque essas já foram representadas quando foi o voto eleitoral.

Quando eu coloco um orçamento participativo numa autarquia que tem bairros complicados (Quinta da Fonte, Quinta do Mocho), eu acho que o orçamento participativo deve estar para esses bairros. Deve estar para a participação desses bairros, das minorias, porque as minorias foram aquelas que não tiveram representação quando foi o processo de eleição do órgão. E, portanto, o órgão representa a maioria e o orçamento representa a opção da maioria.

O orçamento participativo, se não for filtrado dentro desta perspetiva, estamos novamente a impulsionar a participação daqueles que têm já acesso à participação. As minorias não. Pelo menos é a realidade que eu conheço. As minorias que têm problemas de integração, que têm problemas de emprego, que têm problemas familiares, que têm problemas de várias ordens, a

sua participação a montante, na representatividade, na eleição, é muito diminuta. Porque é que eu não hei-de criar um orçamento participativo que integre e que seja um instrumento de integração dessas minorias? Para a rotunda A ou para a rotunda B, ou para fazer um prédio, ou para pintar o prédio, ou seja o que for?

Quando foi decido optar por esta modalidade de apresentação do orçamento e não pelo orçamento participativo, isso foi uma opção...

Da administração.

Este modelo que têm a funcionar é um modelo positivo, para continuar, para reformular...

Eu acho que é um modelo que é positivo. Ainda está muito no início, mas acho que é um modelo positivo.

Para além da apresentação do orçamento, que outros mecanismos de participação tem a Câmara a funcionar?

Antes do orçamento participativo, teve sessões de discussão e de esclarecimento ao nível do PDM. Esse teve uma participação muito grande no Concelho de Loures. Teve sessões de esclarecimento, de apresentação e de estudo relativamente a um projeto, que é o “Loures em Congresso”. E o que é que pretende o “Loures em Congresso”? É a construção global de uma visão do que é o Concelho de Loures. Teve a participação de centenas e milhares de pessoas, segmentadas por áreas (da cultura, do desporto, da educação, a área disto e a área daquilo...).

Esse também foi um momento muito importante e longo da participação no Concelho.

Quase todas as semanas, a Câmara tem sessões de esclarecimento nos diversos temas que existem e que nós tratamos enquanto autarquia, abertos à população, mas há três marcos importantes: a apresentação do orçamento, o “Loures em Congresso” e o PDM. Esses foram marcos significativos de participação.

Sente que há um esforço deste executivo e desta autarquia no sentido de ir ao encontro das pessoas e de ouvir as pessoas?

Sim. De ouvir e de incentivar à participação, porque a participação também cria mais exigência na gestão.

Esses contributos que têm sido recolhidos das pessoas depois têm tido reflexo na ação?

Sim. Eu falo naquele que eu conheço melhor, que é a apresentação do orçamento e tem sido depois refletido na própria construção e apresentação aos órgãos municipais, o orçamento municipal. Como eu lhe disse, se não é na rua A é na rua B, e depois há uma análise e um reencontrar das ações face àquilo que se ouviu, que se se avaliou e que se ponderou e tem tido reflexo.

Quem é que organiza estas reuniões?

Quem é que organiza, em que sentido?

São feitas reuniões com a população, nas várias freguesias. Como é que elas são organizadas e quem é que as dinamiza?

Elas são organizadas por freguesia. Há a utilização de um suporte informático, que é uma apresentação do orçamento, que é diferente todos os anos. O orçamento também é diferente. Quem está a liderar essas sessões, geralmente, é o Presidente da Câmara ou os vereadores. Essas sessões são realizadas, ou nas salas das Juntas de Freguesia, ou nas associações mais emblemáticas das freguesias, e é organizado desta forma. É divulgado. É uma divulgação maciça pelos diversos canais a que a Câmara tem acesso.

Esses canais, já agora, para ficar registado...

A internet, *flyers*, panfletos, jornais, *mailings*...

Isso é quem está nas sessões. Quem prepara na retaguarda? Alguém tem que recolher os dados, alguém tem que fazer as apresentações...

Sim. É aqui o meu departamento que geralmente faz uma proposta à administração, da apresentação das sessões. Do PDM é outro departamento.

Relativamente às questões da igualdade (social, de género, cultural, integração de minorias), na sua perspetiva, estes são temas importantes para a Câmara, que são relevantes, que se veem depois no trabalho que é feito pela Câmara? E em que medida? Na sua perceção, que trabalho é feito relativamente a estas áreas?

São áreas que eu não domino, porque não são da minha responsabilidade. Aquilo que eu tenho notado é que se mantém uma preocupação sobre os temas que falou. Uma preocupação, reforçando também essa preocupação e alargando essa preocupação a outras entidades. Ou seja, envolver mais gente para esse tema no Concelho de Loures, com a participação de outras entidades e poder ser maior a rede de preocupação.

Quando diz rede de preocupação, em relação a que tema?

Aos temas da igualdade, da segurança e da integração de minorias.

Em relação à igualdade de género, quando fala da rede de parcerias, está a falar da intervenção com a população, é isso?

Sim.

Para dentro da Câmara? Como sabe, o tema da igualdade de género é um tema que agora está muito presente, a aparecer nos jornais, fala-se de quotas, nas mulheres que ocupam cargos de alta direção...

O sentimento que eu tenho enquanto funcionário desta Câmara, com responsabilidades diretivas, é que... Não tenho ideia de que haja alguma questão de igualdade de género. No meu departamento, este departamento é constituído por quatro divisões, tenho dois chefes de divisão e duas chefes de divisão.

Calhou, ou foi propositado?

Não calhou por ser o género A ou o género B, mas sim por ser a competência A ou a competência B. Foi só por isso. Nem estava com preocupações dessa natureza. Nós na Câmara... Também tenho colegas diretoras de departamento, e também pela sua competência, penso que não deve ter sido por ser A ou por ser B ou seja do que for.

A leitura que eu tenho é que não existe essa desigualdade, por assim dizer. Existe, sim, uma igualdade pela competência.

Por isso não haveria necessidade de uma intervenção?

Eu, da minha leitura, não vejo necessidade dessa intervenção, mas é a minha leitura.

Em relação à questão cultural, sendo este concelho um dos mais multiculturais do país, em termos de discussão do orçamento, isso fica espelhado, ou não?

Sim, sim. Fica espelhado essencialmente nas freguesias em que a diversidade cultural é maior e com problemas concretos e com situações concretas.

Há bocado, falei-lhe da história da iluminação pública. Eu recordo-me de uma das primeiras sessões do Prior Velho em que houve várias pessoas que foram lá porque tinham medo de andar na rua, porque eram pessoas que se levantavam muito cedo porque trabalhavam em

Lisboa, e tinham de estar muito cedo no trabalho, e as luzes não estavam ligadas. Eram pessoas que vinham das ex-colónias, e esse espelho é o espelho da apresentação do orçamento. Está espelhado lá, mas há freguesias em que não, a sua expressão é tão curta que não estão, mas aquelas que têm uma posição mais multicultural, nota-se nas sessões de apresentação.

Eu acho que é muito importante haver esta diversidade cultural. Dá-nos uma riqueza maior, apesar de haver muita gente que não concorda. Apesar dos problemas todos que possam existir, apesar dos problemas de integração e disso tudo, a riqueza cultural que nós temos no Concelho de Loures dá-nos uma vantagem competitiva maior do que qualquer um. A mistura das culturas, em princípio produz uma cultura muito maior. Eu acho que é essa a perspetiva.

Sente que as pessoas estão integradas umas com as outras como uma comunidade e não como várias comunidades em separado?

Eu sinto que, nas relações profissionais e nas relações diárias, as pessoas estão integradas. Agora, há momentos em que as pessoas querem mostrar a sua cultura e esses momentos são essas pessoas. Não tenho uma perceção muito concreta sobre isso, mas parece-me pacífico.

FIM

Loures: Entrevista 7

Código: L-E7-AssM

Local: Assembleia Municipal de Loures

Entrevistada: Presidente da Assembleia Municipal de Loures

Data da realização da entrevista: 2016-05-11

Está na Assembleia Municipal há quanto tempo? Só neste mandato ou já esteve em mandatos anteriores?

Já estive em outros dois mandatos antes deste. Três, aliás. Estive um primeiro mandato. Depois, no mandato seguinte não, e depois estive nos dois mandatos anteriores a este, como eleita municipal, só, ou os chamados deputados municipais, embora nós aqui não utilizemos esse termo. Como presidente, é o primeiro mandato.

Neste município como é que está organizada a participação dos cidadãos? Existe a Assembleia, há as reuniões da Assembleia, já percebi que a Assembleia tem abertura para a participação dos cidadãos. Como é que funciona?

Em todas as reuniões da Assembleia. (não sessões, mas reuniões, uma vez que uma sessão pode ser dividida em reuniões para continuação da ordem de trabalhos), em todas as reuniões há um período de intervenção do público.

O período de intervenção do público, na primeira reunião, é o mais tardar às dez e meia da noite, que foi o período considerado razoável. Interrompe-se os trabalhos e o público fala, estejam os trabalhos em que ponto estiverem ... Aliás, peço desculpa, não é nada dez e meia da noite. Dez e meia da noite era no mandato anterior. Nós, a seguir ao período antes da ordem do dia, que é o período onde se discutem os assuntos políticos, discutem-se as moções, etc., assim que termina esse período, o público fala.

Existe uma hora no total consignada no regimento para que o público fale, que é dividida por um período máximo de dez minutos por cada inscrito. A inscrição é feita no próprio dia, até ao início da assembleia, ou feita anteriormente, por *email*, por exemplo. Ainda não temos um formulário que a pessoa possa preencher via *email* e que venha. Temos apenas um formulário que a pessoa pode preencher, ou no computador, ou à mão, e que depois é enviado por *email*.

No caso de continuações de reuniões, na segunda ou terceira reunião, por exemplo, o público fala logo no início da Assembleia.

Ou seja, as pessoas levam a sua contribuição, que terá a duração máxima de dez minutos, e depois essa contribuição, qual é o efeito?

O efeito é que é respondida de imediato. Se forem questões que sejam dirigidas à Assembleia, são respondidas pela Assembleia, normalmente pelo presidente da Assembleia. Se forem questões colocadas à Câmara, que são 99%, a Câmara responde de imediato, a seguir às intervenções do público.

Depois do conjunto das intervenções do público, responde às questões colocadas, se tiver as respostas naquela altura para dar. Se não tiver as respostas naquela altura para dar, serão dadas posteriormente e encaminhadas para o município.

Percebi, até porque estive presente, que também fazem assembleias sem ser aqui no espaço da Assembleia Municipal.

Exatamente. Fazemos assembleias descentralizadas. Tentamos fazer. Até este mandato, as únicas assembleias descentralizadas foram assembleias temáticas.

Dou como exemplo quando houve a reorganização administrativa de Lisboa, uma parte do território de Loures correspondente à parte do Parque das Nações que estava dentro de Loures. Uma parte pertencia à Freguesia de Moscavide, a outra parte pertencia à Freguesia de Sacavém. Quando houve a reorganização administrativa de Lisboa, esse pedaço foi-nos retirado e foi feita uma assembleia descentralizada em Sacavém, que era o sítio onde tinha condições para isso, para discutir esse assunto. Portanto, só se faziam assembleias temáticas sobre questões muito específicas, locais, que levavam a assembleia para fora do seu espaço.

Neste mandato uma das... eu não lhe chamaria inovações, mas uma das coisas novas é levar assembleias para fora. Não são todas. É a assembleia comemorativa do 25 de abril, logo desde o primeiro ano de mandato. Desde 2014 que foi para fora deste espaço e são duas assembleias ordinárias por ano. Normalmente, a assembleia de abril, em que é apresentada a prestação de contas do ano anterior e a assembleia de novembro, em que se apresenta o plano de atividades para o ano seguinte. Considerou-se que essas eram as duas assembleias mais importantes e que interessariam mais à população. Perceber-se o que é que se gastou, como se gastou ou o porque é que não se gastou. Que projetos é que foram concretizados, ou não foram. A

assembleia de novembro é para que as pessoas percebam o que é que está previsto para o ano seguinte.

Numa ótica de transparência?

Numa ótica de transparência e de aproximação aos eleitores. Porque não é fácil vir a Loures um dia à noite. Quem não tem carro próprio tem de vir de transporte e à noite não há transportes, por exemplo, da parte ocidental do Concelho para cá. A última carreira da Rodoviária é por volta das nove, nove e picos. Já não há mais. Portanto, alguém que venha da parte oriental do Concelho ou, como nós dizemos, do lado de lá da serra, consegue vir até Loures, mas não regressar de transportes públicos para aquele lado. Temos de pensar também nesta vulnerabilidade. Quem tem carro não tem esse problema.

As assembleias municipais, por vezes, as pessoas não percebem exatamente o que é. Percebe-se que é um sítio onde se fala muito e que não se percebe a substância. Faz-se às vezes uma comparação com a Assembleia da República (no fundo, brincando agora aqui um pouco, é uma assembleia da república a nível concelhio), e é preciso que as pessoas percebam que existe este órgão. É preciso que percebam que podem colocar questões. É preciso que percebam que as questões são respondidas e que existe este conjunto de eleitos, e que, quando há três boletins de voto, um dos boletins de voto é para este órgão, que as pessoas não sabem sequer o que é.

Sobretudo é a questão da aproximação. É a questão da transparência, mas a questão da transparência nós já a fazemos de outra forma. Neste mandato, as assembleias são todas guardadas em *vídeo*, desde a primeira assembleia formal que se reúne, que é quando se elege a mesa da Assembleia, ou seja, o Presidente e os dois secretários. Desde essa reunião que as assembleias são gravadas em *vídeo* e os *vídeos* são disponibilizados numa página da *internet* da Câmara e no *Youtube*. E são também as assembleias que são realizadas aqui, na sede da assembleia, são também transmitidas em direto via canal da Câmara no *Youtube*.

Ou seja, não posso dizer que temos muita gente a ver, porque não temos. São muito poucas pessoas, mas já há um conjunto de pessoas que se interessa pela política local, que vão acompanhando a Assembleia em casa, através da transmissão direta, ou então vão ver os vídeos posteriormente, para perceberem quem disse o quê, de que forma é que se discutiu determinado assunto. Portanto, a transparência, também vai por aí.

Nas Assembleias têm muitas ou poucas pessoas a participar?

Depende das assembleias. Temos tido assembleias em que a parte do público está completamente cheia. Temos tido assembleias em que estão essencialmente técnicos municipais, que estão para dar apoio a alguma questão que seja suscitada e que, até por inerência de funções, vêm assistir às assembleias. Mas temos sempre um conjunto de pessoas que vêm assistir às assembleias porque gostam, porque querem perceber o que é que se passa.

Na Assembleia em que eu estive presente houve bastantes participações...

As assembleias descentralizadas normalmente têm mais participações. As assembleias descentralizadas têm tendência a ter muita gente no público, que pode não ficar a sessão inteira. São cinco horas, nem todos conseguem estar as cinco horas. Mas temos sempre muito mais participações do público. Normalmente, a hora dedicada ao público esgota-se e temos também sempre muito mais gente a assistir. Também é um dos motivos porque nós fazemos as assembleias descentralizadas, que não são a um dia de semana à noite, mas a um sábado à tarde, de maneira a poder potenciar a participação e a assistência das pessoas.

São feitas três assembleias descentralizadas?

Normalmente tem sido prática. No primeiro ano, em 2014, foram só duas assembleias descentralizadas, mas em 2015 já foram três, em 2016 serão três e em 2017, até ao término do mandato, serão duas.

Na sua opinião esse número é o adequado?

Sim, porque implica questões de logística muito grandes. As pessoas não se apercebem, mas as salas para uma assembleia descentralizada implicam não só mesas e cadeiras, mas também, porque são locais adaptados, implica aquilo que se chama vulgarmente de decoração: a colocação de uns panos para a sala se revestir de uma outra dignidade, implica som, implica *vídeo*. Implica transportar uma série de condições, que nós temos aqui já, para outros locais. Implica uma quantidade de pessoas, de funcionários municipais, que estão envolvidos nisto: transporte de material, colocação do material, retirada do material, portanto é a parte de bastidores que as pessoas não se apercebem, desta logística.

Na sua opinião, este modelo é um modelo que tem a ver com a mesa da assembleia e com o executivo da Câmara, ou é um modelo que é bem visto por toda a Assembleia?

A perceção que eu tenho é que a Assembleia, no geral, aceita bem a questão da descentralização das assembleias.

Quando diz aceitam, aceitam por que é o modelo que foi proposto e aceitaram, ou aceitam porque é assim que acham que deve funcionar?

Ambas as situações. Há um conjunto de pessoas, eventualmente reduzido, que acha que não, que nós devíamos era continuar aqui porque aqui é que é a sede da Assembleia e porque é incómodo ir para outros sítios. Mas na generalidade as pessoas aceitam, quer porque foi uma proposta e aceitaram a proposta, quer porque entenderam que existe esta aproximação aos eleitores, que é necessária.

O assunto foi decidido em conferência de líderes de bancada, aliás, a conferência de representantes é constituída pela mesa e por um representante e cada um dos grupos políticos que tem assento na Assembleia e foi consensual entre todos. Houve uma aceitação imediata desta questão. Tem havido é pequenas questões de coisas relacionadas com a logística, que têm sido pontualmente resolvidas à medida que vão surgindo, porque a primeira assembleia corre de uma forma e há coisas que não funcionam muito bem, portanto melhoram-se para a segunda.

Há coisas que é possível melhorar. Como foi nesta última, mas que não sei se vamos conseguir melhorar na próxima, porque tem a ver também com a especificidade dos locais onde estamos e do material que está disponível, nomeadamente material de som para a participação e para que as pessoas possam, e neste caso os eleitos, possam falar.

Houve uma coisa que me chamou a atenção, que já agora gostava de lhe perguntar. A dada altura, durante a assembleia, falou-se na limitação do tempo de resposta do executivo às questões do público. Esse tema surgiu porque é uma questão difícil de gerir, porque...

O regimento municipal consagra 15 minutos de tempo de resposta do executivo municipal às questões dos munícipes. Nunca foi aplicado porque, neste caso... É um entendimento muito pessoal que eu tenho e também é uma ... Não tendo ainda discutido isto com a mesa, existe esta questão muito simples, que é uma questão de sensatez. Se existe um conjunto de intervenções do público que demoram meia hora, ou uma hora, é virtualmente impossível o executivo municipal responder a todas as questões, até porque algumas merecem um enquadramento, uma explicação mais aprofundada, em 15 minutos e a questão é suscitada também por um grupo político da oposição. Não é uma questão que é suscitada de modo... porque é inocente e porque vamos cumprir o regimento à risca. Estamos a um ano e meio do

final do mandato, ou menos de um ano e meio, e de repente esta questão é suscitada, portanto o *timing* também tem alguma coisa a ver.

É verdade, e eu já tive a oportunidade de dizer isto ao executivo municipal, que às vezes há respostas que poderiam, na minha opinião, ser um pouco mais sucintas, mas eu percebo. É que nós passamos de uma situação, no mandato anterior, em que o executivo municipal não respondia às perguntas, ou respondia de forma muito pouco satisfatória, sem dar uma resposta objetiva e efetiva às questões, para um mandato em que o executivo municipal quer responder às questões e faz questão de responder às questões.

Portanto, esta mudança de paradigma também causou algumas questões, mas eu percebo. É virtualmente impossível, com uma hora de questões colocadas, responder em 15 minutos. Acho que também não se deve... Não sendo a Assembleia o espaço executivo (é o espaço da Assembleia) o executivo municipal tem de responder às questões. É obrigatório, para mim. Não é uma questão que se possa considerar não fazer. O executivo municipal tem obrigação de responder às questões dos munícipes, assim como tem obrigação de responder às questões que são colocadas pelos elementos da Assembleia Municipal.

Portanto, eu entendi, e aqui é uma visão muito pessoal, repito, não é uma questão que eu tenha discutido com a mesa, mas também não é uma questão que tenha sido suscitada, até agora só foi suscitada nesta última assembleia, o executivo municipal está para responder às perguntas. Eles podem ser mais sucintos. Há questões que podem ser respondidas de forma mais sucinta, mas isso o executivo municipal também tem que trabalhar essa componente da sua intervenção.

É um percurso.

É um percurso. De facto, é um percurso.

Daquilo que percebi do seu discurso, tem havido uma evolução, ao longo do tempo, no sentido de estar mais próximo da população, ou seja, dos vários executivos, ao longo do tempo. Isto tem vindo a evoluir e já percebi que este executivo tem realmente essa preocupação. É isso?

Sim. Este executivo já realizou várias dezenas de reuniões com a população, não reuniões de Câmara, mas em que o executivo municipal se desloca às freguesias para falar com as pessoas, para apresentar o PDM, para apresentar o orçamento municipal. Ouvir as pessoas antes do orçamento municipal estar pronto. Perceber quais é que são as prioridades.

Isto já levou, por exemplo, a que uma das prioridades que se percebeu no Concelho, era o asfaltamento de ruas e isso passou a ser uma prioridade do Executivo Municipal, que inicialmente não era. Já se fizeram reuniões sobre questões específicas, relativas ao estacionamento, relativas a questões como a implementação de uma superfície comercial aqui no Infantado. Portanto, tem havido essa aproximação também.

Na sua opinião, este modelo que está a funcionar é o modelo ideal, ou seja, é suficiente tendo em conta a população, ou acha que ainda há um percurso a fazer?

Há um percurso maior a fazer. É impossível chegar a todo o lado. Ou seja, nós estamos num concelho com 200 mil habitantes. Quando se fazem este tipo de reuniões (as mais recentes foram sobre a revitalização de três núcleos urbanos específicos), é impossível nós chegarmos a todo o lado. Nós vamos sempre apanhar uma franja da população, mas é um modelo que deve continuar, com alguns ajustes, eventualmente, um pormenor ou outro, mas é um modelo a continuar.

A nossa obrigação enquanto eleitos é estarmos junto das pessoas. Para além de irmos à rua e conversarmos com as pessoas, também temos que ter estes momentos para explicar opções. Porque é que se faz ou porque é que não se faz.

Acha que este Concelho é um Concelho com potencial para as pessoas virem à procura da informação?

Algum potencial. O problema que se passa, e a perceção que eu tenho, que alguns eleitos temos, é que ao longo destes 40 anos, após o 25 de abril, a participação cívica tem vindo um pouco a diminuir. Veja-se a abstenção nas eleições, mas isso tem a ver com a mudança de mentalidades, mudança de hábitos. É muito mais cómodo estar em casa à espera que venham ter comigo. O sofá é sempre muito mais atraente do que sair de casa um dia à noite para ir ouvir alguém falar sobre um projeto. É muito mais fácil falar no café. Temos que ter esta... É uma questão cultural, no meu entender, mas temos potencial. Tem havido adesão por parte das pessoas, variável consoante os sítios, variável consoante o tema, mas tem havido adesão por parte das pessoas às questões que são colocadas quando existem estas reuniões descentralizadas.

Como é que acha que se deve fazer para que as pessoas cheguem?

Temos que insistir. Ser persistente. Temos que insistir. Não podemos chegar e dizer “não tivemos cá ninguém, não vamos voltar a fazer isto”. Não. É como os hábitos culturais.

Exatamente como os hábitos culturais. Se uma população não está habituada a ver teatro, ou uma população não está habituada a ouvir música, ter concertos, não vai.

Os primeiros que se fazem ninguém vai mas, se continuarmos a fazer, aquele pouco público, que até gostou, pode trazer mais. A primeira vez, podemos ter seis, a segunda vez podemos ter oito, a terceira vez podemos ter dez, ou doze, ou quinze, ou vinte.

Portanto, é uma questão de continuar. Nós não podemos abandonar este modelo, este modelo com ajustes ou outros que se vejam, de apelar à participação das pessoas e irmos ter com eles, porque também é esta a forma de prestarmos contas sobre o trabalho que fazemos.

Quero-lhe fazer outra pergunta, que não tem a ver com este tema, mas que tem a ver com as questões da promoção da igualdade (da igualdade social, de género, integração de minorias). Em termos de Concelho e em termos de Câmara Municipal, como é que acha que estes temas são acolhidos, são temas que têm tido relevância?

Têm tido relevância. Nós somos um Concelho multicultural. Temos mais de 100 nacionalidades aqui no Concelho, o que é assim um espetro... Quando eu soube exatamente este número, e neste momento confesso que não me recordo exatamente do número, mas sei que é mais de uma centena, eu própria fiquei surpreendida, porque não tinha a ideia que fossem tantas.

Essa questão da igualdade do género, a questão da igualdade social, a questão da igualdade cultural, tem tido bastante atenção. Nós temos, por exemplo, uma comunidade Hindu muito forte, que tem o apoio da Câmara e que tem um excelente relacionamento. Inclusivamente, a Câmara convida a comunidade Hindu para algumas iniciativas da Câmara, também para que eles possam mostrar a sua cultura.

Temos várias culturas africanas, incluindo religiões que são... que existe um bom relacionamento, existe um bom acompanhamento por parte da Câmara, portanto, essas questões são essenciais e têm tido, por parte do departamento de coesão social, nomeadamente através de uma unidade, que é o IC, tem tido uma atenção muito particular, porque todos fazem parte do Concelho e todos estão integrados e todos têm valências e apetências e coisas para mostrar. O mostrar que existe esta diversidade cultural tem sido também uma preocupação por parte do Executivo Camarário.

Curiosamente, Camarate, que até é uma freguesia muito multicultural, na Assembleia, não se notou...

Não, porque não existe tanto essa cultura de participação cívica por parte de outras culturas. Em Camarate, nós temos imensas culturas. Temos cultura Africana, temos cultura ... Indianos, Paquistaneses, Eslavos, dos mais diversos países Eslavos, mas não existe tanto esta situação de “vou lá colocar os meus problemas”. São pessoas que são capazes de ir ter com o Presidente da Junta, porque veem passar o Presidente da Junta ou porque lhe vão lá bater à porta e são capazes de, aí, lhe colocar as questões. Ir a um momento formal como é uma Assembleia Municipal colocar essas questões, não existe tanto essa apetência.

Provavelmente será também um caminho...

É também um caminho, mas aí eu penso mesmo que seja uma questão cultural. Não existe esta questão da participação cívica neste sentido. Portanto, este caminho também se faz ensinando às novas gerações que existem estes mecanismos de participação.

Em relação à questão do género, em termos de Assembleia, como é que esta é tratada? Existe a questão das quotas, mas depois existe toda a forma natural com que se lida com o tema. Na sua sensibilidade...

Eu acho que existem poucas mulheres e eu acho que não deveria existir uma imposição de quotas. Ou as mulheres têm lugar numa lista porque se entende que têm capacidade para isso, ou então se estamos a encher... Neste momento, aquilo que se passa é: de x e x lugares temos de ter uma mulher, portanto vamos lá ver quem é que temos aí para estar disponível para dar a cara.

Eu tenho a sorte (eu tenho sempre o cuidado de dizer isto), eu tenho a sorte de estar numa força política em que o papel das mulheres sempre foi valorizado em igualdade com os homens. Não é por ser mulher ou por ser homem que tem mais ou menos valor. Tem é que haver, tanto por parte da mulher como por parte do homem, disponibilidade e vontade para a participação.

Infelizmente, o papel da mulher, socialmente falando, ainda continua muito condicionado por uma quantidade de estereótipos e por uma quantidade de questões culturais que condicionam por vezes a sua participação. Porque há mulheres que participam e não têm o apoio dos seus companheiros, porque entendem que ela tem é que tomar conta dos filhos, tem que cozinhar, tem que ir tratar da casa. Essas questões foram encucadas de tal forma, culturalmente, pela educação que tiveram, que se sentem culpadas ou entendem que não devem participar porque têm estas responsabilidades em primeiro lugar.

Elas não têm esta percepção de que as duas coisas são conciliáveis. No meu entender. Eu consigo fazê-lo, mas tenho um companheiro que tem uma visão diferente. Entende que existe esta participação cívica e que esta participação cívica é importante. Porque isto é uma participação cívica, mais do que outra coisa.

Imaginando que não existiam quotas. Acha que mesmo assim existiriam mulheres a participar na Assembleia, ou pelo menos em número representativo?

Continuavam a haver mulheres que participavam na Assembleia. Não sei é se seria o mesmo número. Infelizmente não sei se seriam no mesmo número. Se calhar seria um número inferior. Infelizmente.

Ou seja, aqui ainda há um longo caminho a fazer...

Há. Mesmo a propósito do dia internacional da mulher, comemorado aqui há dois meses, essa questão foi uma questão que abordei numa entrevista para uma rádio local. Ainda temos um caminho a percorrer. Portanto, quando se diz que se calhar já não faz sentido comemorar o dia da mulher, faz. Infelizmente ainda faz, porque a mulher ainda continua a não ser... numa quantidade de aspetos continua a não ter ... No papel, tem os mesmos direitos mas, depois, na prática, não é assim exatamente que se passa.

Em termos da Câmara Municipal, acha que a Câmara está preocupada com as questões do género e tenta lidar com elas, ou não? Eu já percebi que há um programa que a Câmara tem que tem a ver com as questões da violência e da intervenção na violência do género para a população, aqui mais nas questões que têm a ver com a violência, mas depois nas outras questões que são mais silenciosas como o acesso ao emprego, como a valorização do trabalho, como a...

Tenta-se, mas não é uma competência da Câmara Municipal. A Câmara Municipal tenta acompanhar as questões e apoiar, chamar à atenção para estas questões. Aliás, quem tem este pelouro é uma vereadora, portanto existe essa percepção, e a maioria dos trabalhadores municipais são mulheres. Portanto, existe alguma sensibilidade para esta questão. Agora, de que forma é que a Câmara pode intervir, não sei. Não me parece que seja essa a sua função.

Eu acho que essa função também parte muito da escola. Continua-se, por exemplo, a fazer diferenciação de desporto na educação física nas escolas. Os rapazes vão jogar futebol e as raparigas vão jogar volley ou outra coisa assim menos violenta. E isso é uma coisa que me faz um bocadinho de confusão, porque fazia-se isso no meu tempo, que foi há trinta anos atrás.

Trinta anos depois, já não se deveria fazer. Portanto, isto tem a ver um bocadinho com mudar mentalidades, mas isso tem que ser uma coisa macro, a nível nacional. Não podemos pensar que uma câmara municipal consiga resolver essa situação.

Uma última questão, agora relativamente ao orçamento participativo. Neste Município, não foi adotado o orçamento participativo. Concorda com esta opção? Discorda dela? Porque é que acha que isto aconteceu?

Eu não concordo com a questão do orçamento participativo. O orçamento participativo é um faz de conta. O orçamento participativo numa câmara municipal diz-se: “temos X para gastar, agora apresentem lá os vossos projetos”, e são apresentados um conjunto de projetos, e depois é feita a votação. Só que essa votação é condicionada logo à partida, porque o projeto que tiver maior capacidade de mobilização, que pode não ser o melhor, que pode não ser o mais importante, é o projeto que ganha. Portanto, isto é...

Vamos imaginar que numa determinada zona (eu vou pôr uma questão muito hipotética), falámos há pouco da fábrica. Vamos imaginar que temos alguém que quer abrir uma *startup*, uma indústria daquelas criativas, que apresenta assim um projeto muito giro, mas que aquilo envolvia depois a comunidade, que não é o tipo de projeto que se apresenta ...

Ou vamos imaginar que, num determinado bairro, alguns dizem “nós queremos um jardim aqui”, mas aquilo que faz falta naquele bairro pode não ser o jardim. Pode ser o alcatroamento das ruas, pode ser construir uma escola, pode ser um pavilhão desportivo, pode ser a reparação dum qualquer equipamento municipal que lá exista. Porque são obras que são necessárias, mas aquele jardim tem ali um conjunto de pessoas que consegue mobilizar e, depois, essa fatia do orçamento municipal é gasta naquele jardim. Se calhar isto até pode ser um exemplo absurdo.

Não quer dizer que os projetos que são apresentados no orçamento participativo não sejam válidos, porque são, mas eu já vi o caso de alguns projetos de orçamento participativo, nomeadamente na Câmara de Lisboa, em que houve uma tentativa de mobilização, por exemplo, da Universidade de Lisboa, do Campus Universitário, para uma obra que no meu entender é um erro, que foi de retirar uma faixa... Em vez de se retirar o trânsito todo da Cidade Universitária, que é um caos de manhã até à noite, não: retirou-se uma faixa, criaram-se mais lugares de estacionamento, que também são precisos, mas retirou-se uma faixa que

faz um trânsito de manhã que não se calcula. Isso tem tudo a ver com o orçamento participativo.

É uma opção. É uma opção que mobiliza. Como é que se consegue mobilizar? Ora se eu conseguir mobilizar uma parte de alunos de Direito, uma parte de alunos de Letras, uma parte de alunos de Psicologia, uma parte de alunos de não sei o quê, nós temos muito mais gente ali do que alguém dentro daquela freguesia que apresente um projeto que vá servir, por exemplo, a comunidade idosa, ou vá servir a comunidade carenciada, ou vá ter um projeto destinado às crianças, que podem ser muito mais prioritários do que “agora vamos fazer uma ciclovia aqui” ou “vamos agora tirar aqui, e vamos agora criar aqui mais dez lugares de estacionamento pago, e depois vamos retirar aqui uma faixa”, que vai retirar fluidez ao trânsito, que já de si é caótico.

Eu posso estar a dar aqui um exemplo absurdo, que pode nem ter sequer... Agora, o orçamento participativo não é uma verdadeira opção.

Qual seria a alternativa?

A alternativa é ir ouvir as pessoas e saber quais é que são as prioridades para as pessoas. Ir lá ao sítio. Porque as pessoas que aparecem, por vezes, nestes debates, por exemplo quando o executivo municipal vai falar sobre o orçamento municipal... Eu já lhe dei o exemplo. O executivo municipal tinha outras prioridades e, da auscultação das dezoito freguesias, percebeu-se que o asfaltamento e que o estado da rede viária municipal era uma prioridade enormíssima para a esmagadora maioria das pessoas. Portanto, mudou-se a agulha e foi-se por este caminho e houve outros projetos que se tinham, que tiveram de ficar em *standby* até se conseguir.

Isto é ouvir as pessoas. Isto, para mim, é participar. Eu não lhe chamo orçamento participativo. Eu chamo-lhe participação das pessoas nas opções. Porque esses projetos pontuais em determinados sítios podem ser apoiados na mesma. Podem ser propostos ao executivo municipal e o executivo municipal pode incorporá-los no seu orçamento municipal.

Não tem necessariamente que ser esta questão do orçamento participativo. Porque às vezes este orçamento participativo é capacidade de mobilização. Eu posso votar no orçamento participativo de Lisboa não morando em Lisboa, ou seja, não se controla propriamente quem é que está a votar. Quem diz em Lisboa diz em outros sítios. Mas não condeno quem faz. Pelo

contrário. São opções de gestão, e as opções de gestão são todas válidas desde que não prejudiquem a população. Agora, tem algumas questões que não funcionam como deve ser.

O orçamento participado é ir ao sítio e ouvir as pessoas. Andar na rua, realizar reuniões com a população, perceber qual é a prioridade, chegar lá e dizer “para nós a escola é prioridade” “Ai não, não, não! Para nós a escola não é prioridade. A prioridade é este *ringue*, que está aqui e que precisa de levar umas modificações para que os jovens da freguesia tenham sítio onde se ocupar mais, e a escola só precisa aqui de uma ou duas intervenções cirúrgicas para se manter e depois para o ano faz-se uma intervenção mais profunda na escola”.

Naturalmente, se calhar as pessoas diriam assim, mas precisam das duas coisas, precisamos do *ringue* para os jovens e precisamos das obras na escola. Mas, no meu entender, têm algumas *nuances* que eu acho que não são propriamente o orçamento participativo, porque isso não é um bolo. Então isso era discutir, do bolo todo do orçamento, quais eram as prioridades.

Bom, sendo que, do bolo todo, há uma parte do bolo que é “intocável” ...

A parte do bolo... Quando eu estou a falar da parte do bolo, estou a falar da parte para investimento. A parte que sobra do orçamento quando se pagarem as despesas obrigatórias.

FIM

Transcrição de Entrevistas

Câmara Municipal de Odivelas

- O-E1-VM - Vereador
- O-E2-Vf – Vereadora
- O-E3-APr – Adjunto do Presidente
- O-E4-Com – Coordenadora do Gabinete de Comunicação e Modernização Administrativa
- O-E5-IgCid – Coordenadora do Gabinete de Saúde, Igualdade e Cidadania
- O-E6-OP – Técnico Superior da Divisão de Estratégia e Planeamento (Orçamento Participativo)
- L-E7-Cult- Chefe da Divisão de Cultura, Património e Bibliotecas

Odivelas: Entrevista 1

Código: O-E1-Vm

Local: Câmara Municipal de Odivelas

Entrevistado: Vereador

Data da realização da entrevista: 2016-05-25

O meu nome é Edgar Vales. Sou Vereador desta Câmara Municipal, com os pelouros da Proteção Civil, Bombeiros, Cultura, Bibliotecas, Fiscalização Municipal, Jurídico e o Gabinete de Saúde, Igualdade e Cidadania.

Ou seja, com muito trabalho.

Pois. São várias coisas, e algumas não têm muito a ver umas com as outras, e então complica um pouco, sim.

Já estava neste Município, ou entrou só neste executivo?

Entrei só neste executivo para estas funções, mas faço parte do quadro da Câmara. Sou arqueólogo de formação de base, e, portanto, já trabalhava como Técnico Superior de Arqueologia na Divisão de Cultura desta Câmara Municipal, já há bastante tempo.

Em termos da sua ação, o que é que, nos seus vários pelouros, o que é que está planeado que esteja diretamente relacionado com a área da participação?

Logo, o Orçamento Participativo, que é um dos instrumentos que temos...

Faz parte do seu pelouro?

É transversal, porque o Orçamento Participativo (já lhe devem ter falado nisto), o Orçamento Participativo permite à população em geral dar ideias, assim como, depois, numa fase posterior, as ideias são selecionadas, mediante a sua exequibilidade e o seu valor. Ou seja, o valor de cada uma das ideias tem de ser até um teto máximo de cem mil euros na sua execução. E, portanto, as pessoas podem dar uma ideia como ir daqui à Lua, mas depois tem

que haver uma triagem e perceber se é exequível ou não, dentro dos valores que estão estipulados para cada uma das ações.

Feita essa triagem, há o processo de votação, e qualquer ideia pode existir, e portanto são ideias transversais a cada uma das áreas da Câmara. Haverá coisas que tocam na Cultura, haverá coisas que tocam na Educação, outras...

Daí a relação.

Todos temos e todos não temos. Pode haver um ano e não haver nada nas minhas áreas, como pode haver dois anos a seguir (porque é bianual), dois anos a seguir, todas na minha. Nós estipulamos um Orçamento para todas as... para o Orçamento Participativo de cada ano.

Não sei se já lhe explicaram também... É bianual, porque é muito difícil num orçamento da Câmara, fazer o processo de triagem, votação e execução, num só ano, e portanto são dois anos. E, portanto, pode tocar, claro, dependendo das ideias...

Por exemplo, tivemos agora: alcatroamento de uma estrada em concreto, porque os moradores daquela zona assim o elegem, e portanto não toca a Obras Municipais, mas há situações, por exemplo, uma ecopista, uma ciclovia, portanto, lá está, pode tocar também na parte do Desporto, ou na parte das Obras Municipais. Varia bastante.

É um projeto de que gosta, ou não?

Gosto, mas é engraçado falarmos nisso como participação, porque é certamente um elemento... um instrumento que temos ao nosso dispor, e que os munícipes têm ao seu dispor, para a tal democracia direta, a tal participação direta.

No entanto, as regras do jogo podem ser viciadas. Isto porquê: temos por exemplo um bairro novo, um dos bairros mais novos aqui de Odívetas, que é o Jardim da Amoreira, que tem uma Associação de Moradores jovem e muito dinâmica. Dinâmica ao ponto de ter *facebook*, envolvem muito a participação do bairro todo, e conseguiram uma coisa fantástica. Só para dar um exemplo: as pessoas não tinham respeito, como não têm pela cidade inteira, com a questão dos cãesinhos que vão à rua. E eles conseguiram uma coisa giríssima, que não tem graça nenhuma. Quando algum vizinho vai com o cão à rua e não leva o saco de plástico, as pessoas, da janela, tiram fotografias, publicam as fotografias no *facebook*, e todo o bairro malha naquela pessoa. E resulta. Aquela pessoa passa a ...

Coação social.

Mas pela via da força. E para dizer o quê: a Associação de Moradores é tão dinâmica, o bairro é tão dinâmico, que todos os dois anos em que há Orçamento Participativo, alguma coisa eles ganham. Porquê? Porque conseguem ir de porta a porta, e vão mesmo de porta a porta, apelar à participação do voto...

Fazer campanha.

Fazer campanha, exatamente. Outras situações, se calhar, são mais importantes, mas, como as pessoas daquela zona, daquele bairro, daquela rua, não se conseguem mobilizar da mesma forma que estes se mobilizam, não têm tantos votos.

Portanto, é um instrumento de participação direta dos munícipes, e se calhar o mais próximo com uma democracia direta de facto, mas também ela pode ser subvertida, e conseguirem fazer a tal campanha porta a porta.

Não é a população em geral que vota naquela medida, é a população daquele bairro que vota massivamente na medida “x” ou “y”. Também é interessante ver como é que estas dinâmicas depois jogam.

Faz parte de um executivo, certo? Pensando na globalidade, em que grau é que acha que há uma preocupação deste executivo com as questões da participação e da cidadania?

Em termos gerais, do executivo?

Em termos gerais, exato. Em termos da equipa de que faz parte.

Da equipa de que faço parte, que entrei a meio, é uma equipa que já vinha em funções desde 2005. Esta tem sido sempre uma bandeira. Quer o Orçamento Participativo foi implementado pelo anterior Presidente, que entrou em 2005. Portanto... Creio que são poucos os municípios que têm este instrumento.

Além disso, o Gabinete de Saúde, Igualdade e Cidadania tem... temos ganho vários prémios, quer no âmbito da igualdade, quer no âmbito da própria inclusão social. E é um Gabinete muito forte. Aliás, ia sugerir também que pudesse também falar com a Arquitecta Manuela Henriques, que é a coordenadora do Gabinete de Saúde e Igualdade, que é um Gabinete que

tem um orçamento zero, que faz mil e uma coisas, e que tem uma participação fortíssima, e sobretudo com as minorias étnicas.

Nós somos um Concelho de periferia, um Concelho suburbano, e que temos uma panóplia de nacionalidades, e que muitas vezes chegam sem dominar a língua e sem saber os mecanismos que têm ao seu dispor para uma maior inclusão, e este nosso Gabinete, que tem junto dessas três áreas da saúde, cidadania, igualdade e, neste caso, a inclusão, tem um papel fortíssimo na relação com todas estas comunidades.

Não sei se me quer explicar assim um bocadinho...

Nós temos várias coisas. A começar, temos logo a começar, o CLAIM, que é o antigo CLAI, que é o Centro de Apoio à Integração de Imigrantes, que agora mudaram o nome, deixaram de se chamar “imigrantes”, são todos “migrantes”. Era mais uma forma... Entendeu-se que havia uma forma de exclusão, agora são todos... deixou de haver o “e” e o “i”.

Portanto, temos um balcão de atendimentos integrado na Loja do Cidadão de segunda geração, no Odivelas Parque, na estrada, e que faz todo esse acompanhamento, de ajuda na legalização, a tratar dos papéis para Segurança Social e Autorização de Residência. Temos uma excelente relação com as comunidades religiosas, que muitas vezes essas comunidades de migrantes representam, e no diálogo interreligioso, que é um dos caminhos para conseguirmos entender-nos todos e haver mais tolerância.

Temos, por exemplo, coisas que não lembram a ninguém.

Temos a maior comunidade sikh de Portugal, com um templo agora...

Eu vejo, no metro. Devem vir para o culto.

Devem vir para o culto. O culto fica mesmo ao lado da estação de metro de Odivelas. São à volta de vinte mil. Não se percebe como é que veio tudo parar aqui, porque são indianos, do estado do Punjab. Não dominam o português, pertenciam ao antigo raj britânico, seria de esperar que fossem para Inglaterra. Não percebo porquê, acabam por vir tudo para aqui.

Acabam por estar muito bem integrados. Têm aqui o seu templo. São muito... Participam muito com a Autarquia. Têm duas celebrações grandes, em que fazem procissão pela rua, e não sei quê... As pessoas, ao princípio, assustam-se um bocado, sobretudo pelo turbante.

Temos dois tipos de pessoas que se assustam. Assustam-se com o turbante porque o associam ao islão e ao terrorismo.

E depois temos aqui um grupo de velhotes simpáticos, que são antigos combatentes portugueses que estiveram em Goa, prisioneiros de guerra, quando foi a invasão de 1971, ficaram presos. Quando veem um sikh, tremem de medo. Por uma razão simples. Porque a União Indiana invadiu Goa, na maioria em 1971, só com sikhs.

Os sikhs são por natureza... apesar do sikhismo é uma religião bastante pacifista... eles são monoteístas, o que pouca gente sabe... E são muito pacifistas, mas, em termos genéticos, são o povo mais guerreiro da Índia. São geneticamente diferentes dos outros. Os outros são enfezados e pequeninos, como o Gandhi, e os sikhs são grandes e fortes e guerreiros por excelência, e então... Já o raj britânico tinha batalhões de sikhs e a União Indiana continua a ter... a tropa de elite é sikh.

Quando invadiram Goa em 71, invadiram com cinquenta e cinco mil sikhs, contra seis mil portugueses que estavam estacionados na província. E além de ter sido o terror de terem visto aqueles cinquenta e cinco mil a marchar, ficaram prisioneiros deles durante oito meses, até o Salazar finalmente querer negociar.

Aquele turbante... Segundo dizem: “Maldito turbante que lhes dá mais dez ou quinze centímetros de altura”. Eles já são enormes, e com mais dez ou quinze centímetros de altura, e, portanto, estes nossos idosos muitas vezes ainda tremem quando veem estes bandos na rua, faz-lhes lembrar o tempo de cativo, que estiveram esquecidos pela Pátria.

Como é que conseguem depois promover a integração entre estas culturas tão diferentes?

Temos várias iniciativas. Temos a Oração pela Paz, que decorre sempre no mês de Outubro/Novembro, em que tentamos, de uma forma ecuménica, o mais ecuménica possível, fazer uma oração. Convidamos todas as comunidades religiosas do município, que são imensas, mais do que se possa imaginar. Cada uma delas faz uma apresentação cultural da sua comunidade. Normalmente, trazem a comunidade toda, o que é engraçado, é estranho, porque a princípio ficam todos a olhar uns para os outros um bocadinho estranhos, mas depois começa a ganhar uma certa dinâmica, é engraçado... E depois no fim tenta-se fazer uma

oração mais ecuménica possível, que permita a todos os líderes religiosos, a todos os guias espirituais, conseguirem ter aquela oração sem ferir suscetibilidades de ninguém.

E tem resultado muito bem. Começámos já há algum tempo, e tem resultado muito bem. Permite que todos se conheçam, que comecem a olhar com menos desconfiança uns para os outros.

Colaboramos também muito com o Alto Comissariado para as Migrações. Este ano tivemos o lançamento do Calendário do Tempo, também aqui em Odivelas. As iniciativas com o Alto Comissariado são tantas, que Odivelas começou a estar, e está, com todas estas comunidades, sempre presente. O Sr. Alto Comissário brinca bastante, diz que passa mais tempo em Odivelas do que em...

O Alto Comissariado tem imensos projetos connosco, como o PPT (Português Para Todos), em que tínhamos duas escolas. Entretanto, os fundos comunitários começaram a escassear, temos apenas a Escola Secundária de Odivelas, temos também a da Ramada, mas com turmas cheias. A maior parte das pessoas... metade são de Odivelas, outra metade vem de fora. Vêm do Cartaxo e da Azambuja, vêm fazer aqui, porque não têm forma de o fazer mais perto...

Com estas iniciativas, temos posto cada vez mais Odivelas no mapa como “cidade inclusiva”. Ganhámos um prémio no ano passado como uma das cidades mais inclusivas para se viver. E, respondendo à sua pergunta, achamos que estamos no caminho certo para a integração, para a inclusão e para a participação.

Falou também nas questões do género nos projectos, e também no facto de se terem destacado nesta matéria.

Sim, todo este Gabinete acaba por ser transversal nestas questões, igualdade de género. Na parte das comunidades religiosas, a igualdade de género também tem sido uma das preocupações... Temos vários projetos de conferências, de formações. Se calhar, é mais fácil responder a isto tudo por escrito. São vários projectos, penso que...

Quando fala em formações, que tipo de formações? Em que é que se traduzem? Mais orientadas para as expressões da violência, mais orientadas para as expressões do trato, da linguagem...?

Temos tudo... Somos parceiros da APAV. Temos feito muitas formações nas escolas, com os próprios alunos, relacionadas com a violência no amor e violência de género, assim como da própria igualdade de género, com a própria ACT, para as condições de trabalho. Temos iniciativas que nunca mais acabam. Se soubesse que íamos para aqui, tinha trazido... Talvez a Arquiteta...

Podemos, se calhar, agendar com ela um dia.

Percebi, nas entrevistas que tenho feito, que há também uma intervenção muito direcionada aqui para os funcionários. Todos falam nas questões das formações, da linguagem...

Ah, a linguagem. Esqueci-me dessa, obrigado.

Temos, inclusive, a linguagem de género que temos tentado adoptar nos documentos oficiais, mas que não é nada fácil.

Como é que as pessoas têm reagido a esta questão?

Não muito bem, porque não é nada fácil, porque o texto passa para o dobro do tamanho, de facto. Há formas de tentar contornar algumas coisas, mas o “todos e todas”, o “funcionários e funcionárias”, isto acaba por ser confuso. Sobretudo com os colaboradores mais velhos.

E há formas de nos defendermos com isso, mas é quase preciso ter um dicionário ao lado. Temos de tentar introduzir isso... Mas é engraçado, ainda anteontem estive num encontro com vereadores da Cultura de trinta municípios de uma rede intermunicipal de teatro. Estavam trinta municípios, e às tantas parecia automático, está tudo tão formatado já nisto, pelo menos no discurso político, em que toda a gente quando começava a falar começava logo pelo “boa tarde a todos e todas”. Já começa a ser... Já começa a estar introduzido. Temos tentado...

A resposta que têm tido da parte dos funcionários não tem sido, “Que coisa mais ridícula”?

Alguns, sobretudo as pessoas mais velhas. As senhoras acabam por estar mais disponíveis para esse tipo de iniciativa, de mudança da própria conversa escrita. Algumas, há outras que são... Temos aqui uma colega que é muito engraçada, que é muito feminista, mas acha que

isto a agride na sua feminilidade, e portanto acha que não... Mas é como tudo... Fizemos agora uma proposta, incluída de forma oficial nos documentos da Câmara, mas ainda não foi avante, porque achamos que vai complicar um pouco, que ainda não seguiu, mas certamente seguirá no próximo ano...

Falou no pelouro da Cultura... Daquilo que tenho percebido, a Cultura é uma aposta muito forte deste executivo.

Sim, sim.

Porquê essa opção?

Tivemos um percalço, que também nos obriga a mais trabalho, que teve a ver com a extinção da empresa municipal que geria as piscinas e geria o Centro Cultural da Malaposta. A Malaposta é um teatro já com trinta anos de existência, que existe no território, e começou por ser uma rede intermunicipal que englobava seis ou sete municípios: Odivelas, que ainda não existia na altura, Loures, Vila Franca de Xira, Sobral do Monte Agraço, Amadora, e depois, com a criação do Concelho de Odivelas, passou a ser um teatro apenas nosso. Não é um teatro, é um centro cultural: temos cinco salas de espectáculos dentro de um espaço, um grande auditório, e depois salas mais pequenas, um auditório de cinema...

A empresa municipal que geria esse espaço foi extinta pelo anterior Governo, o que nos obrigou a nós, Cultura, a fazer a gestão direta do espaço. Para além disso, temos todo o Património, e tem sido essa a minha aposta, que tenho tentado incutir neste mandato, mais do que as iniciativas de rua, mais do que as “iniciativas-foguete”, que se esvaem no próprio dia da iniciativa e não deixam nada ao futuro. Se calhar por causa da minha formação de base, a arqueologia, tenho tentado apostar na recuperação do património que temos, e que é muito, e que muitas vezes tem sido negligenciado.

Temos duas preocupações grandes, o Mosteiro de S. Dinis e S. Bernardo, onde temos o túmulo do sexto rei de Portugal, D. Dinis, e que está em avançado estado de degradação. Apesar daquilo não ser nosso, é do Ministério da Defesa, a responsabilidade não é nossa, mas tem sido uma preocupação grande.

Entretanto, explicar apenas isto: assim como aconteceu com a Malaposta, tem acontecido com uma série de espaços culturais, ou arquitetónicos e de interesse histórico, em que a

preocupação, ou a nossa ação, vem no seguimento de situações às quais somos alheios, mas que tivemos de dar uma resposta na hora e temos de trabalhar para isso.

Nomeadamente, o Instituto de Odivelas, onde funcionava uma escola conhecida pelas “meninas de Odivelas”, encerrou portas e, de repente, temos o menino nas mãos, como se costuma dizer, e portanto temos uma série de preocupações com o espaço.

Também temos um outro, lá em cima, onde tínhamos o Regimento de Engenharia Nº1, na Pontinha, onde esteve instalado o posto de comando do Movimento das Forças Armadas, na véspera e no dia a seguir, no dia 24, 25 e 26 de Abril... Deslocalizaram o regimento para Tancos, de repente toda a gente pensou que aquilo ia desaparecer, ia ser transformado em prédios. E, portanto, lá está: tivemos de focar toda a nossa atenção, de chamar a atenção para aquele espaço. Fizemos umas grandes comemorações dos 40 anos do 25 de Abril, voltadas para aquele espaço, com o Alto Patrocínio do Sr. General Ramalho Eanes.

E portanto tem sido assim a nossa ação. Andamos a correr atrás dos fogos, porque são bastantes...

Aqui, no sentido da preservação da História.

Da preservação da História. Temos o Padrão do Senhor Roubado, que é por muitos considerada a primeira banda desenhada de Portugal... Não sei se conhece? Na estação de metro que aliás tem o mesmo nome, Senhor Roubado. Temos um monumento que conta a história de um roubo do tesouro da Igreja de Odivelas, e depois o senhor foi apanhado. Aquilo está tudo em dezoito painéis de azulejo do século XVIII, também em risco que era iminente. Tem sido a nossa guerra, fazer uma réplica, conseguir substituir os originais pela réplica. É como lhe digo, temos várias coisas, vários patrimónios, muitos não são responsabilidade direta da Câmara, mas sim da D.G.P.C., muitas vezes quando não se fazem, temos de ser nós a correr atrás do prejuízo. Tem sido esta a nossa preocupação.

Portanto, quando diz “as nossas preocupações em termos de cultura”, isto é, de facto, um pelouro forte. É, mas estamos sempre a correr. Temos tido de facto uma grande preocupação no que toca à preservação arquitetónica dos nossos edifícios e do nosso património.

E também da Cultura como forma de chegar aos cidadãos, ou não?

Também, mais ao nível da biblioteca. A biblioteca tem um público muito definido: de crianças e pais. E uma participação muito forte. Um caso bastante engraçado: ao passo que noutras iniciativas da Câmara, temos de fazer um esforço na divulgação, na Biblioteca é ao contrário. São as pessoas que vêm à Biblioteca à procura das iniciativas e de actividades, seja “A Hora do Conto”, seja “Contar Carneiros”, uma iniciativa em que os meninos e os pais dormem uma noite na biblioteca enquanto ouvem histórias. Uma participação muito forte e espontânea, que é uma coisa quase rara nos outros pelouros da Câmara.

Quero só fazer-lhe uma última pergunta, que tem a ver com a perceção que tem em relação a este município. Acha que este município é um município onde as pessoas são participativas e a participação que têm vai no sentido de resolver os problemas do Concelho?

Em termos gerais, acho que o Orçamento Participativo funciona muito bem. As pessoas mobilizam-se de facto para o Orçamento Participativo. Depois, no dia-a-dia, (dependendo dos bairros, porque há bairros mais participativos do que outros), creio que no dia-a-dia, o facto de sermos um município, hoje já com vida própria, mas que durante muito tempo tinha o estigma de “dormitório”. A maior parte da nossa população ou vem do Alentejo ou vem das Beiras, e portanto só cá vinha dormir e ia trabalhar a Lisboa. As pessoas não se interessavam muito pela vida do seu Concelho. Mas não havia muita vida no Concelho, no tempo em que éramos Câmara de Loures.

Mas havendo agora as iniciativas que temos, sinto que, hoje, as pessoas participam mais. Até através do *facebook*: também têm outros mecanismos ao seu dispor do que mandar um *email*. Mas a pessoa manda um *mail* quando tem algo a reclamar que incomode bastante. Mas sempre do lado negativo da questão. Ou seja, as pessoas participam de algo que não gostam e que as incomoda. Mas não no sentido construtivo, ou seja, achamos que deveríamos fazer isto ou que devia ser feito aquilo, mas sim: há algo que me incomoda e tem de ser resolvido à porta.

E sinto que os jovens hoje são muito mais participativos nesta vida do Concelho do que propriamente os seus pais ou os seus avós. As pessoas estavam muito desligadas do que era a orientação, qual a sua participação, o rumo que se queria para a sua cidade e para o seu Concelho.

Ou seja, acha que estamos a evoluir no sentido das pessoas terem cada vez mais...

E as ferramentas virtuais que temos, digitais, que temos e que permitem à pessoa estar no conforto da sua casa e participar. Porque a pessoa, sair de casa, vir à reunião de Câmara, vir à Assembleia Municipal, inscrever-se, usar da palavra: não sinto que isso funcione muito bem.

Se bem que, ainda ontem, neste encontro de vereadores, falava com o chefe de Gabinete do Presidente da Câmara da Arruda, e eles fazem várias reuniões descentralizadas, não é sempre no mesmo sítio, são sempre realizadas pelas freguesias do Concelho da Arruda, e têm imensas inscrições do público, e têm de limitar a dez minutos porque senão passam a noite a ouvir o público. Ora aqui não é assim. Mas lá está: a Arruda, apesar de ter um meio urbano que está em crescimento, é uma aldeia, não é uma aldeia, é uma vila, onde toda a gente se conhece, onde toda a gente participa. E neste meio urbano que é Odivelas, não sinto isso.

Não têm tempo, não é?

Não têm tempo, e chegam a casa e ficam em casa, não se dão ao trabalho de vir à reunião de Câmara e manifestar o seu desagrado.

As reuniões de Câmara são às quartas-feiras...

As reuniões de Câmara são às quartas-feiras de quinze em quinze dias, as Assembleias Municipais, também mais ou menos de quinze em quinze dias. Podemos ter uma intervenção do público, no máximo duas intervenções do público.

Nada a ver com a Arruda, com este cenário que a Arruda traçou anteontem, dizendo que têm que limitar, que têm a sala cheia de gente, toda a gente quer falar.

Portanto, para perceber: quando eu digo que as pessoas não participam assim tanto, é porque são realidades completamente diferentes. Se as pessoas puderem clicar, no conforto da sua casa, através do computador, via *facebook* ou via *email*, fazem-no, mas depois, presencialmente, sentimos que não há...

Durante algum tempo, chegámos a fazer reuniões descentralizadas, como a Arruda, pelas várias freguesias, e acontecia exactamente o mesmo: não é por ir fazer a reunião de Câmara à Póvoa de Stº Adrião ou à Pontinha, que tínhamos mais do que uma ou duas inscrições. E nisto, é pena, porque eu sinto que em concelhos com mais vida própria, como se calhar a

Arruda, as pessoas participam espontaneamente, coisa que não fazem aqui. Só o fazem informaticamente.

E o que é que acha que seria necessário acontecer para que participassem?

Acho que estes meios que temos ao nosso dispor, agora, recentemente, vêm colmatar estas falhas. As pessoas participam através do *email*, participam através do *facebook*. O próprio Orçamento Participativo: o voto é informático, via *internet*. Aí, sim, a participação funciona. Mas a pessoa sair do conforto de sua casa, vir à reunião de Câmara, apresentar problemas, não funciona tão bem como funciona noutros concelhos, mas penso que pelas próprias pessoas. Não sei qual é a forma de combater. A forma é esta: as novas plataformas digitais que temos ao nosso dispor.

Quero também perguntar-lhe... Eu aqui também, por ignorância (eu nunca tive uma ligação a um município). Um vereador tem o seu pelouro, outros vereadores têm os seus pelouros, e depois existe o Presidente. Como é que este casamento é feito?

Cada um tem as suas áreas. Cada um tem de desenvolver as suas áreas, tem competência financeira até um determinado limite. Tudo o que passa esse limite tem de ser autorizado pelo Presidente. E depois temos o nosso Orçamento: tentamos desenvolver as iniciativas que o nosso Orçamento admite. No início do ano, quando fazemos o Orçamento, temos de destinar as verbas a cada uma das iniciativas que achamos que podemos fazer, mediante esse mesmo Orçamento.

Haverá coisas... Isto é um problema da máquina, que penso que deverá ser igual em todas as Câmaras... Há assuntos que são transversais a diversos pelouros de diversos vereadores e, neste caso, nem sempre as coisas correm bem. Depende da relação entre cada um dos vereadores. E às vezes correm mal, porque nem sempre é fácil casar as áreas. Nomeadamente, aí é o Presidente que depois tem que tentar...

Desempatar.

Exactamente, repor a ordem.

FIM

Código: O-E2-Vf

Local: Câmara Municipal de Odivelas

Entrevistado: Vereadora

Data da realização da entrevista: 2016-06-02

Eu sou a Mónica Vilarinho, Vereadora das áreas da juventude, turismo e atividades económicas. São as três áreas em que me foram delegadas competências. Exerço o cargo desde o momento em que tomei posse. Embora tenha sido eleita no dia 30 de setembro de 2013, a tomada de posse foi a 28 de outubro de 2013.

E já estava na Câmara ou entrou mesmo nessa altura?

Não. Eu trabalhava num banco de investimentos, no sector privado, por isso não integrei nenhuma lista, mas fiz parte de um projeto que era encabeçado pelo partido socialista. Era o 6º nome indicado, por isso só através da maioria absoluta e da votação para a maioria absoluta do executivo é que conseguimos eleger efetivamente 6 vereadores do partido socialista.

Em termos de estrutura executiva, também somos muito jovens. Eu sou a mais jovem de todos. Fui a última (ou a penúltima) neste momento eleita, uma vez que a Presidente saiu e tomou posse o Vice-presidente, que agora é o Presidente. E temos todos na ordem... excetuando uma vereadora que tem 67 ou 66 anos, temos todos entre os 33 e os 42 anos. Por isso é curioso porque temos um executivo jovem. Não é comum uma estrutura política ter pessoas jovens.

Mas são todos jovens?

Eu tenho 33, o vereador Eduardo Alves tem 37 ou 38, o presidente tem 41, há um outro vereador que tem 39, há um outro vereador com 45 salvo erro, e a vereadora com mais idade de todos nós tem 66, salvo erro.

Estão bastante abaixo da média da idade da administração pública.

Muito abaixo.

Talvez também a acompanhar esta situação que é a própria estrutura e município. O concelho tem 18 anos, fará 18 anos até ao final do ano.

E quer-me explicar o que é que o seu pelouro faz?

Qual deles?

Os três.

Em termos do setor da juventude é muito amplo, é transversal a todas as áreas. Não podemos segmentar a juventude para algo em concreto. A juventude é desporto, é sensibilização, é informação, é consciência de comportamentos de risco, e não só.

Temos atividades lúdicas, temos um espaço jovem que é a casa da juventude. É um equipamento histórico na zona histórica de Odivelas, que foi recuperado e é o sítio de excelência, onde tentamos promover e desenvolver atividade.

Temos depois vários projetos que poderei adiantar de seguida. Em termos de turismo, é a promoção turística ou daquilo que conseguimos promover turisticamente a nível do nosso concelho. Sendo recente, tem alguma aposta e algum interesse turístico, uma vez que temos o Mosteiro de S. Dinis e S. Bernardo e somos dos poucos municípios que tem um rei sepultado no nosso concelho.

E a nível de atividades económicas, é basicamente a promoção da atividade económica, o estímulo empresarial e o desenvolvimento de atividades que sejam propícias, quer ao investimento, quer ao lançamento de novas empresas no nosso concelho. Elencando projetos, se quiser, quer que desenvolva?

Sim, já agora que é para ficar assim com um panorama.

Talvez muito recentemente, e dos projetos mais recentes que temos vindo a desenvolver, temos o Gabinete Orienta-te, a nível do sector da juventude, que visa dar uma resposta a uma necessidade que foi detetada durante este mandato aos nossos jovens. Isto é uma resposta a nível de apoio ao estudo e, através de um banco de voluntários, temos uma casa da juventude que tem o apoio ao estudo de todos os que se inscreverem.

O segmento de idades é entre os 12 e os 35, por isso é um leque muito alargado de população jovem do nosso concelho. Temos também apoio psicológico através de uma parceria que temos e um acordo que existe com alguns psicólogos especialistas da área. Existe 2 vezes por semana, o apoio psicológico. E temos o apoio a nível da sexualidade pelas unidades de saúde familiar e enfermeiros que estão aptos para o efeito e que fazem o acompanhamento e, sobretudo, também a promoção de sessões informativas, de cuidados a ter e de comportamentos de risco a prevenir.

A nível do turismo, ultimamente temos promovido, sobretudo, as visitas ao Mosteiro de S. Dinis e de S. Bernardo que, não sendo um espaço físico da Câmara Municipal, também tem que haver muito boa articulação com quem é detentora de património (que anteriormente era do Instituto de Odivelas, que fechou, e agora está com o governo).

Estamos a tentar ficar com esse espaço, e o que fazemos é quinzenalmente promover duas visitas turísticas ao espaço, com grupos. Até há pouco tempo eram gratuitas. Ultimamente são cobradas, e até mesmo através da alteração regulamentar é cobrado 1,50€ por visitante para criar esse estímulo e responsabilidade do próprio em comparecer à própria visita. Porque era uma coisa que detetávamos, que não havendo a coresponsabilidade financeira, que é mínima, acabavam por não comparecer às visitas quando não tinham, se calhar, essa motivação.

Fazemos quinzenalmente duas visitas ao Mosteiro ou, excecionalmente, inclusive para escolas. Durante a semana fazemos variadíssimas visitas ao Mosteiro. É uma visita de mais ou menos 45 minutos, com dias da Câmara destacados.

A nível ainda de promoção turística, temos os roteiros pelo nosso concelho, temos igrejas no nosso concelho que são visitadas, cada uma do seu século. São distinguidas por séculos e por zonas, freguesias neste caso. Temos os roteiros, um recentemente lançado a nível também da juventude em parceria com o turismo, que é o roteiro da arte urbana. Temos algumas instalações de arte urbana muito interessantes no nosso concelho. Já conseguimos fazer um roteiro interessante de quase duas horas e de promoção e divulgação dos artistas que já fizeram produções artísticas no concelho.

Fazemos a promoção de festivais. Temos o Festival da Sopa, que irá para a 14ª edição, em Caneças que é uma freguesia secular. Está a comemorar. Começou no ano passado, até setembro deste ano, o ano comemorativo do centenário da freguesia de Caneças. E temos esse

mesmo festival que é o Festival de Sopas, de romaria, de cultura saloia, a própria sopa. O próprio instinto da sopa e de utilização de produtos saloios que trazem muito à recordação daquilo que são os produtos tradicionais e saloios aqui da zona.

Fazemos a promoção, a nível do turismo, do relançamento de ideias e situações que nos são próximas, como por exemplo as bilhas de Caneças e a água de Caneças, que toda a gente conhece. Estamos agora neste momento a tentar fazer uma produção de bilhas, recuperar um pouco as bilhas. E ao mesmo tempo, pegando a uma outra área que me foi delegada, que é a responsabilidade e incentivo empresarial, mas também a sustentabilidade empresarial. Por isso, com a bilha de Caneças há o tentar reaproveitar a água, a utilização de água da torneira para a sustentabilidade.

A nível do turismo, vamos fazer brevemente o lançamento de um passaporte infantil. Tentar promover (porque já é dado a conhecer aos nossos jovens), sobretudo no 1º ciclo, a história do nosso concelho. Por isso achamos que, de forma a articular melhor, inclusive com as escolas (que já articulamos muito bem, e através de outro nível que é a educação), promover o passaporte infantil que será basicamente um passaporte, um documento, um livro, com várias personagens (que serão 11 ao todo) que têm alguma ligação ao nosso Concelho e tem alguma história de ligação ao nosso Concelho. E acaba por motivar um pouco o conhecimento e a ilustração, a brincadeira e também acompanhar uma visita guiada adaptada ao próprio jovem que visite um mosteiro ou outro património do nosso concelho.

A nível das atividades económicas, posso-lhe falar de alguns projetos, nomeadamente um que foi lançado em 2014, que é o programa de apoio ao empreendedorismo. Este foi lançado no princípio do mandato. Contemplava quatro setores base de intervenção. O 1º era o lançamento de uma incubadora de empresas a “*Start-In* Odivelas”. *Start in* Odivelas: a sensação de... uma empresa é lançada, incubada e lançada aqui em Odivelas. Há essa oportunidade.

Temos nesse mesmo programa elencado o programa “Mais Apoio, Mais Emprego”, que é um sistema que nós disponibilizamos aos municípios interessados para a criação do seu próprio emprego, quer através de ajudas da associação nacional do direito ao crédito (ANDC), quer através de pessoas que estão em situação de desemprego e em parceria com IEFP com o programa que é o PAECPE. E é um programa que permite ao desempregado reaver na totalidade ou parcialmente o subsídio de desemprego para criar uma situação de emprego própria. Logo, é a criação do próprio emprego.

Esse projeto tem sido muito interessante e muito pertinente até mesmo porque se tem traduzido, nos últimos 9 anos, num investimento acima dos 7 milhões de euros. Ou próximo dos 7 milhões de euros, acima dos 6.5.

Mas investimento da Câmara?

Do próprio, ou seja, é um investimento direto. A Câmara apoia na fundamentação e na elaboração dos projetos e acompanhamento (ou melhoramento) desses mesmos projetos em termos de inserção no tecido e no mercado empresarial aqui de Odivelas.

E com sucesso? Ou seja, projetos que depois ficam?

Sim. Vários que ficam. Por acaso ainda não temos feito o levantamento efetivo de quais é que resultaram em sucesso e quais é que terminaram. Mas existem vários que continuam passados 10 anos e há vários que são conhecidos. E é curioso passarmos por alguns e sabermos que efetivamente... E são situações sobretudo de serviços, porque é o que existe aqui no nosso concelho. Mas são projetos que se mantêm e que vão ficando.

Temos ainda o apoio ao nível da formação em articulação com o IEFP, formação para desempregados, porque anteriormente os desempregados, quando nem sequer tinham uma estrutura ou um serviço de apoio ao emprego do IEFP no concelho de Odivelas, tinham que se deslocar até Loures. E isto, para quem é de Lisboa parece normal porque é só um sítio ou outro...

A deslocação para Lisboa de uma pessoa de Odivelas não custa nada, é um bilhete de metro e desloca-se. Para Loures é bem mais complicado porque é a Rodoviária, que são dois setores diferentes, e pode custar até cinco euros a deslocação para Loures. Cinco de ida mais cinco de volta, poderá custar dez euros.

Por isso a instalação do Centro de Emprego foi um projeto interessante. Para além de toda a articulação a nível da formação, que é a disponibilização de espaços municipais para a existência de formação, quer para desempregados, quer para pessoas no ativo, no nosso Concelho, nos nossos espaços municipais, privilegiando toda a população de Odivelas que tenha interesse, quer a nível dos que sejam obrigadas pela sua situação de desemprego a usufruir dessa mesma formação, quer a nível de ativos que tem uma promoção também. O

IEFP tem uma formação e uma linha especial de formação para pessoas no ativo, fora de horas, formação técnica, em línguas, entre outras.

Mas o atendimento é feito no espaço da Câmara?

O atendimento, neste momento, o que aconteceu desde... Foi uma situação que foi inaugurada no ano passado com o IEFP. Nós cedemos a título gratuito um espaço que era municipal, que era uma loja municipal, ao IEFP, para a instalação de um espaço de atendimento a desempregados, a empregados e a pessoas à procura do primeiro emprego.

Portanto, o IEFP, ao fim e ao cabo, instalou um espaço de atendimento em Odivelas, no centro de Odivelas, na avenida D. Dinis, com muito empenho também da Câmara Municipal. Aliás, é uma luta de há 10 anos atrás, que estávamos à procura deste serviço, deste acompanhamento que estivesse mais próximo de município em Odivelas.

Como lhe dizia, é um transtorno muito grande para as pessoas terem que se deslocar, e deslocavam-se a nível de situação de desemprego ou de atendimento, do mesmo modo que se deslocavam a nível de formação, porque os Centros de Formação são Amadora e Alverca. Em termos de acompanhamento, até a própria formação não era muito simples.

Tem havido esse acompanhamento. Num primeiro ano, em termos de formação, creio que tínhamos registado as 7 mil horas de formação. No ano passado ultrapassámos as 60 mil horas de formação, quer para empregados quer para desempregados. Fizemos uma listagem, tenho lá o relatório, se quiser também podemos disponibilizar.

Há um último sector a nível do Programa de Apoio ao Empreendedorismo que é o Gabinete de Apoio à Internacionalização.

É muito curioso, temos associado um consultor... Ainda há pouco estávamos a tentar associar mais consultores a esse mesmo gabinete. Porque é efetivamente onde existem linhas de financiamento e onde são promovidas linhas de financiamento a nível do programa 2020, do Portugal 2020, e em que teremos todo o interesse em motivar os nossos empresários, caso tenham essa apetência e essa vontade, a avançarem para a internacionalização. Mas primeiro, fazer uma auscultação, uma verificação se estão efetivamente aptos a desempenhar ou fazer crescer o negócio nesse sentido. Temos esses promotores.

Para além disso, temos paralelamente outros médios projetos, ou projetos que vão sendo englobados. Por exemplo, ainda a nível das atividades económicas, embora toque muito com a gastronomia e com a própria promoção turística, temos o Festival da Marmelada Branca, que já vai na nossa 3ª edição. Somos promotores de uma marmelada branca, da Marmelada Branca de Odivelas, que é um produto conventual regional do nosso concelho. Saiu do convento, do Mosteiro de S. Dinis e S. Bernardo, feito pelas freiras Bernardinas. Tem toda uma história associada, muito característica de Odivelas e do mosteiro. É uma receita que, recentemente, ou seja, nas últimas décadas, foi recuperada. Tem sido novamente divulgada e posta em locais de venda seletivos, por quem quis ser produtor.

E posso dizer que, desde que lançamos o Festival da Marmelada Branca, que vai na terceira edição, ou seja há dois anos atrás, quando iniciámos o primeiro festival, conseguimos duplicar o número de produtores ou de pessoas interessadas em serem produtoras deste produto.

Porque é um produto muito rústico, é tudo muito regional, muito tradicional, não podem usar equipamentos modernos, batedeiras e coisas industriais. Não podem ser utilizadas sendo tradicional. Nesse sentido, antigamente contávamos com 5 produtores de Marmelada Branca de Odivelas e neste momento temos 10, dos quais 2 são domésticos e outros têm casas e pastelarias associadas, e também têm outra capacidade de produção.

Ainda elencado a esta promoção de produto gastronómico temos um projeto engraçado, interessante, a nível da escola, também ela centenária, que é a Escola Profissional e Agrícola D. Dinis, que é na Paiã, que já teve nos seus áureos tempos, creio eu, 300 hectares (pelo menos é o que o Eng.º José Aires diz) e que tem, neste momento, creio eu, 50 e poucos. Mas a parte interessante e que nos interessa, e que acaba por fazer aqui a ligação ao produto em si da Marmelada Branca de Odivelas, é a plantação de mais de mil marmeleiros.

Neste momento, temos produção de marmelos que é a matéria-prima para fazer o produto em si que é a Marmelada Branca de Odivelas. No nosso concelho consegue-se ir buscar desde a matéria-prima, à água e à confeção, tudo em Odivelas.

Agora falta a internacionalização.

Pois, ainda não estamos, neste momento a produção é mínima e é muito tradicional, logo é muito difícil de avançar para esse tipo de situações.

Em termos de visibilidade, é interessante, porque neste mesmo momento a tal dualidade da altura do Festival. Há um momento de promoção do próprio produto, mas também, sendo no Arco de São Dinis e São Bernardo, há uma promoção turística e do património visitável do nosso concelho, neste caso o património que nós temos de maior valor que é o mosteiro de São Dinis e São Bernardo. E fazemos visitas abertas e fica aberto durante todo o fim-de-semana com a promoção de 30 em 30 minutos de visitas guiadas ao mosteiro de São Dinis e São Bernardo.

Existem estes projetos. Como é que estes projetos são ligados à comunidade? Ou seja, a Câmara promove, e depois como é que funciona? A Câmara programa, projeta e depois "vende" o produto e as pessoas procuram, ou existe aqui algum outro tipo de mecanismo que permita haver uma maior ligação?

Há várias formas de criar um programa de atividades, por assim dizer. Também poderei enviar, se tiver interesse, os programas que são feitos anualmente, até mesmo para termos a aprovação dos nossos orçamentos. Tem que ter elencado um programa. É suposto ter um programa que acompanhe para justificar um pouco aquilo que se pretende em termos de atividades municipais.

Em termos de auscultação, é claro que, enquanto eleita e politicamente eleita, há um programa a cumprir, que é aquele que é proposto no momento da campanha eleitoral, que é o programa do partido socialista neste caso, porque fomos eleitos pelo partido socialista e elencamos ali uma série de ideias que integramos. Porque se fomos eleitos, foi também com o propósito dessa mesma situação. Estávamos a promover um programa eleitoral com a ideia e com a expectativa de o colocar em prática. E essa é a primeira base, logo em termos de viabilidade de aceitação e até mesmo de cariz de eleição direta (essa será sem dúvida o momento mais direto em que houve este compromisso, este bloco de confiança). Logo podemos integrar, oficialmente podemos integrar no nosso programa de atividades.

Mas vamos além disso, como é claro, fazemos auscultação das nossas necessidades e depois temos aqui vários públicos-alvo muito interessantes e muito diversos para tentar perceber.

A nível de auscultação, fazêmo-lo muito e de forma muito ativa com os nossos jovens, e sobretudo no sector da juventude. Porque, por exemplo, já existia o gabinete "Orientate", que é o tal gabinete especializado com diversas valências, mas que foi adaptado a isso mesmo, às

necessidades dos jovens. Estes que nos abordaram diretamente propuseram-nos, a nós técnicos e pessoas dos serviços da Câmara Municipal, que houvesse aqui estas estruturas diferenciadas. Havia muita necessidade do apoio psicológico que não estava a ser correspondida. Há uma série de apoios psicológicos a nível das escolas, que a Câmara tem um projeto também muito interessante de intervenção direta nas escolas, mas não havia esta resposta fora da escola, com necessidade permanente ou continuada.

E por solicitação dos jovens, das famílias ou das escolas?

Das famílias, dos jovens ou das escolas. São-nos encaminhadas diversas situações. Já nos aconteceu sermos diretamente pelo próprio jovem, porque, lá está mais uma vez, não nos esqueçamos que estamos a falar entre os 12 e os 35 anos. É um segmento muito elevado. Muito recentemente, há cerca de 2 ou 3 meses, houve um jovem de 18 anos... Claro que quando está a falar de ... imagine que está a falar de jovens com menos de 15 anos, raramente vão pelo seu pé.

Mas o mesmo nos acontece quando são situações de apoio sexual ou informação sexual. Nós temos toda a informação. Temos inclusive os meios de prevenção que existem, que nos são distribuídos gratuitamente e que também são distribuídos gratuitamente na Casa da Juventude, e que normalmente por iniciativa própria já não nos abordam nesse sentido. No entanto, se houver uma sessão informativa, que já tivemos várias, na escola ou no espaço da Casa da Juventude, sentem-se muito à vontade para falar do tema da sexualidade, por exemplo, ou de outros comportamentos de risco, ou até mesmo de violência no namoro ou de *bullying*. Sentem-se muito à vontade, os jovens, para falar dessas situações, e é muito produtivo porque não conseguimos atrair um a um para situações pontuais, conseguimos do mesmo modo informar o que existe e tentar esclarecer e evitar comportamentos de risco.

Mas estava-me a falar da auscultação dos jovens. Como é que essa auscultação é feita?

Nós temos um Cartão Jovem Cidadão, que agora já atinge quase mil jovens do nosso concelho. Perguntamos quais as atividades que mais lhes interessam. Por vezes, temos jovens que nos perguntam, porque aquilo é um espaço aberto, que tipo de serviços é que nós dispomos. Muito recentemente, criámos um protocolo com três escolas de dança do nosso concelho, porque uma das situações de necessidade que era detetada e pedida pelos jovens era

um grupo de dança jovem. Da Casa da Juventude, da Câmara Municipal, do que for, mas que houvesse esta promoção e esta divulgação.

Então, através destes três grupos de dança, vamos tentar criar um grupo de dança jovem, na Casa da Juventude, que uma vez por mês se juntem e se reúnam, e há um momento de dança e, futuramente, entre planos, esperamos conseguir lançar este projeto do grupo de dança da Casa da Juventude.

Por exemplo, logo no início do mandato, uma das situações que nos propúnhamos a fazer era a criação de um grupo de teatro e houve, logo no primeiro momento, umas 20 inscrições de jovens, que viram com muito bons olhos esta iniciativa. E não conseguimos à partida lançar logo o grupo de teatro, porque contávamos com uma parceria de uma empresa municipal, que era público-privada e que foi internacionalizada, e por isso houve aqui uma série de situações, que era a Malaposta, a nossa empresa cultural de excelência. E, entretanto, perdemos lá alguns diretores artísticos e não conseguimos avançar com esse projeto, pelo menos com meios da Câmara.

Curiosamente, no final do ano passado fomos interpelados por um grupo de teatro amador, que tinha também um projeto de teatro amador, não tinha instalações e gostavam de semanalmente reunir-se e poder fazer as suas sessões e os seus ensaios na Casa da Juventude, que é um espaço para os jovens do nosso Concelho. Sendo um grupo de teatro do Concelho e havendo esta necessidade já dos 20 jovens inscritos, conseguimos dar resposta e criar o grupo de jovens que muito recentemente lançaram e inauguraram a sua primeira peça, fruto, lá está, desta inscrição, desta motivação, deste momento em que efetivamente houve uma resposta à necessidade e à procura dos jovens.

Depois temos o orçamento participativo, que é efetivamente a forma mais direta de verificar as propostas. Em termos de orçamento participativo e falando sobretudo deste último, que acho que foi uma grande e feliz mudança, torná-lo deliberativo. Ou seja, todas as propostas que foram votadas e aceites como tal têm que efetivamente ser executadas até à data limite que nos propusemos a fazê-las, que é até ao próximo ano.

As sessões e assembleias de orçamento participativo também foram interessantes, com a mais-valia que nós, a nível da juventude, temos o Concelho Municipal da Juventude. E lembro-me que no ano passado, quando lançámos o orçamento participativo, que não tinha

áreas de intervenção mas que era para todos, logo no primeiro Concelho Municipal da Juventude em abril conseguimos fazer também a apresentação do orçamento participativo. Posteriormente, fizemos uma assembleia participativa e integraram várias propostas. Voltámos a fazer antes do fecho da apresentação de propostas nova apresentação e informação sobre o orçamento participativo, de modo a conseguir ter o máximo de propostas dos jovens, ou pelo menos que tivessem em vista a execução, dos jovens do nosso Concelho.

Só há uma coisa que não me ficou clara. É separado? Ou seja, o orçamento participativo de jovens e o orçamento participativo normal funcionam em paralelo?

Não. O que existe agora é um orçamento participativo total, global. O que houve foi inserções específicas, quer por freguesia, antigas freguesias, quer por três ou quatro, salvo erro, segmentos: um que era o jovem, outro que era o sénior, clubes desportivos, salvo erro e houve uma outra situação.

E depois as propostas entram todas para o mesmo bolo!

Para o mesmo bolo, sim. Era um milhão de euros, dois anos. Bastante interessante. E eram propostas até cem mil euros cada uma. Era necessário trazermos várias propostas, não ter uma só com meio milhão ou qualquer coisa assim. No máximo, é cem mil euros cada proposta, e quem tivesse mais número de votação era os que eram efetivamente aceites.

O que se notou, pelo menos da minha parte, com alguma frustração, é que embora os jovens tivessem feito propostas, no momento da votação não votaram. Os próprios jovens não votaram ou votaram muito pouco. Tínhamos propostas de arte urbana, que por acaso foram integradas, outras propostas, como a de *internet* em espaços públicos, será, creio eu, também contemplado, não por maioria de votação, mas porque também já estava previsto a nível de programa eleitoral.

Mas nota-se que há quem leve muito a sério esta competitividade na parte do orçamento participativo. Empenha-se efetivamente. Não pára com a proposta. E essa é o empenho e a parte cívica interessante da questão. Há quem se empenhe em fazer uma proposta, acredita na proposta e depois mobilize em torno e defende em todas as frentes, contra todos, essa mesma proposta.

E tivemos um exemplo excepcional nesta última votação, que foi a criação de um espaço, de um campo de “Padel” nas Colinas do Cruzeiro, em que foi logo no primeiro dia ou segundo dia que já contava com mais de 100 votações para a criação de um campo de “Padel” nas Colinas do Cruzeiro. E criaram um grupo de amigos e criaram um grupo de *facebook* só para defender aquela proposta. Houve efetivamente uma mobilização a favor dessa mesma proposta.

O que eu notei ao nível do setor da juventude é que efetivamente existiam propostas muito válidas e muito interessantes, e propostas que eu até compreendia como muito interessantes. Como o festival jovem, cultural e jovem (que não existe muito habitualmente, mas que, por acaso, este ano, conseguimos lançar a nível de programação e comemoração da juventude que ocorreram no mês de Maio, ou seja, terminou ontem as comemorações da juventude e já contemplamos esta proposta porque já foi no sentido, embora não tenha sido votado, sabíamos que há essa vontade esta apetência dos jovens em que haja festivais jovens). Era a questão da *internet*, era os espaços e murais e exposições de arte urbana, mais situações de arte urbana. Revitalizações de espaços jovens com arte urbana, e havia mais duas ou três que tiveram o mínimo de votações, poucas dezenas. Ou seja, nem mobilizaram os amigos para votar, facilmente qualquer pessoa mete 10 pessoas a votar no mínimo, não é? E nem isso fizeram.

Mas já percebi que o vosso orçamento participativo também acaba por ser uma forma de auscultação, de perceber o que é que a população quer.

Da minha parte, sim, não falo pelos meus colegas porque não sei se eles fizeram essa avaliação, mas efetivamente ter existido uma resposta ou uma proposta de festival jovem musical... Não conseguimos fazer com as bandas conhecidas que queríamos, fizemos com produção de bandas de garagem. Funcionou muito bem, porque efetivamente estamos a dar uma resposta direta a uma proposta jovem.

Qual é a sua avaliação do orçamento participativo? Vantagens? Desvantagens?

Vantagens, acho que são imensas. Mais uma vez, e tendo eu o turismo, tendo sentido esta dificuldade a nível de pessoas que pedem para visitar o Mosteiro de São Dinis e São Bernardo e depois que não compareciam, e nós tínhamos lá o espaço (o que é uma pena porque depois acabamos por não aceitar outras pessoas porque não existe disponibilidade de reservas). A

sensação que eu tenho nessa mesma situação é que há uma corresponsabilidade daquilo que é feito.

E assim há a interpretação, há proposta em si, há a possibilidade de corresponder à proposta que é feita, executar efetivamente porque sendo deliberativo temos de executar. Há uma responsabilidade maior em termos de orçamento participativo por parte do executivo e a corresponsabilidade com o munícipe, em que não só faz a proposta, tem que a defender, tem que votar nela, promovê-la e depois, imagino eu, creio eu, que o facto dessa mesma proposta ser executada também transparece uma mais-valia para toda a comunidade, porque nota-se que há uma causa-efeito dessa mesma participação física e é muito positiva.

Aspetos menos positivos do orçamento participativo, é a falta de participação, porque a verdade é que nós temos quase 150 mil habitantes no nosso concelho e não temos 150 mil votantes nem de perto nem de longe. Nem temos 150 mil propostas, dificilmente chegámos às 60 propostas, salvo erro, ou não chegámos às 100 propostas quando foi o orçamento participativo, mas quem terá melhor os dados será o Rui Barata.

E em termos de votação, também não foi assim tão expressiva quanto isso, atendendo ao número de potenciais votantes que poderiam existir. E, hoje em dia, quase todas as pessoas têm estas novas tecnologias, a *internet*, o *facebook* e tudo mais e mais alguma coisa, por isso não sei como poderemos estimular, promover, e divulgar o orçamento participativo.

Mas quanto mais participação tiver, melhor será e melhor será depois a resposta. E até mesmo o produto em si irá traduzir certamente aquilo que é a verdadeira necessidade e aquilo a que as pessoas se propõem ou querem efetivamente que aconteça no seu concelho.

Para além do orçamento participativo em termos de município, que outros mecanismos é que existem para as pessoas poderem participar?

Outros mecanismos... Nós, por exemplo, ao nível das atividades económicas... Eu falo muito das minhas áreas, porque estou muito focada nas minhas áreas.

Em termos de atividades económicas, existem cerca de 7 mil empresas listadas no concelho, 2 mil e tal que pagam de derrama. E depois, tem um pouco a ver a ver com a diferenciação de empresas, até mesmo de segmento, do tipo de empresa que é.

Mas é curioso que no ano passado lançamos também uma nova ideia que é fazer visitas individuais, por assim dizer, porque não é de comitiva. As visitas individuais de trabalho aos empresários do nosso Concelho. Tínhamos como projeto, num ano, 100 empresas. No ano passado visitei 100 empresas. Isto é, estive diretamente com 100 empresários de 100 empresas, para avaliar quais as suas necessidades diretas. Cada vez que há, por exemplo, uma divulgação, uma promoção, a abertura agora com programas “Portugal 2020”, que têm todo o interesse em saber.

Temos aqui uma situação que por acaso acabou de me chegar, mas é o nosso boletim empresarial e é uma resposta que nós damos, que era uma necessidade que eles tinham, que era saber efetivamente qual a programação, quais as atividades ou quais os programas que são lançados. E isso foi uma situação que foi detetada nessas visitas pontuais, que foram as 100 empresas e que este ano continuamos.

Praticamente a maior parte das queixas são coisas pequenas que facilmente, com um telefonema, se resolvem. Na maior parte das empresas... Foi muito curioso e senti-me muito satisfeita. Pensei que fossem 100 queixas de 100 empresas e não aconteceu nada disso. O que acontece é que a maior parte das empresas, as que se mantêm, as que conseguiram passar toda esta fase crítica, mantêm-se saudavelmente no Concelho. Conseguem dar resposta e não nos pedem praticamente nada. Quase que há um incentivo da minha parte, de lhes pedir que por favor façam alguma exigência para que possa integrar no meu próximo programa de atividades, no meu próximo programa, quem sabe um programa de investimento à atividade económica.

E é isso mesmo que acontece, eles disseram-nos que tinham a necessidade de saber quando é que saem os concursos. E temos agora um boletim que é trimestral. Para além de toda a informação de executivo, a nível de atividades empresariais, das atividades económicas, damos informação sobre a isenção de derrama, que atribuímos a isenção de derrama para quem deslocalize para o Concelho de Odivelas e comprove não ter reduzido os seus postos de trabalho (ou seja, é aquela parte em que pretendemos captar novas empresas, a instalação de novas empresas no Concelho). O tipo de alterações aos licenciamentos que ocorrem. Ocorrem diversas alterações legislativas a nível das atividades económicas. Neste momento, estou a ver o licenciamento industrial.

Ou seja, na próxima edição vamos ter aqui 200 medidas, salvo erro. E depois os destaques mais importantes, que eu imagino que, quando pegam no boletim, vão logo ver é os programas que saem e que efetivamente podem concorrer, que se podem candidatar. Que tipos de medidas é que existem para se candidatar.

Aproveitamos este momento para promover as empresas, para promover as nossas atividades, mas também auscultar de forma informal os empresários. Quando eu visito as empresas, percebi que têm esta necessidade. Já vamos na quinta edição, salvo erro. Já foi lançado há ano e meio.

Quando fazemos este boletim, já temos uma base de dados interessante de empresários. E só empresários, são 2 mil, mais de 2700 empresários que recebem este boletim. Cada vez que faço uma nova reunião que não esteja contemplada na nossa base de dados, é inserido esse mesmo empresário, e quando há situações pontuais de abertura de concursos ou outra situação, enviamos um *mail* informativo.

Neste momento, por exemplo, irei pedir até ao final de julho que se faça uma auscultação direta aos empresários para que nos façam chegar sugestões para integração de um programa de apoio ao investimento no Concelho de Odivelas. Porque até há bem pouco tempo... Até ao final deste ano, temos em vigor o programa de apoio anti-crise “Odivelas Apoia Mais”. Mas já estamos todos um pouco cansados do anti-crise, queremos é um investimento à promoção económica, à atividade económica. Por isso, tentar assim auscultar de uma forma muito direta quais as dificuldades de quem está e investe no nosso Concelho e quais as propostas que tenham a fazer para que também possamos integrá-las ao encontro das verdadeiras necessidades dos empresários.

Mas como lhe disse, estas visitas que eu fiz às 100 empresas (este ano já visitei 30), quando estou com os empresários dizem que está tudo bem e poucas são as coisas que nos pedem. Ou então há aqueles que pedem muita coisa, muita coisa e dizem: “Devíamos de ter isenção de derrama”, mas já cá estão há 30 anos e “estamos a faturar não sei quantos milhões, devíamos de ter isenção de derrama...”.

Tenho uma pergunta para lhe fazer (mas por ignorância minha): esta área da atividade económica é uma área transversal às câmaras todas.

Se não tem a atividade económica, é a atividade económica e inovação, o desenvolvimento... No meu caso é uma divisão que se chama... que já foram três e, neste momento, devido aos constrangimentos orçamentais, em 2013 houve a junção de várias divisões (até acho que foi antes). E neste momento a Divisão das Atividades Económicas (falo das atividades Económicas porque reporta sobretudo à atividade económica e empresarial) neste momento chama-se a Divisão de Licenciamentos, porque é o licenciamento das atividades económicas e projetos comparticipados.

Mas a minha pergunta... De facto, essa área do licenciamento é transversal com certeza. Mas esta área mais ligada à questão da promoção da atividade económica e do desenvolvimento da atividade económica.

Eu acho que existe de uma forma genérica em todos os locais.

Já existia antes de si.

Já, já existia. Agora como é feito assim, se há mais envolvimento, inovação, alteração, adequação, isso também parte mais de pessoa a pessoa, de eleito a eleito ou até mesmo de funcionário a funcionário e de programa a programa. Lá está, muitas vezes, e costumo dizer isto às pessoas que trabalham comigo, é muito difícil trabalhar em câmaras municipais, porque de 4 em 4 anos alteram as pessoas e as decisões. E a estratégia política, muitas vezes, é alterada mudando a pessoa, independentemente de serem do mesmo partido. A verdade é que às vezes é tudo para a direita e depois chega alguém e é tudo para a esquerda. E altera tudo e vira completamente a estratégia de grupo e o próprio envolvimento da equipa.

Mas se não é atividade económica, respondendo muito diretamente, é empresarial. Acho que há uma que é Empresas e Internacionalização... Depende muito de concelho para concelho, mas creio que sim, existe em todas.

As suas áreas de intervenção acabam por ser áreas que cruzam com outras áreas, certo? Por exemplo, a questão do D. Dinis, acaba por cruzar também um bocadinho...

Com a cultura, com o património e história, certo!

Como é que esse casamento é feito dentro do executivo?

Em termos gerais, nós tentamos não interferir muito e tentamos tornar bem claro aquilo que são as iniciativas e as competências de cada um. Em termos de promoção, de património, de intervenção cultural e de informação, é sobretudo a gestão patrimonial do vereador Edgar Valles. E fazem levantamentos de tudo o que é o património e os estudos, a parte metodológica e histórica e avaliação. Parte muito da intervenção do vereador Edgar Valles. É claro que, como em todas as atividades, acabamos por cruzar, o que é ótimo porque se criam parcerias e criam-se envolvimento de mais dinâmicas, mais unidades orgânicas, mais técnicos. Mais funcionários são obrigados também a interagir, que é uma coisa que às vezes... são muito fechados. Cada um trabalha para o seu canto e acabamos por perceber muitas situações diversas.

Mas a verdade é que com o vereador da cultura já fizemos inúmeras atividades, na promoção do “Festival da Marmelada Branca”. Embora façamos nós as visitas turísticas ao mosteiro de São Dinis e São Bernardo, o vereador ajudou-nos a promover espetáculos culturais dentro do Igreja. Por isso, foram as áreas que lhe estão delegadas e os técnicos que lhe estão afetos que desenvolveram uma série de espetáculos artísticos dentro da igreja e outras situações, contando com a promoção musical, de orquestras.

Do mesmo modo, por exemplo, agora iremos lançar (aliás, está em inscrição na próxima semana e arranca no final deste mês) as férias de verão, que até há bem pouco tempo, até ao ano passado, eram as férias desportivas, porque era a divisão do desporto que promovia e articulava as férias desportivas. Durante 5 semanas os miúdos que se quisessem inscrever, estariam disponíveis as férias de ocupação de tempos livres. Porque os pais não têm 3 meses de férias.

No ano passado já o consegui, juventude e desporto, e aumentámos o número de semanas. Juntámos, porque tínhamos a ocupação de tempos livres na juventude, férias desportivas no desporto e outras férias quaisquer noutro lado. Juntámos as férias de ocupação de tempos livres da juventude às férias desportivas. No ano passo, ampliámos mais uma semana, são mais 75 alunos, 75 jovens que têm acesso a essas férias.

Este ano, para além do vereador do desporto, eu própria a nível da juventude, temos o vereador Edgar Valles que tinha as férias da proteção civil. Temos, neste momento, uma proposta de 7 semanas de férias, 75 alunos por semana e da ocupação efetiva das 7 semanas. Já não são férias desportivas, são férias de verão simplesmente.

E há uma articulação de todas estas dinâmicas, há um melhoramento do investimento, há um aumento, porque todos nós contribuímos para o orçamento global que são as férias, e há um aumento efetivo da disponibilidade e da oferta da Câmara Municipal. E é possível atender assim (creio eu, porque há muita procura e há filas enormíssimas) às necessidades dos jovens, pais dos jovens e encarregados de educação dos jovens aqui do nosso concelho.

E de quem é a iniciativa desse entrecruzamento?

O ano passado ainda era do Paulo Cesar Teixeira que é o vereador do Desporto. Este ano assinamos todos a proposta, entrámos os três.

É uma entrada para um novo paradigma?

É a articulação, que também é muito difícil. Em termos desta construção de Câmara Municipal é muito difícil a articulação de serviços. Estão muito fechados nas suas áreas de intervenção e às vezes duplica-se um pouco.

Se correr tudo bem é bom, se correr tudo mal...

A culpa é sempre de alguém... Mas normalmente corre bem neste novo paradigma. Seremos todos jovens e entrarmos todos de cabeça para o projeto ajuda. E há sempre o mesmo espírito que se mantém. O que não existe é... Agora, não temos autocarros para ir para os ATLs da juventude, não temos autocarros para as idas à Praia do Salvador, que era a mascote da Proteção Civil. Não temos autocarros, porque nós temos uma frota de autocarros municipais limitada e, se está numa atividade, não estará nas férias de verão.

A verdade é que é um eixo central de resposta aos jovens, que estava a ser feito em diversas dinâmicas. Foram todas unidas e é uma resposta melhorada por parte de todos. É uma intervenção de todos. Por isso, creio eu que em última instância irá correr tudo bem. Já no ano passado correu.

Queria perguntar-lhe a sua opinião. Neste momento, existe um orçamento participativo e, pelo que percebi, mesmo dos vários departamentos, há um movimento da parte da câmara no sentido de ir até às pessoas para ouvir o que elas têm a dizer. Como é que vê o futuro desta dinâmica, da comunicação com os cidadãos?

A comunicação com os cidadãos, e em termos de participação, tem de ser muito melhorada. Tem de ser mesmo muito melhorada e tem que existir um investimento grande. Porque se há menos participação...

Isto é a minha opinião pessoal. Hoje em dia não temos falta de acesso à informação. Aliás, temos informação em todo o lado. Existe falta de vontade de querer selecionar a informação que existe ou querer ter uma procura mais ponderada, mais efetiva, dessa mesma informação. Temos disponibilizado demasiada informação, temos que ser mais assertivos na nossa divulgação para que possamos também ter maior participação.

O nosso maior problema é a participação, ou a falta de interesse ou de motivação para a participação.

Aqui quando está a falar de participação está a falar de participação nas atividades ou como voz ativa?

Participação como voz ativa, porque é muito fácil, pelo menos a nível de câmara e das áreas que nos estão afetas, é muito fácil ouvir duas ou três reclamações, mas reclamam de algo oralmente. Mas fundamentar, parar, tentar perceber cada uma das situações, acho que não existe esse compromisso e vontade em tentar perceber o que se está a passar ou por que mecanismo existe assim. É mais fácil dizer, a culpa é de algum funcionário de uma Câmara Municipal ou de uma gestão pública, de algo assim do género. Efetivamente perceber os mecanismos e propor soluções... Acho que há o desligar desse compromisso, dessa responsabilidade. Porque somos todos responsáveis.

Aliás, os funcionários públicos somos todos nós. Governo somos todos nós. Autarquia somos todos nós. É o nosso investimento. Quanto mais ativa for a nossa palavra, melhor.

Em termos de orçamento participativo, é dos melhores que tivemos em termos de execução, de ser deliberativo, e em termos de verba. Estamos a falar de um milhão de euros. E, em termos de participação, pessoalmente gostaria que houvesse uma maior participação porque nós somos um concelho jovem, temos uma população muito jovem (creio que 30 ou 40 por cento da nossa população é considerada jovem ou com mais de 35). Ou seja, é uma população também informada, temos um elevado índice de população que é formada, que tem estudos elevados, que tem acesso aos meios de comunicação... Não sei se têm ou não ligação ao concelho, mas gostaria que tivessem mais participação.

E não sei se o problema inicial não será da comunicação e divulgação daquilo que é promovido, neste caso, o orçamento participativo. Embora ainda existam por aí espalhados por todo concelho uma série de *outdoors*, mas o excesso de informação é isso, é barulho. Muitas vezes, é muito difícil chegar à população, porque é demasiada informação, é o panfleto dos supermercados que são mais de 20, é o panfleto da publicidade do oculista e sei lá que mais, e no meio está lá se calhar qualquer coisa sobre o orçamento participativo, e é um molho de papel para a reciclagem.

Estava aqui a pensar no orçamento participativo. Este concelho é um concelho com uma população muito multicultural. E o que eu lhe queria perguntar é: no orçamento participativo, essa expressão notou-se ou não?

Estou-me a tentar recordar. Em termos de juventude, posso-lhe dizer que é muito, muito multicultural. Aliás, nós fazemos intervenções em todas as áreas. Nós temos uma sala de informática que está aberta durante o horário da Casa de Juventude que é até às 8 horas da noite, e o acesso é multicultural sem dúvida.

Em termos de propostas de propostas da assembleia participativa jovem, não lhe consigo concretizar se houve multiculturalidade das propostas, das pessoas que fizeram as propostas. Eu sei que havia propostas que acabavam por ser amigos que estavam com outros amigos que faziam as propostas.

Estou também a fazer... Nós temos o Concelho Municipal da Juventude, que também é um bom órgão de auscultação, perceção e de adaptação de propostas àquilo que é a programação da juventude, que é um órgão de excelência que nos obriga a fazer pareceres. É um órgão legislativo que está instaurado e que tem pareceres obrigatórios embora não vinculativos que devem ser tomados nesse mesmo órgão. Por exemplo, o orçamento que é apresentado para as atividades para a juventude tem que ser aprovado em Concelho Municipal da Juventude.

Mas desde que tenho esta competência, tem sido antecipada a situação só do orçamento, ou seja, apresentamos também o plano de atividades e englobamos as propostas que nos são feitas nesse órgão. E tentando fazer aqui um paralelismo, que é uma coisa que me está mais clara, temos a representação de todas as associações juvenis do concelho, desde escuteiros, escutistas e guias da Europa às associações de estudantes, também todas as forças partidárias, quer juvenil, quer dos partidos que estão representados na Assembleia Municipal. E a esse

propósito, e a nível das associações de estudantes, há uma multiculturalidade. Há múltiplas culturas. Eu lembro-me especificamente de jovens das associações de estudantes da escola secundária de Odivelas que era encabeçada por um jovem, salvo erro, embora português, de origem africana. E havia um outro jovem que eu creio que era da Pontinha, de uma juventude partidária, que tinha origem romena ou de um país de leste.

Por isso, existe ali alguma intervenção, agora se as propostas em si foram feitas nesse sentido, não lhe consigo dizer, pois não vi os proponentes.

Do conhecimento que tem em relação à igualdade, isto aplica-se em relação às minorias, mas aplica-se também a outras questões, nomeadamente a questões sociais e às questões do género... Como é que vê este município? Acha que é um município que se interessa por este tema?

Muito. Aliás, é uma área que não foi desenvolvida por o vereador Edgar Vales. Tem sido muito desenvolvida, desde a parte do executivo, que até há bem pouco tempo, quando a presidente anterior que era a cabeça de lista do PS foi eleita enquanto deputada, a lista do PS (para ter ideia) era completamente paritária, ou seja, era composta por 3 homens e 3 mulheres.

Até há o envolvimento... Nós tínhamos uma Comissária da Igualdade, entretanto agora temos outra, a anterior faleceu. Temos um Gabinete de Saúde e Igualdade que visa promover tudo o que são situações de igualdade, quer internas, quer potenciar e informar os grupos estudantis e as escolas sobre esta necessidade de igualdade e de abrangência. E a melhoria, também, de comportamentos e linguagem inclusiva tem sido uma aposta muito forte em termos de formação.

Em termos de abordagem com as minorias, não lhe posso dizer diretamente o que é que tem sido feito. Posso dizer o que nós fazemos a nível da juventude, que é quem, a nível de minorias, trabalhamos mais, porque sendo nós um município e uma resposta pública também tentamos ser uma mais-valia para quem não tem acesso a muitas respostas. Tentar contrariar o que é normal e corrente, que é quem tem acesso privilegiado acaba por ter acesso a algumas situações/informações. Porque muitas vezes quem necessita não tem acesso a essas informações.

Tentando contrariar um pouco esta situação, criamos situações, eventos e atividades de promoção e de interatividade, como por exemplo a Habitação Social. A Habitação Social é um dos nossos órgãos ou unidades que existem na Câmara Municipal, que fazem uma intervenção direta quer em situações de minorias, de pessoas que estão em situação social menos vantajosa, mas também tem um levantamento de todas as situações, e que tipos de dificuldades têm e não têm.

Já de uma forma mais lúdica, mas sem querer ser despesista, a verdade é que a intervenção que fazemos com a Habitação Social é de promoção de momentos de lazer e interação de jovens, promovendo o divertimento e bem-estar e a informação desses mesmo jovens.

Temo-lo feito nas últimas três, quatro iniciativas, e foi um projeto lançado este ano, que é com o envolvimento das associações juvenis, sobretudo os escuteiros, os escutistas e os guias, em que fazem a promoção de diversos jogos, convidando à participação destes jovens que estão sinalizados, para participar nessas mesmas atividades e conhecerem também o espaço que é a Casa da Juventude, que tem um equipamento de estudo, que tem apoio ao estudo, que tem equipamento informático, que tem uma sala lúdica e é um espaço de excelência para os jovens, para qualquer jovem que queira utilizar.

Promove-se ao mesmo tempo esse espaço e cria-se uma atividade de interação entre todos os jovens. E, neste caso, temos vindo a promover esse projeto e temos, ora os jovens convidados a deslocarem-se até à Casa da Juventude, proporcionando transporte para o efeito, ora, como a última atividade que foi na semana passada, os próprios escuteiros, escutistas e guias deslocarem-se até ao bairro e fazem novamente os jogos didáticos e toda a promoção, terminando com um lanche. Promovendo, quer o inter-relacionamento, o conhecimento das associações juvenis, que muitas vezes não se conhecem, e a criação de uma mais-valia e de uma atividade diferenciada a nível do sector da juventude.

O que fazemos muito é, mesmo existindo as férias desportivas no ano passado e este ano as férias de verão, continuamos a ter o espaço da Casa da Juventude, durante o verão, aberto. Para aqueles que não têm oportunidade de se inscrever nas férias desportivas, neste momento férias de verão, têm ainda esta resposta adicional da Casa da Juventude ou então outras atividades que proporcionamos fora da casa da juventude.

Mas o seu sentir é que é uma preocupação transversal?

Sim, sem dúvida. Dar resposta. Aliás, até mesmo em termos de estratégia municipal, estratégia política, tem sido atribuir, por exemplo, no 1º ciclo do ensino público, os manuais escolares e as fichas a todos os alunos do concelho de Odivelas. E podíamos facilmente atribuir só, até nos era vantajoso economicamente, só a quem comprovasse que tinha dificuldades económicas. Não, não estamos a fazer essa distinção, estamos a atribuir a todos. Todos têm direito, não há cá distinções.

Outra questão é a atribuição de refeições escolares. Comprometemo-nos e o município de Odivelas assegura três refeições escolares diárias na escola. É o pequeno-almoço, o almoço e um lanche. Este compromisso são vários milhares de euros.

Não percebi, no primeiro ciclo, é isso? A todas as crianças do primeiro ciclo?

É gratuito o primeiro escalão em termos de refeição, em termos de manuais e fichas também é gratuito.

FIM

Odivelas: Entrevista 3

Código: O-E3-APr

Local: Câmara Municipal de Odivelas

Entrevistado: Adjunto do Presidente da Câmara Municipal de Odivelas

Data da realização da entrevista: 2016-05-29

O meu nome é Nuno Filipe Gomes e pertenço aos quadros da Câmara Municipal de Odivelas desde 2001. Neste momento estou no Gabinete da Presidência enquanto Adjunto designado pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal. Tenho funções díspares de colaboração direta com o Sr. Presidente da Câmara. É um cargo de nomeação de apoio direto nas mais variadas vertentes e nas responsabilidades que um presidente tem, enquanto responsável pela gestão da autarquia. E, obviamente, para qualquer tipo de situação em concreto, mesmo de âmbito pessoal, estou sempre disponível para a colaboração que o Sr. Presidente assim o entender.

As funções passam muito concretamente por dar apoio escrito nos textos, nos discursos, na orientação estratégica da Câmara Municipal, para as mais diferentes áreas. Basicamente será isso. Estou a falar de uma forma mais genérica.

São funções com uma componente um pouco mais política, como é normal, porque abrange a estratégia municipal, que tem muito a ver com aquilo que se perspetiva para o Concelho, mediante as necessidades do território e de acordo com as orientações ideológicas e políticas que se tem. É em função disso que são feitas, também, as políticas que são colocadas em prática por esta Câmara Municipal, agora, com a liderança do Dr. Hugo Martins. Um outro tipo de apoio que presto, não só agora, mas também nos anteriores mandatos, tem a ver com as questões técnicas na elaboração e na identificação dos pontos que vão para deliberação nas reuniões da câmara municipal. Em suma, é aqui que se encaixa o meu trabalho.

Já anteriormente tinha um cargo similar com a anterior Presidente, Dra. Susana Amador. Neste caso, na altura, desempenhava as funções de Secretário mas com tarefas atribuídas muito idênticas e que passavam basicamente por aquilo que eu, entretanto, referi.

Existe um gabinete de apoio à presidência. Esse gabinete como é que é composto?

O gabinete é composto por uma vasta e experiente equipa, onde se incluem dois adjuntos, um secretário político, assessores que dão apoio jurídico e apoio técnico ao Sr. Presidente nas questões mais prementes que se relacionam com as reuniões de câmara e com situações de âmbito geral nas componentes administrativa e judicial.

Para além do apoio técnico, o Gabinete tem apoio administrativo e apoio auxiliar, perfazendo, no total, 15 pessoas. Cada uma com as suas funções, todas elas elencadas e com as suas competências traçadas para acompanhar adequada e eficazmente o Sr. Presidente no seu gabinete.

Na gestão destes recursos temos uma Chefe de Gabinete, a Dra. Susana Santos, que organiza e coordena o Gabinete de Apoio à Presidência, dando as orientações adequadas a cada um dos setores existentes.

Falou da estratégia da Câmara e o que eu queria perguntar é como é que as questões da participação e da cidadania são enquadradas na estratégia da Câmara?

Desde o período em que a Dra. Susana Amador se tornou Presidente da Câmara Municipal (anteriormente era Presidente da Assembleia Municipal), sempre teve como barómetro ou como linha de orientação as políticas de proximidade. Houve, naturalmente, algumas alterações na estratégia municipal, tendo em vista a promoção desta participação mais ativa por parte da população com a Câmara Municipal.

Nós, não só em Odivelas (eu enquanto munícipe de outro concelho tenho essa mesma sensação), temos alguma dificuldade em tornar mais constante e regular a participação da população na gestão municipal. É, de facto, muito difícil para as autarquias conseguirem envolver a população de uma forma persistente e ativa nas iniciativas municipais. No entanto, há um núcleo de pessoas que tem demonstrado maior interesse nas atividades e estratégia desenvolvida por esta Autarquia e felizmente a participação da população tem vindo a aumentar de forma exponencial.

Em outras autarquias a complexidade é idêntica. No caso de Odivelas, estamos a falar de 155 mil habitantes. É muito difícil conseguir chegar a todas as casas do Concelho, das famílias, para que tenham conhecimento das atividades que são aqui promovidas, a maior parte delas vocacionadas diretamente para as pessoas. Mas estou convicto de que essa realidade está a mudar e para melhor.

Nós tivemos, na altura com a liderança da Dra. Susana Amador, volto a reforçar, e com a continuidade do Dr. Hugo Martins, a preocupação de criar mecanismos que visassem atrair uma maior participação dos nossos munícipes na nossa gestão e no nosso trabalho diário. Isto porquê? Porque muitas das coisas são pensadas de uma forma estratégica, ou menos politizada se quiser assim dizer, a pensar sobretudo na melhoria da qualidade de vida deste território e no bem-estar social.

Obviamente (qualquer uma das forças políticas iria ter esse entendimento, estou certo, com uma ideologia ou outra, isso é indiferente), as coisas que são aqui feitas, pensadas ou organizadas por um grupo enorme de pessoas que trabalha nesta autarquia, cada um com funções díspares, têm o objetivo principal de poder envolver as pessoas nas atividades que aqui são criadas.

Porque não faz sentido as autarquias terem apenas um trabalho de gestão diária normal, de gestão do concelho, dos arruamentos, de criar outro tipo de equipamentos que é, de todo, necessário, também é igualmente importante desenvolver iniciativas ou atividades nas mais variadas vertentes que promovam essencialmente relações interculturais e sociais fortes entre as pessoas, independentemente do seu género, bem como a prática de estilos de vida saudáveis.

Vou dar um exemplo muito concreto que temos no Concelho: o “Clube do Movimento”, onde estão inscritos cerca de mil e quatro seniores, um projeto que envolve um sem número de atividades, desde a ginástica, à natação, à hidroginástica, à introdução à *internet*, aos computadores, etc. Ou seja, existe a intenção da Câmara Municipal em querer proporcionar mais atividades e opções para ocupação dos tempos livres às pessoas já com alguma idade, pois entendemos ser de todo necessário que estas pessoas continuem a ter uma vida ativa e funcional, porque tal, além de lhes fazer bem à saúde, cria novos estímulos diários para encararem a sua vida com grande otimismo e felicidade. E, por consequência, igualmente a Câmara Municipal tem esta vertente de poder receber em troca a alegria das pessoas e o seu bem-estar. Sem dúvida que estas práticas também contribuem para uma melhor qualidade de vida no Concelho.

Dei-lhe o exemplo crasso da parte dos idosos mas, obviamente, nós temos outro tipo de instrumentos, dos quais já deve ter tido oportunidade de receber informação através de outras pessoas que entrevistou aqui na autarquia, mas falo por exemplo do orçamento participativo ou do orçamento participativo jovem, que envolve outro tipo de escalão - os mais jovens.

Desde a elaboração de uma reunião de Câmara feita única e exclusivamente por jovens de escolas secundárias do nosso Concelho, para que eles, de antemão, possam saber como funciona um órgão deliberativo e um órgão executivo, a forma como as coisas funcionam na Câmara Municipal e na Assembleia Municipal, o porquê das reuniões serem realizadas de determinada forma. Estamos perante um projeto que se tem revelado eficaz na envolvência dos cidadãos dessa faixa etária na gestão autárquica e na construção do nosso território.

Eu acho que o que peca, em termos gerais, é que, como eu lhe dizia há pouco, era necessário efetuar um investimento muito grande em publicidade para a Câmara Municipal poder chegar a casa de todas as pessoas. Dou-lhe o meu exemplo concreto; moro num concelho que não o de Odivelas, gerido por uma força partidária diferente da que lidera aqui, e posso afiançar-lhe que não recebo quaisquer informação sobre as atividades que são realizadas no concelho onde resido, apesar de saber por outras vias que são muitas as iniciativas, e de qualidade, que aí são promovidas.

Claro que isto depois está também um pouco do lado dos cidadãos. Porque os munícipes (e contra mim falo, naturalmente), se tiverem interesse mesmo em saber o que se realiza no seu concelho, hoje em dia as ferramentas que existem são tantas que basta um pequeno *click* e uma pequena pesquisa no *site* da autarquia para ver a parafernália de iniciativas que a Câmara promove.

Penso que a aposta que a Câmara Municipal faz neste momento é muito válida e, de facto, tem tido resultados amplamente satisfatórios porque temos conseguido aumentar, como lhe dizia há pouco, o número de pessoas que aderem às iniciativas da Autarquia. Falei-lhe só do Clube do Movimento e do Executivo Municipal Jovem, mas são apenas duas das inúmeras as iniciativas que nós temos em vigor. Acrescento também a Hipoterapia, o Teatro Sénior, os Festivais da Sopa e da Marmelada, o Projeto “Voltas”, as exposições, os espetáculos culturais, os eventos desportivos, etc., etc..

A título de exemplo, está a decorrer neste momento a Semana do Desporto. Temos o Pavilhão Multiusos de Odivelas repleto de gente com iniciativas em catadupa. Está montado um recinto no parque GPL do “Strada Outlet Shopping”, onde estão a ser praticadas e promovidas várias modalidades, assim como no interior deste espaço comercial, dando-lhe outra energia, alegria, movimento e cor.

Esta parceria que nós temos com o “Strada” visa sobretudo aumentar o leque de opções de lazer, cultura e desporto ao dispor dos cidadãos. Ou seja, o “Strada” é um *shopping* que normalmente está sempre recheado de pessoas que vão às compras ou que utilizam esta superfície comercial para passear ou para outros fins lúdicos, e ali é uma montra mais do que óbvia e ótima para nós apresentarmos as atividades, não só as que a autarquia promove, mas também o próprio movimento associativo do concelho. E isso é mais uma forma de procurar cativar a atenção das pessoas e é mais uma forma, a meu ver, de praticar uma política de proximidade com os cidadãos, não só de Odivelas, mas também com os dos outros concelhos limítrofes.

Só para ver se percebi: a estratégia para chegar às pessoas é através da divulgação e da promoção de um leque alargado de atividades dirigido a várias populações alvo, ou seja, é promover e depois captar a atenção para que as pessoas cheguem.

Exatamente.

Como é que é feita essa definição de que atividades devem ser promovidas?

Bem, essa pergunta é muito abrangente e eu vou-lhe dizer porquê.

Como bem sabe, a Câmara Municipal tem vários vereadores com pelouros atribuídos nas suas competências e cada um, mediante as suas áreas, tem uma estratégia própria cujo foco principal é sempre trabalhar em prol dos cidadãos e do seu bem-estar. Há áreas cuja intervenção camarária é de âmbito geral e logístico, de manutenção, de preservação e de requalificação do território, mas que acaba por influir de forma indireta, contudo determinante, no quotidiano dos habitantes deste concelho.

Não temos, por exemplo, iniciativas a realizar no Departamento de Obras Municipais, Habitação e Transportes (DOMHT), porque esse departamento é direcionado mais para intervenções de âmbito estrutural, de requalificação dos espaços públicos, de manutenção dos jardins, dos arruamentos e instalações municipais ou mesmo para a elaboração de estudos e projetos, planeamento, acompanhamento e execução de obras da responsabilidade do Município. Mas, naturalmente, há departamentos onde a estratégia concreta que se procura é a de criar um leque de iniciativas de qualidade ou de ações úteis que possam, não só ir ao encontro das verdadeiras necessidades das pessoas, mas que também consigam preencher eventuais lacunas em determinadas áreas e gerar um efeito apelativo junto das pessoas,

fazendo-as sentir, de facto, interesse em participar e em envolverem-se nas atividades municipais.

Por isso, em reação à pergunta, como acho que é pouco abrangente, é difícil eu estar a especificar...

Porque cada vereador tem a sua maneira de fazer.

Exatamente.

Em termos de mecanismos na estrutura, para além do orçamento participativo (que se não se importar falamos posteriormente para desenvolvermos melhor esse tema), para além do orçamento participativo, que outros mecanismos é que as pessoas têm para poder chegar à Câmara e dar o seu contributo?

Além do orçamento participativo têm as Reuniões de Câmara e as sessões da Assembleia Municipal, que são públicas. Têm um período de intervenção do público, onde podem colocar todas as questões e assuntos que entenderem pertinentes.

O Concelho de Odivelas tem também uma Loja do Cidadão de 2ª geração a funcionar no “Strada Outlet”. Além dos vários serviços estatais e municipais, existe igualmente um balcão de apoio ao cidadão que funciona não só nesta superfície comercial como também no edifício anteriormente conhecido por CAELO, situado no Parque Maria Lamas. Nestes locais oferecemos um apoio direto e personalizado aos cidadãos, nomeadamente na legalização de alguma obra, encaminhamento adequado dos assuntos, aconselhamento na criação do próprio emprego, apoio ao imigrante e emigrante, etc. . São vários os gabinetes ao dispor do munícipe que permitem um tratamento mais eficaz e rápido das questões, ao mesmo tempo que aumenta a proximidade e melhora claramente em qualidade o serviço público prestado.

Saliento ainda que no referido ex-CAELO, recebemos de forma diária e persistente reclamações, propostas e sugestões. Essa é uma outra forma que nós encontrámos para estabelecer esta ligação de proximidade com a nossa população.

Temos igualmente outros projetos interligados nas escolas que servem de ponte para as próprias famílias. Ou seja, tentamos também realizar uma política integradora, atuando diretamente nas escolas, nos próprios jardins-de-infância, estimulando os jovens e crianças com a realização de várias iniciativas tais como o Desporto Escolar ou mesmo através do Projeto “Sei”, que combate o abandono e insucesso escolar.

Essa é outra das vertentes onde procuramos, através das escolas, chegar às pessoas, tentando envolvê-las na atividade municipal. Porque muitas das coisas que se passam nas escolas são fruto e consequência do trabalho que é realizado na autarquia. E esse, achamos nós, é também um veículo de transmissão, de proximidade e de consequência.

Depois temos vários equipamentos a funcionar que normalmente têm iniciativas direcionadas de forma específica para um público-alvo, dependendo da faixa etária ou carácter social. Para essas ações procuramos ter a maior abrangência possível, sempre com o principal intuito de querer colaborar para a melhoria da qualidade de vida das pessoas, por assim dizer, de intercâmbio e de sinergia com o próprio município.

O trabalho que nós fazemos na Câmara Municipal, o trabalho não é para nós. O trabalho tem de ser para as pessoas. Estou em crer que se perguntar a qualquer trabalhador desta Câmara Municipal, essa será a resposta que irá receber.

Confirmo, até agora...

Não, mas é uma realidade. De facto, é abrangente, e digo-lhe que é abrangente, porquê? Porque de facto são muitos os setores e as unidades orgânicas que têm desenvolvido o seu trabalho diretamente em prol da comunidade. Muito desse trabalho é fruto da estratégia escolhida pelo presidente e pelos vereadores. No entanto, muitos dos projetos, iniciativas e propostas realizadas e organizadas vêm da própria iniciativa dos técnicos que nós temos na Câmara Municipal e que depois têm a sua consequência e prática.

Obviamente que é tudo alicerçado numa estratégia que impera pelo Presidente da Câmara e pelos vereadores que neste momento estão com a gestão da Autarquia. E é baseado nisso mesmo que são criados todos estes mecanismos.

Não há muito tempo, o *site* da Câmara Municipal de Odivelas foi considerado um dos *sites* com maior dinâmica do país. Dos mais inovadores e ecléticos, que procurava, também por essa via, criar uma fonte de correspondência e de intercâmbio com o município, ou com quem nos visitava virtualmente. Com...

Bilateralidade.

Exatamente. Bilateralidade.

E como lhe dizia, temos esta preocupação diária que é encontrar os mecanismos mais adequados que permitam chamar mais as pessoas para a atividade da Câmara Municipal

porque a participação, para nós, é fundamental. Não só para melhorarmos a nossa atividade, mas também a forma como fazemos as coisas porque, em suma, numa comunidade é assim que tudo funciona. Ouvindo todas as partes, muitas vezes o consenso é que impera e às vezes é esse consenso que, além de prevalecer, faz com que as coisas andem e comecem a movimentar-se na direção certa.

Temos outro mecanismo que é a revista municipal, cuja periodicidade em formato papel anteriormente era maior. Agora é menor por contenções financeiras. Optámos também por fazê-la de uma forma *on-line* que tem custos nulos mas ainda hoje em dia, tal como acontece com os jornais, as pessoas gostam de sentir no papel as coisas. Por isso, entendemos que deve haver uma periodicidade da nossa revista municipal impressa em papel também para que possa chegar a mais pessoas, nomeadamente àquelas que não têm possibilidade de recorrer a um computador.

Porque muitas das vezes, como já disse, há várias e várias iniciativas da Câmara Municipal, que envolvem a participação de muitos e muitos munícipes. Porque estamos a falar, há pouco dava-lhe um universo de 155 mil pessoas. Ok que estamos a falar de uma percentagem muito curta em relação às pessoas que participam. Mas se formos a fazer esta comparação entre o número de pessoas que habita neste concelho, considerando que muitos deles trabalham fora, em Lisboa ou noutros concelhos limítrofes e que normalmente só chegam à noite a casa e que só ao fim-de-semana é que participam nas atividades da Câmara, podemos ter uma percentagem que pode rondar os 10% em relação a estas 155 mil pessoas. Já estamos a falar de 15 mil, 16 mil pessoas que participam, se calhar até mais, em atividades da autarquia.

Eu posso assegurar-lhe que são variadíssimas as iniciativas que nós já tivemos, onde contamos com a participação de milhares e milhares de pessoas. Seja no Pavilhão Multiusos de Odivelas, seja aqui no Jardim da Música. Estes são apenas dois dos lugares que já foram palco de muitas e muitas iniciativas.

Eu vou dar-lhe um outro exemplo que agora me recordo. Ainda em relação à Semana do Desporto, que nós realizamos todos os anos, já há uns anos a esta parte, e que há pelo menos três anos organizamos também uma corrida noturna. Além de termos a légua noturna (uma parceria com a Junta de Freguesia de Odivelas), nos últimos três anos inserimos no programa da Semana do Desporto a corrida noturna. Em 2014, para ter uma ideia, os participantes eram 150. No ano passado foram 400 as pessoas que se inscreveram. Neste momento, para a prova deste fim-de-semana, mais propriamente a dia 28, temos 800 pessoas inscritas.

Sem dúvida que hoje em dia as pessoas estão menos sedentárias, preocupam-se mais com a sua saúde, em praticar desporto ao ar livre. Posso avançar que mesmo o próprio atletismo e o *jogging* estão hoje em dia muito em voga. As pessoas já vão muito para a rua tratar da sua saúde. Mas, claro, é importante realçar a questão da participação das pessoas nestas iniciativas que criamos de forma avulsa e que, de repente, de um ano para o outro, tem o dobro das pessoas a participar.

E isso, obviamente, também é fruto da forma como promovemos as iniciativas onde queremos que as pessoas participem. Porque tudo isto é feito para as pessoas, não é feito para nós. Basicamente é isto!

Mas estamos a falar de uma semana do desporto que colide com o final do mês de maio, que foi também o mês dedicado à juventude.

Fizemos este mês de maio três passeios sénior que contaram, cada um deles, com 500 idosos que foram para Leiria passear e divertir-se, tudo a expensas da Câmara Municipal. Dividido pelas várias freguesias do Concelho, ou seja 500, onde 250 de uma freguesia, 250 de outra... por assim dizer, parcialmente, porque a freguesia de Odivelas, sendo a maior freguesia do Concelho teve uma participação superior. Isto são outras formas que nós procurámos para envolver as pessoas.

Vai ter oportunidade de falar com a Dra. Mónica Vilarinho, a nossa vereadora que tem o pelouro da juventude. E, considerando o final destas atividades neste fim-de-semana, deste mês de maio, mês da juventude, garantidamente que a Sra. Vereadora irá falar da parafernália de iniciativas que se realizaram durante este período e que teve o condão de trazer pessoas, aproximá-las da sua autarquia, de promoção desta já muito referida interligação.

É o nosso farol, é o que nos guia. Não tem lógica nenhuma, nós estarmos a fazer uma iniciativa onde depois tenhamos apenas duas, três, quatro ou dez pessoas. Isso já aconteceu algumas vezes, no passado, claro. Como em tudo na vida, às vezes organiza-se uma coisa que acaba por não ter o resultado esperado, contra todas as expetativas. E se essa iniciativa não tem sucesso, é porque alguma coisa não está bem. Quando sentimos que há iniciativas que não chegam às pessoas, essas iniciativas são interrompidas, pois não tem lógica que as mesmas sejam feitas para dentro. Felizmente e de uma forma gradual, essas situações deixaram de acontecer.

Claro que já aconteceu serem feitas iniciativas para dentro mas essas são organizadas propositadamente e para os trabalhadores, que são perto de 1.200. Já fizemos várias iniciativas para dentro mas com este âmbito, ou seja, que têm um outro enquadramento e finalidade concreta.

Falou há bocadinho de as pessoas se poderem dirigir à loja do cidadão, etc.. Depois, há um tratamento dessa informação que chega por parte das pessoas. Quem é que o faz?

Nós temos um sistema informático, já implementado há uma série de anos, que tem a particularidade de podermos receber de uma forma virtual uma sugestão ou uma reclamação. A esse documento é sempre atribuído um registo de entrada. Ou seja, toda a documentação que entra na Câmara é digitalizada e posteriormente encaminhada para o serviço competente para respetiva análise e tratamento adequado.

Um sistema de gestão documental?

Exatamente, um sistema de gestão documental. Foi esse o tratamento que teve o seu pedido inicial. Precisamente a mesma coisa. Ele depois é canalizado para as unidades orgânicas próprias que estejam relacionadas com o assunto em concreto. Por isso, esse tratamento é específico, consoante a matéria em apreço que esteja mesmo...

Aí, para responder. Mas em termos, depois, do planeamento da atividade da Câmara, existe algum “sumo” que seja retirado dessas reclamações e que depois seja utilizado em termos da definição do plano de atividades para o ano seguinte?

Claro. O surgimento do orçamento participativo está na génese disso mesmo. Ou seja, no passado tínhamos várias pessoas que reclamavam ou que faziam sugestões (e que hoje em dia ainda o fazem, utilizando outras vias para o fazer), em que a Câmara, além do tratamento normal que daria e que deu a esses casos, *a posteriori* havia coisas que seriam retidas pelas unidades orgânicas próprias e que depois dariam conhecimento ao executivo municipal das necessidades.

Propostas elaboradas pelos técnicos, identificando a necessidade de alterar algo que fosse premente e útil, tendo como base essas sugestões de cidadãos e até de instituições do concelho, tudo é sempre analisado de forma cuidada, verificando a oportunidade e a possibilidade de implementar as sugestões apresentadas pelas várias entidades ou cidadãos. E foram várias as situações onde a Câmara Municipal deu ouvidos às pessoas, tal como, aliás, dá sempre.

Não lhe sei precisar... Antes do orçamento participativo (posso assegurar-lhe que muitas vezes aconteceu), numa circunstância em que num determinado bairro havia a necessidade de mudar o sentido da circulação rodoviária ou eventualmente a colocação de um parque infantil por ser uma praça onde existia um número considerável de casais jovens com filhos menores, e que foi sugerida à Câmara Municipal a instalação de um parque temático adequado, um parque infantil. Obviamente que isso careceu de estudo inicial por parte da Câmara Municipal mas teve o seu desfecho habitual. E foram vários os casos.

Até das comissões dos bairros, que nas suas reuniões também fizeram várias sugestões à Câmara Municipal e a autarquia acatou muitas dessas sugestões, alterando no seu plano, no seu orçamento municipal anual para que pudessem ser contempladas. E foi nessa sequência que entendemos implementar, entretanto, e acho que posso falar como projeto pioneiro, o orçamento participativo.

Podemos falar, então, do orçamento participativo...

Eu acho que, em relação ao orçamento participativo, já muitas pessoas com quem falou de certeza que lhe deram uma informação mais concreta e muito mais precisa que aquela que eu lhe vou dar.

De qualquer forma, e na sequência do que lhe dizia, depois de entendermos que as pessoas precisariam de mais um canal inter-relacional com a Câmara Municipal, chegou-se à conclusão que havia a necessidade de criar mais uma forma de comunicação e de dar às pessoas a oportunidade de escolherem aquilo que achavam que seria melhor para o seu concelho.

Daí surgiu o orçamento participativo, onde se concedeu às pessoas a possibilidade de contribuírem para o futuro do seu concelho. Foram criadas várias oportunidades, promovidas várias reuniões locais, em cada freguesia. Depois, em reunião de Câmara, foi e é aprovada uma verba anual específica para ser aplicada em propostas apresentadas por munícipes.

Ao princípio não foram muitas. Porque, lá está, é aquele problema que lhe falava ao início, de muitas das pessoas não terem conhecimento desta possibilidade de participarem ativamente na vida do concelho e, às vezes, até do seu próprio bairro. Entretanto, isto ganhou uma proporção e um volume tão grande, que permite hoje em dia disponibilizar verbas ainda maiores no nosso orçamento municipal para o tal orçamento participativo, onde as pessoas têm a possibilidade, nas reuniões, de apresentarem os seus projetos.

Claro que têm de ser projetos sólidos, com consequência e com algum sentido. As propostas são recebidas, todas elas, com respeito e acatamo-las com toda a naturalidade. No entanto, elas carecem depois de um tratamento e de uma análise própria dos serviços da Câmara Municipal, porque além do enquadramento que tem de ser verificado, também tem de ser equacionada a possibilidade de implementação de muitas das coisas que são colocadas à consideração da autarquia.

Foi nessa perspetiva que se criou o orçamento participativo e, desde o primeiro ano até às consequentes edições que realizámos, o sucesso tem sido gradual. A participação tem sido tão ativa que, de repente, o orçamento participativo tem de ser votado pelas pessoas. As propostas são muitas mas, infelizmente, o orçamento municipal não pode canalizar uma verba maior porque tem outras despesas diárias, correntes e indispensáveis.

Mas mesmo assim, conseguimos aumentar as verbas para estas propostas que as pessoas apresentam. Só que o volume das propostas é tão grande ao ponto de hoje em dia elas terem de ir a votação. É por aqui também que se pode ver que o volume de participação das pessoas aumentou.

E porque é que acha que aumentou?

Em primeiro lugar, acho que já é da nossa sociedade. Hoje em dia, de uma forma global, a meu ver as pessoas já se interessam e se preocupam um pouco mais com a vida do seu concelho. Isto é uma opinião pessoal. Depois, e aqui é o cerne de tudo talvez, ou a principal razão pela qual há uma maior participação, é fruto também desta possibilidade que as pessoas sentem que a Câmara Municipal dá, ao poderem participar ativamente na vida do seu concelho e verem os resultados a serem concretizados. Como é que lhe posso explicar isto...

As pessoas participam porque sentem que há eco...

Um pouco das duas coisas. Eu tenho uma opinião pessoal que lhe dei inicialmente mas que acho não ser a razão principal. É uma razão fulcral, sem dúvida, mas não é a principal. A principal, a meu ver, é que hoje em dia as câmaras municipais, e a Câmara Municipal de Odivelas em particular, procura ir ao encontro das pessoas dando-lhes as ferramentas que elas podem utilizar para se envolverem na construção do nosso concelho. Essa é a minha opinião. E isso está a ser conseguido porque, se não fosse essa a razão, nós teríamos uma espiral com sentidos díspares ao longo dos anos. E o que acontece é que, desde a criação do orçamento participativo, cada vez mais temos mais pessoas a participar.

Voltando à minha razão fulcral que disse no início e que não pode ser a razão principal, porque senão isso seria uma das circunstâncias globais do país... Nota-se, de facto, através das redes sociais, que as pessoas estão mais envolvidas na participação e na vida em sociedade mas muitas vezes utilizam as redes sociais tão-somente para exporem as suas frustrações, para falarem, para reivindicarem. Não concretamente com o intuito de intervir na vida ativa do local onde moram, em modo construção. Ou seja, aquilo que observo muito nas redes sociais é que há uma preocupação constante em criticar e não propriamente em colaborar e contribuir.

Esta é uma visão muito pessoal e por isso é que eu acho que esta estratégia de procurar ir ao encontro das pessoas e chamá-las para a participação ativa na construção do local onde vivem é muito importante. Porque isso traz, garantidamente, mais e melhor qualidade de vida e bem-estar às pessoas, é assim que tem de ser.

É a minha opinião concreta. As pessoas muitas vezes perdem tempo das suas vidas criticando tudo à sua volta (o trabalho, a vida, seja o que for), mas muitas vezes não se focam no essencial, que é: o que é que fariam para mudar? O que é que fariam, se estivessem numa posição de alterar a vida à sua volta?

E o que eu vejo é que há muita participação das pessoas através das redes sociais, nos jornais, nos vários canais de comunicação que nós temos hoje em dia e que as pessoas utilizam muito para se expressarem. No entanto, esta não é uma participação onde se sente concretamente o dedo das pessoas, onde as pessoas dizem “isto está mal, mas está mal porque acho que deveria ser assim e apresento aqui esta proposta.” Ou seja, é esta a diferença que noto e é aqui que penso que tem sido fundamental a ação da Câmara Municipal.

No valorizar positivamente a participação.

Exatamente.

Quando as propostas chegam, são analisadas. São muito desfasadas daquilo que é a ideia da Câmara sobre aquilo que deve ser a intervenção? Como é que isso é gerido?

Não. Neste caso já lhe disse, em concreto. Isto vai a uma votação. Todas as propostas. Evidentemente, as que não têm nexos, não são colocadas à consideração das pessoas. Há coisas que não têm nexos. Eu não vou estar aqui a entrar em pormenor com algumas das propostas, mas algumas... Há pessoas que acham que determinadas coisas têm nexos ou têm algum sentido se se promoverem ou se se realizarem no concelho. Mas há outras que não. Isso é como em tudo.

Nós temos já centenas de propostas que foram apresentadas, muitas delas ao vivo pelas pessoas e outras delas são remetidas através dos canais próprios. Há várias formas de fazer essas mesmas apresentações. Todas elas são alvo de uma prévia apreciação e, depois, tendo alguma base de sustentação, são colocadas *on-line* para as pessoas apreciarem. Todos os cidadãos podem participar e votar. Se acham melhor erguer-se um campo de padel aqui, um jardim ali, que uma artéria tenha dois sentidos em vez de um ou que se proibisse a circulação rodoviária, transformando-a numa zona pedonal, a criar-se um parque temático junto ao Rio da Costa, etc.

Isso são propostas que cativam o interesse da Câmara Municipal e dos responsáveis da Autarquia. Após analisadas ao pormenor e verificado o seu custo de implementação para o concelho, a sua concretização pode ser uma realidade. Mas lá está.... nós temos é uma limitação financeira. E é dentro dessas restrições que se pode criar. É claro que se aparece alguém a apresentar uma proposta megalómana que não tem sentido, com custos elevados que a Câmara Municipal não pode suportar, obviamente que essa proposta não poderá ser considerada.

Mudando de assunto. Em relação às questões que têm a ver com a promoção da igualdade? Eu já percebi que este concelho tem muitas atividades e é muito interventivo. Como é que são consideradas, quer para o exterior, quer para o próprio interior da Câmara, as questões da igualdade social, do género, da multiculturalidade?

Falando e pegando nessa sua última palavra, penso que saberá que este é um dos concelhos da área metropolitana de Lisboa que mais promove a multiculturalidade. Não sei precisar mas são diversas as etnias e cidadãos oriundos das mais variadas partes do mundo que neste momento residem no Concelho de Odivelas.

E nós recebemos todos de braços bem abertos. Aliás, realizamos de forma bianual uma iniciativa lusófona, onde todos os países que falam a língua portuguesa estão representados. Uma iniciativa multicultural repleta de espetáculos, conferências, com a participação de poetas e escritores das várias nacionalidades do mundo lusófono. É um canal que nos faz querer aproximar essas pessoas a Odivelas e à vida ativa do nosso concelho, porque são pessoas como outras quaisquer que aqui residem e têm os mesmos direitos que as outras.

É disso exemplo também uma iniciativa que me recordo agora e que promove, sem dúvida, a igualdade de oportunidades para todos. A Câmara Municipal tem um projeto a decorrer

anualmente que é, basicamente, um curso da língua portuguesa dirigido para todos os cidadãos que sejam oriundos de outros países. Uma sala de aula da Escola Secundária de Odivelas está disponível durante todo o ano letivo para, semanalmente, ensinar o Português a pessoas de outras nacionalidades, de outros países, sejam europeus, sejam fora da União Europeia. São tantas as nacionalidades, que não consigo identificá-las todas no imediato.

Mas dentro disso, e falando de igualdade de género, começámos por incutir na própria Câmara Municipal, na nossa comunicação interna, uma linguagem equitativa e inclusiva. Foi até aprovada, em sede de reunião de Câmara, uma normativa que obriga a utilização internamente de uma escrita de paridade, ou seja, que não faz distinção de género. As comunicações para o exterior também são feitas dessa mesma maneira ou pelo menos procura-se ter esse mesmo procedimento na correspondência remetida às entidades e aos cidadãos.

De igualdade, que me recorde... é que são tantas coisas e eu ... peço que não se esqueça que não venho munido de nada e isto são só coisas que me vêm agora aqui à cabeça e de uma forma muito genérica. Claro que se necessitar de informação mais precisa sobre este tipo de projetos realizados aqui no concelho, também poderei facultar esses elementos.

É capaz de ser muito útil para si reunir com o Gabinete de Saúde, Igualdade e Cidadania da Câmara Municipal, cuja responsável, a Arquiteta Manuela Henriques, poderá dar-lhe a conhecer a parafernália de iniciativas onde esta unidade orgânica está envolvida diária e consecutivamente, junto das pessoas.

Recordo-me particularmente de uma iniciativa em que tive o privilégio de participar, um projeto em parceria com uma entidade externa, que possivelmente poderá já ter ouvido falar, que é a “Aventura na Cidade”. Este projeto, que envolve a participação de crianças do 1º Ciclo do Ensino Básico, é mais uma forma de inclusão social onde, através de um jogo que decorre numa cidade imaginária, são trabalhadas várias vertentes baseadas em temáticas específicas preconizadas no Programa Cidadania Ativa (Defesa dos Direitos Humanos, Igualdade de Género, Combate ao Racismo, Discriminações, Violência, entre outros). O intuito é depois que estes testemunhos e estímulos recolhidos pelas crianças possam ser posteriormente transmitidos aos próprios pais, sobretudo alguns dos valores da sociedade, alertando-os para os comportamentos desviantes.

Garantidamente que isto é enriquecedor, pois nós sentimos que com estes projetos de cariz social diferente mexemos com a vida das pessoas. Por isso, entendemos que é importante criar estes projetos de integração social ou de outros âmbitos. E é aqui que prevalece a nossa vontade em basear o nosso desígnio e a nossa tarefa diária também na igualdade de oportunidades. Para todos e todas.

Fim

Código: O-E4-Com

Local: Câmara Municipal de Odivelas

Entrevistada: Coordenadora do Gabinete de Comunicação e Modernização Administrativa

Data da realização da entrevista: 2016-05-22

Angelina Pereira, Coordenadora do Gabinete de Comunicação e Modernização Administrativa (que é como se fosse chefe de divisão: é equiparado, o cargo), vou falar de participação e democracia e de um projeto que surgiu em 2010/2011, que é o “Eu Cidadão”.

Como estava a dizer há pouco, o “Eu cidadão” acabou por ser uma intenção do executivo de então para promover uma maior participação. Começou por ser, ou melhor, resulta um bocadinho de uma tese de mestrado que eu fiz em relação ao Concelho de Odivelas: a comunicação do município e os jovens, como é que os jovens olham a democracia e os eleitos locais, e as autarquias, o papel das autarquias na sua vida.

E muitas das conclusões a que eu cheguei nessa altura, nessa tese que acabei por apresentar, é que muitos dos jovens que residem no Concelho ou que frequentam estabelecimentos de ensino no Concelho, não conhecem quem são os seus eleitos locais e não identificam quais são as funções de uma autarquia, para que é que serve. Mas isso não significa que não dessem importância à política.

Portanto, havia um bocadinho o contraponto de, por um lado, valorizar a política e defender que é importante para o quotidiano das pessoas e para a vida em sociedade, mas não se envolverem demasiado, nem na vida do seu Concelho onde residem nem nas próprias atividades. Em paralelo, eu defendia uma vertente que é que a comunicação da Câmara Municipal, do município, não chega efetivamente aos jovens.

Então haveria que identificar porque é que não chega, quais são os mecanismos que a Câmara utiliza, quais são os meios, de que forma tenta também a Câmara ir ao encontro da sua população, neste caso os jovens.

Portanto, o “Eu cidadão” era um bocadinho conjugar todas essas limitações que fui identificando, também em entrevistas, também em questionários, com outro estudo também a

comunicação da Câmara, também em relação aos equipamentos municipais, se os jovens sabem, por exemplo, que existe uma Casa da Juventude.

E o que deu para constatar é que, por exemplo, em freguesias limítrofes do Concelho, considerando que a Casa da Juventude está no centro do Concelho, nem sequer sabiam que existe um espaço pensado em si, com gabinetes de orientação em termos de formação, de organização da atividade cultural, recreativa, de esclarecimento de dúvidas relacionadas com o jovem e a sua vida ativa e académica.

E então o “Eu cidadão” queria por um lado ir ao encontro dos jovens. Não é um projeto que esteja fechado dentro dos gabinetes da Câmara Municipal, foi ao contrário, nós é que fomos ao encontro dos jovens. E então foi criado em todas as escolas para, numa fase piloto, todos os alunos do 10º ano. Estamos a falar dum universo, agora não consigo dizer quantos é que eram, mas estamos a falar de, não sei, 700... Depois, posso-lhe enviar por *email* para tentar ver o número de alunos que abrangeu, portanto, qual era o total dos alunos de 10ºano. Todos, independentemente de ser ensino profissional ou ensino regular.

Desse “Eu cidadão” constavam sessões de sensibilização e esclarecimento conjugada com uma vertente de divulgação da atividade municipal, sobretudo das atividades e projetos virados para os jovens. Isto tinha uma duração de 45 minutos.

Numa primeira fase, supor-tei-me do apoio de um jurista que identificava na leis onde é que os jovens podiam encontrar o que é uma autarquia, quem é o presidente da câmara, como é que são eleitos, que toda a gente sabe que é por voto, qual é a diferença entre uma câmara e uma junta de freguesia. No fundo, dar aqui um bocadinho a componente formativa na questão da educação para a cidadania. A importância do voto, ao participarmos: como é que podemos mudar aquilo que nos rodeia e onde nós residimos, onde estudamos, onde trabalhamos.

Se quiser posso tentar recuperar esse projeto de 2010, o número de alunos que estiveram envolvidos, a própria apresentação *powerpoint* que nós fizemos e que finalizava com um vídeo (eu chamo-lhe o vídeo promocional) das tais iniciativas e eventos que eram sobretudo viradas para os jovens. E em cada sessão, procurava levar ou a Presidente da Câmara ou um Vereador no sentido de permitir também o contacto e a interação entre o jovem e o eleito e tentar aproximar os eleitos e os eleitores, porque iriam ser eleitores no ano a seguir. É essa também a ligação que tem, tentar aproximar eleitos e eleitores.

Esse projeto foi em que ano e teve que duração?

Eu acho que foi 2011. Tenho que ver. Porque eu entretanto saí desse gabinete. Eu estava na altura no Gabinete da Presidência, e foi uma proposta minha para implementar em conjunto com os serviços da educação. Os serviços de educação acabaram por dar seguimento, reformulando um bocadinho o projeto, e eu isso não lhe consigo dizer agora como é que eles o atualizaram, mas na sua génese era este o objetivo.

Ou seja, neste momento ainda existe um projeto que é seguimento...

Sim, do “Eu cidadão”. Ou seja, promove-se a participação e a educação para a cidadania de uma outra forma. E aí a educação, não sei quais das pessoas é que ainda tem para entrevistas, ma...

Então a Câmara continua a fazer sensibilização na escola...

Na escola ou envolvendo a escola. Por exemplo tem o “Executivo municipal jovem”, ou seja, por um dia, depois de um trabalho dos nossos serviços com a própria escola e com as turmas, e com as várias unidades orgânicas da Câmara Municipal, por um dia esses jovens fazem, por exemplo, uma reunião de câmara, em que um é o presidente e os outros são os vereadores, colocam questões, cada um defende... Vestem o papel de eleito local. Defende os seus projetos, as suas ideias, votam, fazem declarações de voto, porque é que votaram daquela maneira e não de outra.

E eu creio que isso está casado com o orçamento participativo jovem, que esse ano não houve, mas que houve no ano passado ou há dois anos, e que tinha, em termos práticos, tinha efeitos nos próprios projetos da Câmara, ou seja, o executivo jovem acabava por apresentar projetos dos próprios jovens que a Câmara acabou por adaptar a projetos seus para implementar no Concelho.

Portanto, de certa forma, acaba por dar seguimento e por concretizar aquilo que os jovens propõem. Portanto, acaba por ser uma participação que, embora sendo de forma lúdica / formativa / cidadã, no sentido da participação, acabou por ter resultados mesmo *in loco*, não é? Nas suas políticas.

Disse-me que era coordenadora do Gabinete de Comunicação...

Muito recente. Comunicação e Modernização Administrativa. Fui até janeiro passado chefe de divisão da Cultura, Turismo, Património Cultural e Biblioteca.

E quais são as atribuições deste Gabinete de Comunicação e Modernização Administrativa?

As atribuições são imensas. Têm sobretudo a ver com tudo com o que é imagem municipal, imagem institucional municipal. Tudo o que são suportes de divulgação e comunicação com o público, tudo o que tenha a ver com a área de apoio ao cidadão, sugestões, reclamações, fazemos o encaminhamento, fazemos a receção, damos resposta.

Acabamos por ter de, e cada vez mais, valorizar a comunicação bilateral, ou seja câmara-município, município-câmara, sobretudo na resolução dos seus problemas. Fazemos a articulação com todas as unidades orgânicas no sentido de perceber o problema, a denúncia, a sugestão que a pessoa faz se está a ser acompanhada, qual é a fase de situação em que se acompanha o processo que apresentou.

Portanto, acabamos por, sobretudo na loja do cidadão, fazemos atendimento presencial, encaminhamos para os serviços, fazemos a ponte com os outros serviços no sentido de dar resposta *in loco*. Temos uma gestão documental informática que nos permite a qualquer momento dar resposta ao município. Sabemos se já foi tratado, se ainda está para análise.

Quais são os mecanismos que as pessoas têm para poder chegar à Câmara?

Então temos: redes sociais, temos *facebook*, que mais do que uma forma de informar é uma forma de comunicar.

Privilegiamos a comunicação interativa, onde as pessoas poderão colocar questões diretamente, na página institucional, e são respondidas, como é óbvio, porque se não ficávamos só pelo *site* institucional, que também temos, com informação ao município.

Temos o “e-atendimento”. É uma plataforma que permite em qualquer posto de atendimento municipal, e nós temos cerca de vinte e dois postos de atendimento ainda, os nossos serviços não estão centralizados, não funcionam aqui todos, estamos um bocadinho distribuídos por todo o concelho.

Portanto, nestes vinte e dois postos de atendimento, qualquer pessoa que atenda o município tem uma plataforma em que preenche com o pedido de informação, ou ponto de situação, ou reclamação, ou sugestão que entra dentro do sistema de gestão documental e que é encaminhado de imediato para a unidade orgânica ou o serviço competente para resolver o problema àquela pessoa, ou para dar resposta àquela pessoa. Nem tudo são reclamações. Às

vezes, há pedidos de informação, sobretudo sobre projetos nossos, de outras unidades orgânicas.

No balcão do *Strada*, no balcão Câmara-Serviços Gerais, prestamos informações de todo o tipo que se relacione com a Câmara Municipal. Funciona um bocadinho à semelhança do que temos no *facebook* institucional. Qualquer questão de qualquer natureza de qualquer um dos serviços da Câmara Municipal, conseguimos dar resposta direta e quase imediatamente (porque às vezes as pessoas colocam questões às oito da noite ou às dez da noite e os serviços não estão a funcionar, mas logo que temos esse *feedback* damos à pessoa).

E, em regra geral, o grau de satisfação das pessoas, pelo menos, daquilo que, estou há poucos meses, mas aquilo que vou percebendo é que as pessoas ficam agradadas porque colocam questões e são respondidas. Mesmo que às vezes tenhamos que dizer alguma coisa que a pessoa não queria ouvir. Mas estamos lá para responder, aliás, é para isso que também cá estamos, não é?

Ou seja, as pessoas têm este espaço, que é o espaço de informação e de...

Nós temos espaço físico, temos espaço telefónico, temos espaço virtual, por meio escrito, também quando colocam questões através de *email*, para o geral da Câmara Municipal, que faz logo a triagem para o serviço para o qual temos que identificar esta pessoa.

Regra geral, mesmo que seja, imagine, um assunto relacionado com a divisão de ambiente, a secção de expediente recebe o pedido da pessoa, encaminha imediatamente para o ambiente, diz à senhora, “Recebemos o seu pedido e foi encaminhado para o serviço competente, que é este, ‘assim, assim’, e logo que tivermos resposta, contactaremos”. O ambiente informa o meu gabinete de comunicação o que é que há para dizer à pessoa, “Efetivamente a senhora tem razão”, ou “Olhe, não, a senhora não tem razão, nós temos isto, ‘assim, assim’, o que vamos fazer é isto, ‘assim, assim’”.

Ou seja, nós não nos limitamos a dizer sim, não. Além de sim, não, nós tentamos dizer porque é que sim, não e tentamos envolver a pessoa no facto de “a sua participação para nós é importante, nós estamos sempre perto de si”. Portanto, acabamos sempre por tentar envolver a pessoa.

E costumo dizer, e fui eu que acabei por assumir isso assim de uma forma muito natural, eu tenho a mania de me por no lugar de quem vai ler aquilo que eu escrevo. E eu do outro lado gostaria de ler aquilo que eu, enquanto dirigente, escrevo, que é “sempre disponíveis e

também perto de si, nas redes sociais ou em qualquer um dos nossos balcões, agradecemos a sua participação.” E portanto, até aqui nós acabamos por estar a valorizar a participação das pessoas e a envolver, porque efetivamente só assim é que se consegue construir um governo melhor, onde efetivamente as pessoas participam.

Este modelo está... disse-me que está há poucos meses neste gabinete...

Desde janeiro. Mas já existia...

Como é que era antes?

Era muito idêntico àquilo que temos agora. O que eu fiz agora quando entrei em janeiro foi eliminar algumas etapas e barreiras burocráticas, ou se quiser, imprimir uma nova dinâmica de modernização administrativa e de simplificação.

Em qualquer administração pública, nós temos regras e temos requisitos legais, administrativos e financeiros que nos obrigam a determinados procedimentos. Mas há outros que não é obrigatório tê-los. São só, para mim, queimar tempo e demorar mais tempo a dar resposta ao munícipe.

E portanto, o que nós fizemos, desde janeiro, fevereiro, em que estamos com este modelo e está a funcionar, é, por exemplo, havia um *email* que recebia as sugestões todas. A esse *email*, os serviços do gabinete que eu estou neste momento a dirigir faziam uma espécie de resposta-tipo, sempre da mesma maneira independentemente do assunto que estava.

Ou seja, podia estar do outro lado, como aconteceu, alguém que está triste e que me diz “vejam lá o que é que é preciso fazer porque a minha avó morreu este fim-de-semana naquela passadeira, e será que a Câmara está atenta a isto ou é preciso chamar as televisões?”. Ou seja, do outro lado nós temos uma pessoa revoltada, temos uma pessoa que quer respostas para uma situação em que acabou de perder um familiar. E depois o tipo de resposta era sempre o mesmo: “Acusamos a receção do seu *email*...”, era qualquer coisa assim.

E eu comecei-me a chocar quando cheguei e vi que se respondia sempre da mesma maneira, independentemente do que a outra pessoa estava a dizer. Isto para mim não é contacto com o munícipe. Nem sequer é estar recetivo e promover a tal comunicação bilateral. É puramente a informar.

Eu não entendo, e este executivo também não entende, este novo Presidente também não entende, a relação com o munícipe numa ótica de pura informação, mas sim de relação. E

portanto, quando eu digo que eu gosto de escrever e gosto de imaginar a pessoa a ler aquilo que eu escrevi, é exatamente porque cada pessoa é uma pessoa, e tem um problema, e os problemas são diferentes e, por isso, também têm de ser tratados de maneira diferente e tem que levar resposta de forma diferente.

E nisto eu acho que nós estamos a caminhar bem. Parece-me que nós estamos a caminhar bem. Eu estou cá há muitos anos, desde o início desta Câmara, há dezasseis anos que cá estou, e as pessoas valorizam isso, e valorizam a proximidade que nós vamos cada vez mais tendo e as distâncias que nós vamos encurtando. Se calhar estou a sonhar cor-de-rosa, mas é como eu vejo efetivamente.

As reclamações que chegam e os contributos que as pessoas vão dando, isso depois tem algum tipo de tratamento que depois sirva de orientação para os planos de atividades dos anos seguintes?

Não tem tido, mas essa é outra coisa que nós estamos a trabalhar para. Ou seja, o tratamento que tem tido é puramente o de encaminhar para os serviços, denunciando ou identificando problemas em determinada zona do concelho, por exemplo.

Mas efetivamente a informação que se recolhe dessa relação com os munícipes e das denúncias que vão existindo ou da identificação de problemas só é capaz de mudar efetivamente o território e mudar as políticas que a Câmara possa eventualmente levar a cabo se forem tratadas. Se forem apresentadas e se forem apresentadas tecnicamente, quais são as vantagens e desvantagens de, por exemplo, acolher a sugestão de uma senhora que quer uma passadeira naquela rua.

Portanto, tudo isto tem que resultar depois, em termos muito práticos, de dar resposta àquilo que efetivamente as pessoas querem. Ou seja, no fundo dar seguimento à participação das pessoas. Não promover a participação e a cidadania, e depois dizer “OK, sim senhora, participou, foi cidadão, aí que bonito, fez muito bem o seu papel”. Não. É dar consequência.

Nem sempre é possível dar consequência, porque o facto de eu querer uma passadeira no meio da minha rua e achar que me faz falta porque assim escuso de andar mais dois quilómetros para atravessar, por exemplo (estou a dar um caso fictício), nem sempre em termos de desenho urbanístico e em termos de dar resposta a outras situações é possível. Porque, senão, fazíamos uma passadeira quase à porta de cada pessoa, ou púnhamos um

contentor à porta de cada pessoa. Não pode, não é? Isto depois também tem que ter aqui as várias vertentes técnicas conjugadas.

Agora, efetivamente, tratar esses dados, refletir esses dados, dá-los ao executivo e o executivo poder olhar com todas as competências, para já com todo o suporte técnico por trás, a dizer se pode, se não pode, se deve, se não deve, quanto é que isso significa em termos de orçamento municipal (porque às vezes estamos a falar de coisas que carecem de mais investimento)...

Com rigor, o executivo aqui decide. Mas, com rigor, também nós temos os corpos técnicos exatamente para recebermos dos cidadãos opiniões, sugestões, requerimentos, seja o que for, dar *feedback* superiormente dessas propostas, e depois, claro que, em última instância, são os políticos que decidem se é para avançar ou se não é para avançar. Nós aqui acabamos por ser mediadores.

Ou seja, com exceção do projeto que tem a ver com as escolas em que os eleitos vão diretamente ter com os jovens, aqui a comunicação entre os munícipes e os eleitos é feita...

Não é só feita assim. Por exemplo (e o meu colega Rui Barata depois, quando lhe falar do orçamento participativo, vai-lhe falar disso), nós estamos neste momento em fase de execução do orçamento participativo de 2015. Durante dois anos nós temos que implementar os projetos que venceram, as propostas que venceram o orçamento participativo.

Este orçamento participativo é diferente de todos os outros. Este, nós estamos a envolver as pessoas desde o início em que apresentam a proposta, na altura da votação, no pós-votação, no durante a execução. Vamos ao local... A ideia é chamar quem propôs, ir ao local, o que é que vamos fazer, ou o que é que não vamos, apresentar projetos. Porque depois as pessoas apresentam os projetos, mas não quer dizer que seja aquela proposta tal e qual como apresentou.

Lá está a tal questão de analisar tecnicamente se é viável, se não é, se existe suporte para, e a pessoa é envolvida desde o início e acaba por participar. É efetivamente uma cidadania participada porque a pessoa acaba por acompanhar as várias fases por que a Câmara passa. Os eleitos estão em contacto com os munícipes nesses momentos, é isso que se pretende. Ainda não foi, mas é, porque agora é que estão a avançar as primeiras obras.

Estão envolvidos, por exemplo, nas sessões públicas do orçamento participativo, Presidentes de Junta, Vereadores, Presidente da Câmara. Fazem sessões públicas de esclarecimento e de

pedido de contributos e de debate, mas o meu colega Rui é a melhor pessoa para falar, porque ele é que acompanhou o orçamento participativo desde o início.

A par disso, assim os momentos que eu consigo identificar de imediato, em que os eleitos municipais e os munícipes acabam por estar em conjunto, será talvez quando são promovidos seminários sobre determinado tema ou quando há consultas públicas que envolvam aqui questões que podem ser mais melindrosas para as pessoas ou que podem mexer efetivamente.

Imagine que o seu bairro... Aí são feitas sessões de esclarecimento ao público e obviamente os eleitos estão com os munícipes a quem aquele assunto diz respeito. Não é o concelho inteiro que lá vai.

Até porque, e isso aí eu consigo medir, não só enquanto nova coordenadora deste gabinete, mas também enquanto chefe de divisão de cultura, e que pode passar efetivamente pela comunicação, eu não tenho dúvidas: esta Câmara é das poucas que eu conheço de perto, estou cá há 16 anos. Mas tem um conjunto de projetos diferenciadores e de iniciativas que muitas vezes não chegam efetivamente às pessoas. Ou porque não estão a ser divulgados nos sítios certos, ou porque as próprias pessoas também não

Andam na vida delas...

Exato. Eu costumo dizer, eu estou cá há 16 anos, mas eu não resido neste concelho. No concelho onde eu vivo eu nunca vejo... Não me puxa... E tal como não me puxa a mim, se calhar não puxa às pessoas daqui de Odivelas. Não vou ao *site* da câmara, e se calhar vou só se precisar. Se precisar de uma informação sobre as creches e as escolas públicas do concelho, qual é a rede, onde é que eu posso pôr o meu filho para o próximo ano, ou para ir nadar para a piscina municipal, ou que é que é preciso. Se eu precisar de informação eu vou ao *site* da câmara. Para iniciativas, para eventos, para seminários, para ... Nas várias áreas de atuação do município, eu acabo por nunca ter conhecimento do que é que se lá passa. Porque eu também estou a trabalhar fora, não é? Não sei!

Papel dos cidadãos na democracia do futuro. Quer que eu lhe dê a minha opinião profissional ou o meu ideal?

As duas coisas.

O meu ideal, aquilo em que eu acredito piamente e não desisto: somos efetivamente nós que fazemos a diferença, sobretudo para quem dirige os destinos de um concelho politicamente. São as pessoas, mesmo.

E o facto de haver pessoas que tenham bem a matriz identitária dentro de si, ou seja, eu sou daqui, eu defendo a minha terra, cada vez mais nos grandes centros urbanos essa identidade cai por terra.

E por muito que haja um município, ou uma junta, ou uma associação a trabalhar no sentido de criar essas ligações à terra, a nossa vida hoje em dia deixa-nos pouco espaço para nos tentarmos ligar à terra, porque temos problemas mais graves para resolver. É os filhos para a escola, é os pais que ficam doentes, os avós que, entretanto, já não conseguem acompanhar os filhos.

Eu acho que, culturalmente, não sei se os portugueses todos, mas sobretudo assim nos centros urbanos, nós não estamos muito despertados para participar. Não estamos. E, ou há efetivamente projetos que nos conseguem efetivamente envolver, porque mudam efetivamente a nossa vida um bocadinho, nem que seja na nossa rua ou no nosso bairro, doutra forma não vejo mesmo muitas mudanças se as pessoas não participarem também.

Porque quem dirige politicamente, para já, só lá está porque foram as pessoas que votaram, as pessoas ou os grupos partidários que se mexem, não faço ideia. Com rigor, acho que nada concretizam se não houver ambições e expectativas das pessoas também. Se não houver participação... Não sei, parece-me.... Senão, estaríamos nós a desenhar qualquer coisa que seria o ideal, mas acabamos por não ter o *feedback* se as pessoas efetivamente precisam, se têm a expectativa que aquilo seja criado, se aquilo corresponde às necessidades que precisam...

E qual é o sentir que tem aqui em relação à população de Odivelas? É uma população que está desperta para estas questões da participação, que se envolve...

Eu acho que as pessoas vão estando despertas, mas também acho que cria-se muito ruído. Cria-se muito ruído e isso casa um bocadinho com os partidos políticos. As pessoas vivem muito alheadas da vida política, exatamente porque há muito ruído. Este discurso comum que nós normalmente ouvimos do “não cremos nos políticos, são todos iguais”, são os próprios partidos que fomentam isso, às vezes sem se darem conta, porque para tentarem desacreditar os outros partidos políticos, uns entre outros, acabam por às vezes não informarem como deve

de ser as pessoas. Porque querem é captar eleitorado, se quisermos a expressão assim (isto é a minha visão, atenção, e é a minha perceção). Nós, enquanto cidadão comum, acabamos por tentar desligar porque às tantas achamos que é tudo o mesmo. E eu continuo a acreditar que não é tudo o mesmo.

Enquanto técnica da Câmara, e vendo o concelho desde quando nasceu até agora, efetivamente cada vez mais as pessoas estão próximas da Câmara, estão envolvidas, estão despertas.

Mas ao longo dos anos, e sobretudo nos últimos dois anos, e já com este presidente também, nós temos melhorado os nossos projetos municipais, envolvendo não apenas um serviço, ou seja, não trabalhando por quintas, “eu sou do desporto, só faço isto...”.

E um exemplo disso são agora as férias do verão. Vai ser uma coisa que congrega vários serviços municipais para efetivamente responder à camada jovem e às crianças e à ocupação dos tempos livres. As mesmas férias têm uma vertente cultural, uma vertente desportiva, tem vertente de juventude, de animação. Sobretudo com os seniores isso tem-se conseguido.

E, por ventura, os seniores, que são pessoas que já vivem há mais anos, para estarem eles cada vez mais próximos do município. Porque, em termos de inovação social e de trabalho com seniores, este município é um dos municípios que tem mais cartas a dar e foi distinguido inclusivamente como um município familiarmente responsável e amigo da pessoa idosa. Nós estamos a falar de um projeto que mete 1500 seniores a fazer exercício físico ao mesmo tempo, em todo o concelho.

Portanto, há aqui qualquer coisa que nós efetivamente conseguimos mexer e efetivamente conseguimos envolver as pessoas. Agora, se o caminho está feito? Não. Uma cidade revive, reconstrói-se e reconfigura-se sempre, e aqui é o papel dos cidadãos, quanto maior participação houver mais contributos há e se calhar novas ideias. E acaba por ajudar também quem está deste lado.

Como é que será a participação do futuro? Como é que vê o futuro?

Eu queria dizer que seria uma maior participação. Mas, com rigor, eu, no fundo, no fundo, acho que não conseguimos chegar tão longe. Em termos gerais, e não estou só a falar de Odivelas.

Quando diz participação, o que é que entende por participação? A participação pode ser, como já é feita aqui, em que as pessoas dão o seu contributo e a Câmara responde, ou pode ser...

Ou o contrário. Posso ser eu Câmara a incentivar a que participem. Por exemplo, na definição do novo desenho do Bairro dos Cágados, por exemplo. Um projeto que eu quero implementar no concelho. Eu acho que aquilo já não funciona, mas ao mesmo tempo eu quero perceber quais são as motivações das pessoas? Como é que aquelas pessoas veem aquele bairro? Como é que elas o imaginariam?

Eu vejo muito a participação por aí. Ou seja, eu executo, executo sim, tenho projetos excelentes, mas eu trabalho para as pessoas e, portanto, eu tenho que ouvir aquelas pessoas. Eu acho que a participação é auscultação, cidadania também e quem efetivamente tem o poder de fazer, deve fazê-lo sempre auscultando a população. Auscultar não é só as urnas.

E esta Câmara, ao longo do tempo, e sobretudo com esse orçamento participativo, é uma forma de auscultar. O último orçamento participativo, o Rui depois fala disso, mas dá a impressão que, numa fatia com 144 mil habitantes, 4 mil habitantes é pouco. Se calhar é, mas comparando com o primeiro orçamento participativo, proporcionalmente (ele depois dá-lhe a ideia), mas tem vindo a crescer, ou seja, as pessoas estão despertas para.

As pessoas mobilizam-se, até para as votações. As pessoas acabam por criar redes, em termos sociais, para... “Eh! Pá, votem lá no meu projeto, porque eu quero, sei lá, o telheiro para a escola do meu filho”. Isso acaba por ser também salutar em termos de ...

Uma curiosidade: aquilo que disse que é mobilizar para a votação. Entende isso como uma coisa positiva, não como uma coisa negativa?

Eu entendo como positiva porque eu só consigo defender o meu projeto se quem está ao meu redor conseguir comprar o projeto, ou seja, se não for só eu a achar que aquele é um bom projeto. Quando eu digo mobilizar eu não digo “Eh! Pá, tens que votar no meu”. Não é isso que eu estou a tentar dizer. É convencer. É envolver quem está à minha volta para perceber que aquilo era mesmo importante. Era mesmo importante que aquilo acontecesse. Envolver sobretudo quem tem...

Por exemplo, se fosse o telheiro da escola, os pais todos tinham que votar no telheiro da nossa escola. Eu acho que acaba por ser uma estratégia, entre aspas, para haver mais participação e para aquele projeto ganhar, mas que eu acho que até isso é bom em termos sociais.

E quando há bocado eu dizia que nós estamos é preocupados com a nossa vida, não estamos preocupados com quem está ao lado, e quero lá saber se ele tem um problema, isto acaba também por ser funcional desse ponto de vista. Acabamos por estar uns com os outros.

Ficar envolvidos no mesmo problema

Isso. Problema e solução.

Quando falou no exemplo da Quinta dos Cágados...

Do Bairro dos Cágados. Bom, eu só dei um exemplo.

Mas essa modalidade ainda não funciona, ou funciona pouco, é isso? ir à população discutir o projeto...

Não. Isso sobretudo funcionou na altura da comissão instaladora, quando era assim coisas muito de raiz. Estamos a falar de há quinze e dezasseis anos atrás. Tudo o que fosse de impactante. Repare, este concelho dependia do Concelho de Loures, certo? A Câmara Municipal de Loures estava lá.

Portanto, isto era uma população um bocadinho largada aqui na periferia do concelho. A partir do momento em que há uma comissão instaladora e há este movimento todo para elevar Odivelas a concelho, quem foi protagonista nessa altura há-de ter sentido necessidade de “Vamos lá! Como é que vamos fazer? Queremos é pôr isto de pé!”.

E eu acho que foi muito no início, e ao longo dos anos também não quer dizer que se foi perdendo. O concelho é que foi ganhando outras acessibilidades, outra dinâmica, e portanto não há necessidade de tantas transformações de fundo.

Quando veio o metro, por exemplo, houve auscultação, houve consulta pública, houve vários momentos em que as pessoas... Mas também era uma coisa que não suscita dúvidas. Obviamente que o Metro era bom para Odivelas. Tal como é com os hospitais. Obviamente que os hospitais... Faziam falta o centro de saúde e o hospital aqui perto, porque ia tudo para Lisboa. Há coisas que nem sequer existe necessidade de auscultar a população porque efetivamente são reivindicações de há anos, décadas da antiga Câmara.

A consulta pública é feita só via digital ou é feita...

Em todas as juntas de freguesia, por edital, em meios *online*, normalmente... Deixe-me ver...

Ia tentar dar-lhe algum exemplo de um processo último. Eu acho que foi para consulta pública, por exemplo, a ocupação da cafetaria aqui do Centro de Exposições de Odivelas. O que é que as pessoas achavam? O Centro de Exposições é um equipamento municipal, não é? Podemos, será viável arrendar a terceiros? Deveria ser a Câmara a gerir aquele espaço? Eu não sei bem em que moldes é que foi na altura a consulta pública, mas sei que eram afixados editais em todas as juntas de freguesia, para não ser uma coisa localizada aqui. O Centro de Exposições está aqui, mas é um equipamento municipal e serve todo o concelho. Pode ser por escrito, pode ser por telefone ou presencialmente nos nossos postos de atendimento. Que eu saiba, ninguém participou.

São estas vias, mas não são feitas sessões *in loco*?

Depende dos projetos. Há situações em que o executivo entende que deve ser *in loco*. Deve ser mesmo marcado, como é o orçamento participativo. Em cada freguesia marcar uma sessão pública para aquele dia. Divulgam, divulgam, divulgam... E as sessões públicas foram bastante participadas. A do último orçamento de 2015, portanto.

Em alguns momentos sim, e são participadas, em outros momentos, sessões de consulta pública pura e dura, sem sessões de esclarecimento, que sejam coisas consideradas “normais” (não queria usar esse termo porque normal é tudo), mas que não suscitem dúvidas nem questões às pessoas. Nesse tipo de coisas a minha experiência é que eu tenho de saber, é que pouca participação existe.

Passávamos, então, aqui a estas questões, que não têm a ver diretamente com a questão da participação, mas que têm a ver com a sua visão sobre como é que as questões da promoção da igualdade, seja ela igualdade do género, social, etc...

Em termos do Concelho também?

Em termos do Concelho.

Então, a igualdade social e de género e de... Este é um tema que tem sido muito acarinhado por Odivelas, quase desde o início da sua criação, mas principalmente, atrevo-me a dizer, com a anterior presidente e com este.

Por exemplo, nós temos uma Conselheira Municipal para a Igualdade, e que a anterior, por motivos de saúde, morreu no ano passado, e, portanto, se fosse uma coisa à qual a Câmara não desse nenhum valor nem sequer substituí-a Conselheira, mas não.

Temos um plano municipal para a igualdade. Temos uma rede de contacto muito próxima com as minorias étnicas. Temos o chamado CLAI, o Centro Local de Atendimento ao Imigrante, que é, no país inteiro, dos que mais atendimentos recebe. Temos, numa outra vertente mais cultural, a primazia de tudo o que sejam países PALOP.

Odivelas identifica-se como Odivelas Capital da Lusofonia. Já fez para aí umas seis edições, é de dois em dois anos, em que envolve tudo o que é comunidade lusófona em termos artísticos, culturais, do saber, do conhecimento, de embaixadores, sei lá, mexe com uma data de coisas.

No fundo, este é um município com muitas particularidades em termos da população emigrante, e portanto, de alguma forma, o diálogo intergeracional, inter-religioso, intercultural, aquilo que quiser chamar, este é um município que tenta ser muito agregador. Há vários projetos em curso. Não são meus, não lhe sei identificar quais são, mas sim, valoriza...

Isto para o exterior. E para o interior, ou seja, na própria dinâmica da Câmara, em termos da contratação...

Mulheres e homens...

Mulheres e homens, trabalhadores com deficiência, as questões da homossexualidade...

Não há nenhum plano municipal para... Mas eu sinto, isso sinto, cada vez mais valorização para a igualdade de género. Mesmo a adoção de linguagem inclusiva, do o/a, Exmos e Exmas, Senhores e Senhoras... em termos de escrita também.

Mesmo em termos, por exemplo, de cargos de direção, acho que somos tanto mulheres como homens, embora haja áreas que sejam mais as mulheres que dominam. Isto também por é uma Câmara sobretudo jovem e nós somos em maior número, as mulheres. Creio que somos em maior número.

Mas sim, é uma Câmara que valoriza a parte da família, para mulheres e para homens, com as licenças parentais para uns e para outros (também é de lei, não é?). Por exemplo, não é uma Câmara que dificulte as jornadas contínuas ou a questão do pai poder acompanhar o filho ou de a mãe poder acompanhar o filho.

Portanto, acho que é uma Câmara, entre aspas, muito amiga do trabalhador. E muito amiga também da... defensora da comunicação interna. E isso agora já casa comigo porque fomos nós que implementamos agora um jornal interno em que damos palco a mulheres e homens.

E até aí nós identificamos sempre mulheres e homens. Por exemplo, nós temos uma rubrica dentro desse jornal, que fomos nós que decidimos, em que tem que ser sempre uma mulher e um homem. Não interessa se é mais velho ou mais novo. Se forem os mais novos, são os dois mais novos, a mulher e o homem. Quando são colegas nossos aposentados, tem que estar sempre uma mulher e um homem. São coisas que aos poucos nós vamos trabalhando para promover e consciencializar.

Ou seja, sem um plano diretor, mas é uma questão que está sempre subjacente.

Está sempre subjacente. Sim.

FIM

Odivelas: Entrevista 5

Código: O-E5-IgCid

Local: Câmara Municipal de Odivelas

Entrevistada: Coordenadora do Gabinete de Saúde, Igualdade e Cidadania

Data de realização da entrevista: 2016-06-06

Manuela Henriques, licenciada em arquitetura desde junho de 1987, funcionária pública desde 2 de dezembro de 1987, Arquitecta Assessora Principal desde 18 abril de 2008 e coordenadora desta Unidade Orgânica desde 1 de janeiro de 2013.

Desempenho funções na Câmara Municipal de Odivelas desde 20 de setembro de 1999, onde fui:

- Nomeada a 18 fevereiro de 2002 Chefe de Divisão de Projetos Comparticipados;
- Designada a 3 de julho de 2002 Diretora da Operação PROQUAL Odivelas;
- Nomeada a 8 de março de 2006 Chefe da Divisão Municipal de Estudos e Projetos Comparticipados;
- Nomeada a 9 de maio de 2007 Chefe da Divisão Municipal de Assuntos Sociais;
- Nomeada a 1 de janeiro de 2011 Coordenadora do Gabinete para a Igualdade e Minorias (GIM);
- Designada a 1 de janeiro de 2013 Coordenadora do Gabinete de Saúde e Igualdade;
- Designada desde 1 de janeiro de 2014 Coordenadora do Gabinete de Saúde, Igualdade e Cidadania (GSIC).

Coordenei de maio de 2007 a setembro de 2010 o Núcleo Executivo da Rede Social de Odivelas e o Banco de Voluntariado de Odivelas e de maio de 2007 a maio de 2016, o Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes (CLAII).

Atualmente coordeno também a Rede de Intervenção na Violência Doméstica e em Pessoas Vulneráveis no Concelho de Odivelas cuja gestão é assegurada pela autarquia.

O Gabinete de Saúde, Igualdade e Cidadania que tenho a honra de coordenar resultou da junção do GIM com a Divisão de Promoção de Saúde.

E quer explicar como é que funciona este gabinete?

O Gabinete tem como missão assegurar a execução das políticas públicas no âmbito da promoção e educação para a saúde, igualdade, cidadania, integração da população imigrante e minorias, diálogo intercultural e inter-religioso, por via da promoção e participação em ações de cariz comunitário, que configurem uma intervenção integrada, integradora e inclusiva, e como visão contribuir para que Odivelas se distinga pelo desenvolvimento de ações integradoras, inclusivas e igualitárias, assumindo-se ainda como um concelho igualitário promotor de estilos de vida saudáveis.

A atividade deste Gabinete contribui para a:

- Promoção e Educação para a Saúde;
- Promoção da Cidadania e Igualdade de Género;
- Prevenção no âmbito da Violência Doméstica e de Género, da Mutilação Genital Feminina e do Tráfico de Seres Humanos;
- Promoção do Acolhimento e Integração de Migrantes, onde se incluem as pessoas recolocadas;
- Promoção do Diálogo Intercultural;
- Promoção do Diálogo Inter-religioso.

É constituído por uma equipa pluridisciplinar de 17 pessoas, assistentes técnicos e técnicos superiores, com as seguintes formações: arquitetura; ciências da comunicação; gestão e administração pública; investigação social aplicada; psicologia clínica, educacional e das organizações; relações públicas e publicidade; serviço social; sociologia; tradução e intérpretes; e turismo, que estão distribuídas pelas diversas áreas de intervenções, sendo que a da Promoção e Educação para a Saúde é a que tem mais pessoas afetas.

A intervenção do Gabinete contribui para a execução dos seguintes Planos/Programas/Projetos Nacionais:

Planos Nacionais/Áreas:

- Plano Nacional de Saúde 2012-2020;
- Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e das Dependências 2013-2020 e respetivo Plano de Ação para a Redução dos Comportamentos Aditivos e das Dependências 2013-2016;
- V Plano Nacional para a Igualdade, Género, Cidadania e Não Discriminação 2014-2017;
- V Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica 2014-2017;
- III Plano Nacional de Prevenção e Combate ao Tráfico de Seres Humanos 2014-2017;
- Plano Estratégico para as Migrações (PEM) 2015-2020.

Programas Nacionais/Áreas:

- Programa Nacional de Saúde Escolar;
- Programa Nacional para a Diabetes;
- Programa Nacional de Prevenção e Controlo da Infecção VIH/SIDA 2012-2016;
- Programa Nacional para a Prevenção e Controlo do Tabagismo;
- Programa Nacional para a Promoção da Alimentação Saudável;
- Programa Nacional para a Saúde Mental;
- Programa Nacional para as Doenças Oncológicas;
- Programa Nacional para as Doenças Respiratórias;
- Programa Nacional para as Doenças Cérebro-cardiovasculares;
- Programa de Prevenção e Controlo de Infecções e de Resistência aos Antimicrobianos;
- III Programa de Ação para a Prevenção e Eliminação da Mutilação Genital Feminina (MGF) 2014-2017.

Outros Programas e Projetos/Áreas:

- Educação Sexual em Meio Escolar;
- Envelhecimento Activo;
- Vacinação;
- Doença Pulmonar Obstrutiva Crónica.

O Município de Odivelas, desde a sua constituição, tem assumido o Pelouro da Saúde como uma prioridade estratégica para o concelho, apostando desde sempre numa atividade sistemática na área da Promoção e Educação para a Saúde, em estreita articulação com as

principais instâncias e entidades nacionais e internacionais com responsabilidades e competências nesta matéria.

Apesar do Município de Odivelas ser um dos mais recentes do país (criado a 19 de novembro de 1998), desde a Comissão Instaladora, que têm sido desenvolvidas iniciativas promotoras da Igualdade de Género, algumas das quais passamos a elencar:

Em 2003 assinalou o Dia Internacional da Mulher com um Colóquio intitulado “Instrumentos para a Igualdade de Género – O Mainstreaming nas Práticas Locais”, que teve como objetivo promover e divulgar conceitos e práticas sobre a igualdade de oportunidades entre mulheres e homens em todas as políticas e ações municipais.

Em 2006 subscreveu a Carta Europeia para a Igualdade entre Homens e Mulheres na Vida Local, a Declaração Sobre a Luta contra o Tráfico de Seres Humanos e celebrou Protocolo de Cooperação com a **Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres (CIDM)**.

Em 2007 nomeou a então Vereadora dos Assuntos Sociais Dra. Eduarda Barros como Conselheira Municipal para a Igualdade de Oportunidades no Município de Odivelas, que reconduziu em 2009 no cargo, como cidadã. Na sequência do seu falecimento nomeou este ano para este cargo a Dra. Hortênsia Mendes.

Em 2008 celebrou Protocolo de Cooperação com a Escola Secundária de Odivelas com o objetivo de implementar Curso de língua e cultura portuguesa para a comunidade imigrante e Protocolo de Cooperação com a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG), assumindo compromissos no âmbito da Igualdade de Género, o qual revogou o anterior (atualmente é um dos 165 Municípios dos 308 que celebrou Protocolo com a CIG e 1 dos 15 do Distrito de Lisboa).

Em 2009 celebrou Protocolo de Cooperação com a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, que tem por objeto a cooperação no âmbito da promoção e apoio aos cidadãos vítimas de crime, que revogou o celebrado em 2004.

Em 2010 foi criado o Gabinete para a Igualdade e Minorias (GIM) que iniciou funções em 2011, atual Gabinete de Saúde, Igualdade e Cidadania (GSIC), gabinetes direcionados para o

desenvolvimento de trabalho na promoção da IG, Cidadania e Direitos Humanos. Também neste ano foi criado e atribuído o Prémio Municipal Beatriz Ângelo, que distingue anualmente, mulheres e instituições que se destacam pela sua obra, na vida do Concelho, tendo já sido galardoadas com este Prémio, 12 mulheres das diferentes áreas e setores da sociedade, desde a medicina até à comunicação social e a “Sempre Mulher” – Associação de Apoio a Mulheres com Cancro da Mama.

Em 2011 foi criado o Prémio Jovem “Bullying na Minha Escola? NÃO, Obrigada”, no âmbito do Projecto Sei! Odivelas e celebrado Protocolo de Parceria com a UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta, no âmbito da implementação do Projecto BIG/Escola da Igualdade de Género e Protocolo de Parceria com a Questão de Igualdade – Associação para a Inovação Social no âmbito da implementação do Projecto “Crescer + Igual”.

Em 2012 foi aprovado o I Plano para a Igualdade de Género de Odivelas (PMIGO) elaborado pela Sra. Conselheira Municipal, que se encontra em atualização. Foi também neste ano, instituído o Prémio Distinção Empresarial, cujo regulamento foi alterado em 2014; celebrados Protocolos de Cooperação com: Agrupamento de Escolas Avelar Brotero e Escola Secundária de Odivelas: Operacionalização de Cursos de Português para Imigrantes no âmbito do Programa Português para Todos (PPT), bem como decidido aderir à Rede Nacional de Responsabilidade Social das Organizações.

Em 2013 foi efetuada a adaptação do Regimento da Câmara Municipal de Odivelas e o da Assembleia Municipal à linguagem promotora da Igualdade de Género, celebrado Acordo de Parceria de Desenvolvimento com a UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta, no âmbito da Candidatura ao POPH/QREN do Projeto “RIIIM – Rede de Intervenção Integrada Intersectorial Multidisciplinar no Combate à Violência Doméstica e Tráfico de Seres Humanos” e celebrado Protocolo de Cooperação com 10 entidades para a criação da Rede de Intervenção na Violência Doméstica e em Pessoas Vulneráveis no Concelho de Odivelas (RIVDPCO), que o GSIC está a gerir. Ainda neste ano, foi aprovada a Carta Municipal para os Assuntos da Lusofonia.

Em 2014 foi elaborada e aprovada pelo Executivo a Carta Local dos Direitos Humanos, criado o Concurso “Ideias no Feminino”, inserido no “Projeto Empreender no Feminino” do

“Programa de Apoio ao Empreendedorismo e subscrita a “Carta da Governação a Vários Níveis na Europa”. Também neste ano foi criado o Fundo de Emergência Social do Município de Odivelas (FESMO) destinado a agregados familiares ou a pessoas isoladas, residentes e recenseadas no concelho de Odivelas e em situação económico-social de emergência, e respetivo Regulamento e aprovado o Programa das Atividades de Animação e de Apoio à Família (AAAF) na Educação Pré-Escolar. Com este programa pretende-se adaptar os tempos de permanência das crianças nos estabelecimentos de educação pré-escolar às necessidades das famílias e, simultaneamente garantir que as mesmas usufruam de atividades com qualidade pedagógica e complementares das atividades educativas. Assegurar o acompanhamento das crianças antes e depois do período diário de atividades educativas, e durante os períodos de interrupção dessas atividades. Também neste ano, foi aprovado o Regulamento do Conselho Municipal da Pessoa Idosa de Odivelas e assinado Protocolo Local Significativo Azul com a Polícia de Segurança Pública, que visa contribuir para a segurança de pessoas com deficiência intelectual e/ou multideficiência e dos que com elas interagem. O Município integrou neste ano a Rede de Municípios Amigos da Imigração e da Diversidade (RMAD) e assinou Contrato de Parceria com a ARISCO, Município de Loures e Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa com vista à implementação do Projeto “Aventura na Cidade” - Promoção dos valores democráticos, incluindo a defesa dos Direitos Humanos, dos direitos das minorias e da luta contra as discriminações.

Em 2015 foi aprovado o Programa de Apoio Municipal de Odivelas (PAMO) que tem em conta quatro grandes eixos: Eixo da Juventude; Eixo da Cultura; Eixo do Desporto e Eixo Social e visa estabelecer uma relação de confiança e relacionamento institucional com as entidades coletivas, legalmente constituídas, sem fins lucrativos, com sede social ou delegação na área geográfica do concelho de Odivelas, bem como abranger pessoas singulares, residentes no concelho de Odivelas, que individualmente desenvolvam atividade continuada, a título não profissional, de elevado interesse municipal, propondo-se ir ao encontro dos interesses e necessidades das populações, potenciando e qualificando as respostas dos agentes locais, e respetivo regulamento. Foi também deliberado pelo Executivo instituir a 24 de outubro o Dia Municipal para a Igualdade e Cidadania, bem como celebrar Acordo de Parceria entre o Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas com vista à implementação do Projeto IG-OS (Igualdade de Género – Odivelas e Seixal) promovido pelo Centro Interdisciplinar de Estudos de Género, do ISCSP da Universidade de Lisboa e

Protocolo com o Centro de Estudos e Investigação em Dinâmicas Sociais e Saúde e os Municípios de Águeda, Figueira da Foz, Oeiras, Odivelas e Paredes, no âmbito do Programa “Alimente bem esta família – AMEA”. Com a implementação deste protocolo pretende-se o desenvolvimento de competências ao nível familiar, no que respeita à gestão do orçamento alimentar, ao planeamento adequado da alimentação da família, à elaboração de listas de compras, estabelecendo prioridades e reduzindo o risco de problemas de saúde ligados a uma deficiente alimentação dos adolescentes, bem como possibilitará a investigação dos hábitos alimentares dos adolescentes.

O Município atribui anualmente Manuais Escolares e outros Recursos Pedagógicos aos alunos que frequentam as escolas do 1.º ciclo do ensino básico da rede pública do Concelho de Odivelas.

A Assembleia Municipal recomendou em 2015 ao Executivo Municipal a Adoção de Linguagem Inclusiva em todos os Documentos Municipais e A disponibilização de material literário e/ou audiovisual que aborde temáticas LGBTI em equidade com os restantes documentos na Biblioteca Municipal de Odivelas.

Em 2015 a Autarquia subscreveu a Declaração de Bruxelas “Pledge to Peace” – Compromisso para a Paz, implementou o Cartão Municipal Família Numerosa e assinou a Carta de Compromisso, no âmbito da Adesão da Câmara Municipal de Odivelas para integrar a Rede de Autarquias Participativas.

Em abril de 2016 foi deliberado pelo executivo que a Conselheira Municipal para a Igualdade do Concelho de Odivelas é a Prof.^a Hortênsia Mendes devido ao falecimento, em novembro de 2015, de Eduarda Barros.

O Município no domínio das suas competências reconhece, respeita e promove os direitos e princípios pertinentes de igualdade das mulheres e dos homens e combate os obstáculos e a discriminação ligados ao género. Reconhece igualmente o direito à conciliação da vida profissional, social e privada, bem como o direito à segurança e dignidade no trabalho.

O concelho de Odivelas assume-se como um território socialmente responsável e coeso, onde a infância, a juventude, a família e a população sénior constituem os vértices prioritários da

intervenção municipal. Valores como a cidadania ativa, a responsabilidade social, a igualdade de oportunidades para todos e a inclusão social, norteiam a gestão municipal ao nível das responsabilidades e compromissos com os agentes locais, constituindo-se como fatores mobilizadores e aglutinadores de recursos e sinergias locais.

O concelho de Odivelas com uma área de 26,54 Km² é o 2.º concelho dos 18 com menor área territorial da Área Metropolitana de Lisboa, uma vez que a Amadora tem apenas 23,78 Km².

Inserido numa das sub-regiões do país mais densamente povoadas, a cidade de Lisboa, o concelho de Odivelas apresenta uma densidade populacional de 5.468,80 Hab./Km², tornando-se assim no 2.º concelho da Área Metropolitana de Lisboa e no 15.º maior concelho de Portugal em termos populacionais. Segundo a Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP) de 17 de outubro de 2013, no concelho residiam 145.142 habitantes, sendo que destes, 52,37% são mulheres e 47,63% são homens. Por sua vez de acordo com o Anuário Estatístico da Área Metropolitana de Lisboa de 2014, editado em 2015 com dados até 30 de setembro de 2015, residiam em Odivelas 152.840 habitantes (72.026 homens e 80.814 mulheres) 5.758,85 Hab./Km².

O concelho de Odivelas prima pela diversidade cultural e religiosa, em resultado dos surtos migratórios das últimas décadas, verificando-se atualmente um número expressivo de população imigrante. Ocupa o 6.º lugar entre os 16 que constituem o distrito de Lisboa com mais pessoas estrangeiras a residir. De acordo com os Censos de 2011, residiam no concelho de Odivelas 11.926 pessoas de nacionalidade estrangeira, representando 8,3% da população total e 16% ser natural de país estrangeiro. Segundo o SEF em 2014 residiam 13.189 pessoas estrangeiras com título de residência válido, de 102 nacionalidades diferentes, 6.734 mulheres e 6.455 homens e em 2015, 12.802 pessoas, de 103 nacionalidades diferentes, 6.559 mulheres e 6.243 homens;

Os cidadãos de nacionalidade africana são os que têm maior peso (3,5%), seguidos dos cidadãos de nacionalidade americana (2,6%) e por fim europeia (1,5%).

A distribuição da população residente no concelho de Odivelas por sexo revela um equilíbrio entre homens e mulheres (52,4% de mulheres e 47,6% de homens).

Existem no concelho diversas confissões/comunidades religiosas, muitas delas com locais de culto, de que é exemplo a: Gurdwara da Comunidade Sikh (religião monoteísta); Mesquita e Lugares de Culto da Comunidade Islâmica; Igreja Adventista de 7.º Dia; Igreja Tocoísta; as Igrejas Católicas, as Evangélicas, ...

O Município integra diversas redes, de entre as quais destaco as seguintes:

- Rede Portuguesa de Cidades Saudáveis (RPCS);
- Rede de Municípios Amigos da Imigração e da Diversidade (RMAD);
- Rede dos Centros Locais de Apoio à Integração de Imigrantes (CLAIIs);
- Rede Intermunicipal de Cooperação para o Desenvolvimento (RICD), que coordena;
- Criámos a 12 de dezembro de 2013 a Rede de Intervenção na Violência Doméstica e em Pessoas Vulneráveis do Concelho de Odivelas, cuja gestão ficou a nosso cargo;
- Rede Mundial das Cidades Amigas das Pessoas Idosas;
- Rede Portuguesa das Cidades Educadoras (RPCE);
- Rede de Autarquias Participativas (RAP).

A autarquia consciente da Diversidade Cultural e Religiosa das pessoas que residem, trabalham e estudam no concelho tem definido e executado políticas tendo em vista a defesa dos interesses e satisfação das necessidades destas pessoas, de entre as quais destaco a:

- Criação do Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes em 2007, que tem como missão ir além da informação, apoiando em todo o processo do acolhimento e integração dos/as imigrantes, articulando com as diversas estruturas locais, e promovendo a interculturalidade a nível local, contudo em Odivelas devido ao elevado número de atendimentos que efetua, a articulação com as organizações locais e a promoção da interculturalidade tem sido efetuada pelo Gabinete de Saúde, Igualdade e Cidadania (GSIC). No CLAII, de 9 de março de 2005 até 31 de maio de 2016, já foram atendidas mais de 120.000 pessoas de 135 nacionalidades diferentes;
- Iniciativa onde participam ativamente diversas confissões religiosas “Oração pela Paz em nome de ...” que tem promovido desde 2008;
- Os Protocolos que celebrou com Escolas do concelho desde 2008 com vista à operacionalização de ações de língua e cultura portuguesa para falantes de outras línguas, bem como o de alfabetização e competências básicas.

O gabinete tem efetuado atividades que visam a promoção da interculturalidade, o diálogo inter-religioso, o diálogo intercultural, a prevenção da violência e a promoção da igualdade e cidadania, ações de sensibilização/(in)formação para a população em geral, em horários e locais concertados previamente com quem nos pede, indo de encontro ao público-alvo, deslocando-se às instalações das confissões religiosas e das associações. Por exemplo, já fizemos ações em instalações de confissão religiosa, no âmbito da prevenção da violência, a pedido do ministro de culto a começar às 21h e a terminar às 23h. Já fizemos diversas ações de rastreio e palestras aos sábados e domingos.

Queremos informar, queremos sensibilizar, queremos que as pessoas tenham conhecimento dos seus direitos e deveres, porque infelizmente constatei que à maior parte dos/as imigrantes só lhes é dado a conhecer pelo patronato deveres, desconhecendo de todo os seus direitos.

Começámos em 2008 com as aulas de português para falantes de outras línguas, onde para além de aprenderem a língua materna do país de acolhimento, também lhe dávamos a conhecer a cultura portuguesa, através de duas visitas de estudo de um dia cada realizadas inicialmente ao domingo e posteriormente aos sábados. Nos dias das visitas eram efetuados piqueniques com gastronomia de país de cada discente e docente e no regresso à escola todas as pessoas que queriam cantavam canções na sua língua materna. Durante as visitas que acompanhei fui conversando com os/as discentes e aferi as suas dificuldades/necessidades/ignorâncias, de entre as quais destaco: Ser negado o acesso aos cuidados de saúde por serem migrantes; Não saberem que cada vez que mudam de local de residência, têm que informar nos diferentes serviços onde a morada consta (SEF, Segurança Social, Finanças, Centro de Saúde, etc.); Os empreiteiros cobram o equipamento aos empregados; Não gozarem férias; Não conseguirem trabalho porque usam barba comprida e turbante, etc.

Os cursos passaram a ter as seguintes atividades: Sessão de abertura/acolhimento com a presença da/o Presidente da Câmara, Vereador/a com o Pelouro da Imigração, Diretores da Escola, a signatária e sempre que possível um mediador do CLAI; Palestras/Ações de sensibilização sobre diversas temáticas; Visitas de estudo; Sessão de Encerramento com a presença das mesmas pessoas da de abertura, onde a signatária apresentava as atividades efetuadas durante o mesmo e de seguida o Executivo e Diretor entregava a cada pessoa que concluí o curso o seu certificado, tendo numa delas também participado o Sr. Alto-Comissário para as Migrações. Por exemplo, para as turmas que tinham discentes

paquistaneses ensinávamos como preencher o IRS. Demos a conhecer o concelho, bem como as respostas e serviços existentes e respetivos contactos e horários. Para a realização das Palestras/Ações de sensibilização levámos à Escola:

- Inspectores da Autoridade para as Condições do Trabalho para falar sobre “Condições de Trabalho: Direitos e Deveres dos/as trabalhadores/as em termos laborais, higiene e segurança no trabalho”;
- Médica e Enfermeiras do Agrupamento de Centros de Saúde Loures/Odivelas, para falar sobre “Cidadã(os) estrangeiras/os / Acesso ao Serviço Nacional de Saúde”; Vacinação;
- Advogada da Casa do Brasil, que efetuava consultas jurídicas gratuitas no concelho, para falar sobre Ação de sensibilização sobre “Reagrupamento Familiar e Aquisição de nacionalidade”;
- Técnicos da Solidariedade Imigrante, para falar sobre legislação aplicada à população imigrante, discriminação, etc;
- Psicólogas da Associação Portuguesa de Solidariedade e Desenvolvimento, para falar sobre “Dinâmicas da Vida Conjugal e Familiar” e que efetuaram atendimentos gratuitos no concelho;
- Politólogo para falar sobre “Não deixe a sorte decidir... emigrar com Segurança”.

Efetuuou-se visitas a diversos locais, de entre os quais destaco: Lisboa, Sintra, Mafra, Cascais, Ericeira, Óbidos, Évora.

Todos os alunos e todas as alunas imigrantes que frequentaram desde 2008 os cursos de português têm, desde o primeiro dia dos mesmos, o meu nome, número de telemóvel, endereço de correio electrónico e contactos do serviço que têm usado sempre que precisam de ajuda e/ou de conversar.

Temos trabalhado diversas temáticas com as Escolas, docentes e discentes e é com satisfação que constatamos que as pessoas estão mais despertas e sentem-se mais informadas. Também trabalhamos as questões relacionadas com a violência, porque em certas culturas bater num elemento da família, dizem que é cultural. Temos estado a desmistificar e a informar que a violência é considerada crime no nosso território, tal como traficar jovens para a mendicidade, ou para a prostituição ou para o trabalho. Algumas pessoas achavam que era normal esta prática, apesar de para nós não ser. Também é um crime. A mutilação genital feminina reconhecida em 2012 pela Assembleia Geral das Nações Unidas enquanto violação de direitos

humanos é uma prática que infelizmente é usada em vários países e provavelmente também em Portugal. Foram registados na Plataforma de Dados de Saúde (PDS) 99 casos de mutilação genital feminina, entre abril de 2014 e dezembro de 2015, nos quais a média etária de realização da mutilação foi de 5,9 anos.

Esta prática foi realizada maioritariamente na Guiné-Bissau (56%) e na Guiné Conacri (24%), com nenhum caso registado durante a estadia da família em Portugal.

No outro dia estive a fazer um exercício, pegando nos países onde essa prática é mais usual e nos dados do SEF de 2014, na altura os únicos que estavam disponíveis, e tentei separar as mulheres daqueles países. Em Odivelas, das 6.734 mulheres com autorização de residência válida, temos 958 mulheres, que não sabemos se foram mutiladas. Se não foram, e sendo destes países onde é prática, e se tiverem filhas, muito provavelmente as filhas delas são potenciais vítimas de mutilação genital feminina. Estamos também de trabalhar nesta área com a Enfermeira Teresa Figueiredo da UCC Nostra Pontinha que é o Focal Point da MGF. No âmbito da Rede de Intervenção na Violência Doméstica e em Pessoas Vulneráveis no Concelho de Odivelas, já efectuámos ações de formação para médicas, enfermeiras, técnicas e técnicos com interesse na temática. No passado dia 2 de junho efectuámos uma ação para pessoal docente, educadoras e pessoal não docente de um agrupamento de escolas do concelho. Entre outra informação, foi-lhes transmitido quais são os sinais de alerta, quais são as nacionalidades com maior prevalência, quais são os apelidos dos vários países com maior prevalência ou como é que hão-de estar atentas e detetar a eventual possibilidade de a menina ir ser submetida.

O nosso território é rico quer em pessoas, quer em diversidade cultural e religiosa. Odivelas é um concelho para todas as pessoas. Temos dotado as pessoas de informação que lhes permite conhecer o nosso território, os seus deveres, os seus direitos, o que é que é correto e o que é errado na nossa sociedade.

Uma vez que a desigualdade de género se encontra difundida por todo o mundo e enraizada em diversas culturas, temos difundido uma cultura de igualdade através da integração da perspectiva de género nas estratégias de educação e formação, a igualdade de oportunidades no acesso e na participação no mercado de trabalho, a conciliação entre a vida profissional e familiar, a prevenção da violência de género e a promoção da igualdade de género e de capacitação dos actores relevantes para a sua prossecução.

E é neste sentido que nós temos trabalhado. Como somos poucos temos trabalhado em parcerias formais, parcerias informais (quando digo formais, formalizadas em protocolo), usando os recursos que cada parceiro já tem.

Considero muito positivo o trabalho que temos realizado em rede e em parceria. Muitas vezes, não há tempo útil para sozinhos fazermos face a determinada atividade, mas unindo esforços com parceiros conseguimos fazer, conforme ficou comprovado com a implementação do Projeto SIM – Sensibilizar, Integrar e Mobilizar promovido pela Questão de Igualdade – Associação para a Inovação Social, com o apoio do Gabinete de Saúde, Igualdade e Cidadania, nomeadamente da Feira de formação, emprego e empreendedorismo/ Mostra cultura e gastronómica, onde participaram pessoas autóctones e pessoas nacionais de países terceiros.

Também têm feito trabalho para dentro da Câmara?

Sim. Nós também temos efetuado ações de formação para dentro da Câmara. Contudo, sempre que podemos, fazemos atividades onde participem pessoas da Câmara e dos parceiros locais, o que permite trocar experiências, bem como ter olhares diferentes sobre a mesma temática.

Ao nível da igualdade de género, fizemos três cursos de especialização em igualdade de género, de 48 horas cada um, em que participaram técnicas e técnicos da Câmara de diferentes Unidades Orgânicas, de IPSS de apoio à infância e de apoio à pessoa idosa, Associações de Imigrantes, de Junta de Freguesia.

Houve ações de formação sobre igualdade de género, linguagem inclusiva e assédio sexual só para dentro.

Em relação às ações para dentro da Câmara, como é que tem sido a adesão?

Em termos de adesão às ações internas não é tanto como eu gostaria, mas vamos continuar a fazer calendarizações, de acordo com a disponibilidade dos/as oradores/as. Infelizmente as datas em que são realizadas não são compatíveis com as disponibilidades de todas as pessoas, mas temos sempre cumprido os mínimos que são necessários para fazer as ações.

Começarmos a falar com linguagem inclusiva, sei que é chato, sei que às vezes não é fácil, para quem nos está a ouvir “boa tarde a todos e a todas”, fica tudo a olhar para nós, se

dissermos a todos, ninguém diz nada, mas se dissermos a todas, ficam logo “a todas”, “Sim, a todas as pessoas”. Quando as pessoas se habituam, já não custa. É uma questão de hábito.

E com homens e mulheres em igual número?

Não. Infelizmente, maioritariamente são mulheres, quer sejam cursos de especialização, quer sejam ações de formação sobre igualdade de género, ações de sensibilização sobre assédio sexual, violência, ou linguagem inclusiva.

Os poucos homens que aparecem, vêm apreensivos. Alguns estranham a temática, mas depois entranham e até gostam. Agradecem, dizem que foi muito gratificante, que gostaram muito das ações e pedem para quando se fizerem mais para os avisar.

Relativamente às pessoas do executivo?

Deste executivo ainda ninguém fez formação. Só quem fez formação foi a nossa recém-nomeada conselheira municipal para a igualdade.

Em termos de executivo, às vezes não é fácil, porque são as reuniões preparatórias, são as suas atividades, por isso é que eu acho que a única forma de fazer uma ação de sensibilização (ainda não tive oportunidade, mas vou propor, já propus no passado e vou tornar a propor) é fazer numa assembleia municipal, antes do período da ordem do dia, porque além de ter o executivo municipal todo, temos presidentes de junta, temos os membros da assembleia municipal, que são de todos os partidos e acho que é valorizante para todos e todas.

Que efeitos práticos têm tido as ações desenvolvidas dentro da Câmara?

As pessoas aplicam todos os conhecimentos que aprenderam e ficam orgulhosas por o fazer. “Já faço como a Manuela quer.” E eu fico também contente por a informação já começar a ser produzida como pretendido. Quando digo como “eu”, não sou eu Manuela Henriques. Eu estou a honrar compromissos do Município. A Manuela Henriques está nestas áreas porque gosta, razão pela qual frequentou diversa formação e pretende replicar os conhecimentos adquiridos.

As pessoas que frequentaram as ações já enviam dados desagregados por género. Algumas sempre que possível usam a linguagem inclusiva.

Falamos da questão da igualdade do género, e em relação à interculturalidade e à integração, em termos dos grupos considerados como minorias, há algum movimento no

sentido de uma maior participação das pessoas, de elas estarem mais integradas, mas despertadas para a sua “voz” nos serviços?

Todas as pessoas podem participar no Orçamento Participativo, inscrevendo projetos ou ações e posteriormente votando nas propostas elegíveis, podem dar sugestões, participar em todas as reuniões de Câmara desde que se inscrevam previamente, porque são públicas.

A Loja do Cidadão de Odivelas, onde estão inseridos serviços da Câmara, de que é exemplo o CLAII, tem um Livro de Reclamações e um Livro de Louvores, e as pessoas estrangeiras têm usado mais o de Louvores para prestarem o seu testemunho face aos atendimentos prestados.

Nós temos realizado diversas ações de sensibilização, inclusivamente com migrantes sobre os censos, no sentido de que era pertinente que os preenchessem. Informamos que apesar da inscrição ser voluntária, podem dirigir-se à comissão recenseadora (junta de freguesia) correspondente ao domicílio indicado no título válido de residência ou ao Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e efetuar o seu recenseamento português. Bem como podem votar nas eleições dos órgãos das autarquias locais, desde que inscritas no recenseamento português e sejam cidadã(o) de:

- Estados Membros da União Europeia (Alemanha, Áustria, Bélgica, Bulgária, Chipre, Dinamarca, Eslováquia, Eslovénia, Espanha, Estónia, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Hungria, Irlanda, Itália, Letónia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Polónia, Reino Unido, República Checa, Roménia e Suécia);
- Brasil e Cabo Verde;
- Argentina, Chile, Colômbia, Islândia, Noruega, Nova Zelândia, Peru, Uruguai e Venezuela.

Só podem ser candidatos/as desde que inscritos/as no recenseamento, os cidadãos brasileiros com cartão de cidadão ou bilhete de identidade e os cidadãos do Brasil, de Cabo Verde e os cidadãos dos Estados Membros da União Europeia (Alemanha, Áustria, Bélgica, Bulgária, Chipre, Dinamarca, Eslováquia, Eslovénia, Espanha, Estónia, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Hungria, Irlanda, Itália, Letónia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Polónia, Reino Unido, República Checa, Roménia e Suécia).

A participação na vida local, neste momento, está aberta a todas e a todos. Todas as pessoas, independentemente da sua religião, da sua nacionalidade, seja qual for a sua condição social e

económica, podem participar. Inclusive, quando uma pessoa vai a uma reunião de Câmara e usa da palavra, se quiser que a mesma fique registado em ata, fica.

Depois ainda temos os vários balcões do cidadão, o gabinete de apoio ao cidadão, o *email* o *facebook* da Câmara onde podem comentar/escrever.

Todas estas coisas são recentes ou já vêm de trás?

Algumas já vêm de trás. Por exemplo a assembleia jovem. Todos os anos os jovens são eleitos pela escola para participar num executivo jovem, onde um/a faz de presidente, outro faz de vereador... E sentam-no no lugar do vereador/a que substituem e têm que deliberar sobre os assuntos constantes na sua Ordem de Trabalhos. Os/as jovens eleitos/as têm que se organizar, conjuntamente com os/as colegas de turma, com os/as seus/suas professores/as. Os/as eleitos/as recebem um CD, onde são explicadas as competências da Câmara, quais os pelouros de cada membro do executivo. Preparam sugestões, levam propostas. Com este projeto estamos a sensibilizar os/as jovens, que são os homens e as mulheres de amanhã, que se continuarem empenhados teremos um futuro mais risonho e com mais atividade.

Deste mandato são: a redação em linguagem inclusiva do regimento da Câmara e o da Assembleia Municipal; a instituição do Dia Municipal para a Igualdade e Cidadania a 24 de outubro; a abertura de todas as reuniões de Câmara ao público em vez de apenas a última reunião do mês. As pessoas também já podem votar nas propostas elegíveis do Orçamento Participativo.

Às vezes, a Câmara substitui-se à Administração Central por forma a dotar o território de melhores respostas. Cede terrenos, efetua arruamentos, espaços verdes, de que são exemplo, os dois equipamentos construídos de raiz para instalar Unidades de Saúde. A Câmara fez obras e cedeu espaços para a polícia. Houve uma altura em que eles não tinham viaturas, a Presidente Susana Amador comprou viaturas novas. É uma competência da Câmara? Não é. Mas estão a trabalhar em prol do bem-estar e da segurança da nossa população, e a autarquia tem investido nas pessoas, para as pessoas. Têm sido efetuadas obras nas escolas, fomos dos primeiros Municípios a dar manuais para todos os alunos do primeiro ciclo, bem como as fichas de atividades e as refeições.

Qual é o futuro?

Queremos um futuro cada vez melhor, em que as pessoas sejam mais informadas e mais participativas. Mais Igualitário, Inclusivo e Saudável.

Às vezes gostaria de fazer o jogo, faz de conta que és uma jornalista por um dia, sair à rua e interpelar as pessoas com a seguinte questão: “Se fosses político um dia o que faria e em que políticas apostaria?”

Investir nas gerações futuras...

O Município está a investir em todas as gerações, desde o pré-escolar, ao primeiro ciclo, segundo ciclo, terceiro ciclo, secundário, idosos, porque também são ótimos veículos de transmissão de informação. A conclusão a que tenho chegado com o trabalho que tenho feito junto da nossa comunidade é que a melhor forma de chegar às famílias é através dos pequeninos (jardim de infância, primeiro ciclo) e os idosos. Conseguem absorver a mensagem, levar a informação e passar para a restante família.

Nós implementamos nos jardins-de-infância da rede pública o projeto, “Eu, tu e os outros”, que foi criado de raiz por duas técnicas do gabinete, porque era nossa pretensão investir nos mais pequeninos. Foi gratificante assistir à apreensão de conceitos por parte das crianças.

Por exemplo, no que se refere a mitos e factos havia um menino que desde bebé sempre gostou de usar camisa cor-de-rosa e que então era ostracizado por todos, “ele é maricas”. “Mas é maricas porquê?” “Então não podes usar azul?” No concernente às profissões, havia um jovem em que o pai era motorista e ele queria ser motorista, queria conduzir camiões, e a mãe achava que aquilo não era digno para ele. Então o miúdo vivia numa angústia, porque o seu sonho era um dia ser camionista como o pai e a mãe achava que não devia ser, que aquilo não era prestigiante.

Tivemos um outro projeto, que era o “crescer mais igual”, de segundo e terceiro ciclo, em que levamos um bailarino, uma condutora de autocarro da rodoviária, um educador de infância, psicólogos, uma jogadora de futebol, tínhamos vários, homens e mulheres. Não nos identificamos. E no final era-lhes perguntado quem é quem.

Temos que ir combatendo estereótipos de género, temos que ir combatendo estes mitos que existem, que esta profissão ou aquela profissão é maioritariamente masculina ou feminina. Qualquer um de nós pode ser. A pessoa tem é de ser feliz.

FIM

Código: O-E6-OP

Local: Câmara Municipal de Odivelas

Entrevistado: Técnico Superior (Orçamento Participativo)

Data da realização da entrevista: 2016-05-22

O meu nome é Rui Barata, sou técnico superior e trabalho na área da comunicação e do marketing, com o vereador Paulo César Teixeira, que tem vários pelouros, inclusive o planeamento estratégico, que é onde eu me encaixo aqui nesta questão do orçamento participativo.

Apesar de ser um projeto do Presidente, neste caso da Câmara, como fui eu que impulsionei ou comecei com esse novo modelo... Porque nós começamos no modelo consultivo. Não sei se, entretanto, sabia?

Em 2008, quando tudo começou, nós começamos com um processo consultivo. Algo mais simples, em que fazíamos uma recolha de propostas da população, propostas estas que nos eram dadas de forma anónima, ou seja, não havia um nome, não havia uma cara. As pessoas apresentavam as propostas *online* e presencialmente, através das assembleias participativas.

Nesse ano 2008, foi um processo consultivo e depois a Câmara recolheu, de várias propostas apresentadas, recolheu aquelas que iriam avançar.

Foi a Câmara que escolheu, não foi por votação?

Exatamente. Por isso é que nós lhe chamamos o modelo consultivo. Nós consultamos a população para se pronunciar: digam, então, o que é que precisam, o que é que... Para apresentar propostas, da sua freguesia ou de âmbito global do Concelho. E apresentaram inúmeras propostas. Não tenho agora aqui o número, mas foram mais do que 300 propostas.

No segundo ano, também foi consultivo. Continuámos no mesmo modelo ainda. Melhorámos algumas coisas na forma como comunicámos, porque no primeiro ano detetamos pouca adesão das pessoas.

As pessoas não estão muito... Não estavam, pelo menos em 2008, já lá vão 8 anos, habituadas a esta possibilidade de poderem comunicar com a Câmara desta forma tão direta. E achámos que não houve uma participação em massa e ficámos todos um bocadinho frustrados, pelo trabalho que deu, e que dá, colocar na rua e convocar sete assembleias participativas, mais uma plataforma *online* e toda a logística que isso envolve.

No segundo ano, repetimos, melhorámos um pouco a forma como comunicámos com as pessoas, com os *moopies*, com cartazes, com folhetos. Melhorou um pouco a nível de adesão, mas continuámos no modelo consultivo. Em 2012 também no modelo consultivo.

O grande salto foi em 2015, em que a Câmara adotou o modelo deliberativo. Ou seja, é um orçamento participativo deliberativo que tem várias fases. Aqui, sim, com as normas aprovadas em reunião de Câmara, algo muito mais rigoroso, com uma estrutura mais rigorosa e mais firme, que nos deu também alguma ajuda depois na parte da avaliação das próprias propostas. Mas aqui, sim, as coisas foram feitas de outra forma e melhor, muito melhor. Apesar de que agora também vamos rever as nossas normas e o nosso processo para melhor no próximo OP, que sai em 2017.

Este OP 2015, lá está, foi um OP em modelo deliberativo em que nós fomos para a rua com sessões de esclarecimento. Fizemos várias sessões de esclarecimento. Fizemos uma, até, nesta sala, com o Conselho Municipal da Juventude, em que nós quisemos abordar todas as entidades que trabalham com os jovens para poder passar a mensagem e para todos os jovens poderem participar, porque este OP era para maiores de 16 anos, ou seja, também podiam participar. Algumas Câmaras optam só pelos maiores de 18 anos, aqueles que estão recenseados e que votam. Nós não, nós deixamos que os jovens de 16 anos possam também participar.

O Conselho Municipal da Juventude, fizemos um encontro de bairros. Convidámos cerca de 40 bairros Concelho a uma sessão de sensibilização a explicar o que é que é o orçamento participativo, como é que podem participar, isto tudo antes da fase da recolha de propostas. Fizemos estas sessões mesmo para informar as pessoas: vem aí um OP, um OP diferente, e vai acontecer desta e daquela forma com estas fases e com esta estrutura.

Com os bairros, fizemos várias sessões com os seniores. Nós temos um grupo, um projeto aqui na Câmara que se chama o Clube do Movimento, de desporto sénior, em que já temos 1500 alunos seniores, e pegámos nesse grupo de pessoas e eu próprio fiz sessões de

esclarecimento com eles para eles poderem participar. Ou seja, este OP teve em atenção a vertente geral, global da população que possa participar, mas também estas duas vertentes, estes dois grupos de pessoas de faixas etárias completamente diferentes, os jovens e os idosos, e criamos estratégias de comunicação adaptadas: através do Conselho Municipal da Juventude, os jovens, e através do Clube do Movimento, os seniores.

Fizemos em abril essas ações de sensibilização com todos estes grupos, depois iniciou-se a fase da recolha de propostas, através de sete... Primeiro através do portal do OP. Isto para dizer também que este portal do OP foi uma inovação deste OP já, de 2015.

Adquirimos uma aplicação específica para trabalhar com o orçamento participativo, que faz toda a gestão dos utilizadores, das pessoas que participam no orçamento participativo, que apresentam propostas, fazemos a recolha de propostas, fazemos a recolha de votos. Essa aplicação veio-nos dar uma grande ajuda na gestão do próprio orçamento participativo. E transparência, também, o que dá depois também alguma confiança também às pessoas. Mas já lá vamos aos resultados deste OP.

Depois as assembleias participativas, ou seja, a componente *online*, mas também uma componente presencial. Nós sabemos que muita gente tem *internet*, mas nem toda a gente tem *internet* e nem toda a gente está voltada para utilizar os meios técnicos. Mas também por uma questão política, de comunicação. Ou seja, nós achamos que as assembleias participativas são locais de debate, onde as pessoas podem confrontar ideias, podem discutir (no bom sentido) as várias ideias.

E aconteceu isso mesmo, uma munícipe que apresentou uma proposta que foi melhorada por outra munícipe que lá estava de outra freguesia e foi acrescentada mais uma parte dessa proposta por outra munícipe. Ou seja, foi uma proposta a três, mas partiu de uma pessoa. Essa discussão *online* não é possível, ou seja, a pessoa está a submeter a sua proposta, “Eu acho que quero isto, isto e aquilo”, e submete. Aqui não.

E por isso nós fizemos sete mais duas. Sete, uma em cada freguesia (ainda no modelo anterior à reforma administrativa, porque agora são quatro), e duas assembleias participativas, uma jovem, que foi aqui na Casa da Juventude, e outra sénior, que foi no Pavilhão Multiusos de Odivelas, com as pessoas que, entretanto, mostraram vontade de participar no orçamento participativo daquele grupo que lhe falei, do Clube do Movimento.

Recolhemos então as propostas. Fizemos as assembleias. Foi muito interessante as pessoas poderem expor. Nas assembleias, o protagonista é o munícipe que apresenta a proposta. O modelo foi completamente diferente, em que não havia aquela mesa do executivo da Câmara que vai ali à frente. Não, o executivo estava sentado para ouvir, o executivo, os funcionários, os dirigentes, para ouvir a população. As pessoas inscreviam-se para apresentar proposta, iam à frente e elas apresentavam proposta a quem lá estava, ao executivo, aos dirigentes (à Câmara Municipal, no fundo) a sua proposta. A proposta era discutida, não havia mais discussão, a pessoa sentava-se, a seguinte.

No final, essas propostas eram depois formalizadas através do preenchimento de um formulário, com tudo o que a munícipe quis apresentar, oralmente, mas depois teve que, por escrito, apresentar a sua proposta. Levou o recibozinho em como fez a sua proposta, que deu entrada, e tornou-se uma proposta formal, tão formal como aquela que é *online*, para juntar... Aliás, essa depois foi juntar à plataforma *online*, porque nós juntamos todas as propostas. Foram cerca de duzentas e muitas propostas.

Nos outros OPs houve mais propostas. Porquê? Porque não havia estas regras e então as pessoas desatavam a mandar propostas, ideias. Aqui, com mais regras, nós rececionamos menos, 217 propostas, 108 em assembleias participativas e 109 *online*, ou seja, as coisas andaram por ali a quase meio, meio.

E foram estas propostas, as 217, que uma comissão de análise técnica foi avaliar as propostas, perante as normas, se tinha condições para avançar para votação. Porque nós não podíamos colocar as 217 em votação. Era impraticável, até para as pessoas, para irem votar, conseguirem ler as 217 propostas. Logo, há uma comissão que vai avaliar se a proposta cumpre os requisitos para o orçamento participativo, e se pode ou não ir para votação. Isso está estabelecido nas normas, que vão ser revistas, certamente, agora para o próximo OP.

Fizemos essa análise técnica, durante um período de tempo, e dessa análise técnica saíram 58 propostas, 58 para votação. Mas deixamos aqui um período em que as pessoas puderam reclamar: “A minha proposta não está aqui porquê?”; “A minha proposta está aqui mas não está conforme eu apresentei, porquê?”

E então a Câmara deixou este período de uma semana ou duas, salvo erro, em que as pessoas podiam...

Ou seja, saiu esta lista provisória de 58 projetos e as pessoas puderam-se pronunciar sobre a sua proposta, ou porque não entrou, ou porque entrou de forma diferente, o que é que se passou. E a Câmara teria que responder: não entrou porque não cumpria esta ou aquela norma; entrou de forma diferente porque tecnicamente não era possível de outra forma. Houve sempre esta ligação com os proponentes, coisa que não acontecia nos outros OPs que eram meramente consultivos, que eram anónimos. Neste aqui não, a pessoa, para participar no orçamento participativo tinha que registar-se, nome, morada, nº de contribuinte, nº de cartão de cidadão, data de nascimento, tudo dados para poder ser um utilizador válido e para poder participar.

Deu a cara e esse proponente acabou sempre por acompanhar o processo de votação, fez a sua campanha do seu projeto e terminou com 13 propostas que venceram, até perfazer aquele valor que nós tínhamos estabelecido de um milhão de euros...

Que é que percentagem do orçamento da Câmara?

Não chega a 10%. Mas atenção, nós estamos a falar de um orçamento que é plurianual. Não lhe posso dizer que é 500 mil, 500 mil, porque não é. Porque há uns projetos que avançam agora e outros que avançam depois. Nós somos diferentes das outras Câmaras, isso acho que é importante, também, dizer. O que nós fazemos é o nosso orçamento participativo, é de dois em dois anos.

Porquê? Porque nós não achamos que seja razoável... Neste momento, estão a arrancar todos os OPs das outras câmaras, ou já arrancaram, mas nós estamos a iniciar obras e projetos do nosso OP do ano passado. E eu vou estar a recolher mais propostas, se ainda nem sequer comecei, ou estou a começar agora, a executar o OP de 2015? Então, vou deixar aqui um ano de projeto e execução de obras e em 2017 nós vamos fazer uma nova recolha de propostas, ou seja, de dois em dois anos.

Daí o valor de um milhão de euros para os dois anos, que são os tais 10%. Se formos fazer, praticamente, dá os 500 mil para cada lado, que dá os tais 5%, mais ou menos 4% a 5 % do orçamento global da Câmara. Mas baralha um pouco as contas porque não é anualmente. É muito mais fácil fazer as contas anualmente. Nós, não é bem assim, e não são os 500 mil. Mas podemos falar, grosso modo, de 500 mil para cada ano e à volta de 4% do orçamento global da Câmara.

Como eu disse, estamos agora na fase de arranque. Já arrancaram alguns projetos. Uns vão já entrar em obra, principalmente aqueles ligados às escolas. Houve três escolas que ganharam a proposta de requalificação de algumas partes da escola e vão entrar em obra nas férias de verão. Aproveitar a interrupção do ano letivo para avançar com estes projetos, que são prioritários. Mas há outros que vão avançar.

A fase de execução do orçamento participativo de 2015 reparte-se em dois anos. O limite é em 24 meses. Temos que executar todos os projetos até dezembro de 2017. Alguns ficaram prontos em 2016, no caso aqui do recinto para a prática de padel, que a construção será em 2016. Como este telheiro da escola, que será feito agora na interrupção do verão, há aqui uma repavimentação que requer aqui bastante de trabalho de reperfilamento desta rua, que será agora um trabalho de 2016, mas que será depois executado em 2017.

O objetivo é em dezembro de 2017 ter 100% de obra. Só se acontecer alguma coisa...

Os proponentes destas propostas estão a acompanhar todos os trâmites da sua proposta, estão em sintonia connosco, estão em contacto com a Câmara. Nós, inclusive, convidamos alguns para fazerem parte ainda da discussão do projeto. E essa é a grande diferença dos outros orçamentos consultivos, que eram anónimos. Aqui o proponente acompanha e será depois convidado para a inauguração.

Essa situação é importante, no fundo, para dar confiança às pessoas, que participara, envolveram-se, e envolvê-las também. Eu, pelo menos, acho que é muito importante esta envolvimento do proponente no próprio projeto que ele apresentou. A Câmara pode fazer ali uma pequena alteração, porque tecnicamente, se calhar, não era possível aquilo que ele queria, ou não, alguns se calhar foram tal e qual como eles apresentaram. E depois, acompanhar todo o processo de execução, até à conclusão e depois a inauguração.

Quando diz o indivíduo, as propostas vêm de indivíduos ou também vêm propostas de grupos?

É individual. O OP de 2015 foi individual. Não aceitamos nenhum grupo de pessoas ou de associações que viessem apresentar. Apesar de que houve associações que se juntaram e alguém deu o nome, alguém deu a cara. É algo a rever também, ou seja, eu posso lhe dizer que as normas estão todas em discussão. Nós agora temos este período de seis meses, este segundo semestre de 2016 para voltar a discutir as normas e esta é uma das coisas que temos a falar. Essas e outras.

No caso, nós não criamos limites de apresentação de propostas, não demos limites e já estamos arrependidos porque houve pessoas que gostam muito de participar na dinâmica aqui do Concelho e apresentaram 5, 6, 7 propostas, mas depois começamos a pensar: se apresenta tantas propostas, qual é que depois vai defender para a votação? No próximo OP, está em discussão a possibilidade de se limitar só a duas propostas por pessoa. Uma para a sua freguesia e outra...

Não quer dizer que não dê o nome de outra pessoa, isto, nestas coisas há sempre maneira de dar a volta. Mas nós tentamos sempre delimitar. Existem normas, tentamos criar algumas regras porque, se não houvesse regras, então isto era como quisesse.

Mas ia dizer, uma global e a outra...

Outra para o global, para o seu município. Isto também para envolver todo o município nessa segunda proposta.

Em termos de votação, nós também já tivemos, no ano passado, o munícipe tem direito a dois votos, não pode é usar os dois votos na mesma proposta. Tem que ser um voto numa proposta e o outro noutra proposta.

E como é que esse controlo é feito?

A aplicação faz esse controlo.

Pelo cartão do cidadão?

Pelo cartão do cidadão. Ou seja, a pessoa está registada a primeira vez, a partir daí não precisa de dar mais dados nenhuns, ou seja, apresenta a sua proposta, e como já fez o *login* a proposta na aplicação já vem com os dados do munícipe que apresentou, e na votação basta entrar com o mesmo *login* e tem direito a dois votos.

Na fase da votação, aparece a lista das propostas em votação e vota naquelas que pretende votar. E fica registado que aquela pessoa votou naquele projeto. Nós até colocamos o número votos em tempo real, ou seja, havia um *ranking* e isso até criou alguma competição entre os proponentes porque eles sabiam quando é que um ia à frente e quando é que o outro ia atrás porque iam vendo. Achamos por bem sermos transparentes e não deixá-la para o fim e estarem as pessoas a votar sem conhecimento.

As propostas que chegam, acha que são propostas que se enquadram e que respondem efetivamente a necessidades ou são propostas que têm mais a ver com interesses mais pessoais, mais individuais?

Aparece de tudo um pouco. Lá está, as pessoas são todas diferentes, umas mais sensatas, outras menos sensatas, umas a pensar no passeio à porta de sua casa, outras, se calhar, já na rua principal, como foi o caso aqui de uma rua bastante movimentada de dois ou três bairros em que há problemas de atravessamento e de controlo da velocidade de viaturas. E esses municípios, até foram dois que se juntaram e apresentaram essa proposta desta rua, ou seja, muito mais gente.

Idealmente, as propostas deviam abranger o máximo de pessoas possível, porque a Câmara quando investe fundos públicos, não estamos a investir para uma pessoa só, ou para duas pessoas ou para três ou quatro pessoas. Daí, nós tentamos sempre... Na fase de avaliação nós também vimos isso. Temos de ter essa preocupação.

Imagine que aparecia uma proposta de um alcatroamento de uma rua em que mora só uma pessoa? Essa situação teria um tratamento diferente. Portanto, nós veríamos que isto é para uma pessoa, iria entrar na gestão corrente da Câmara, ou seja, o alcatroamento é uma competência de gestão da Câmara. Não era um projeto OP, não é um projeto que será para votação OP, porque aquele projeto para OP, o que é que iria acontecer? Iria ter três ou quatro votos e não ganhava.

Nós não ignoramos propostas que não se enquadram nas normas, porque há propostas que não se enquadravam nas normas do OP, mas que se enquadram nas competências da Câmara.

Ou seja, o orçamento participativo também serve para recolher contributos do cidadão sobre qual deve ser a intervenção da Câmara.

Exatamente. Por exemplo, na área da limpeza urbana não houve nenhuma proposta que... “Melhorar aqui a higiene urbana.” Isto é muito ambíguo, muito vasto. Mas registamos esta proposta e vamos averiguar, então, o que é que se passa com a higiene urbana daquela zona e relatar às entidades, que neste caso será a junta de freguesia. Não houve uma ignorância. A proposta não passou, mas atenção, ela não se enquadra é nas propostas para o OP, mas...

Vai ter a atenção da Câmara. E essa resposta é dada ao município?

Sim. E inclusive propostas que não se enquadram nas competências da Câmara, que são reencaminhadas, por exemplo, para o SIMAR. Recolha de resíduos sólidos, de resíduos, água, por exemplo, “Está sempre a faltar a água” ou “Queremos melhorar o abastecimento de água”, é muito vasto e nós reencaminhamos. Isto no fundo é uma reclamação, praticamente, e vai uma informação para o SIMAR a dizer que se estão a queixar que há um défice de abastecimento naquela zona, de água, ou a água está com pouca pressão. Portanto, as pessoas não ficam sem resposta.

Qual é a avaliação que faz do orçamento participativo? Acha que é um instrumento útil?

Acho. Acho que é útil, para a própria gestão da Câmara, também, e sentir o pulsar da população e do que é que necessitam. A Câmara, obviamente que também faz o seu trabalho e também sabe o que é que o município precisa e não precisa. Mas por vezes também é muito importante os munícipes estarem alerta e pedimos sempre a ajuda dos munícipes para nos alertar para situações que nós não estamos a ver, ou que não chegamos lá, porque o munícipe ache que é. Apesar de não ser muito grande, é um território bastante grande.

Daí, eu ache que é muito útil. É uma excelente ferramenta para nós podermos fortalecer também a relação entre as pessoas. As pessoas poderem participar e terem este acompanhamento que não é normal. Eu fiz contactos com munícipes por causa de registos na aplicação, por causa de propostas que foram apresentadas, com dúvidas, e as pessoas achavam... “Mas está-me a ligar...”.

As pessoas não estão habituadas a eu haja uma ligação tão direta da Câmara por causa de uma situação destas. Eu acho que é importante. As pessoas é que não estavam habituadas e algumas confessaram, “Olhe, nós não estamos habituadas a este tipo de tratamento, tão direto, tão pessoal”.

Para mim, pessoalmente, foi muito enriquecedor, até para a minha formação em relações públicas e comunicação, como eu tenho, e para a própria Câmara. Acho que se nós trabalhamos para a população, a população tem de estar sempre informada e envolver-se na própria dinâmica do município.

Há quanto tempo é que trabalha nesta Câmara?

15 anos.

Quase desde o início do município.

Sim. Desde 2000. Vim da Câmara de Loures.

Para além do orçamento participativo, que outros meios de participação é que existem?

De participação cívica. Participação da população. Além dos meios ... Lá está, eu estou a defender o meu... meu, salvo seja, o orçamento participativo. Sei que existem outras formas de participar. Uma delas é aqui, na Reunião de Câmara. A partir de há dois meses são todas públicas. Antes não eram todas públicas. As Reuniões de Câmara são quinzenais e de quinze em quinze dias havia uma pública e foi deliberado pelo executivo que a partir de há dois, três meses são todas públicas.

Hoje houve aqui uma Reunião de Câmara em que há sempre um espaço para intervir perguntar, reclamar. Alguns fazem muito barulho, outros menos barulho. Os munícipes vêm, têm que se inscrever previamente, dizer qual é o assunto para depois o executivo se pronunciar sobre a questão que está a colocar. Estão cá os dirigentes e os técnicos para responder.

Mas este é um lugar de participação cívica. Infelizmente não tem a adesão que se calhar se esperava, porque, lá está, as pessoas gostam muito de reclamar nos cafés, nos táxis e na rua, mas depois quando existem estas formas de participação não vêm, ou porque têm vergonha, ou porque acham que é inútil, não sei.

Em relação a outras formas de participação temos sempre os outros meios normais eletrónicos, em que as pessoas são sempre livres de participar e de comunicar com a Câmara, agora processos tão elaborados como a estrutura do OP, só temos o OP. Existem outros projetos, creio, na área da juventude e da educação das crianças nas escolas, mas não lhe posso dizer se há mais, porque não sou conhecedor de todos os projetos.

Mas o mais elaborado é sem dúvida o OP, em que as pessoas podem apresentar propostas e decidir. Podem decidir, depois, através da votação, qual é a proposta que vai ou não ser executada. E nós temos que a executar. Nós temos que executar a vontade daquele grupo de pessoas que se envolveram.

São cerca de seis mil pessoas que se envolveram na plataforma, uns que só apresentaram proposta, outros que apresentaram proposta e votaram, outros que só se inscreveram e acompanharam. Nós tivemos cerca de sete mil e tal votos. Houve muitos, porquê? Por causa da duplicação de votos. Houve muita gente que não utilizou os dois votos. Achou que não era importante. Não era obrigatório usar os dois votos.

O universo não é muito grande, mas para um primeiro OP deliberativo, estou muito contente. Eu andei no terreno. Estive na secretária, também, no computador, mas andei no terreno, com os seniores, com os bairros, com as pessoas e senti que havia pessoas que diziam “Eu não acredito em nada disso”, mas outras diziam “Boa, boa. Vamos”.

Mas uma coisa é certa, se nós não fizermos o que está aqui, que foram os que ganharam, se em 2017, em dezembro, não tivermos tudo feito, não temos participação nos próximos OPs. Pelo menos este grupo que já sabe, que depois passa a palavra a outros e outros e outros, se isto correr bem passa uma boa palavra, se correr mal, vai passar de certeza má, e que não vale a pena participarem. E aí, é um projeto que vai abaixo.

Não vale a pena andarmos aqui a gastar tempo e dinheiro, porque se as pessoas não querem participar, não podemos obrigá-las. Nós tentamos, nós colocamo-nos à disposição para as pessoas poderem participar, mas se as pessoas não querem participar, nós não podemos obrigá-las. E uma das coisas, além de colocar a ferramenta no terreno, é agora fazê-la, executá-la.

Nas sessões, havia muita gente presente?

Nas sessões presenciais? Havia menos do que eu queria. Nós tínhamos sempre lotação para cem pessoas, vinham cinquenta, quarenta e tal pessoas. O que é muito melhor do que nos outros OPs anteriores, atenção. Nos outros OPs chegamos a ter, como eu disse, correu mal em termos de adesão, chegamos a ter cinco, seis pessoas em cada sessão participativa.

E não foi por falta de divulgação, também. Nós também tivemos de fazer *flyers* e colocar nos carros, eu próprio andei a colocar (eu faço um pouco de tudo, como já percebeu). Eu andei a colocar os *flyers* porque eu queria que as pessoas viessem, que participem, que viessem àquela assembleia e tenham uma oportunidade de se pronunciarem.

E quando encontrei pessoas, eu ia distribuindo os folhetos e as pessoas diziam “Olhe, precisamos disto, e daquilo...”, “Então logo, venha lá, é no tal sítio...”, “Ah, não sei, tenho um jantar, tenho não sei o quê...”. As pessoas, obviamente que têm a sua vida pessoal e não queremos estar a obrigar as pessoas a virem a estas assembleias. Mas quando toca a saírem de casa para irem, é mais difícil.

Mas 40, 50 por sessão, isso dá mais ou menos ...

Foram 400 pessoas com as outras duas, a sénior e a jovem.

... para 6000, é uma proporção bastante mais pequena...

É. Porque *online* as coisas aumentaram. *Online...*

Qual é o seu sentir em relação a esta questão da participação *online*?

Vejo, pelo registo das pessoas... Alguns, se calhar, registaram-se por curiosidade, para ver como corriam as coisas... Não sei. As propostas presenciais foram meio por meio. Presenciais 107 e online 108.

Apesar de serem menos, apresentaram o mesmo número de propostas.

Exatamente. E sabe porquê? Porque as pessoas, uma regista-se e “Ah!, depois apresento proposta se me apetecer”. A outra pessoa vai à assembleia participativa para apresentar proposta. Não estou a dizer que houve cinquenta propostas em cada uma delas. Não houve. Houve pessoas que se juntaram para ir apresentar. Três, quatro pessoas que apresentaram uma proposta, cinco pessoas que se juntaram também e apresentaram outra proposta e daí saíram várias propostas da assembleia participativa. Por isso os números não batiam certo, cento e tal para nove assembleias participativas dá mais ou menos 10 por cada assembleia participativa. Umas, teve mais, outras, teve menos.

Online, é sempre importante estarmos *online*. Temos que estar *online* e dar a oportunidade às pessoas. Agora, estes números...

Esse entusiasmo, que é muito visível, é partilhado?

É partilhado por mais umas duas ou três pessoas. Essa é outra coisa muito importante. Uma coisa é a ferramenta, que é muito útil, muito importante, é tudo muito bonito, mas depois tem que haver uma estrutura por detrás que suporte, a logística, a organização. Isto dá muito trabalho.

Tive um grupo muito bom do gabinete de comunicação que me apoiou, a mim, e eu apoiei-o a ele. Foi um trabalho de equipa. Eu dei mais a cara, mas foi um trabalho de equipa. A parte de comunicação com os órgãos de comunicação social, a componente, também, de logística, também tive essa ajuda de material de divulgação da parte dos *designers* gráficos, dos folhetos, dos *moopies*. Isso foi muito importante, obviamente.

O entusiasmo, se calhar vem da minha maneira de ser e de encarar o trabalho. Este é um projeto, mas se eu falar aqui da semana do desporto deste ano, falo se calhar da mesma forma, com o mesmo entusiasmo. Mas isto, defendo porque... Os orçamentos participativos têm uma

grande componente de comunicação, de política de comunicação. As relações públicas, as relações pessoais com o munícipe.

Mais do que se calhar... Momo alguns cá na Câmara podem pensar, que isto tem a ver com a financeira porque é orçamento participativo, aqui a parte financeira é a menos importante. Não quer dizer que o dinheiro não seja importante. O orçamento participativo podia ter 500 mil euros, podia ter 50 mil euros. Não é o dinheiro que é importante. É a possibilidade de as pessoas se poderem pronunciar, poderem participar, de poderem apresentar propostas e depois fazerem campanha, poderem votar nelas, de se juntarem e ganharem as propostas e serem executada. Independentemente do que for.

É a envolvência...

Sim, exatamente!

Na estrutura da Câmara, já percebi que é a pessoa que está mais envolvida, e as outras pessoas envolvem-se igualmente, ou não? Acha que esta Câmara é uma adepta do orçamento participativo? Em termos políticos e em termos de estrutura.

É, é! Posso dizer que sim. Em termos políticos sim. Porque o Presidente atual, na altura era a Presidente Susana Amador que avançou com... Quando se iniciou o OP, foi ela que no fundo começou com o orçamento participativo, e com o Presidente Hugo Martins também, o apoio é igual, é excelente.

Em termos de estrutura, e há bocado estávamos a falar de estrutura de gestão, idealmente, como tem Cascais ou Lisboa, têm unidades orgânicas específicas para trabalhar a área da participação cívica, em que umas só têm o OP, e outras têm o OP e outras, como Lisboa, que tem outros projetos de participação. Nós não temos nenhuma unidade orgânica que trabalhe só OP.

Temos o Gabinete de Comunicação e Modernização Administrativa que dá apoio em termos de plataforma do portal do OP e na atualização de informação, na parte da comunicação, na parte do *design* gráfico, e depois existo eu, que estou no planeamento estratégico com o Vereador Paulo César, que, no fundo, tento juntar as peças para que a coisa funcione.

Há uma componente muito importante aí, que é a comissão de análise das propostas, porque as propostas podem vir de várias áreas: da educação, da juventude, das obras municipais, da proteção civil, do urbanismo, do desporto, são “n” as possibilidades. Daí, essa comissão é

constituída por uma equipa multidisciplinar, dentro dessas áreas todas, e por acaso reunimos aqui, enchemos aqui a sala com cerca de 15 pessoas, a trabalhar as propostas.

E esse grupo sim, envolve-se também no orçamento participativo, mais numa questão da avaliação da proposta em si, não na parte da organização e da recolha de propostas. Mas acompanhou também a parte da apresentação de propostas, ou seja, ou grupo esteve, ou parte deles, principalmente as obras municipais, porque as propostas recaem muito na área das obras municipais, e os responsáveis das obras municipais também foram às assembleias participativas para tirar dúvidas, para esclarecer os proponentes.

Porque é importante a proposta entrar já de uma forma que já respeite algumas normas e, no fundo, que tenha alguma viabilidade.

Esse grupo acaba também por traduzir um envolvimento da estrutura da Câmara na questão do orçamento participativo.

Sim.

E sente que há esse acolhimento? As pessoas que participam, participam com vontade e não veem como mais um extra?

É um extra. Acaba por ser um extra. Aliás, no próximo ano temos que rever isso, em termos de calendário, a avaliação das propostas bateu em julho e agosto, que são meses de férias. E houve aqui uma parte, da parte da comissão, de tentar resolver, cada um com a sua vida, tentar resolver antes de ir de férias. Houve uma componente de bastante empenho para que as coisas corressem bem. Nós, para o ano, vamos ter que andar um mês para trás, para que em junho...

Acha que as pessoas que estão envolvidas na execução e na avaliação das propostas as entendem como importantes para o trabalho da Câmara ou como “um doce” que se dá à população?

Entendem como parte da Câmara, até porque um dos requisitos das normas é que a proposta tenha sentido. Tem que obedecer a requisitos técnicos. Ela tem que fazer falta. Não é, agora, num bairro tem cinco parques infantis e vão pedir mais um parque infantil. Isso é explicado aos proponentes. Logo, tudo o que está aqui é tudo necessário, é tudo importante, tudo faz falta e eventualmente já se teria pensado em fazer. Não havia projeto, não havia calendarização, não havia nada em concreto, mas já...

Por exemplo, as obras da escola, entram reclamações das associações de pais para fazer as obras e a Câmara tenta chegar às escolas todas, mas o facto de entrar uma proposta especificamente para aquela escola que um grupo de pessoas se envolveu para que a proposta ganhasse, e ela ganhou, ganharam a oportunidade e a proposta vai ser executada.

Qual é a percentagem do seu tempo que é para o orçamento participativo e qual é a percentagem que é para a parte do desporto?

Boa pergunta. Isso depende dos projetos. No ano passado, por exemplo, como tivemos OP (recolha de propostas), foi muito difícil para mim porque eu estava com o OP e com a semana do desporto.

Queria-lhe fazer duas perguntas que não têm a ver com o orçamento participativo, mas queria recolher a sua perceção sobre esta Câmara em sobre as questão da igualdade: social, de género, das minorias, etc..

A perceção que eu tenho é que sim. Pelo menos os projetos que eu tenho conhecimento que a Câmara tem vão nesse sentido. Nós não só pensamos nas coisas como também agimos. E temos muitos projetos no âmbito da igualdade, do apoio social, no terreno.

É um tema que faz parte do dia-a-dia e das prioridades da Câmara e que tenta implementar ...

Tem projetos que me são mais próximos, como é o caso do desporto sénior, em que temos 1500 pessoas, todos os dias, a fazer atividade física gratuitamente. Têm ginástica, karaté, piscina e natação, defesa pessoal. São 1500 idosos que melhoraram a sua condição de vida, e isso é muito importante. Eu acompanhei, estive com eles, reuni com eles e vi-os contentíssimos com o projeto e com o programa do Clube do Movimento, que já existe há cerca de 14 anos, mas que foi sempre aumentando. Mas muito contentes porque efetivamente estamos a melhorar a qualidade de vida daquela pessoa. A pessoa está muito melhor fisicamente e psicologicamente.

Isto é a área sénior. A área da juventude sei que também há muitas atividades, e neste momento estamos a passar pelo mês da juventude, com muitas iniciativas também. No apoio social também, sei que há um cartão social da Câmara, há o cartão sénior, há o cartão jovem. Nós temos tantos projetos que eu às vezes chego a um ponto em que já não sei o que é que há. São tantas coisas que nós fazemos, que é quase impossível saber tudo aquilo que se faz.

Esta última questão, não lhe vou colocar, porque não tem a ver diretamente consigo. Não sei se quer acrescentar alguma coisa...

O orçamento participativo de 2017, no caso da participação cívica. Vamos tentar, lá está, eu sou um bocado aventureiro nessas coisas, acho que há mais ferramentas utilizadas por outras câmaras de participação cívica, não ser só o OP, é um deles, mas não sei... As coisas não param e não vamos ficar só pelo OP. Eu queria que as coisas evoluíssem para outros patamares também. Deixar uma porta aberta...

Outros patamares? Exemplos? Se é que já está aí a ver qualquer coisa lá à frente...

A Câmara de Lisboa tem vários projetos a nível de participação cívica, sinceramente, não posso ainda dizer porque não estou ainda autorizado a informar. Mas virão outras possibilidades e outras ferramentas, em que as pessoas possam intervir e envolver-se diretamente com a Câmara.

Ou seja, o orçamento participativo tem corrido bem, tem evoluído, é para continuar a evoluir, mas já sabe a pouco...

Sim. Poderão surgir, não estas situações em que as pessoas podem apresentar propostas, mas outras em que as pessoas podem entrar nesta casa. Já entram por ali, mas de uma forma mais informal.

FIM

Odivelas: Entrevista 7

Código: O-E7-Cult

Local: Câmara Municipal de Odivelas

Entrevistada: Chefe da Divisão de Cultura, Património e Bibliotecas

Data da realização da entrevista: 2016-05-29

Eu sou Helena Jardim, Chefe de Divisão da Divisão de Cultura Património e Bibliotecas. Trabalho na Câmara há 15 anos. Sou licenciada em sociologia. E também tenho mestrado em sociologia da família e sociedade. Tenho 49 anos.

Quando foi indicada para ser entrevistada foi porque foi considerado que tinha uma ligação às questões da participação aqui em Odivelas. Gostava que me explicasse um bocadinho qual tem sido esse papel.

A cultura, no geral, os vários equipamentos que pertencem à divisão de cultura, no fundo, talvez sejam, dentro da Câmara, aqueles que mais estão em contato com a população. Porque nós temos projetos para vários grupos etários, para pessoas com vários interesses, e portanto, talvez tenha sido nesse âmbito que acharam que, estando a dirigir a Divisão de Cultura, fizesse sentido responder a esse questionário.

E essa planificação cultural, como é que ela é organizada? Como é que se chega à conclusão de que faz sentido fazer um determinado programa?

Para já, porque muitas vezes chega-nos esse *feedback* da população. E depois, também de acordo com os objetivos de cada equipamento. A Biblioteca Municipal terá objetivos muito ligados à promoção do livro e da leitura, e nós olhamos muito essa temática da promoção do livro e da leitura.

Para vários grupos etários, sobretudo fazemos um trabalho muito intenso a nível do infantil e infanto-juvenil. Sobretudo do infantil, desde os 0 meses até... Aliás, temos até projetos para grávidas, que têm a ver com a parte sensorial, mas que, sobretudo, parte sempre do contacto

com o livro e as várias potencialidades que o livro pode proporcionar, até mesmo a bebés que ainda estão no útero da mãe.

E depois, efetivamente temos um trabalho muito forte desde o pré-primário até... Sobretudo até ao final do primeiro ciclo. Temos projetos em que recebemos, por exemplo, por ano letivo, cerca de 2500 crianças na biblioteca D. Dinis. Já não estou a falar no pólo de Caneças, que é outro pólo da biblioteca onde temos também uma grande adesão da população infantil aos projetos que desenvolvemos de promoção do livro e da leitura.

Depois percebemos que há uma faixa etária já das pessoas mais velhas, adultos jovens e adultos menos jovens que procuram muito o contacto direto, por exemplo, com autores. É outra área que nós também promovemos na biblioteca. É não só dar lugar a autores do concelho, e não só, mas também a autores do concelho a poder divulgar a sua obra ou as suas obras literárias na biblioteca. Como permitimos que a nossa população também tenha contacto com escritores, não só do concelho, que muitas vezes nem os conhecem, e escritores mais conhecidos e que vêm de outras cidades, de outros locais.

Isto em relação à questão da literatura...

Em relação à arte, temos aqui o Centro de Exposições, onde tentamos criar alguns hábitos, porque temos a noção que durante muitos anos a população de Odivelas fugia para Lisboa para consumir. Se tivesse de ir a uma galeria de arte, provavelmente... Aliás, este Centro é muito novo. Só tem cerca de dez, onze anos.

Antes disso, pouco se fazia ao nível das artes plásticas. Este Centro veio trazer essa valência, poder oferecer à população várias vertentes dentro das artes plásticas. Envolvemos também a população. Envolvemos, sobretudo, associações locais, com exposições que elas próprias fazem aqui dos seus trabalhos. Posso-lhe falar na Associação D. Dinis e na Povart, que são duas associações já bastante antigas do concelho que já fizeram aqui várias vezes várias exposições, de presépios, de artesanato, de pintura também.

Já envolvemos, inclusive, os próprios funcionários. Temos muitos funcionários que também gostam de pintar, de fazer trabalhos em ourivesaria, em prata, bijuteria, e também já fizemos várias exposições em que envolvemos os próprios colegas da Câmara. Somos muitos, somos mil duzentos e tal, se não me engano, e, portanto, é sempre uma experiência que tem muita aderência.

Aqui, o que nós tentámos fazer, neste momento já não, mas no início era criar os hábitos, ter novas ofertas nesta área para a população. Porque, no fundo, também a nossa função não é só dar aquilo que as pessoas querem, mas também criar novos hábitos e dar a conhecer novas coisas, porque só assim é que é possível também criar novos gostos. Pelo menos é esse o nosso entendimento.

Depois, para além disso, este Centro de Exposições tem espaços cedidos à comunidade e não só, como o auditório, que é solicitado imensas vezes pela comunidade, por entidades que fazem parte do concelho. Temos também salas de estúdio, em que temos bandas que vêm cá ensaiar, que têm o seu espaço de ensaio. Temos salas para fazer *ateliers* e *workshops* e temos imensos pedidos da população, sobretudo da população do concelho, que quer promover *workshops* de várias áreas, de imensas áreas diferentes.

E essa é também a nossa função. Basicamente, nós trabalhamos muito no direto com as pessoas.

Quando me disse que vos chega a informação de que a população... Como é que chega essa informação?

O que a população quer?

Exato.

Posso-lhe dizer que ontem tive aqui uma reunião com um munícipe que está interessado em saber mais sobre as bandas do concelho. Em saber que bandas existem, qual é a sua história ao longo de todos estes anos, por exemplo. É uma vertente que nós ainda não exploramos, na realidade, e que eventualmente até poderá ter interesse haver uma atenção mais especial. Fazer talvez um registo do tipo de bandas que existe no concelho, quem são eles, o que é que eles andam a fazer, por exemplo.

É um exemplo de um apelo que nos chegou de fora e, como esses, há muitos outros. As pessoas vêm, falam, solicitam reuniões, ou quando há uma iniciativa, falam de outra, gostariam de ver isto, gostariam de ver aquilo. E nós vamos tentando responder. Isso a nível do Centro.

A nível da biblioteca, isso é muito fácil porque, como temos tantos projetos, os pais ou os professores, que são agentes muito importantes nesta troca, são eles próprios que solicitam.

Poderíamos ir por aqui, poderíamos ir por ali. E com base nisso, nós vamos tentando desenvolver os nossos projetos, ou criar novos projetos, ou melhorar aqueles que temos.

Ou seja, não são mecanismos formais, é uma coisa mais informal.

Sim, sim. Tem muito a ver com o contacto direto que nós temos. Porque nós temos contacto direto muito forte com as escolas, com o jardim de infância, porque temos projetos que são direcionados, aliás, vamos à escola fazer projetos de promoção da leitura.

Temos relações, por exemplo, muito estreitas como o Hospital Beatriz Ângelo. Temos dois projetos no Hospital Beatriz Ângelo, na área da infância, ou seja, no serviço de pediatria, que tem a ver com a promoção do livro e da leitura e até com questões mais sensoriais para os mais pequeninos, mas sempre com o livro como base.

Temos projetos com os centros de dia e com lares do concelho. Com utentes que não conseguem ir à biblioteca por algum motivo, porque não se conseguem deslocar, nós vamos casa dos leitores. Eles pedem-nos, dizem-nos qual é (quinzenalmente, por exemplo, estas visitas a casa dos leitores) eles dizem-nos via telefone o que é que gostariam de ler nos próximos quinze dias ou a música que gostariam de ouvir ou o filme que gostariam de ler. E esses documentos chegam-lhes às mãos. Os técnicos vão a casa dos utentes.

E portanto, há sempre essa troca. Nós trabalhamos mesmo muito ligados às pessoas. É para as pessoas que nós trabalhamos. E de facto, nós não estamos só nos equipamentos. Nós levamos o que temos a vários sítios: ao hospital, a casa das pessoas, aos centros de dia, etc..

E têm muita procura, do levar ao domicílio? É muito procurado?

Sim, e aliás, estamos cada vez mais a receber pedidos, não só dos centros de dia, que aí tem aumentado imenso, e depois nós vamos aos centros de dia, não nos limitamos a levar os documentos, fazemos atividades com os idosos. Há sempre semanalmente, ou quinzenalmente, atividades específicas com os idosos. Reunimos os idosos que se interessam pelo projeto e fazemos atividades com eles.

Levamo-los ao cinema, ao teatro. Ainda na semana passada, levámos cerca de cinquenta idosos à Escola Agrícola da Paiã para ver um filme português, que é coisa que eles adoram. E comemorou-se o dia das telecomunicações, e esse dia foi comemorado com a passagem da “Aldeia da Roupa Branca”, que tem uma passagem em que refere a Escola Agrícola da Paiã, e

eles acharam que era interessante passarem o filme (a escolha, portanto, foi deles). Nós levamos 50 idosos e eles adoraram. Cada saída para eles é uma festa.

Como temos a Malaposta e temos a possibilidade de passar também filmes, que em termos financeiros não fica dispendioso para nós, convidamos os idosos, vamos buscá-los aos lares e aos centros de dia e mensalmente tentamos levá-los à biblioteca. Temos agora um projeto também integrado nesse grande projeto, dia 21 de junho vamos concentrar na Malaposta cerca de 100 idosos para ver uma peça de teatro feita também com idosos.

Ou seja, há uma grande preocupação com o chegar à população.

Sim.

É um departamento grande?

É. É grande. É talvez o maior.

Há um investimento grande por parte da Câmara nas questões da cultura.

Sim, sim, claro que sim.

E porquê essa priorização?

Porque nós trabalhamos para as pessoas. Eu, sobretudo como técnica, porque quando vim para cá era técnica e hoje estou a chefiar uma equipa que na realidade é a equipa com quem trabalhei estes anos todos, sinto-me plenamente em casa, sei o que cada um pensa e quer, porque nós acabamos por conhecer as pessoas, e trabalhamos todos com o mesmo espírito de levar... Porque se as pessoas não existirem, nós também não fazemos sentido. Se as pessoas não consumirem aquilo que nós produzimos, também não faz sentido a nossa existência. E, portanto, trabalhamos mesmo para as pessoas.

E porque é que acha que há este grande investimento na área da cultura e não noutra área?

Se calhar é toda uma envolvimento e vários fatores contribuem para isso. Para já, porque quem está no comando sempre deu privilégio ou sempre beneficiou de certo modo este trabalho da área da cultura. Mudamos de presidência e sentimos que este Presidente acarinha muito esta área e apoia muito a área da cultura.

Por outro lado, ele também sabe, também já nos conhece há muitos anos, porque ele não apareceu aqui hoje, o que é que nós conseguimos fazer e o que é que nós gostaríamos até de

fazer ao longo de vários períodos deste percurso e que eventualmente não conseguimos numa altura e que conseguimos noutra.

E, portanto, há aqui uma troca em que estamos todos a remar para o mesmo sítio. Basicamente não é “Nós queremos e em cima não nos deixam” ou “Lá em cima querem fazer e nós dificultamos”. Não há isso. É aquele todo que está a contribuir cada vez mais para que este trabalho de facto tenha frutos e que tenha peso no Concelho.

Da forma como descreveu as atividades, a cultura acaba por ter uma ligação com a área da educação e também com a área da ação social, ou não?

Não. Nós tentamos ao máximo não sobrepor as coisas. Por exemplo, ontem perguntavam-me, a propósito de levar os idosos ao cinema e ao teatro, “Aqueles idosos são os idosos que pertencem a um projeto?”. Não são todos os idosos dos estabelecimentos que aderiram ao projeto. No Centro de Dia pode haver 100 idosos e só 20 é que querem aderir a este projeto, e aderir quer dizer participar nas nossas iniciativas, nos ateliers que fazemos, quer dizer que leem os livros que nos pedem e que nós levamos, que ouvem a música que nos solicitam e que nós levamos para o Centro. O trabalho da área social é diferente.

Mas há um entrecruzamento...

Sim, acaba por haver. Eu vou-lhe dar um exemplo. Nós temos a Malaposta, que neste momento está a colaborar em dois projetos da Ação Social, que são o teatro sénior, com idosos que há muitos anos participam neste projeto, que chegaram através do serviço social, e este projeto é na realidade do serviço social. Mas somos nós cultura que fazemos a parte técnica, ou seja, que organizamos os ensaios, que organizamos o grupo, ou seja, o grupo chega-nos pela parte social, mas depois quem trabalha com ele somos nós, os técnicos da cultura.

Depois temos um outro projeto, que já não é do serviço social, mas sim do Gabinete de Saúde e Igualdade de Género, que também a ver com a parte cénica. E portanto, nós vamos aos lares e todos os anos, em cada lar, às vezes fazemos um espetáculo... Este projeto é “Arte com Saúde”. As temáticas têm sempre a ver com saúde e depois isso é de alguma forma traduzido em pequenas apresentações, ou então numa apresentação mais alargada com todos os utentes que participam no projeto e que são de vários centros de dia. E também há aqui uma ligação.

Os idosos pertencem a este projeto “Arte com Saúde”, mas depois quem faz a parte técnica, de fazer mover aquilo tudo, são muito os técnicos da cultura.

Ou seja, é quase um pedido de colaboração, em que cada um assume a sua parte.

Sim.

Na sua opinião, acha que esta Câmara é uma Câmara aberta, que apela à participação, que tenta chamar as pessoas...

É. Isso vê-se em várias áreas. Acho que há uma preocupação geral de trabalhar para pessoas muito direcionadas, mas pessoas essas que fazem parte da população. Ou seja, há vários projetos, para vários alvos, mas todos eles pertencem a este Concelho.

Mas porque a Câmara tem uma janela aberta, olha e vê que é preciso isto, aquilo... ou porque o contrário, a informação vem, chega à Câmara e depois a Câmara responde?

Eu acho que as duas coisas. É uma troca. Uma vez somos nós, Câmara, outras vezes são as pessoas a solicitar. Chega-nos muitas vezes... A instituição “x” ou “y” gostaria de fazer isto ou aquilo. Há aqui uma envolvimento muito grande. O clube de Motards, por exemplo, muitas vezes nos solicita colaboração em várias atividades que fazem, nomeadamente até em visitas ao património. Uma vez, somos nós que vamos à população, outras vezes são eles que vêm ter connosco.

Se lhe pedisse para fazer um retrato dos mecanismos de participação direta dos cidadãos que existem aqui na Câmara, quais é que indicaria?

Nós, agora, não é este o serviço, mas o serviço que centraliza isso está preocupado em conseguir o *feedback* da população, quer através de inquéritos, através de inquéritos de satisfação, quer através da ida da população aos locais e saber a forma como eles sentiram e foram tratados e o que é que eles esperavam. Há essa preocupação. Através de questionários, para serem mais materializáveis.

Todos os serviços estão abertos a receber sugestões. Aliás, temos a caixinha das sugestões em todo o lado e há pessoas que, de facto, até são muito participativas nessa área, para o bem e para o mal, porque às vezes também usam aquilo para tudo, mas tira-se sempre alguma coisa de positivo daquilo que as pessoas dizem.

Eu falo muito com referência aos espaços aos quais eu estive ligada. O Centro de Exposições, as bibliotecas e pólos, e agora neste momento a Malaposta, mas sei que isto está a ser uma

prática em todos os equipamentos. Nós, em termos de iniciativas, e vou falar mais na biblioteca, como trabalhamos muito para públicos muito dirigidos, nós temos sempre o *feedback* da população, pelo menos dos responsáveis dos projetos. Claro que, quando trabalhamos com as escolas, o *feedback* vem através dos educadores ou dos professores, mas depois também temos os utentes que participam nas iniciativas e que periodicamente respondem a questionários de satisfação.

Tem conhecimento de que aqui no município funciona o orçamento participativo? Conhece o instrumento?

Sim, mais ou menos. Sei que há discussões nas várias... É outra forma de a população... Olhe, posso-lhe dar um exemplo, nós temos um pólo da biblioteca em Caneças graças ao orçamento participativo. Foi graças a essa exigência da população, graças à participação da população é que aquele pólo foi aberto há cinco anos, mais ou menos, e graças também à participação da população esse pólo, que tinha 60m² tem agora 150.

Então, qual é a sua opinião sobre este projeto? Já percebi que acha que é uma coisa positiva...

Sim, acho. Acho que é, porque é uma das formas que a população tem de, no fundo, mostrar o contentamento ou o descontentamento, o que quer ou não para o local onde vive. Portanto, acho que é super-importante.

E tem sentido que este orçamento participativo tem correspondido aquilo que é a sua finalidade e não está desvirtuado?

Sim, e acho que depois há sempre um... Eu pessoalmente não participo diretamente e nunca estive em nenhuma sessão. Depois, tenho é um bocado o *feedback*, e como eu lhe digo, um dos exemplos mais marcantes foi a abertura do pólo, porque nós técnicos andávamos há algum tempo a lutar por ter este pólo e foi um bocado difícil atingir este objetivo. Desde o momento em que a população mostrou que queria realmente este espaço, foi assim super-rápido.

Eu costumo dizer às pessoas que elas têm que se manifestar e têm que dizer o que querem, mas manifestarem-se de uma forma concreta. Não é chegarem aos sítios e dizerem que não há isto, não há aquilo. Não, as pessoas têm que escrever. Porque se as pessoas escreverem ... E, neste caso, no orçamento participativo, sei que as pessoas se reúnem e nesses momentos podem verbalizar tudo aquilo que acham que devem reivindicar, no bom sentido. Mas eu acho

que as pessoas são talvez o instrumento mais forte para que as decisões se deem. Ou seja, eu acho que é mesmo muito importante esta participação da população.

O que está a dizer é que se as pessoas contribuírem é mais fácil que a obra nasça.

Exatamente. Nem mais.

Ou seja, o que acha importante na participação das pessoas é as pessoas fazerem chegar...

... a mensagem, o que desejam. Basicamente é isso. Porque são ouvidas. Há sempre preocupação de... Vou-lhe dar outro exemplo. A biblioteca. Estou sempre com referência à biblioteca porque é um espaço onde vai mesmo muita gente e as pessoas têm interesses muito específicos e então também se manifestam com grande facilidade. Mas por exemplo, a biblioteca está aberta até às 23 horas porque a população também exigiu aquele espaço, precisava desse espaço para estudar, e conseguiu-se que aquele espaço estivesse aberto até às 23 horas.

É mais uma exigência da população e que o executivo teve em atenção, e que de facto verificou que era uma mais-valia para a população, sobretudo para a população mais jovem, que estuda, e que às vezes não tem espaço ou não tem sossego em casa, não tem *internet* em casa e precisa da *internet* para estudar e aquilo é um espaço que existe e que, simplesmente por estar aberto mais três ou quatro horas, vai beneficiar imensa gente. É mais um exemplo.

Apelando mais uma vez à sua opinião e à sua visão sobre as coisas, em termos de promoção da igualdade, não só a igualdade social, mas também as questões da igualdade do género, da integração das minorias, como é que vê a intervenção desta Câmara?

Eu, como lhe disse, fiz mestrado em sociologia da família e sociedade e nessa altura, que já foi há mais de dez anos, ainda não se falava muito destas questões, mas isto de facto foi muito a base do meu mestrado. E surpreendentemente, há coisa de cinco anos, mais ou menos, começou a haver preocupações neste município com coisas que tinham a ver com a igualdade de género, com a igualdade a todos os níveis, e eu fiquei satisfeita. Pensei, “Afinal estive a aprender umas coisas e isto serve mesmo para alguma coisa”.

E, de facto, tem havido um grande investimento, não só na sensibilização de todos os trabalhadores, até para o modo como se escreve, o modo como nos dirigimos às pessoas, como há uma preocupação de tentar chegar e de tentar incluir (e agora já estou a falar na parte

da cultura) os vários grupos que existe, não sei se posso dizer étnicos, mas os vários grupos das várias origens, de pessoas de diversos países, integrá-los nos nossos projetos.

E aí o exemplo disso posso dizer que é a bienal de culturas lusófonas, em que há uma preocupação imensa em fortalecer estes laços entre todos os países lusófonos e chamar toda a população que existe no Concelho. Não sei se está a par das estatísticas, mas há aqui no Concelho uma série de pessoas de origens muito diversas.

E, portanto, há essa preocupação, e ao nível da cultura há com toda a certeza. Temos vários projetos em que o objetivo é que toda a população se envolva.

E há bocadinho falou da sensibilização aos funcionários, em relação às questões só da multiculturalidade ou também em relação às questões do género?

Sim, sim, em relação às questões do género. Há imensas formações internas, e que no momento já se abriram a outras instituições do concelho, e portanto, a determinada altura deixaram de ser só para os trabalhadores do município e passaram a ser abertas a outras instituições, e que têm a ver com as questões do género e da igualdade e que têm tido uma adesão enorme. Eu pessoalmente faço-as quase todas. Só têm um senão. Normalmente são sempre mulheres a fazê-las. Quando vejo um homem, dou os parabéns ao senhor. Mas já tivemos um polícia a fazer uma formação dessa natureza aqui na Câmara.

A estrutura da Câmara tem muitas mulheres?

Sim, nós somos muitas mulheres.

Mesmo em cargos dirigentes?

Sim. Acho que até a maior parte serão mulheres. Talvez. Houve uma altura em que nos técnicos superiores a maior parte eram mulheres, o que continua a ser de certeza, porque não foi assim há muitos anos. Depois há muitas dirigentes que também são mulheres. Aqui os homens estão em minoria. Já tivemos uma Presidente também mulher, portanto, está tudo dito, não é?

FIM

